

Dinâmicas do Espaço Agrário: Velhos e Novos Territórios

NEAG 10 anos



Rosa Maria Vieira Medeiros
Michele Lindner
Organizadoras



Copyright dos autores

1ª Edição 2017

Editoração: Rafael Marczal de Lima

Projeto Gráfico: Jadeditora Editoração Gráfica Ltda

Impressão: Editora Evangraf Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

DS83 Dinâmica do espaço agrário : velhos e novos territórios : NEAG 10 anos / Rosa Maria Vieira Medeiros, Michele Lindner, organizadoras. – Porto Alegre : Evangraf, 2017.
368 páginas: il., 23 cm

ISBN 978-85-7727-957-9

1. Agricultura. 2. Paisagens. 3. Territórios. 4. Políticas públicas. 5. Agronegócio. 6. Agricultura familiar. 7. Assentamentos rurais. 8. Educação rural. I. Medeiros, Rosa Maria Vieira. II. Lindner, Michele.

CDU 631

CDD 630

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

Dinâmicas do Espaço Agrário: Velhos e Novos Territórios

NEAG 10 anos

Rosa Maria Vieira Medeiros

Michele Lindner

Organizadoras



Porto Alegre

2017

Sumário

Uma história com marcas no rural brasileiro..... 7

Parte I

Territórios de produção da agricultura: da modernização às novas alternativas

O arroz ecológico em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul..... 13

Michele Lindner, Rosa Maria Vieira Medeiros, Cícero Castello Branco Filho

Agricultura urbana: reflexões sobre os territórios nestes espaços 29

Elvis Albert Robe Wandscheer, Rosa Maria Vieira Medeiros

Considerações sobre a modernização da agricultura 55

Éverton de Moraes Kozenieski

Le bassin de production agricole, du singulier aux territoires pluriels..... 83

Frédéric Fortunel

Parte II

Paisagens: expressão da organização do campo

A paisagem como leitura da beleza cênica, organização e o uso do espaço rural do Pampa 101

Lucimar de Fátima dos Santos Vieira, Roberto Verdum

Construção da paisagem na produção alternativa dos integrantes da Feira dos Agricultores Ecologistas (FAE) de Porto Alegre..... 127

Cláudia Dreier, Roberto Verdum

Novas configurações territoriais na Campanha Ocidental: o caso do Assentamento Novo Alegrete – RS..... 153

Rosa Maria Vieira Medeiros, Suelen de Leal Rodrigues

Parte III

Territórios e políticas públicas no meio rural

- Ruralidades: novos significados para o tradicional rural..... 179
Rosa Maria Vieira Medeiros
- Os territórios das comunidades locais no contexto da exploração mineira em Moçambique 191
Elmer Agostinho Carlos de Matos
- A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil 215
Bernardo Mançano Fernandes, Estevan Leopoldo de Freitas Coca, Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, João Cleps Júnior, José Carlos Dantas, José Sobreiro Filho
- A Desterritorialização e Reterritorialização das famílias atingidas pela implantação da Usina Hidrelétrica de Itá – oeste de Santa Catarina 237
Jaime Fogaça
- Estado e agronegócio no Brasil: uma análise do papel dos poderes Executivo e Legislativo para a expansão do agronegócio..... 259
Christiane Senhorinha Soares Campos, Rosana Soares Campos Clarisse Chiappini Castilhos
- Estudo sobre os efeitos da titulação em assentamentos rurais 283
Leandro Feijó Fagundes
- O trabalho infantil na agricultura familiar. Um outro olhar é possível? 305
Raphael Vieira Medeiros

Parte IV

Educação: memória e raízes

- Raízes rurais camponesas e o lugar: dimensões que não podem ser ignoradas na educação no campo 329
Cristiane Vieira Medeiros
- Memórias em territórios de Rio Grande do Sul. Períodos de intercambio universitário 347
Maria Rosa Wetzel



Uma história com marcas no rural brasileiro

Já se passaram dez anos desde que foi apresentada a proposta ao Departamento de Geografia para a criação do Núcleo de Estudos Agrários - NEAG. Nosso objetivo era reunir pesquisadores, estudantes de doutorado, mestrado e graduação que desenvolvessem pesquisas relacionados ao campo. Começamos de forma virtual em 2006, sem espaço físico, mas sempre na expectativa de ver concretizado nosso grande objetivo, ou seja, um espaço para nos reunirmos, discutirmos nossos projetos, desenvolvermos nossas pesquisas.

Em 2010 finalmente nos foi destinada a sala 205B, compartilhada com o laboratório de Geotecnologias, no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Felizes com o novo espaço, aos poucos fomos adquirindo equipamentos e móveis para assim organizar o nosso território, o território do NEAG. Os projetos de pesquisa nos possibilitaram a aquisição de computadores novos, impressora e GPS. O apoio do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação foram fundamentais na liberação de novos computadores. Foi assim que começamos, que crescemos, que resistimos e que já começávamos a pensar na ampliação do nosso espaço. Isso aconteceu em 2014 quando então fomos reinstalados na sala 201.

Deixamos para trás a climatização, mas o espaço nos permitiu a tão sonhada mesa de reuniões, a instalação de computadores e impressora no entorno, estantes para livros e o espaço para o café para aquecer nossos momentos de encontro e de trabalho. Este espaço conquistado, no entanto, precisava ter um nome e foi assim que escolhemos o nome de Raymond Pebayle como homenagem aquele que foi professor do Curso de Geografia nos anos de 1960 e que, como meu diretor de tese, me abriu as portas para o mundo da pesquisa, do conhecimento com amizade, com dedicação, com parceria, com seriedade e responsabilidade. No dia 23 de dezembro de 2014 descerramos a placa que demarcava a homena-

gem à Raymond Pebayle. Na sala Raymond Pebayle, portanto, está instalado o NEAG cujos resultados das pesquisas são divulgados nacionalmente e internacionalmente.

Pelo NEAG marcaram passagem muitos bolsistas de Iniciação Científica tais como Douglas Robl, Joel Melchiors, Yazana Guaresi, Tais Munhoz, Bianca F.S.Mourão, Luiz Fernando de Carvalho Leal e Marina Feldens. Foram três bolsistas PNPd no NEAG a primeira foi Christiane Senhorinha Campos, atualmente professora da UFS/SE, seguida por Cicero Castelo Branco, atualmente geógrafo na Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul e por último, Michele Lindner bolsista PNPd cuja participação e atuação no NEAG é significativa e de importância vital. Também, no NEAG, foram bolsistas PDJ do CNPq Guillaume Letourq e Michele Lindner. Além dos bolsistas de POSDOC que marcaram sua presença no NEAG, é este o território dos mestrandos e doutorandos para se encontrarem e discutir em seus projetos, dissertações e teses. Atualmente cinco doutorandos fazem parte do NEAG: Vanessa Manfio, Bruno F. da Silva, Adalberto F.G. Martins, Vagner da S. Machado e Jaime Fogaça junto com eles estão os mestrandos Luís Fernando S. da Rosa, Magno C. de Oliveira e Vinício Luís Pierozan. O orgulho do NEAG é também ver os professores doutores que por lá passaram tais como Christiane Senhorinha Campos-UFS, Ivánira Falcade-UCS, Nestor Rambo-RESC, Marcos Fiorentin-EEB/SC, Vinicius S. Moreira- IFC, Vander Valduga-UFPR, Elvis A.R Wandscheer-Pesquisador no NEAG, Shana S. Flores, IFRS, Elmer Agostinho C. de Matos, UEM/Moçambique, Roni Hilsinger- SEC/RS, Everton Kozenieski-UFFS, atuando em diferentes instituições de ensino e de pesquisa. E, em algum momento, os mestres formados retornam para dar continuidade a sua formação e, este foi o caso de muitos deles já citados.

O NEAG também faz parte da REDE DATALUTA, coordenada pela UNESP-PP, e registra mensalmente todas as manifestações de luta pela terra que ocorrem no Rio Grande do Sul. Nossa participação nos projetos CAPES-COFECUB em convênio com Le Mans Université/FR acontece desde 2006 assim como acontece com a Université de Bourgogne/Dijon/FR, através da Chaire UNESCO Culture et Traditions du Vin, também desde 2006. Também com a UNER, Universidad de Entre Rios/AR desenvolvemos importantes projetos assim como recebemos professores e estudantes argentinos em missão em nossa Universidade. No CNPq o NEAG é registrado como grupo de pesquisa com temas relacionados aos Assentamentos de Reforma Agrária e suas novas alternativas de produção, principalmente aquelas voltadas à agroecologia como forma de minimizar os impactos ambientais. A Vitivinicultura também representa

uma temática de grande destaque nas pesquisas do NEAG e traz para o debate questões relacionadas à paisagem, ao turismo, à sustentabilidade e à expansão da vitivinicultura no campo brasileiro.

E como celebrar os 10 anos do NEAG? Vamos celebrar produzindo conhecimento, divulgando saberes, construindo relações, ou seja, publicando os resultados de nossas pesquisas nesta obra intitulada *Dinâmicas do Espaço Agrário: Velhos e Novos Territórios*. Foi com esse objetivo que os convites foram formulados e desde já agradecemos a resposta de cada autor dos artigos aqui publicados e organizados em quatro partes.

A Parte I intitulada **Territórios de produção da agricultura: da modernização às novas alternativas**, traz o primeiro artigo com Michele Lindner, Rosa Maria Vieira Medeiros e Cícero Castello Branco Filho que trata da *Agricultura sustentável em assentamentos rurais: a cadeia produtiva do arroz ecológico no Rio Grande do Sul*. O segundo artigo é de Elvis Albert Robe Wandscheer e Rosa Maria Vieira Medeiros discutindo *Agricultura Urbana: reflexões sobre os territórios nestes espaços*. No terceiro artigo temos a contribuição de Éverton de Moraes Kozenieski com *Considerações sobre a modernização da agricultura*. Concluindo a primeira parte, Frédéric Fortunel nos contempla com *Le bassin de production agricole, du singulier aux territoires pluriels*.

A Parte II, **Paisagens: expressão da organização do campo**, também é formada por três artigos. O primeiro é Lucimar de Fátima Vieira dos Santos e Roberto Verdum sobre *A paisagem como leitura da beleza cênica, organização e uso do espaço rural no pampa*; seguido de Cláudia Dreier e Roberto Verdum com o artigo *Construção da paisagem na produção alternativa dos integrantes*. E para finalizar trazemos as *Novas configurações territoriais na Campanha Ocidental: o caso do Assentamento Novo Alegrete – RS*, de Rosa Maria Vieira Medeiros e Suelen de Leal Rodrigues.

A Parte III intitulada **Territórios e políticas públicas no meio rural** é composta por sete artigos. O primeiro trata das *Ruralidades: novos significados para o tradicional*, por Rosa Maria Vieira Medeiros; o segundo de Elmer Agostinho C. de Matos discute os *Os territórios das comunidades locais no contexto da exploração mineira em Moçambique*; no terceiro temos *A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil* discutida por Bernardo Mançano Fernandes, Estevan L. de F. Coca; Janaina F. de S. C. Vinha; João Cleps Júnior; José Carlos Dantas; José Sobreiro Filho. Jaime Fogaça, no quarto artigo, discutirá *A desterritorialização e a reterritorialização das famílias atingidas pela implantação da Usina Hidrelétrica de Itá – RS*, enquanto que no quinto artigo, Christiane Senhorinha S. Campos;

Rosana S. Campos; Clarisse C. Castilhos debaterão o *Estado e agronegócio no Brasil: uma análise do papel dos poderes Executivo e Legislativo para a expansão do agronegócio*. No sexto artigo Leandro Feijó Fagundes falará sobre os efeitos da titulação em assentamentos rurais. Por fim esta terceira parte traz uma contribuição à cerca de *O trabalho infantil na agricultura familiar: um outro olhar é possível?* De Raphael Vieira Medeiros.

Na Parte IV o tema central é **Educação: memórias e raízes**, que foi contemplada com dois artigos. O primeiro de Cristiane Vieira Medeiros discute *Raízes rurais camponesas e o lugar: dimensões que não podem ser ignoradas na educação no campo* e o segundo de Maria Rosa Wetzel trata das *Memórias em territórios de Rio Grande do Sul. Períodos de intercâmbio universitário*.

Com esses artigos procuramos mostrar aos leitores os resultados de pesquisas que direta ou indiretamente foram desenvolvidas no NEAG.

Desejamos a todos uma boa leitura e esperamos acrescentar e contribuir com o debate sobre o campo brasileiro discutido e analisado no *Dinâmicas do Espaço Agrário: Velhos e Novos Territórios*.

Rosa Maria Vieira Medeiros



Parte I

Territórios de produção da agricultura: da modernização às novas alternativas



O arroz ecológico em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul¹

Michele Lindner

Rosa Maria Vieira Medeiros

Cícero Castello Branco Filho

Introdução

A luta pela terra representa uma temática de grande polêmica no Brasil. Desde os anos 1980 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vem protagonizando manifestações e ocupações que visam o assentamento de famílias de produtores rurais e a busca pela reforma agrária brasileira. No entanto além da luta pela conquista da terra, há também posteriormente a luta pela inclusão sócio econômica dos assentados, os quais muitas vezes após a conquista da terra encontram sérias dificuldades para se adaptar aos padrões de produção vigente, devido à falta de recursos e altos custos de produção.

Entre as diversas estratégias dos assentados para se manter na terra e no processo produtivo estão a organização de cooperativas e formação de grupos de produtores rurais. Essas organizações viabilizam a produção através da troca de experiências, da união de forças na hora do cultivo, manutenção e colheita, e principalmente na comercialização da produção.

Outra estratégia que vem sendo cada vez mais difundida nos assentamentos rurais é a produção de alimentos ecológicos. Esse tipo de produção traz diversos benefícios as famílias assentadas, como a redução de impactos ambientais, me-

¹ Este artigo é uma revisão ampliada do artigo "Assentamentos rurais e a experiência do arroz ecológico no Rio Grande do Sul" apresentado e publicado nos anais do XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária.

lhorar na qualidade de vida dos produtores que deixam de utilizar produtos que poderiam causar prejuízos a sua saúde, diminuição dos custos de produção, pois deixam de gastar com produtos de adubação química e pesticidas, e aumento no valor agregado da produção, já que passam a atingir outro nicho de mercado, que busca alimentos mais saudáveis e se dispõe a pagar preços mais elevados por isso.

Nesse contexto, destacam-se experiências como a da produção de arroz ecológico dos assentados do Rio Grande do Sul (RS), a qual se tornou uma referência em agricultura sustentável no Brasil, por aliar técnicas ecológicas com bons índices de produtividade. Essa experiência exitosa teve início em pequenas áreas em assentamentos de municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), expandindo-se em pouco mais de uma década para outras regiões do estado do RS.

O sucesso de experiências como esta demandam grandes esforços dos produtores, no que se refere à apropriação e o atendimento dos princípios e manejos agroecológicos. Nesse sentido, o artigo que tem como objetivo demonstrar a evolução da produção de arroz ecológico no estado do RS buscará em um primeiro momento discorrer sobre as transformações sócio econômicas e territoriais geradas por produções sustentáveis e sobre o processo de certificação do arroz ecológico, para então demonstrar de que forma se deu a expansão dessa produção iniciada na RMPA para outras regiões do estado e os impactos gerados na vida dos produtores envolvidos com a produção.

Produção ecológica transformações sócio econômico e territoriais

Cada vez mais percebemos a crescente oferta de alimentos sustentáveis, seja através da multiplicação de feiras de produtores especializadas em produtos orgânicos, seja nas prateleiras das grandes redes de supermercados. Esse crescimento na oferta, assim como a multiplicação de produtores dedicados a esse tipo de produção livre de agrotóxicos, é estimulado pela constante orientação pela busca por alimentos saudáveis, que faz com que o espaço rural brasileiro, gradativamente venha sofrendo pequenas transformações territoriais. Essa nova orientação de consumo, além de trazer melhorias ambientais traz mudanças significativas na qualidade de vida das famílias de agricultores envolvidas na produção ecológica.

Assim, ao analisarmos experiências de produção ecológica precisamos ter cuidado na utilização dos termos, pois comumente são colocados como sinôni-

mos termos como agroecologia e agricultura orgânica. Nesse contexto, nos remetemos a Caporal e Costabeber (2002), os quais colocam que cada vez mais ha referencia a agroecologia como estilos de agricultura menos agressivas ao meio ambiente, que promovem a inclusão social e proporcionam melhores condições econômicas aos agricultores. No entanto, isso demonstra certa confusão de entendimento do termo Agroecologia, o qual se refere a “ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agricultura sustentável e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p.71).

Seguindo essa lógica Altieri (2004, p.18) coloca que:

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomica, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais.

Dessa forma, a agroecologia não pode ser tida como um tipo de agricultura, um sistema de produção ou uma tecnologia agrícola, mas com o resultado da aplicação de seus princípios, “podemos alcançar estilos de agricultura de base ecológica e, assim, obter produtos de qualidade biológica superior” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

Nesse sentido, é importante deixar claro, que a produção de arroz ecológico, aqui analisada, se trata de uma experiência de transição agroecológica, visto que a forma de agricultura praticada nos assentamentos refere-se a uma agricultura orgânica que tem como base os princípios da agroecologia. Sobre essa questão Campos e Medeiros (2014, p. 54) explicam que apesar de as famílias assentadas autodenominarem o arroz que produzem de ecológico “utilizar este nome é uma decisão política do movimento que busca a agroecologia como uma meta, uma vez que suas lideranças tem ciência que a agroecologia não se limita à produção de alimentos sem agrotóxicos”.

Portanto, consideramos que a agricultura de base ecológica é um estilo de agricultura que segue princípios e conceitos da agroecologia, mesclando os sa-

beres tradicionais com os conhecimentos científicos em busca de produções alternativas. Ao encontro dessas afirmações, Candiotto, Corrijo e Oliveira (2008), salientam que diferente das formas tradicionais de agricultura, a agricultura chamada de alternativa teve seus métodos desenvolvidos a partir da constatação do impacto de técnicas e métodos convencionais.

Entre esses impactos gerados pela agricultura convencional, temos a degradação ambiental, a pobreza rural gerada pela concentração de terras destinadas a monoculturas, a mecanização da agricultura e conseqüente desemprego rural e o aumento dos minifúndios que se tornam muitas vezes espaços insuficientes para o sustento de famílias numerosas. Situações como essas que acabaram levando muitos agricultores hoje assentados a ingressar na luta pela terra e após a conquista, rever a forma de produzir, buscando alternativas diferenciadas daquelas que os excluíram do processo produtivo anteriormente.

Assim, as novas formas de agricultura sustentáveis vem buscando minimizar impactos gerados pela agricultura convencional e pelo sistema de produção capitalista que visa somente a maximização da produção sem se importar com as conseqüências sociais e ambientais geradas por tais práticas. A produção de alimentos de forma sustentável em pequenas e médias propriedades demanda mão de obra durante o processo produtivo, além de respeitar as condições locais e os saberes tradicionais.

Dessa forma, todo o processo de transição rumo a agroecologia requer além de um esforço de pesquisa, a participação dos produtores, pois são eles que vão por em prática as conquistas da ciência. Os produtores são os agentes do processo, são eles os sujeitos capazes de operar as mudanças e conseqüentemente transformar suas vidas e de suas famílias.

Essas transformações têm sido percebidas cada vez mais nos últimos anos em assentamentos rurais do MST. No entanto, Altieri (2012, p.18) chama a atenção para que não se trata de algo recente, segundo o autor, “a partir do final da década de 1990, os movimentos camponeses e rurais têm adotado a Agroecologia como bandeira de sua estratégia de desenvolvimento e soberania alimentar”.

Segundo Altieri (2012), a Via Campesina acredita que esta nas mãos dos pequenos produtores a proteção dos meios de vida, emprego, segurança alimentar e saúde das pessoas, por meio de mudanças no modelo agrícola industrial baseado nas grandes propriedades e no comércio voltado para exportação. Dessa forma, o autor coloca que existem quatro razões para a Agroecologia ter um enfoque compatível com a agenda dos movimentos sociais:

- a. A Agroecologia é socialmente mobilizadora, já que sua difusão requer a intensa participação dos agricultores;
- b. Trata-se de uma abordagem culturalmente assimilável, já que se baseia nos conhecimentos tradicionais e promove um diálogo de saberes com métodos científicos modernos;
- c. Promove técnicas economicamente viáveis, com ênfase no uso do conhecimento indígena, da biodiversidade agrícola e dos recursos locais, evitando assim a dependência de insumos externos;
- d. A Agroecologia é ecológica per se, uma vez que evita modificar os sistemas de produção existentes, promovendo a diversidade, as sinergias, otimizando o desempenho e a eficiência do sistema produtivo (ALTIERI, 2012, p. 18-19).

Portanto, percebemos que a agroecologia apresenta-se como um conceito de grande relevância em nossa pesquisa, visto que, a produção de arroz realizada nos assentamentos estudados tem como base seus princípios. A implantação da agricultura de base ecológica implica em uma série de transformações, sobretudo nas relações sociais de produção, uma vez que exige uma participação ativa do agricultor e uma radical mudança na relação deste com o ambiente rumo a uma produção sustentável.

Caporal e Costabeber (2002), ao apresentarem as seis dimensões da sustentabilidade, colocam as dimensões ecológica, econômica e social na base. De acordo com os autores, ao lado da dimensão ecológica, a dimensão social representa um dos pilares básicos da sustentabilidade, visto que a preservação ambiental e a conservação dos recursos naturais só passam a ter relevância quando usufruído pelos diversos segmentos da sociedade. Essa dimensão também inclui a busca de melhores níveis de qualidade de vida através da produção e consumo de alimentos com qualidade biológica superior. A importância dessas dimensões é facilmente percebida ao se analisar experiências como a da produção do arroz ecológico, vislumbrada na preservação ambiental, diminuição da dependência do sistema convencional e melhorias na qualidade de vida, percebidas pelos produtores envolvidos.

Interligada as dimensões ecológica e social, a dimensão econômica também apresenta grande importância nesse tipo de produção, que pode tanto se refletir no bom retorno financeiro através da conquista dos mercados como também na produção para o consumo de subsistência das famílias produtoras.

No centro dos pilares da sustentabilidade, encontramos as dimensões, cultural e política. No que tange a dimensão cultural, Caporal e Costabeber (2002)

explicam que é necessário que as intervenções sejam respeitosas com a cultura local. “Os saberes, os conhecimentos e os valores locais das populações rurais precisam ser analisados, compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p.78). Assim, percebe-se que muitos desses saberes e conhecimentos foram resgatados de experiências anteriores, trazidas de antigos territórios, as quais somadas a novas questões e necessidades se moldam ao contexto da realidade atual.

Já a dimensão política tem a ver com os processos participativos que se desenvolvem na produção agrícola, ou seja, se refere “aos métodos e estratégias participativas capazes de assegurar o resgate da auto-estima e o pleno exercício da cidadania” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p.79). Portanto, essa dimensão diz respeito a capacidade de organização dos grupos em prol da sustentabilidade, o que no caso pesquisado representou uma característica de importância fundamental, visto que foi através da organização do grupo que se deu impulso e tornou viável a produção e comercialização do arroz ecológico dos assentamentos no RS.

No topo dos pilares da sustentabilidade está a dimensão ética, que representa o comprometimento com a sustentabilidade, a qual inclui responsabilidades individuais e coletivas, ou seja, “quando se aborda o tema da sustentabilidade, a dimensão ética se apresenta numa elevada hierarquia, uma vez que de sua consideração podemos afetar os objetivos e resultados esperados nas dimensões de primeiro e segundo nível” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p.80).

Portanto, é preciso ter claro que a busca por formas de agricultura sustentáveis requerem comprometimento e constantes transformações de atitudes, concepções e valores. Os produtores de arroz ecológico dos assentamentos do RS, que em um primeiro momento fizeram a opção por uma produção com base ecológica, motivados por situações difíceis que vinham enfrentando com a produção convencional, passaram a incorporar em seu discurso os princípios de uma agricultura sustentável. Dessa forma, a experiência que começou em caráter experimental, foi capaz de gerar importantes transformações sócio econômicas na vida dos produtores envolvidos, transformando também de forma significativa o território ocupado por essa produção, que passou ser referência nacional de agricultura sustentável.

O processo de certificação

Quando abordamos a comercialização de produtos ecologicamente sustentáveis, como a do arroz ecológico dos assentados do RS, temos que levar em consideração que a sua colocação no mercado depende de diversos fatores, como a certificação da produção.

A certificação de produtos ecológicos/orgânicos surge no contexto em que a variável ambiental se insere no sistema organizacional da produção no campo, tanto em função da pressão do mercado, quanto pelo recrudescimento dos movimentos ambientalistas, associado, ainda, ao desejo das populações em valorizar produtos cujo consumo não traga riscos à saúde. Assim, pouco a pouco, passa-se a valorizar as organizações que tenham uma obrigação assumida com a proteção e conservação da natureza e de compromisso efetivo com a saúde pública, o que servirá, igualmente, para informar ao mercado sobre a origem dos produtos orgânicos e das técnicas utilizadas para sua produção. Isto porque os processos de certificação ambiental almejam conferir a quem produz com base em técnicas ecológicas, uma imagem que lhe proporcione um diferencial no mercado, bem como mecanismos para efetivar os processos de gestão ambiental e organizacional, comprovando que estas organizações possuem uma atuação que respeita o ambiente e produzem alimentos livres de agrotóxicos ou de processos agrícolas que envolvam, por exemplo, a transgenia.

Durante a trajetória dos agricultores que produzem arroz ecológico na RMPA, foram desenvolvidos diversos mecanismos organizativos de cooperação e trabalho coletivo. Isto por que, para que ocorra a produção orgânica certificada, o processo de organização da produção dos assentamentos deve estar suficientemente amadurecido e com condições de operação. Assim, com o passar dos anos, a Cooperativa Central dos Assentamentos do RS (COCEARGS) foi adquirindo a experiência necessária para desenvolver o processo de certificação, culminando na safra 2009, com a criação de um Sistema Interno de Controle (SIC). O SIC objetiva funcionar como uma certificadora interna, realizando 100% das inspeções nas propriedades do grupo, sendo auditada em 10% das unidades pelo Instituto de Mercado Ecológico - IMO (inspeção externa). A IMO é uma entidade certificadora internacional (origem na suíça) que foi escolhida por se dedicar exclusivamente aos serviços de inspeção de sistemas de controle e qualidade ambiental e social, com ênfase na agricultura orgânica. Além disso, seu sistema de certificação garante o acesso aos maiores mercados consumidores, pois certifica as produções agrícolas com base no regulamento norte-americano (ISO 65) e europeu (CEE 2092/91), possibilitando, inclusive, a colocação

do produto nesses mercados. A finalidade da certificação orgânica é garantir ao consumidor a rastreabilidade do produto, sendo que as agências certificadoras precisam estar credenciadas por um órgão autorizado que reconheça formal e legalmente que uma organização tem a competência para desenvolver determinados procedimentos técnicos de fiscalização da produção.

Esse sistema gerou maior autonomia no processo participativo de certificação do grupo, cabendo ressaltar, que as responsabilidades no processo de certificação do arroz ecológico são dos agricultores, salvo as atividades de acompanhamento técnico. O processo de certificação é uma atividade contínua, onde a cada ano os agricultores renovam sua documentação, participam de cursos de capacitação e programas que visam a trocas de experiências. As reuniões do Grupo Gestor ocorrem de acordo com as atividades estratégicas pensadas para melhor aprimorar o ciclo produtivo, cabendo destacar que este Grupo Gestor é a Instância organizativa dos camponeses assentados, trabalhando cooperativamente com técnicos e lideranças do campo, que cultivam arroz ecológico na RMPA.

Criado no ano de 2002, o Grupo Gestor tem a finalidade de envolver todas as famílias de agricultores que plantam arroz nessa cadeia produtiva, nas etapas de produção, certificação e comercialização. Esta experiência é avaliada pela COCEARGS como uma das mais prósperas em andamento atualmente. Nesse momento, a grande maioria das famílias vem decidindo apostar no processo de certificação participativa do tipo Organismo de Controle Social (OCS) onde, inicialmente, as próprias famílias, atuando interativamente, controlam seus processos de produção orgânica. Neste sistema participativo de certificação os próprios agricultores interpretam a lei e a aplicam, assegurando a procedência do produto ecologicamente produzido através de um Sistema Participativo de Garantia (SPG), avalizado por uma Comissão de Avaliação, em alguns casos ocorrendo conjuntamente com o processo de auditoria (IMO), denotando o avanço da organização desses produtores com vistas ao aumento contínuo da sua produção e da qualidade do produto.

O arroz ecológico em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul

A criação do primeiro assentamento no estado do Rio Grande do Sul data do ano de 1975 (INCRA, 2015), porém são os últimos anos desta década que representam um marco histórico da luta pela terra. De acordo com Fernandes (2000, p.50):

A expropriação, a expulsão das famílias camponesas e a usurpação do território indígena geraram uma das condições que levaram à luta os camponeses que iriam realizar a ocupação de terra, que também inaugurou o processo de formação do MST na região noroeste rio-grandense.

A expulsão de 1.800 famílias de colonos da Reserva Indígena Nonoai por índios Kaingang no mês de maio de 1978, representou o início do processo de luta pela terra no RS. A essas famílias de colonos que o governo do estado havia concedido a permissão de ocupar a área indígena, a cerca de 15 anos, na condição de rendeiros do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) só restou três alternativas: “1) migrar para os projetos de colonização da Amazônia; 2) tornar-se assalariados de empresas agropecuárias ou de indústrias, migrando para as cidades; 3) lutar pela terra no Estado do Rio Grande do Sul” (FERNANDES, 2000, p. 51).

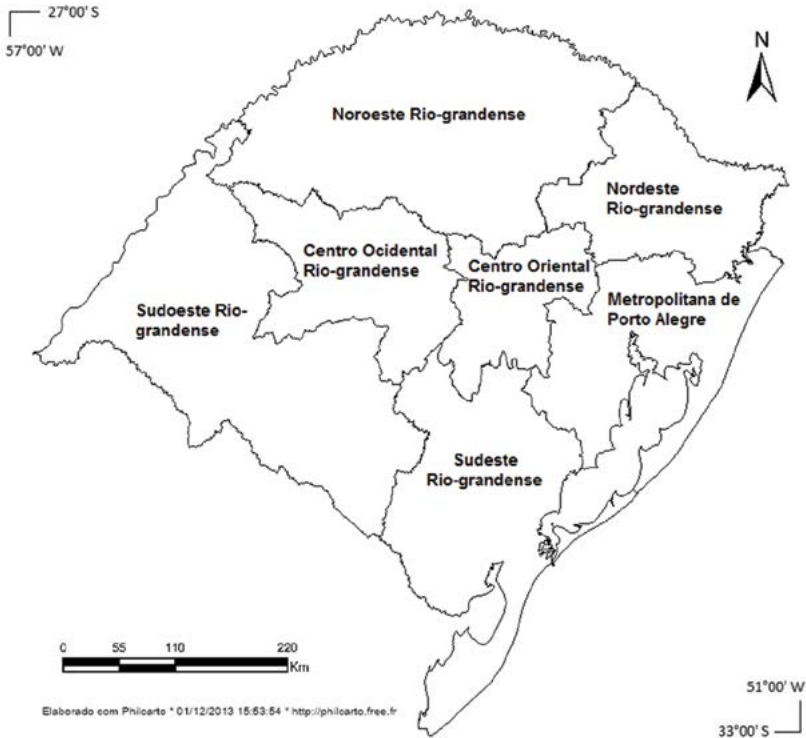
Assim, a década de 80 representou uma década de intensa luta pela terra, com diversas ocupações e manifestações organizadas pelo então formado MST. Da mesma forma que as ações aconteceram, a repressão policial também se acentuou e o movimento passou a ter visibilidade da mídia e da sociedade em geral, ocorreram as primeiras conquistas, a criação dos assentamentos. Entre os anos 1986 e 1989, foram criados 12 assentamentos de reforma agrária no RS (Tabela 1), todos eles em municípios localizados na metade norte do estado, nas mesorregiões Noroeste Rio-Grandense, Metropolitana de Porto Alegre e Centro Ocidental Rio-Grandense (Mapa 1).

Tabela 1: Assentamentos criados no Rio Grande do Sul 1980-2015

Mesorregiões do RS	Assentamentos			
	1980	1990	2000	2010
Centro Ocidental Rio-Grandense	3	15	15	-
Centro Oriental Rio-Grandense	-	1	-	1
Metropolitana de Porto Alegre	1	17	8	2
Nordeste Rio-Grandense	-	4	7	1
Noroeste Rio-Grandense	8	33	41	3
Sudeste Rio-Grandense	-	61	31	2
Sudoeste Rio-Grandense	-	36	48	4
Total	11	168	150	13

* O primeiro assentamento do Rio Grande do Sul foi criado no ano de 1975 na Mesorregião Noroeste Rio-Grandense. Fonte: INCRA (2015).

Mapa 1: Rio Grande do Sul – Mesorregiões



Fonte: Medeiros *et al* (2015).

Conforme podemos perceber na tabela 1 que mostra os assentamentos criados no estado do RS entre 1980 e 2015, a década de 90 representou o ápice na criação de assentamentos no estado. Foi também no final dessa década que teve início a experiência com o arroz ecológico em assentamentos da RMPA.

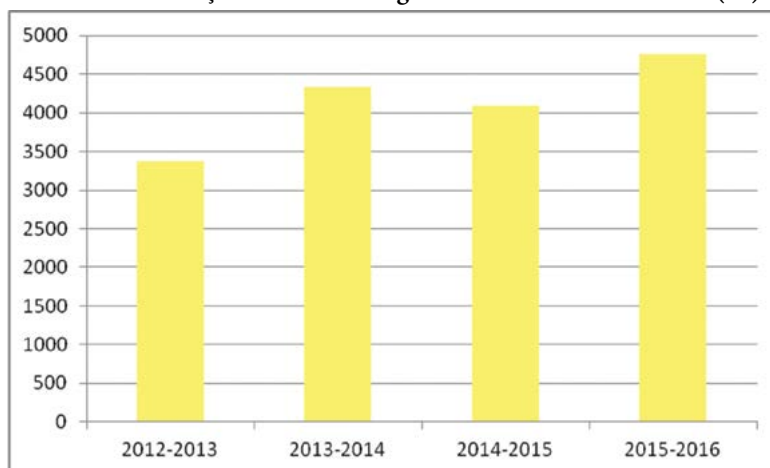
Assim, no ano de 1999, em caráter experimental foram cultivados 07 hectares de terra em dois assentamentos. Segundo Campos e Medeiros (2014), dez anos após a experiência inicial, na safra 2009/2010, a produção de arroz ecológico já envolvia 211 famílias de assentados de oito assentamentos, que cultivaram 2.104 hectares.

Segundo as autoras, a iniciativa partiu das famílias assentadas, de suas cooperativas e do MST, e as motivações foram de ordem econômica e social (CAMPOS; MEDEIROS, 2014). No que tange a questão econômica, buscou-se produzir com menores custos em um mercado onde a concorrência fosse menos capitalizada do que no mercado de arroz convencional. Medeiros *et al* (2013, p.12), explica que:

[...] nos anos 2000, uma parcela significativa dessas famílias envolvidas com a produção do arroz convencional acumulava dívidas decorrentes dos altos custos de produção pelo uso de insumos externos, como agrotóxicos além dos baixos preços do arroz no mercado.

Dessa forma, a evolução das lavouras de arroz ecológico e o número de famílias envolvidas na produção vem crescendo significativamente ao longo dos anos. Isso pode ser percebido nos dados das últimas safras, cedidos pela Certificação Participativa da COCEARGS, que demonstram crescimento da área plantada em hectares no estado do Rio Grande do Sul.

Gráfico 1: Produção de arroz ecológico em assentamentos no RS (ha)



Fonte: Certificação Participativa da COCEARGS

A partir das informações é possível perceber que a produção vem crescendo gradativamente a cada safra, apenas com um pequeno decréscimo na safra 2014-2015, porém mostrando recuperação na safra seguinte. Da mesma forma, o número de famílias produtoras envolvidas na produção também vem apresentando um constante aumento, somando na safra 2015-2016, 441 produtores. Essa expansão foi impulsionada pela criação do Grupo Gestor do arroz ecológico no ano de 2002, cuja meta além de reunir as famílias produtoras, foi promover a sistematização de dados, a troca de experiências entre os produtores, a negociação com instituições públicas e privadas, ampliando parcerias e buscando a ampliação do número de famílias assentadas envolvidas no cultivo ecológico do arroz irrigado (MENEGON et al, 2009).

A expansão da produção do arroz ecológico teve também o apoio do Estado, através do financiamento da construção de estruturas de armazenagem e beneficiamento, fundamentais para este crescimento da produção. De acordo com Campos e Medeiros (2014, p. 45): “Esse apoio ocorre sobretudo na comercialização, mas também é significativo no financiamento das estruturas de armazenagem e beneficiamento, sem as quais não teria sido possível expandir a produção”. Segundo as autoras, inicialmente os produtores não tinham acesso ao preço diferenciado do produto, pois tinham que entregar o arroz em silos onde ele se misturava com o arroz convencional. A partir da obtenção de recursos de programas governamentais foi possível mudar essa situação.

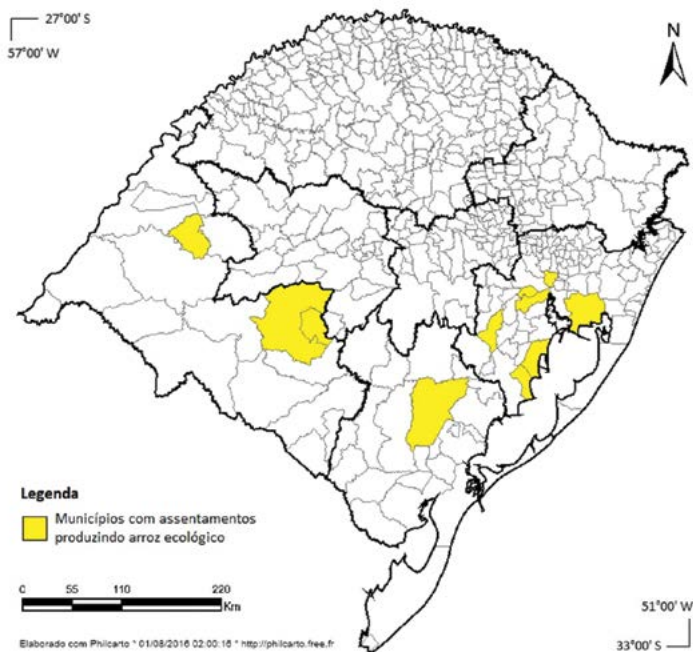
Outro ponto que Campos e Medeiros (2014) chamam a atenção é para o rendimento da produção do arroz ecológico, o qual aparentemente parece pouco vantajoso, visto que é em média de 85 sacas por hectare comparado ao do arroz convencional que é em média 150 sacas por hectare. Contudo as autoras colocam que os custos de produção do arroz orgânico são três vezes menores que o do convencional, de forma que o rendimento econômico da produção orgânica torna-se maior. Além disso, existe também o preço diferenciado dos produtos orgânicos, o que é justificado pela intensidade do trabalho humano na produção orgânica.

Medeiros *et al* (2013), ao referir-se aos produtores de arroz orgânico de assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre destaca o fator geográfico como forte influência na expansão da produção, visto que os assentamentos produtores estão localizados próximos a capital do estado.

Esta proximidade reduz custos de transportes com os grandes centros consumidores bem como facilita a comunicação entre as famílias produtoras. Além disso, viabiliza uma maior articulação política e comercial com instituições de diferentes escalas governamentais pela facilidade das lideranças em participar de reuniões para se informar, negociar, participar de eventos onde divulgam e comercializam o produto (MEDEIROS *et al*, 2013, p. 13).

Contudo, a alguns anos a produção do arroz ecológico expandiu-se para outras regiões do estado do RS (Mapa 2), sendo também cultivada em assentamentos localizados nas mesorregiões Sudeste Rio-Grandense e Sudoeste Rio-Grandense (Campanha Gaúcha).

Mapa 2: Municípios com assentamentos produzindo arroz ecológico no RS



Fonte: Certificação Participativa da COCEARGS

Nesses casos é importante destacar que os produtores dos assentamentos dessas outras duas regiões, estão integrados aos produtores da RMPA, tanto no que diz respeito a participação das reuniões de planejamento da produção, quanto na utilização das estruturas de armazenagem e beneficiamento da produção. O grupo de produtores dos assentamentos da Campanha Gaúcha já possuem uma estrutura de armazenagem da produção em sua região, a qual se encontra quase pronta para a utilização.

A operacionalização dessa estrutura representa algo de fundamental importância para esses assentados, visto que isso poderá diminuir consideravelmente os custos e reduzir as perdas durante o transporte. Contudo, mesmo enfrentando algumas dificuldades, a produção do arroz ecológico na Campanha Gaúcha, inspirada na experiência pioneira dos produtores da Região Metropolitana, tem crescido gradativamente. De acordo com informações da Certificação Participativa da COCEARGS, nas últimas quatro safras o número de hectares plantados subiu cerca de 280%, sendo que na safra 2012/2013 haviam sido plantados 407,49 ha, já na safra 2013/2014 a área plantada subiu para 900,56 ha, aumentando para 1084,64 ha na 2014/2015. Na safra 2015/2016 a área plantada nos

assentamentos da Campanha Gaúcha já somam 1141,71 ha e envolvem 110 famílias produtoras.

A RMPA, pioneira na produção de arroz ecológico no RS, conta com a maior área plantada somando na safra 2015/2016, 3582,9 ha plantados de arroz ecológico. Já a Mesorregião Sudeste Rio-Grandense, apresenta ainda uma pequena área plantada de arroz ecológico com apenas 34 ha plantados.

Contudo, é possível perceber a partir das informações apresentadas que trata-se de uma experiência exitosa, que vem se espalhando gradativamente pelas regiões do estado do RS. Nesse contexto, destaca-se o papel transformador que essa produção tem na vida dos agricultores, que optam por um modo de vida mais saudável e com maiores cuidados com o meio ambiente. Essas experiências que trazem diversos benefícios aos produtores, aos consumidores e meio ambiente, multiplicam-se cada vez mais estimuladas pela crescente ampliação do mercado consumidor.

Considerações finais

A pertinência de analisar a produção do arroz ecológico no RS consiste principalmente no fato que essa experiência se tornou referência na produção de orgânicos no Brasil. A produção iniciada em caráter experimental na RMPA atualmente conta com cerca de 441 famílias produtoras e toda a infraestrutura de produção, armazenagem, beneficiamento e comercialização.

A conquista de mercados também demarca o crescimento da produção, sendo que atualmente, além do arroz encontrado nas feiras ecológicas na cidade de Porto Alegre, grande parte da produção é entregue para merenda escolar através do Plano Nacional de Educação (PNE) e recentemente o produto da marca Terra Livre pode ser encontrado também em uma grande rede de supermercados gaúcha. O arroz ecológico também conquistou mercados nacionais e internacionais, tendo sido exportado para países como Estados Unidos e Venezuela.

Assim, além dos benefícios econômicos visíveis que a produção tem trazido para os assentamentos e as famílias produtoras, a melhoria na qualidade de vida é visível. Portanto, o respeito da população local, a conquista de mercados e a visibilidade da experiência em nível nacional, demonstram partes da conquista de um processo que ainda não está finalizado e precisa ser constantemente recriado para seguir rumo à sustentabilidade. Portanto, é necessário ressaltar os impactos positivos da produção do arroz ecológico no RS, uma vez que essa ex-

periência pode potencializar o desenvolvimento local e regional gerando significativas transformações territoriais, reduzindo os impactos ambientais e gerando emprego e renda para diversos produtores rurais.

É importante também chamar a atenção para que essa experiência transforma a forma de produção do arroz, mostrando que é possível ter uma grande produtividade sem o uso de agrotóxicos e ressaltando a força da organização dos grupos, que ao reunir produtores assentados em pequenas propriedades (entre 12 e 40 ha), tornaram viável esse tipo de produção. Portanto, trata-se de uma experiência de grande importância, ao participarem de todo o processo produtivo, as famílias agricultoras rompem não apenas com um padrão de produção agrícola convencional, mas constroem novas alternativas de inclusão sócio econômica para produtores que não conseguiriam adaptar-se ao mercado de produção convencional e desta forma seriam possivelmente excluídos do processo produtivo.

Referências Bibliográficas

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3.ed. ver. Ampl. – São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Avanços e contradições da produção orgânica nos assentamentos – o caso do arroz na Região Metropolitana de Porto Alegre. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele. **Assentamentos rurais, território, produção: novas alternativas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: NEAG/UFRGS, Evangraf, 2014.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; OLIVEIRA, Jackson Alano de. A agroecologia e as agroflorestas no contexto de uma agricultura sustentável. In: ALVES, Adilson Francelinoi; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa (Orgs). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 213-232.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Análise Multidimensional da Sustentabilidade: Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. In: **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável** – v. 3 n. 3, Porto Alegre, jul/set de 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. 2015.

Acesso em Jul. 2016. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reformaagraria/relacao_de_projetos_de_reforma_agraria.pdf>.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. et al. **Cadeia produtiva do arroz ecológico nos assentamento da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS**: Análise territorial e ambiental (Relatório de pesquisa). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – NEAG/UFRGS. Porto Alegre, 2013.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira et al. **DATALUTA Rio Grande do Sul**: Relatório 2014. (Relatório de Pesquisa), Porto Alegre, RS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

MENEGON, Leandro. et al. Produção de arroz agroecológico em assentamentos de reforma agrária no entorno de Porto Alegre. In: **Revista Brasileira de Agroecologia**, Nov/2009, v. 4, n. 2.



Agricultura urbana: reflexões sobre os territórios nestes espaços

Elvis Albert Robe Wandscheer
Rosa Maria Vieira Medeiros

Introdução

As análises econômicas, e os estudos sociológicos e geográficos, desde seus primórdios, durante muito tempo confundiram o setor moderno da economia urbana com a cidade como um todo. O resultado é que a maioria dos estudos não se refere à cidade inteira e sim apenas a uma parte da cidade, tomando-a como um ponto de partida [...] devem ser considerados os dados gerais do fenômeno, seus modelos operacionais e suas inter-relações [...] (SANTOS, 2009, p. 44).

O espaço, em sua dinâmica, em seus processos formativos, se configura articulando elementos da natureza, práticas e vivências sociais, forjando, assim, unidades similares e outras díspares¹. Constituem-se assim uma série de relações que se alternam concomitantemente, em termos de papéis e ações praticadas sobre esse espaço. Esses processos de transformação constituem locais, divisões que se fazem principalmente em torno das atividades produtivas, sendo assim, “[...] conteúdos que estão sempre em processo relacional do mesmo movimento: a *vida* (MONDARDO, 2008, p. 115)”.

¹ A ponte a ser lançada entre possibilidades entreabertas e o ato de construir uma nova história virá do domínio complexo onde se encontram esses mesmos dados, segundo combinações variáveis (SANTOS, 1988, p. 13).

Diante dessa realidade, as divisões dos “mundos” rural e urbano, num país que possui uma ampla maioria populacional urbana como o Brasil (e não apenas neste) observa-se uma série de circunstâncias peculiares e divisões sobre as quais as normativas sobrepujam a organização espacial. Exemplo disso pode ser observado no caso exposto por Wanderley (2009, p. 311): “as pequenas cidades, consideradas urbanas pelo IBGE, conhecem uma experiência urbana, que é, frequentemente, frágil e precária”.

O que perpassa essa realidade consiste na visualização de diferentes conteúdos e relações sociais; estas, por conseguinte, caracterizariam diferentes expressões territoriais em diversos territórios à medida que abarcam modos de vida, sendo a sociedade rural vista como tradicional, convencionalmente expressa por uma tradição ligada ao rústico, com jeito de viver e modo de pensar semelhante ao camponês, ou resguardando aspectos deste, o que atualmente não corresponde a realidade visualizada, pois no meio rural encontram-se tecnologias técnico-científico informacionais e as estruturas e organizações espaciais já não correspondem necessariamente a paisagem² tipicamente rústica.

Da mesma forma, o urbano também metamorfoseou-se e principalmente convive com os dilemas contemporâneos, tal qual a demanda crescente por alimentos de uma população que já não pode se calcar única e exclusivamente na produção rural. Assim, configuram-se espaços urbanos que abarcam diferentes expressões territoriais. Destaca-se que

Território, assim em qualquer acepção tem a ver com poder, mas não apenas o tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo o processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso; o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca (HAESBAERT, 2008, p. 20).

Nesse contexto anteriormente designava-se o rural somente como locais sobre o qual ocorria a produção agrícola e sediava residências dos produtores. Contudo, recentemente o rural já não se encontra tão engajado a esses aspectos

² Na Geografia ocidental contemporânea, paisagem é entendida como produto visual de interações entre elementos naturais e sociais que, por ocupar um espaço, pode ser cartografada em escala macro ou de detalhe, e classificada de acordo com um método ou elemento que a compõe. Paisagem não é o mesmo que espaço, mas parte dele; algo como um parâmetro ou medida multidimensional de análise espacial (MAXIMILIANO, 2004, p. 83).

e tampouco o urbano, a cidade representa a concentração, em contraposição ao campo, que seria exposta pela dispersão e o isolamento (LEFEBVRE, 1999).

Assim cabe salientar a essência dos atores contidos na abordagem territorial, os quais podem ser institucionais, por meio de políticas, representando o poder formal, e os indivíduos, que se manifestam, se relacionam, se confrontam e abarcam o subjetivo, as representações, de onde emergem os simbolismos, sendo, portanto, relativos ao poder informal. Assim, as territorialidades seriam aspectos e características dos indivíduos e dos grupos³ constituintes e do próprio espaço, de forma que as escalas social e espacial (fruto da relação espaço-tempo) manifestam-se e constituem-na, cabendo às trocas e consumos um aspecto central, uma vez que,

[...] a vida é constituída por relações, e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema [...] tudo reside na relação concebida como processo de troca e/ou comunicação (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Dessa forma, o que se observa mais recentemente, já há alguns anos, no âmago do espaço urbano, em várias partes do mundo, perfaz a emergência de demanda de locais que concentram produções agrícolas, das mais diversas formas, desde produções mais básicas até as mais complexas, na qual, não raro, estão imbuídas elevadas tecnologias.

Pode-se observar portanto, que práticas como a agricultura urbana são voltadas a necessidades de diversos segmentos e setores urbanos que vão desde a alimentação até o aproveitamento de lugares com natureza. Trata-se assim, de uma demanda diferenciada ao qual diversos órgãos como a United Nations Development Programme (UNDP) por exemplo, já tem observado e em diversas oportunidade fomentado a sua prática e/ou expansão, uma vez que:

³ O sujeito, o “eu” de pensamento é construído pela sociedade. Assim, mesmo que se trate de indivíduos aparentemente competentes e autônomos, o ideal registra múltiplas determinações resultantes das condições objetivas da existência de seus transmissores. Alimenta-se das representações coletivas geradas pela ação social e se torna, como ideologia, por exemplo. Jung (1988) mostrou, além disso, ao contrário de Freud, o inconsciente pode também ter uma dimensão coletiva. Ele propôs entre o eu e o sujeito do inconsciente de uma dialética que pode identificar “arquétipos” mentais coletivos divididos, processados continuamente pela experiência social [...] As funções de pensamento que movem um universo ideal útil na compreensão geográfica, o conhecimento do espaço social se identifica em número de quatro. Essas funções de “representar”, “interpretar”, “organizar” e “legitimar” (DIMÉO, 1998) (tradução do autor).

Urban agriculture contributes significantly to the socio-economic development of towns and cities throughout the world. In several economies, particularly developing ones, it is one of the largest urban productive industries. In low-income cities, it is a prime generator of jobs (UNDP, 1996, p. 3-4)⁴.

As práticas agrícolas, portanto, não são vinculadas a debates locais ou mesmo nacionais, ocorrem em diversas partes do mundo e não precisam necessariamente estar vinculadas a políticas públicas nem tampouco a organizações locais específicas. É dessa forma que o fenômeno da Agricultura urbana se constitui como manifestações complexas, permeado de diversidades e apresentando potencialidades no tocante ao aglutinamento de coletivos⁵. Em vista dessa realidade, a cidade contemporânea demonstra englobar uma série de atividades, patrimônios e práticas socioespaciais multifacetadas, que interagem na sua organização, interligando as esferas e dinâmicas locais, dentre as quais os cultivos agrários constituem-se numa das demandas existentes em seu mosaico de territórios. Prova dessa realidade é a apresentação das tipologias (Quadro 1) do relatório do Panorama da Agricultura urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas (SANTANDREU; LOVO, 2007) que destaca espaços onde se dão as produções, onde as finalidades culminam e interagem com os espaços, territórios e interesses dos locais em que se dão.

Quadro 1. Tipologias possíveis para atividades de Agricultura urbana e Periurbana

TIPOLOGIA	ESPAÇOS CARACTERÍSTICOS
Espaços Privados	Lotes vagos; Terrenos baldios particulares, ou com dúvidas sobre a propriedade; Lajes e tetos; Quintais ou Pátios; Áreas periurbanas; Áreas verdes em conjuntos habitacionais.

⁴ A agricultura urbana contribui significativamente para o desenvolvimento socioeconômico de centros e cidades ao longo do mundo. Em muitas economias, particularmente naquelas em desenvolvimento, a mesma é uma das maiores indústrias urbanas produtivas. Em cidades menores (mais pobres?), é um importante gerador de empregos (TRADUÇÃO DO AUTOR).

⁵ [...] a produção como um dado fundamental das funções exercidas conjuntamente pela natureza e pelo homem, em um dado momento. Tudo isso supõe que as coisas sejam conhecidas não apenas por seu valor absoluto, mas por seu valor relacional (SANTOS, 2009, p. 113).

Espaços Públicos	Terrenos de propriedade Municipal, Estadual e Federal com espaços possíveis de utilização de acordo com a caracterização feita nas linhas abaixo:
Verdes Urbanos	Praças e Parques.
Institucionais	Escolas e Creches; Posto de Saúde; Hospitais; Presídios; Edifícios Públicos e privados.
Não Edificáveis	Laterais de vias férreas; Laterais de estradas e avenidas; Margens de cursos d'água; Áreas inundáveis; Faixa sob linhas de alta tensão; Ambientes aquáticos (rios e lagoas).
Unidades de Conservação	Áreas de Proteção Ambiental; Reservas Ecológicas; Outras unidades, desde que seja permitido o manejo e uso de Potencialidades.
Áreas de Tratamento	Aterro sanitário; Lagoas de oxidação.

Fonte: TERRILE (2006).

Outro elemento importante na reflexão acerca das territorialidades da Agricultura urbana e sua realidade é a denominação feita sobre a mesma, pois em matizes teóricas diferenciadas, assim como em função da abordagem e tendências dos autores, observa-se uma diversidade de termos que denomina uma mesma atividade, ou seja, a agricultura urbana, ou agricultura urbana e periurbana, ambas terminologias mais utilizadas. Essas questões parecem de suma importância e merecem destaque para uma melhor compreensão das dimensões (físicas e territoriais) da atividade conforme pode-se observar no Quadro 2.

Quadro 2. Denominações atribuídas à terminologia Agricultura urbana

FORMAS DE DENOMINAÇÃO	TERMINOLOGIA
Agricultura urbana	<p>Conceito que abarca a produção agrícola nos limites do espaço urbano, de caráter e dinâmica multidimensional, podendo envolver produção, transformação. Distingue-se das atividades urbanas comuns, mas abarca diversidades de uma série de outras atuações cidadinas, vincula potenciais de comercialização e articulação entre locais e localidades próximas. Porém, conserva consigo (transformando, adaptando e (re) criando o processo produtivo) a centralidade no alimento, este mais comum ao campo, porém não ausente no urbano, ainda que com maiores dificuldades no tocante à área. Pode ser desenvolvida em caráter individual, familiar ou comunitário e não costuma empregar mão de obra remunerada, de forma que, quando o faz, se dá em pequenas quantidades. Além disso, costuma utilizar pouco maquinário e tecnologia em sua produção, sendo a mesma voltada a demandas do mercado ou autoconsumo, neste último caso, sendo empregada comumente em comunidades pobres. Costuma estar relacionada a temáticas como segurança alimentar, sustentabilidade e planejamento, estando articulada com questões da gestão e planejamento do espaço urbano.</p>
Agricultura urbana e Periurbana	<p>Termo empregado com a mesma finalidade do anterior, porém incorpora o termo “Periurbana” ao final. Assim como o termo anterior, contempla a produção agrícola nas limitações urbanas, porém, distingue áreas dentro do espaço urbano, e, sobretudo em cidades maiores, induzindo a conclusões que perfazem destinos mais periféricos aos locais com proeminência de maiores produções. Para aqueles que incorporam análises com pequenas hortas parece haver maior significância tal substantivação, do contrário muito pouco altera o sentido da denominação anterior. É o termo mais empregado em projetos e ações de políticas públicas.</p>
Urbanidades no Rural ou Ruralidades no Urbano	<p>Este termo costuma estar intimamente ligado a discussões acerca das relações campo-cidade, bem como às inserções do urbano no rural e vice-versa. Em torno de tal definição, a atividade agrícola na(s) cidade(s), seus impactos e implicações acabam tornando-se fatores no entorno da problemática central, mesmo quando tratada com relevância, não costuma definir-se como abordagem fundamental do(s) autor(es).</p>

Hortas Comunitárias	A atividade costuma dirigir-se a produtores de baixa renda, atuando de forma a buscar em espaços limitados, melhorias alimentares que se materializam praticamente em alimentos, salvo algumas exceções. Tal iniciativa possibilita maior possibilidade de sucesso, uma vez que agrupados, os produtores passam a ter mais (e melhor) acesso a insumos, créditos e outros serviços de assessoramento e capacitação que podem auxiliá-los. Contudo, costumeiramente acabam por organizarem-se em grupos de forma a articular necessidades e objetivos em comum, e não puramente a articulação em prol de benefícios conjuntos, relação advinda de sua(s) articulação(ões). Mesmo diante de tal realidade, a utilização do termo “horta” acaba por fazer-se diante de cenários nos quais a produção apresenta limitações, sobretudo de área, permanecendo muito mais por quesitos voltados a deficiências locais do que pela ênfase em potenciais futuros, portanto, um tanto quanto disperso de abordagens que tenham em foco questões que norteiam a questão econômica.
Hortas	Denomina o fenômeno idêntico ao anterior, porém sem o caráter coletivo.
Urbano Agrícola ou Agropecuário	Utilizado para toda e qualquer produção agrícola, costumando compreender a produção e sua implicação na esfera em que se encontra situada. Portanto, aparece de forma mais sucinta em termos de abrangência da totalidade.
Rural Agrícola no Urbano	Abordagem envolvendo características socioeconômicas, ambientais e por vezes culturais, onde permanecem práticas anteriores, porém, atualmente situadas em espaços urbanos, logo, tratando-se de práticas de Agricultura urbana.

Elaboração e Sistematização: WANDSCHEER, E. A. R.⁶

Os termos utilizados para se referirem ao mesmo fenômeno se apresentam, de forma diferenciada, na literatura nacional e internacional, de forma que se observa com clareza que se trata de

⁶ A redação do quadro levou em conta a abordagem de distintas denominações existentes em obras referentes à temática Agricultura Urbana, denominações encontradas em: Arruda e Arraes (2007), FAO (1996), Ferreira e Castilho (2007), Kozenieski (2010), Rua (2006), Santandreu e Lovo (2007) e Madaleno (2002). Ambos substantivos referentes ao fenômeno enfocado, a Agricultura Urbana.

[...] um conceito **multi dimensional** que inclui a **produção**, a **transformação** e a **prestação de serviços**, de forma segura, para gerar **produtos agrícolas** (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agro extrativismo, etc.) e **pecuários** (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao **auto consumo**, **trocas e doações** ou **comercialização**, **(re) aproveitamento-se**, de forma eficiente e sustentável, os **recursos e insumos locais** (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades (SANTANDREU;LOVO, 2007, p. 11).

Porém, indiferentemente da terminologia utilizada, destaca-se que esta é uma prática cada vez mais demandada, perfazendo uma modalidade espacial peculiar que se relaciona estreitamente com o espaço, produzindo relações que incidem em distintas esferas no âmbito local, de forma a criar mudanças e/ou conflitos de territorialização, bem como processos de reterritorialização. Acerca desse último conceito afirma-se que:

Sinteticamente, pode-se dizer que a territorialização é a ocupação e o estabelecimento de forças em novos espaços, a desterritorialização é o movimento de abandono do território e a reterritorialização é o movimento de inserção num novo território. O abandono do território se refere a uma recusa em reconhecer o novo tipo de território, ou um território novo mal-formado ou mal-reconhecido, em relação ao sujeito. Ademais, um território pode ser abandonado se existirem novas dinâmicas socioeconômicas que lhe confiram novos usos e/ou valores (MARIANI, ARRUDA, 2010, p. 06).

Comumente salienta-se, que as produções urbanas envolvem uma variedade de aspectos, tais como: o deslocamento de pessoas, articulações comunitárias e ocupação física de maior parte das áreas nas quais se estabelecem os domicílios (até mesmo quando não permanente), geração de oportunidades tanto financeiras quanto complementares de renda, além das ocupações laborais e, podem até mesmo contemplar ampliações da infraestrutura, uma vez que passariam a

ocupar espaços baldios. Essa produção é portanto capaz de ocasionar mudanças substanciais quando de sua instalação, cabendo salientar, ainda, que este fenômeno engloba uma estrutura em redes⁷ na forma pela qual o mesmo estabelece relações junto ao território.

A organização e estruturação de tais locais, bem como de padrões geográficos e sua conjuntura em redes, balizam nódulos que incidem na composição de uma região em que sua conexidade sugere conjuntos de objetos inter-relacionados pela superposição de redes principais e secundárias. Essa superposição, ordenada seletivamente no espaço por meio das redes, acaba por produzir nódulos privilegiados de ocupação, ação e consumo que se observam no espaço, bem como nos processos sociais e articulações contidas na racionalidade dessas redes.

No caso da Agricultura urbana, raramente se tratam de estruturas específicas de produções como plantações de *commodities* e produções voltadas sobretudo a exportação, mas sim, maior interação entre atores via ocupação de espaços ociosos, cultivos que resgatam significados culturais de migrantes e até mesmo articulações comerciais junto a restaurantes e/ou outros espaços de comercialização tanto no atacado quanto no varejo.

Tão logo, vislumbram-se no espaço urbano demandas de atividades, ocupação e organização do espaço não restritas somente aos tão destacados setores secundários e terciários da economia. Surgem outras formas de refletir e analisar o espaço, de forma que o mesmo passa a ser incorporado como território, já que:

Ao pensar o território, Raffestin (1993) elaborou o *sistema territorial*, que se tornou um conceito importante para a compreensão do território e da sua dinâmica, podendo ser chamado de “essencial visível” das práticas espaciais, em que os atores procedem à repartição das superfícies em malhas, implantam nós e constroem redes para efetuar as ligações econômicas, políticas e culturais entre os territórios [...] Assim, o sistema é construído pelos atores e suas relações de poder, os quais produzem dinâmicas sociais que imprimem as características de cada território, determinando as limitações, mas também as transposições desses limites políticos e administrativos através de ligações em redes (GALVÃO; FRANÇA; BRAGA, 2009, p. 43).

⁷ O termo rede não é recente e, conforme afirma Dias (1995), a preocupação em compreender seus efeitos sobre a organização do espaço é de longa data e exprime-se pela tendência de se buscar compreender as desigualdades socioespaciais impressas na diferenciação da localização dos sistemas de objetos e de ações pelo caráter seletivo das redes e sua fundamentação na mobilidade crescente de capitais, pessoas, coisas e objetos (COSTA; RIBEIRO; TAVARES, 2004).

Existe portanto um paradoxo, um universo que pertence a um modo de viver, associado à propriedade, e logo, com usos diferenciados do espaço, que com fracionamento, “apequenamento” da terra, ou mesmo saída de indivíduos dos núcleos urbanos acabam fazendo com que surjam situações novas. Estas ocorrências acabam por destruir e reconstruir (sob a égide ou não da anterior) determinadas imagens, formas de ver o local, incidem em questões de valor, associado ao uso e a propriedade da terra. Sobre o processo de desterritorialização é importante salientar que:

[...] toda a identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma noção de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social (HAESBAERT, 1998, p. 172).

Portanto, encontram-se no cerne da questão, conflitos de valor, re-elaboração da paisagem, estas não raro, associados à preservação e a aspectos de bem estar dos atores e por que não, para a comunidade como um todo, trata-se de uma situação decorrente do novo se inserindo, (re)incorporando um local que já abarcou uma paisagem natural.

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004, 95-96). Segundo Lefebvre, dominação e apropriação deveriam caminhar juntas, ou melhor, essa última deveria prevalecer sobre a primeira (HAESBAERT, 2008, p. 20).

O processo vivenciado nestas áreas constitui novas relações espaço-tempo que são definidas e redefinidas em eventos dinâmicos e diferenciados, processados em escalas distintas, dada a periodicidade dos cultivos e a intensidade com que a área é plantada e colhida, o que engloba sobremaneira aqueles que migraram do campo para a cidade. Os mesmos tornam-se atores no “contexto local” em que muitas vezes ele não se enxergavam no âmbito da cidade, (re)territorializa-se então o indivíduo enquanto membro da comunidade, sujeito que antes se observava como “forasteiro” - aquele que vem em oposição à sistemática vigente

e ainda ligado/ arraigado a saberes, hábitos, tradições e organizações do local de origem⁸.

Destarte, cabe salientar que a simples existência de territorialidades por si só não implica na existência de conflitos; o que muitas vezes ocorre são ações no mesmo plano de outras. A partir desta relação uma afetaria a outra, diretamente, criando-se a condição dos múltiplos territórios, tendo territorialidades em planos diferentes, conforme Haesbaert no contexto da abordagem de Sack (1986), afirma que:

[...] o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é, também, e sobretudo, multiplicidade de poderes neles incorporados através dos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem [...] As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo [...] A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2008, p. 21).

A este fenômeno salienta-se uma escala local e outra externa, decorrendo, daí, a multiplicação de territorialidades; logo, o mundo é menor e as distâncias são mais curtas, o que tem se observando nesse contexto é que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a grandes distâncias e, mormente maior em espaços circunvizinhos. Esta realidade viria portanto a afetar a identidade, pois o tempo e o espaço são também as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação (HALL, 2005).

Assim, o efeito parte para muito além de se ter uma propriedade, mas sim, ser propriedade de “alguma coisa”, onde se encontram, exatamente, as representações. As pessoas que se constituem enquanto produtores vão ao local com uma “outra” lógica, que se diferencia daqueles que vêem a terra apenas como espaço de sede locacional ou industrial, uma vez que relaciona o local ao fim que se dá ao espaço urbano. Acerca desse determinado fim, observa-se que o mesmo vai

⁸ Essa realidade ocorre com os indivíduos oriundos do campo, mas não apenas a esses, pois muitos migrantes de pequenas ou médias cidades também costumam guardar estreitos laços/vínculos com atividades agrícolas, contextos/realidades e simbolismos atrelados ao rural em suas especificidades.

do produto físico ao lazer e o bem estar, reproduzindo valores, costumes, normas próprias e têm sobre o local uma dimensão diferenciada de cotidiano, instaurando no mesmo uma dinâmica de dominação e efetuando a seleção do espaço⁹ de acordo com a sua lógica. Essa seleção do espaço não raro, contrapõem os interesses e as diversas problemáticas como a especulação imobiliária¹⁰ e as implicações repercutidas pelas mesmas.

Deste modo, pode-se observar que quando transcorrem mudanças no espaço urbano, inicia-se um processo em que se pode observar uma mescla de práticas, estruturas e organizações anteriormente atribuídas ao rural, porém com inserções dotadas de características urbanas, principalmente no que toca a infraestrutura e conexões via acesso a mercados (tanto locais e regionais quanto nacional e internacional). Portanto:

[...] la importancia de las relaciones con el afuera en el proceso constante de construcción de los lugares brinda la posibilidad de descubrir condiciones de “urbanidad” en lugares a los que debería categorizarse como rurales, de acuerdo a la clasificación censal. Esta situación se manifiesta especialmente en aquellas aglomeraciones que por sus condiciones de localización favorables han sido objeto [...] especialmente las cercanas a las carreteras y a las autopistas o las que por otros motivos se han mostrado más favorecidas en el proceso de rururbanización¹¹ (BARROS, 1999).

Assim, muitas vezes os locais ociosos passam a ser alvo de uma “reconstrução” da natureza e não raro de preservação na ótica dos agricultores locais, passa a ser sede do estranho, das práticas distintas do habitual, e, portanto, local do exótico. Parece assim, haver uma considerável dicotomia na visão do “todo”, mas também na divergência da produção do território como recurso.

⁹ [...] complexo conjunto de diferentes lugares, de objetos naturais e construídos e das ações humanas. Um conjunto indissociável e solidário de objetos e ações (SANTOS, 1996).

¹⁰ A especulação imobiliária deriva, em última análise, da conjugação de dois movimentos convergentes: a superposição de um sítio social ao sítio natural; e a disputa entre atividades ou pessoas por dada localização. A especulação se alimenta dessa dinâmica que inclui expectativas. Criam-se sítios sociais, uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares afeiçoando-os às suas exigências funcionais [...] quanto aos lugares de residência, a lógica é a mesma, com as pessoas de maiores recursos buscando alugar-se onde lhes pareça mais conveniente, segundo os cânones de cada época, o que também inclui a moda (SANTOS, 2008, p. 106-107).

¹¹ [...] a importância das relações com o exterior no processo constante de construção dos lugares blinda a possibilidade de descobrir condições de “urbanidade” em lugares que devem ser classificados como rurais, de acordo com a classificação do censo. Esta situação se manifesta especialmente naquelas aglomerações que, por suas condições de localização favoráveis, têm sido objeto [...] especialmente perto de estradas e rodovias ou que por outros motivos têm se mostrado mais favorecidos no processo de rururbanização (TRADUÇÃO DO AUTOR).

Diante desta ótica, a questão do processo e da intensidade dessa dicotomia se constitui em aspecto relevante de análise, sobretudo em vista das relações de produção e de poder produzidas no território, uma vez que as mesmas convergem para as distintas estruturas, imagens e representações que dele emanam.

Esta relação espaço-tempo e a influência da presença do indivíduo externo ou apenas de suas marcas, geradas pela presença física de uma estrutura produtiva implicam relações inseparáveis do que se expressa como poder humano e imediatamente delinea representações.

Porém, questiona-se como se dão estas relações, já que em algumas situações existe maior presença física do indivíduo, no caso da produção mais intensiva, ao passo que numa segunda, as relações se resumem basicamente em alguns dias de cultivo e produção, sendo portanto, mais vulneráveis e menos estruturadas. Cabe salientar que em ambas as relações, o que persiste são as estruturas físicas inevitavelmente presentes e inseparavelmente relacionados com a dinâmica local, seja em seus aspectos positivos de ampliação de alimentos e/ou oportunidades econômicas e potenciais ambientais, seja por meio de seus entraves, destacados pela voracidade dos processos urbanizadores e a ampliação de equipamentos urbanos¹² em prejuízos ao cotidiano natural da fauna e da flora, ou então, da própria produção agrícola, dentre outros fatos incidentes sobre o local.

Os territórios produtivos da agricultura urbana

[...] o espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. O espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade [...] (SANTOS, 1979, p. 18).

Dois elementos próprios da relação do espaço com o território, gerando uma série de atributos, constituem-se em territórios funcional e simbólico. Neste sentido, no contexto da abordagem, cabe enfatizar a forma pela qual esses territórios se constituem nos locais (malhas) de agricultura urbana, bem como a forma pela qual as relações se processam e os territórios se caracterizam de acordo com as extensões e os tipos de cultivo. Dicotomicamente se constroem

¹² Equipamentos urbanos é uma denominação que classifica os bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários à população.

relações de forças, atrelando locais aos poderes diferenciados, ou seja, de forma absolutamente oposta à “uniterritorialidade”¹³.

Nestas distintas interações, ocorrem inferências sobre o espaço que perfazem territórios em particular. A questão é o quanto implicam as inserções de poder, o quanto a dinâmica social¹⁴ está relacionada às características peculiares. Como também, o quanto estas relações apresentam de interações, limitações, bem como transposições de limites para questões de dominação local, ou mesmo, político-administrativas, ultrapassando os limites da malha da propriedade, perpassando por nós estabelecidos a exemplo de articulações com outros agricultores, chegando até as ligações em redes, pois:

A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta às variações do espaço e às mudanças que advêm do tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o “instrumento” por excelência do poder (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

Assim, preponderam relações funcionais e simbólicas, nas quais se (re) criam diferenças, prismas sob os quais os conflitos, as diversidades sociais e os recursos naturais sofrem influências e são palco de produções diversificadas e voltados a fins distintos, sempre lembrando o quão importante são as constituições simbólicas das rusticidades e do exótico no território. Contudo, tais produções encontram uma série de ambiguidades, uma vez que ao mesmo tempo em que a atividade é exótica na maior parte do contexto do mundo urbano, também salienta-se a ambiguidade ambiental, já que se imprime sobre estes espaços a construção de locais que não raro, contam com o apelo a preservação; seria uma “contradição em processo”, pois a medida em que a atividade avança sobre os territórios, pode colocar em xeque muitas outras demandas urbanas, das quais a crescente demanda por habitações é inegável e indissolúvel de cidades em cres-

¹³ [...] “uniterritoriais” no sentido de imporem a correspondência entre poder político e identidade cultural, ligadas ao fenômeno do territorialismo, como nos territórios defendidos por grupos étnicos que se pretendem culturalmente homogêneos, não admitindo a pluralidade territorial de poderes e identidades (HAESBAERT, 2008, p. 25).

¹⁴ A agricultura urbana, como fenômeno social e político, possui forte conexão com as questões e temáticas socioambientais e socioespaciais. Por também ser ação política, a discussão sobre a agricultura urbana traz consigo o debate sobre a pobreza, as desigualdades sociais e o desemprego como efeitos do desenvolvimento do capitalismo. Contudo, a agricultura urbana, além de ser uma atividade produtiva, é processo social que envolve múltiplos atores, múltiplas funcionalidades na vida das cidades – da *cidade produtiva* e da *cidade ecológica* -, integra diversos caminantes, seus lutadores, seus *fazedores*, como, de resto, seus estudiosos e críticos (MOREIRA, 2008, 243-244).

cimento. Portanto, ainda que importante sobre diversos aspectos produtivos, naturais e de preservação, também afeta demandas vigentes da sociedade e que também contam com apelo de setores e grupos das cidades.

Partindo do pressuposto de Haesbaert (2008, p. 22) acerca dos tipos de territórios tem-se:

[...] dois grandes “tipos ideais” ou referências “externas” diante dos quais podemos investigar o território, um mais funcional, outro mais simbólico. Enquanto “tipos ideais”, eles nunca se manifestam em estado puro, ou seja, todo território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que ela seja, e todo território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que ele seja. Num esquema genérico dos extremos deste já aludido *continuum* entre funcionalidade e simbolismo, podemos caracterizá-los [...].

Assim, conforme caracterização de Haesbaert (2008), podem-se observar os seguintes elementos do território (Figura 1):

Figura 1: apontamentos sobre territórios funcional e simbólico

"Território funcional"	"Território simbólico"
Processos de dominação	Processos de apropriação (Lefebvre)
"Territórios da desigualdade"	"Territórios da diferença"
Território sem territorialidade (empiricamente impossível)	Territorialidade sem território (ex.: "Terra Prometida" dos judeus)
Princípio da exclusividade (no seu extremo: unifuncionalidade)	Princípio da multiplicidade (no seu extremo: múltiplas identidades)
Território como recurso, valor de troca (controle físico, produção, lucro)	Território como símbolo, valor simbólico ("abrigo", "lar", segurança afetiva)

Fonte: Haesbaert (2008, p. 22)

Tão logo preponderam relações funcionais e simbólicas, ressalta-se o aspecto da maior ou menor interação entre sujeitos, pois ainda que os processos de territorialização se apresentem em ambos os casos, distinguem-se em intensidade e processo.

Em se tratando de plantios mais perenes, mesmo com menor período de encontros entre os produtores e a terra propriamente dita, forjam-se condições

territoriais que perpassam inter-relações, sobretudo pelo fato de que, ao se manifestarem, o fazem de forma intensiva durante aquele período. Assim, cabe salientar que, ao mesmo tempo em que são distintas daquelas que se processam num cotidiano de maior vivência, com maior número de plantios e colheitas, incidem sobre esses territórios influências marcantes, na territorialidade do cultivo.

Dessa forma, à medida que as manifestações produtivas se articulam diferentemente em suas perspectivas e dimensões (sociais, políticas, culturais e econômicas), a abordagem de plantios mais perenes perfazem as menores interações nesses territórios, como interações mais concentradas em poucos períodos (ou mesmo um único), uma vez que têm maior intensidade a partir de sua menor dispersão. Essa manifestação ocorre diferentemente dos cultivos de plantio frequente que passam a tecer relações (legítimas ou não) com o universo local, de forma mais adjacente, mais intensiva.

Portanto, quanto aos plantios mais perenes da agricultura urbana, no plano dos territórios simbólicos, exaltam-se os nós, manifestados a partir das apropriações e os “territórios da diferença”, relações menores em periodicidade, porém mais conflitantes nas relações constituídas por meio de interações no contexto da apropriação da área e visualizações do uso que se faz dos diferentes territórios.

A partir desta perspectiva de plantios mais duradouros, se por um lado as periodicidades mais esparsas reduzem as interações diretas no lugar, por outro, ao se inserirem no local segmentam e instigam o processo de dominação, projeção contrária a projeção estritamente urbanizadora que estava se dando ao local. Conforma-se assim, processos de estranhamento e repulsa ao território “perdido”, do qual o mesmo fora expropriado, simbólico e materialmente. Assim:

[...] a prática e o movimento contemporâneo da agricultura urbana é desafiante, pois é processo nascido na contradição da produção e reprodução da cidade capitalista. Ao mesmo tempo, é trama de ligações e conexões imbricadas em outros movimentos que atuam nas lutas socioambientais, das desigualdades de gênero, de segurança alimentar e de trabalho e renda. Observar o processo, a trajetória e o desenvolvimento da AUP exige perceber suas conexões e ligações com tais movimentos no tempo e no espaço urbano (MOREIRA, 2008, p. 244).

No tocante a desapropriação, a sua intensidade pode ser visualizada através daqueles que herdam a compreensão e dão sequência àquela descontinuidade

territorial: de um lado a organização e a estrutura espacial urbana, de outro as atividades agrícolas e a estruturas produtiva forjada. Mesmo não havendo conflito latente, perduram divisões que se processam mais intensivamente em períodos determinados, como em momentos de interesse imobiliário, o que vai tornando as territorializações elementos centrais desses cotidianos.

Sob a ótica do produtor, a reorganização local e os arranjos estruturais são moldados na intenção de redefinir o território, transformando-o em território de conflito, da resistência da lógica produtiva ante o território da materialização da estrutura e apropriação das estruturas urbanas. Conforme Oliveira apud Roos (2009, p. 89):

[...] são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da sociedade.

A *posteriori* das perspectivas “simbólicas”, as perspectivas “funcionais”, em relação aos processos de dominação, não apresentam as mesmas características, condicionantes de interação e integração do lugar e das “coisas” nele existentes.

As malhas não são homogêneas, todavia possuem diversos elementos que se complementam. Dentre esses elementos, podemos apresentar os pontos, ou nós que são os centros de poder e de referência; as aglomerações de diversas escalas, de indivíduos ou grupos. Em uma tessitura, porém, podemos afirmar que os nós são interdependentes e, portanto, precisam relacionar-se, comunicar-se (GALVÃO, FRANÇA, BRAGA, 2009, p. 44).

A condição estabelecida por essa rede de relações de agentes internos e externos nas produções e cultivos mais perenes é a da co-existência, durante os curtos períodos de tempo em que se dão as ações produtivas, distinguem-se dos espaços de cultivos mais frequentes e portanto, as suas inter-relações. Ficam, então, excluídas quaisquer possibilidades voltadas à funcionalidade “exclusiva” do território em sua totalidade. Tal relação fomenta “redes” podendo ser observada como:

Ela (a rede) depende dos atores que geram e controlam os pontos da rede, ou melhor, da posição relativa que cada um deles ocupa em relação aos fluxos que circulam ou que são comunicados nas redes (RAFFESTIN, 1993, p. 207).

Contudo, se por um lado existe esta dinâmica diferenciada em suas relações, os processos, por outro lado, não são tão “naturalizados” tais quais muitos daqueles que se processam e podem apresentar maior resistência e mesmo a co-existência se torna complexa, à medida em que se alteram e, não raro, se conflitam os valores e os simbolismos “depositados” sobre a paisagem, sobre o lugar e a forma de ocupá-lo e nele o status do produzir entra em contradição com o habitante, ocasionando, além do estranhamento, uma postura conflitante. Neste sentido:

[...] na sociedade atual, muito se tem falado dos processos e das mudanças que ocorrem de forma acelerada em nossa sociedade e, conseqüentemente, nos processos de globalização. Cresce, nesse contexto, a importância de discutirmos o local e o global, uma vez que a experiência do global não é parcial. Portanto, os múltiplos processos que constituem esse fenômeno, habitam e dão forma específica – mais que específicas – às estruturas econômicas, políticas e culturais subjetivas. Com isso, produzem-se novas temporalidades e espacialidades [...] (UEDA, 2008, p. 77).

A formação de múltiplos territórios nesta relação perfaz a dicotomia entre atores, ações, visões e pretensões no espaço, havendo a ruptura daquele espaço, antes unifuncional, voltado às peculiaridades urbanas e suas dinâmicas, para abarcar realidades distintas, percebendo-se suas personalidades, suas distinções.

Diante destas relações se processam duas perspectivas distintas sobre o território funcional, os territórios e seus elementos como valor de uso, o ambiente, as relações culturais, e o pertencimento, por exemplo. Já o valor de troca, que surge calcado nas demandas urbanas e o produzir, a residência urbana e o produto agrícola, sendo assim, relações dicotômicas entre a produção agrícola e as ocupações urbanas.

Mesmo diante dessas divergências, parece haver alguma similaridade entre determinadas características da formação da identidade do indivíduo em relação ao local, pois:

[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre um “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela está sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre incompleta, sempre “sendo formada” (HALL, 2005, p. 38).

Esta característica é um elemento que potencializa a coexistência de ambos os valores, a valorização dos valores de uso é muito mais intensa e comum à sua relação ação-interação-espaço, dadas as suas peculiaridades identitárias e simbólicas que o integram, como sujeito, àquele território. Uma característica marcante em relação ao valor de uso está na forma como o mesmo comumente se processa, essa realidade pode ser observada na afirmação de Madaleno (2002, p. 170) que afirma que:

[...] o espaço tem, no geral, um valor de uso [...] finalmente, esparciam-se as explorações agrícolas pela periferia, em lotes quer individualizados [...] quer comunitários [...] de muito maiores dimensões, normalmente superiores ao hectare [...].

Essas relações podem ou não ser fomentadas pelo poder público, instituições e/ou organizações contemplando uma carga maior de interesses e, com isso, reduzir os conflitos, logicamente que tais aspectos são construídos e posteriormente coalizados, pois:

[...] reconhece-se a necessidade de se analisarem as diferenciações territoriais emergentes – os novos significados que adquirem os usos políticos do território e as novas formas e conteúdos territoriais – em momento histórico tão pleno de rupturas de paradigmas e de mudanças de padrões políticos de desenvolvimento (RÜCKERT, 2008, p. 121).

A partir desta compreensão, observa-se que os usos territoriais e seus conteúdos quando em possibilidades inter-relacionais de inserção, como no caso da produção agrícola em solo urbano, encontram nos formatos dos arranjos locais, e sobretudo nas articulações políticas, espaços para reconstruir territórios.

Assim, ainda que mantidas as segmentações no tocante a relações de poder e processos de dominação, podem ser inseridas no lugar, relações e processo de convergência em torno de planos políticos, principalmente quando tais relações representam oportunidades de ocupação, ou mesmo de valorização de áreas, processos que mesmo simbólicos, são capazes de alterar sobremaneira a forma como o território é visualizado e logo, concebido como um todo.

A integração reterritorializante das malhas locais, mesmo quando mantenedora de peculiaridades que distinguem territorialidades, de um lado ocasiona a lógicas de trocas, ou então conjuntas, sobretudo à medida que se processam relações cotidianas de auxílios e contratações de serviços, para muito além das relações econômicas vigentes neste processo. Assim, coexistem interações sociais e culturais que caracterizam áreas peculiares, onde necessidades externas são incorporadas com certa naturalidade, podendo havendo incorporação de consumo de produtos e necessidades junto à população local, como a oferta de produtos, por exemplo. Esses aspectos muito além de se constituírem em elementos funcionais do território, voltados ao valor de uso, agregam a si os valores simbólicos de ressignificações de questões, demandas e atos de consumo.

Nesse sentido, à medida que se aproximam territórios “simbólicos” e “funcionais” parece haver a produção de territorializações e de produção de múltiplos territórios mais próximos à associação de poderes de hegemonias locais, redimensionando e por que não dizer, recriando territórios sob a acepção notória de eminência de poder, relações que intervêm sobremaneira na estrutura e organização locais, inferindo diretamente sobre a natureza ali existente. Assim:

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

A relação condicionada entre os distintos atores que integram o território coexiste em territorialidades distintas que em muitas vezes reterritorializam áreas sob um prisma unificado de feições e características derivadas das relações

tecidas no interior dos territórios, permitindo a coexistência estabelecida naquela ocupação, apropriação e integração ao local e as suas inter-relações.

Ficam portanto, viabilizadas possibilidades de o território interagir em sua totalidade, mesmo quando de sua distinção no cerne do processo, sobretudo diante de distintas classes sociais, que, não obstante, tecem as interfaces com os habitantes locais de forma absolutamente distinta do isolamento da malha volta-da exclusivamente à estrutura urbana, ampliam-se nesses casos, os nós que contemplam o poder, no âmbito do lugar, a exemplo da ampliação de possibilidades da constituição de redes no mesmo.

Não obstante, se por um lado existe tal dinâmica, a evidência de transformações de espaços em suas esferas organizacionais e os potenciais de transformação e interligação constituem-se em relações diretamente relacionadas a redes externas que interagem sobre os espaços locais, onde:

Com a modernização contemporânea, todos os lugares se mundializam. Mas há lugares globais simples e lugares globais complexos. Nos primeiros apenas alguns vetores da modernidade atual se instalam. Nos lugares complexos, que geralmente coincidem com as metrópoles, há profusão de vetores: desde os que diretamente representam as lógicas hegemônicas, até os que a elas se opõem. São vetores de todas as ordens buscando finalidades diversas, as vezes externas, mas entrelaçadas pelo espaço comum. Por isso a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar [...] (SANTOS, 1996, p. 258).

Com base nesta assertiva, a formação de múltiplos territórios em tal situação perfaz a incorporação ao espaço de agentes externos e dinâmicas igualmente diferenciadas. Esta afirmação, não significa que não persistam espaços de resistência e/ou conflitos, porém todos eles parecem muito mais pontuais e direcionados a determinados agentes em particular, com potenciais a coalizões no tocante a interesses e ações frente ao espaço. Nesse contexto, a manifestação de territórios distintos, com lógicas, interesses e ações similares, ainda que distintas, corroboram com particularidades específicas caracterizadoras de suas especificidades e localismos, onde o externo e o interno se confundem e trocam elementos fundamentais, perfazendo novas identidades territoriais.

Frente a estas relações, as perspectivas sobre o território, manifestadas sob o prisma da agricultura urbana oferecem a interação de aspectos funcionais e simbólicos, interagindo elementos de valor de uso e valores de troca, quando ambientes, o patrimônio, relações culturais, pertencimento, dentre outros aspectos se constituem, constroem e reconstróem elementos decorrentes das reterritorializações.

Por fim, cabe salientar que ainda que a problemática maior norteadora da reterritorialização, de sua modelação esteja calcada na demanda vigente, muitas vezes a mesma é guiada muito mais por interesses menos locais, mais externos, por meio de poderes políticos pré-estabelecidos em detrimento daqueles níveis de poderes que orbitam os próprios interesses da esfera local, em que a esfera do Estado participa apenas como ente normativo, mas sem interferência mais direta, ou seja, como ator propriamente dito.

Considerações finais

O fenômeno da agricultura contempla um fenômeno que implica diretamente relações dos territórios, forjando múltiplos territórios com repercussões distintas, de acordo com os tipos, formas e organizações em questão. Assim, nos plantios e colheitas mais perenes, a articulação entre os nós se dá de forma díspar na área em que ela ocorre; com isso, essas redes são diferenciadas daquelas oriundas dos plantios e colheitas mais contínuas, com maior interação, razões que possibilitam uma construção territorial com outros tempos e outros interesses junto ao lugar.

Os nós, por sua vez, ao serem centros de poder, denotam diferenciações em relações da agricultura urbana, uma oscilante já que é mais pere e com maiores atritos em relação às malhas dos territórios constituídos, uma vez que o processo dominante neste sentido incide em menores interações entre os territórios, resguardando, com maior intensidade, as individualidades das áreas e tornando, assim, as malhas e os nós mais isolados. A outra relação consiste nos plantios e colheitas mais contínuas já que possibilitam mais interações, onde as relações tendem a oscilar menos em suas distinções territoriais, uma vez que os processos dominantes incidem, reterritorializando peculiaridades das áreas, tornando, assim, as malhas e os nós cada vez mais integrados.

Assim, os cultivos agrícolas em solo urbano influenciam relações no cotidiano e possibilitam integrações entre elementos, no espaço; constroem-se, assim, relações onde se mantêm certas peculiaridades dos territórios, persistem

(em maior ou menor interação) limitações frente às suas configurações, e são tecidas relações de dominação sobre a área. Porém, processam-se determinadas interações entre os atores dos territórios, podendo emergir desta interface determinadas realidades onde se podem vincular a interesses e objetivos que no caso da agricultura urbana aproximam interesses de cunho ambiental e alimentício, mas ao mesmo tempo vão de encontro a outras demandas, como por exemplo a disponibilidade habitacional.

Portanto, tanto os elementos de territórios simbólicos (como certos valores de uso e de troca) quanto os funcionais, interferem, em distintas proporções, as malhas; estas nada mais são do que a área, onde os processos territoriais se moldam, mantendo distinções de visões entre atores e outros indivíduos que posuam interesses (pessoais o coletivos) distintos com o local, pois as perspectivas de tais movimentos espaciais sempre irão incidir em relações de poder, onde persistem relações territoriais específicas que passam a co-existir com interesses externos, processo no qual se vislumbram grupos de poder e onde se tem que apreender concepções de multiplicidade.

Referências

ARRUDA, J.; ARRAES, N. A. M. Análise do Programa de Hortas Comunitárias em Campinas-SP. In: **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 9, n.1, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/878/87890103.pdf>>. Acesso em: fev. 2013.

BARROS, C. De rural a rururbanos: transformaciones territoriales y construcción de lugares al Sudoeste del área metropolitana de Buenos Aires. In: **Scripta Nova**, Uberlândia, v. 51, n. 45, ago. 1999. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-45-52.htm>>. Acesso em: fev. 2012.

DI MÉO, G. **Géographie sociale et territoires**. Paris: Nathan, 1998.

FAO. Selecte issues: urbana agriculture: na oxymoron? In: **The state of food and agriculture**. Food Security: some macroeconomic dimensions. Rome: FAO, 1996.

FERREIRA, R. J.; CASTILHO, C. J. M. de. Agricultura Urbana: discutindo algumas das engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial. In: **Campo-Território**: Revista de Geografia, Recife, v. 24, n. 2, p. 06-23, mai/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/viewFile-/111/66>>. Acesso em: fev. 2012.

GALVÃO, A. R. G.; FRANÇA, F. M.; BRAGA, L. C. O território e a territorialidade: contribuições de Claude Raffestin. In: SAQUET, M. A.; SOUZA, E. B. C. de (Orgs.). **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 33 - 46.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A. L.; DA COSTA, B. P.; PIRES, C. L. Z.; UEDA, V. (Orgs.). **A emergência da multiterritorialidade**. A resignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Ed. da ULBRA, 2008. p. 19 - 36.

_____. Região e redes transfronteiriças em áreas de migração brasileira nos vizinhos do Mercosul. In: STROHAECKERT, T. M. et al. **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre, AGB-PA, 1998.

COSTA, M. A. F.; RIBEIRO, W. de O.; TAVARES, M. G. da C. O Turismo enquanto espaço de análise geográfica: três perspectivas de abordagem. In: **Mercator**. Ano III, n. 06, p. 33-42. Fortaleza. 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidades**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

KOZENIESKI, E. de M. **O rural agrícola na metrópole**: o caso de Porto Alegre/RS. 2010. 130f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MADALENO, I. R. **A cidade das mangueiras: agricultura urbana em Belém do Pará**. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

MARIANI, M. A. P.; ARRUDA, D. de O. Território, territorialidade e desenvolvimento local: um estudo de caso dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Corumbá/MS. In: **Anais do 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Campo Grande, jul. 2010. p. 1 - 16. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/301.pdf>>. Acesso em: jul. de 2016.

MAXIMILIANO, L. A. Considerações sobre o conceito de paisagem. In: **RA'E GA**. Curitiba, n. 8, p. 83 - 91, 2004.

MONDARDO, M. L. Manifestações das ruralidades em pequenos municípios gaúchos: o exemplo da Quarta Colônia de Imigração Italiana. In: **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v.3, n. 5, p. 114-137, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11849/6935>>. Acesso em: fev. 2012.

MOREIRA, C. Trajetória contemporânea da agricultura urbana. In: HISSA, C. E. V. (Org). **Saberes Ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROOS, D. Territorialização da luta pela terra e transformações regionais. In: SAQUET, M. A.; SOUZA, E. B. C. de (Orgs.). **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 81 - 93.

RUA, J. Urbanidades no Rural: o dever de novas territorialidades. In: **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia**, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewarticle.php?id=23>>. Acesso em: fev. 2012.

RÜCKERT, A. Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. In: HEIDRICH, A. L.; DA COSTA, B. P.; PIRES, C. L. Z.; UEDA, V. (Orgs.). **A emergência da multiterritorialidade**. A resignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Ed. da ULBRA, 2008. p. 119 - 136.

SACK, R. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e suas diretrizes políticas para sua promoção**: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas brasileiras. Belo Horizonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome-MDS; Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação-FAO; Secretaria de Segurança Alimentar-SESAN, jun. 2007. Disponível em: <www.rede-mg.org.br/article_get.php?id=100>. Acesso em: nov. 2011.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Ed. da USP, 2008.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

TERRILE, R. **Planificación urbana, ordenamiento territorial y AU**. Texto temático del Curso-Taller: “Diseño e implementación multi-actoral de políticas y acciones estratégicas en Agricultura Urbana”, IPES, RUAFL, Lima. 2006.

UEDA, V. O território organizado pelas redes. In: HEIDRICH, A. L.; DA COSTA, B. P.; PIRES, C. L. Z.; UEDA, V. (Orgs.). **A emergência da multiterritorialidade**. A resignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Ed. da ULBRA, 2008. p. 77 - 84.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME - UNDP. **Urban Agriculture**. Food, jobs and sustainable cities. New York: UNDP, 1996.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.



Considerações sobre a modernização da agricultura

Éverton de Moraes Kozenieski

Introdução

A modernização da agricultura constitui-se como um processo que toma forma tanto no campo como na cidade, promovendo transformações significativas nas estruturas produtivas e agrárias. Registra-se, entre outras circunstâncias associadas a esse processo, mudanças nas bases técnicas, nos processos de trabalho, nas relações sociais de produção, nas formas de apropriação da natureza, nas novas formas e conteúdos do rural, etc. Há novos elementos na produção do espaço com a modernização da agricultura.

No contexto brasileiro tal processo constitui-se ao longo do século XX, sendo suas marcas amplamente sentida após a década de 50. A modernização conservadora, padrão agrário inaugurado no período em destaque, difunde as novas “harmonias” e as novas contradições, sendo seguido por outros momentos históricos que articulam a produção e as relações no campo em novos arranjos com bases modernas.

A literatura que analisa a modernização da agricultura e seus efeitos no campo brasileiro possui vasto conjunto de proposições e considerações sobre o tema, sendo em muitas circunstâncias focadas na compreensão das repercussões em determinados tempo-espaço. Em meio a diversidade de estudos focalizados, torna-se fundamental resgatar as bases teóricas que fundamentam e sustentam tais proposições.

Desse modo, o presente artigo visa apresentar os aspectos fundamentais do processo de modernização da agricultura, tanto do ponto de vista de suas definições usuais, como também na caracterização das diferentes fases desse no contexto brasileiro. Buscamos, portanto, por meio de um resgate bibliográfico sobre o tema, apresentar um conjunto de notas sobre a modernização da agricultura e uma articulação conceitual a fim de possibilitar a compreensão de tal processo.

Modernização da agricultura: Definições

No sentido de dar conta da tarefa aqui apresentada, torna-se fundamental buscar respostas a um primeiro questionamento: De fato, o que é modernização da agricultura? Os conceitos e definições que dão suporte a essa resposta apontam para dois caminhos.

O primeiro compreende as modificações na base técnica da produção agropecuária, ou seja, o processo de modernização da agricultura desencadeia mudança na agricultura e na criação de animais, construindo uma nova relação do que se produz, da forma como se produz e o quanto se produz. A agricultura moderna (ou modernizada) é, segundo Brum (1985, p. 93):

a fase agrícola que se caracteriza pelo uso intensivo, a nível das unidades produtoras, de máquinas e insumos modernos, bem como por uma maior racionalização do empreendimento e pela incorporação de inovações técnicas, quer dizer, a utilização de métodos e técnicas de preparo e cultivo do solo, de tratos culturais e de processos de colheita sofisticados.

No entendimento de Graziano Neto (1982, p. 26):

Normalmente quando se fala em modernização da agricultura pensa-se apenas nas modificações ocorridas na base técnica de produção, na substituição das técnicas agrícolas tradicionalmente utilizadas por técnicas “modernas”: o burro pelo trator, o estrume pelo adubo químico, a enxada pelo arado. E, quando se pretende avaliar o processo de modernização, procura-se analisar apenas a evolução dos índices de utilização das máquinas e dos vários insumos agropecuários.

Silva (1998) entende que o termo modernização da agricultura é amplamente utilizado no sentido de caracterizar transformações ocorridas no campo. Igualmente, possui amplo espectro de significados:

[...] referindo-se ora às transformações capitalistas na base técnica da produção ora à passagem de uma agricultura “natural” para uma que utiliza insumos fabricados industrialmente. Nesse texto o termo modernização será utilizado para designar o processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade.

[...] consiste num processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, especialmente por meio de mudanças tecnológicas e de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial, processo que perpassa várias décadas e se acentua após a década de 60 (SILVA, 1998, p. 18 e 30).

As perspectivas apresentadas colocam a modernização da agricultura como um conjunto de mudanças ocorridas no pós-guerra na agricultura e no campo, tanto pelas mudanças nas bases técnicas, na crescente integração da agricultura com a indústria e na ruptura de relações de produção preexistentes.

As considerações de Brum (1985) reiteram a face de mudanças nas bases técnicas e produtivas, ou seja, segundo o autor há transformação da agricultura tradicional para a agricultura moderna. Isso significa transformações nos produtos que são cultivados, nas bases energéticas e nos instrumentos utilizados nos estabelecimentos rurais. Nesse caminho temos a tendência de especialização produtiva, ocasionando a redução da diversidade de cultivos produzidos e comercializados nas unidades de produção. No Planalto gaúcho, por exemplo, os cultivos privilegiados nas escolhas dos produtores rurais passam a ser, nas primeiras décadas de chegada da modernização, o trigo e a soja. Da centralidade da produção com bases no uso de energia humana, animal, da água e do vento, passa-se para uso de derivados de petróleo. Ao mesmo passo, alteram-se os usos de instrumentos, como enxada, arado de tração animal, foice, machado, máquina manual de plantar, foicinha de cortar trigo, arroz, etc., ancinho, máquina de matar formiga, carroça, entre outras, para o uso do trator, da colheitadeira automotriz, do arado de disco, do terraceador, do pulverizador, do caminhão, do avião, etc (BRUM, 1985).

No que se refere à integração à indústria, Graziano Neto (1982) considera que a modernização promove, em uma de suas faces, a incorporação crescente de máquinas e insumos industriais modernos, assim como sementes selecionadas, rações balanceadas, medicamentos veterinários, energia elétrica, combustíveis, entre outros insumos. Temos, portanto, um processo intenso de incorporação nas bases produtivas de novas tecnologias e produtos industriais, que podem ser inclusive utilizado com índices de modernização (GRAZIANO NETO, 1982).

O segundo caminho de definição da modernização da agricultura aponta para outro conjunto de elementos para além do exposto. Considera-se como integrante do processo de modernização a ruptura das relações de produção preexistentes. Assim, a modernização, como lembra Brum (1985, p. 94), “pode ser definida ainda como sendo um processo de modificação nas relações sociais de produção”. Graziano Neto (1982), que defende essa perspectiva, também considera que os significados vão além, já que “[...] a chamada modernização da agricultura não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente” (p. 27). Processos no qual se produz mudanças nas relações sociais.

Ao mesmo tempo que vai ocorrendo aquele progresso técnico na agricultura, vai-se modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção. A composição e a utilização do trabalho modifica-se, intensificando-se o uso do “bóia-fria” ou trabalhador volante; a forma de pagamento da mão-de-obra é cada vez mais assalariada; os pequenos produtores, sejam proprietários, parceiros ou posseiros, vão sendo expropriados, dando lugar, em certas regiões, à organização da produção em moldes empresariais (GRAZIANO NETO, 1982, p. 26).

Desse modo, a modernização da agricultura que toma forma no Brasil não está dissociada das dinâmicas do capitalismo e de uma conjuntura internacional que promoveu sua disseminação. Entre um vasto conjunto de eventos, ressaltamos que desde o final do século XIX há um fenômeno de concentração e centralização de capital industrial na Europa e nos Estados Unidos, promovendo a formação de grandes grupos industriais. Nesse contexto, estamos diante da passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. Chesnais (1996) pondera que, neste período, registram-se compras e fusões de empresas conformando “monopólios”, designação genérica para grandes grupos empre-

sariais que dominam as atividades econômicas e paulatinamente se organizam para além das fronteiras nacionais. Nesse mesmo contexto de início de século, há concentração e centralização do capital monetário em torno dos bancos, fato que tem como um de seus efeitos a formação do capital financeiro.

A dinâmica de acúmulo de capital no capitalismo monopolista suscita um conjunto de eventos ao longo do século XX, dentre os quais se registra uma outra etapa do processo de internacionalização após a segunda guerra mundial. Segundo Harvey (2012), esse cenário com característica fordista e keynesiana promove, entre outros aspectos, a expansão mundial das multinacionais, especialmente americanas, estando amparado em uma conjuntura geopolítica de domínio dos Estados Unidos, que promovia o financiamento para outros países, tornando-se importante credor internacional, em troca da abertura mundial dos mercados de capital e de mercadoria ao poder de grandes corporações. O poder corporativo, especialmente nas nações do capitalismo avançado, era usado no sentido de garantir o crescimento sustentado de investimentos que promovessem o aumento da produtividade, o crescimento e a elevação do padrão de vida da população. Ambos os caminhos, no entanto, sustentados em uma base estável para efetivação de lucros das corporações.

Cabe destacar que os interesses das corporações transnacionais são assumidos, paulatinamente, como objetivos nacionais pelos países dependentes. Assim, são vários aqueles que assumem o compromisso de implantação dessas estratégias por meio de políticas públicas e da fundação de órgãos públicos de fomento. No Brasil, por exemplo, na década de 1950, sob influência da fundação Rockefeller, constitui-se o primeiro organismo público de crédito e assistência técnica que passa a atuar sob essa nova perspectiva. Logo houve a formação de organismos públicos análogos em outros estados, como é o caso do Rio Grande do Sul, com a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR). Na década de 1970 temos a fundação da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) e do Sistema Nacional de Extensão Rural, constituído ainda da respectiva Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) estadual, fundadas no sentido de articular de forma mais eficiente e fornecer instrumentos para a modernização no campo (BRUM, 1985).

A conjuntura internacional que dá suporte à disseminação da modernização da agricultura tem reflexos no contexto nacional. A ela se associa o reacomodar de hegemonias políticas e a dominância econômica de certas classes sociais, aspectos que influenciaram nas políticas do Estado brasileiro e nos estabelecimentos de determinados padrões agrícolas. As transformações podem ser senti-

das desde o movimento do capital à expropriação dos camponeses, das formas de regulamentação do Estado às novas formas de apropriação da natureza.

A segunda perspectiva de definição da modernização da agricultura vai além das mudanças nas bases técnicas. Cabe ressaltar, contudo, que ambas definições, não necessariamente excludentes entre si, apresentam face e significados do termo modernização que, mesmo numa primeira aproximação, demonstra algumas mudanças ocorridas no campo e na agricultura. Torna-se necessário compreender as diferentes nuances no rural brasileiro desde sua chegada no pós-guerra.

A modernização da agricultura no Brasil

As definições e os sentidos empregados ao termo modernização da agricultura caracterizam esse processo e destacam os elementos que o constituem. Tomando como referência essas definições, torna-se possível descrever as mudanças trazidas ao rural. A fim de identificar diferentes momentos da modernização no campo, tomamos como referência a periodização produzida por Delgado (2012), o qual compreende que posteriormente a 1964 registram-se três fases cíclicas da agricultura capitalista, conformando padrões agrários com estratégias de acúmulo específicas de capital. Os períodos são nominados como modernização conservadora, transição e economia do agronegócio. Ambas foram orientadas por meio dos ciclos da economia política da produção e da repartição do excedente econômico, do papel exercido pela renda da terra e pelas características do sistema de crédito público.

Nesse caminho, iniciamos com o período, compreendido entre 1965 e 1985, definido como “modernização conservadora”. Segundo Delgado (2012), estamos diante de um período de desenvolvimento de uma agricultura capitalista, na qual se caminha progressivamente para integração de atividades entre a cidade e o campo, além, evidentemente, das relações com o mercado externo. Trata-se de um momento de integração técnica entre a agricultura e a indústria, intensamente induzida pela política econômica do Estado. Tais ações abrigaram interesses em seu interior e manteve foco nas oligarquias rurais (grande propriedade e capital comercial), em meio a um pacto agrário modernizante e conservador. Cabe destacar que o momento histórico apresentava significativas disputas no campo, contrapondo especialmente projetos em torno da reforma agrária e a manutenção das oligarquias rurais, sob a regência do Estado da ditadura civil-militar.

Segundo este mesmo autor, ao que se refere especificamente à integração técnica da indústria com a agricultura, as mudanças da base técnica ocorreram em âmbito nacional nas décadas de 1960 a 1980, embora haja experiências antecedentes na agricultura paulista. Nos primeiros quinze anos pós-guerra verificou-se uma forte dependência de importações de maquinários e insumos para a produção, aspecto que contribuiu para a presença reduzida de recursos industriais. Contudo:

[...] somente na década de 1970 que houve uma intensificação do consumo industrial pela agricultura (com a triplicação da frota de tratores), a par de um movimento paralelo e integrado de implantação no país do subsetor industrial produtor de insumos e bens de capital para a agricultura. Por outro lado, o processo de integração técnica agricultura-indústria foi ainda fortemente impulsionado pela modernização da indústria processadora de produtos rurais, a qual em integração com o setor produtivo agrícola, a indústria de bens de capital e os serviços de apoio constituem verdadeiros complexos ou “sistemas agroindustriais” (DELGADO, 2012, p. 16).

As colocações enunciadas indicam certa cronologia entorno da integração técnica a qual nos referimos. Desse modo, registra-se a ampliação do uso de insumos industriais no campo, podendo ser representados pelos registros crescentes de uso de fertilizantes à base de nitrogênio, fósforo e potássio (NPK) e de tratores disponíveis para a produção. Além das transformações na base técnica na agricultura, houve a conformação de complexos agroindustriais, os quais, embora originários do mesmo processo histórico, apresentam características distintas.

A promoção de tais transformações, seja da base técnica ou mesmo das relações de produção, é resultado da ação do Estado por meio de diferentes instrumentos indutores. Nesse sentido, Szmrecsányi e Ramos (2002) consideram que há unanimidade entre os mais diferentes autores a respeito do papel do crédito rural como principal instrumento utilizado para modernização da agricultura. Segundo os autores:

[...] o crédito rural subsidiado foi o mais importante instrumento de que lançou mão o Estado brasileiro da época para promover a chamada modernização de nossas atividades agropecuárias. Da mesma forma, já foi devidamente

ênfatizada que tal crédito beneficiou de maneira bastante desproporcional os grandes proprietários, constituindo-se numa das faces mais visíveis da estratégia de modernização conservadora (SZMRECSÁNYI; RAMOS, 2002, p. 238).

O crédito, sem dúvidas, foi fundamental para a modernização conservadora. Além disso, a política econômica empregada no período foi amparada em uma concepção de planejamento induzido, conforme a perspectiva de Delgado (2012). Desse modo:

Perseguiu-se na política agrícola a concepção de planejamento induzido dos mercados de produtos rurais mediante a desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado (risco de produção e de preços). Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura, mediando a adoção desses pacotes com mecanismos de seguro de preço e seguro de crédito à produção (p. 13).

Além disso, percebe-se nas formulações da política econômica:

[...] a grande evidência na liberdade da política de crédito rural, a prodigalidade dos incentivos fiscais (principalmente nas desonerações do Imposto de Renda e do Imposto Territorial Rural), e ainda o aporte direto e expressivo do gasto público na execução das políticas de fomento produtivo e comercial, dirigido às clientelas das entidades criadas ou recicladas no período (SNCR, Política de Garantia de Preços, Proagro, Pesquisa e Extensão Rural, etc) (DELGADO, 2012, p. 13-14).

Delgado (2012) considera ainda que a política desenvolvida orquestrava, concomitantemente, a desoneração dos riscos produtivos e a promoção de incentivos à integração técnica, por meio de instrumentos, tais como Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM), Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), crédito rural orientado subsidiado para insumos e bens de capital industrial, entre outros. Em tais situações, identifica-se a centralidade ocupada pelo sistema bancário no que se refere à operacionalização da política

agrícola. Ao mesmo tempo, delegou para instituições¹ de fomento agrícola, existentes desde o governo Vargas, a condução de políticas setoriais e/ou regionais, mantendo o pacto agrário em torno desses setores produtivos/regiões.

O crédito e as políticas agrícolas são instrumentos de promoção da modernização em seu formato conservador, contudo, as mudanças observadas no período não se encerram nelas. Silva (1998) apresenta outros elementos que tomam forma no período indicado. A modernização, em sua perspectiva, é o desdobramento de três processos distintos e, ainda assim, integrados: industrialização da agricultura, constituição dos Complexos Agroindustriais (CAIs) e integração de capitais intersetoriais. Destacaremos inicialmente a industrialização da agricultura.

O processo de industrialização da agricultura caracteriza-se por ser o momento da modernização da agricultura, cujas mudanças qualitativas promovem significativas alterações. Consiste, na transformação das relações homem-natureza, no sentido da desarticulação de uma forma de economia com bases naturais para um novo formato amparado na reprodução artificial das condições naturais, crescente controle e conhecimento dessas condições. Trata-se de um processo de desarticulação e rearticulação das condições para produção agrícola, ensejado pelo desenvolvimento das relações capitalistas no campo, cujos efeitos produzem novas “harmonias” e novas contradições. A industrialização da agricultura representa a reunificação entre indústria e agricultura, não apenas pela transformação das bases técnicas agrícola e do consumo de produtos industriais, mas também, fundamentalmente, pelo comando exercido pelo setor industrial nas formas e nos ritmos na produção no campo (SILVA, 1998).

O processo de industrialização da agricultura, portanto:

[...] representa na verdade a subordinação da Natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias. Assim, se faltar chuva, irriga-se; se não houver solos suficientemente férteis, aduba-se; se ocorrerem pragas e doenças, responde-se com defensivos químicos ou biológicos; e se houver ameaças de inundações, estarão previstas formas de drenagem. (SILVA, 1998, p. 3).

¹ Delgado (2012, p. 14) cita como principais institutos da era Vargas: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), Instituto Brasileiro do Café (IBC), Centro do Trigo Nacional do Banco do Brasil – Departamento do Trigo Nacional da SUNAB (CTRIN-DTRIG), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e Comissão de Financiamento da Produção (CFP).

As atividades produtivas da agropecuária ensejam novas relações de trabalho e se transformam em uma atividade semelhante à indústria. Além disso, Silva (1998, p. 4) reitera:

A industrialização da agricultura representa não apenas mudanças nas relações Homem com a Natureza, mas também nas relações sociais de produção e com seus instrumentos de trabalho (ferramentas, máquinas e equipamentos, insumos e matérias-primas etc.). A industrialização da agricultura implica a passagem de um sistema de produção artesanal a um sistema em base manufatureira (com máquinas e uma divisão capitalista do trabalho) e mesmo à grande indústria em alguns subsetores das atividades agropecuárias no seu sentido restrito (plantio, tratamentos culturais, colheita, criação, etc).

Desse modo, o processo de industrialização materializa-se em um duplo sentido, “[...] o da elevação da composição técnica nas suas unidades de produção e o da subordinação do setor aos interesses do capital industrial e financeiro” (SILVA, 1982, p. 46). Além disso, o autor considera que:

[...] o resultado mais visível [da industrialização da agricultura] é a *mudança no processo de trabalho agrícola*, em que o trabalhador deixa de ser o agente ativo, o controlador do processo de trabalho, para se tornar um apêndice das máquinas. Uma diferença fundamental entre a industrialização da agricultura e a simples modernização entendida como mudança na base técnica é que a primeira é irreversível, tanto do ponto de vista da reorganização do processo de trabalho (nas unidades produtivas, pela divisão técnica e pela especialização, e no plano social, pela criação de um proletariado rural desqualificado) como do ponto de vista da base técnica (em que não é mais possível manter uma escala mínima viável de produção sem recorrer ao uso de insumos industriais). (SILVA, 1998, p. 34, **grifo do autor**).

Ploeg (2008) chama a atenção para o fato de que a industrialização representa, pelo menos, três movimentos que geram novas “harmonias” e novas contradições. Por um lado, a industrialização da agricultura tende a romper com particularidades locais em meio aos processos de produção e de consumo, já que

significa “[...] uma desconexão definitiva entre a produção e o consumo de alimentos e as particularidades (e limites) do tempo e do espaço. Os espaços de produção e de consumo (entendido como localidades específicas) deixam de ter importância, assim como a inter-relação entre eles” (p. 22).

Outra situação sinalizada pelo autor está relacionada ao rompimento com a ideia de integralidade. Nesse caminho, a industrialização representa um afastamento dos processos produtivos dos ecossistemas locais, pois “[...] implica uma superimposição de fatores de crescimento artificial sobre a natureza levando a uma marginalização e, conseqüentemente, a uma provável eliminação da mesma” (PLOEG, 2008, p. 22). Além disso, há uma disjunção das relações de produção, já que a unidade orgânica típica dos processos de produção e de trabalho agrícola “[...] foi dividida em elementos e atividades isoladas que se recombina através de divisões de trabalho, espaço e tempo complexas e controladas de forma centralizadas” (PLOEG, 2008, p. 22), sendo possível falar entre outros possíveis exemplos do “frango global”. A integralidade é afetada também pela desintegração e recomposição dos próprios alimentos, já que “os alimentos não são mais produzidos e processados – eles são projetados” (PLOEG, 2008, p. 22), ou seja, o rompimento e a desintegração de articulações tradicionais para produção de alimentações.

O terceiro item destacado por Ploeg (2008), relacionado à industrialização, igualmente articulado aos outros dois pontos, diz respeito ao controle, ao ordenamento das estruturas de produção e à centralização produzida pelos impérios alimentares. O autor considera:

[...] a industrialização coincide com (e é expressão de) um controle “imperial” direto e crescente sobre a produção e o consumo de alimentos. O capital (ou seja, o valor que é incrementado através da produção da mais-valia) se torna o novo *modo de ordenamento dominante* para a estruturação de produção agrícola, do processamento e do consumo de alimentos em escala global. Isso implica, entre outras coisas, uma centralização considerável (PLOEG, 2008, p. 22).

A industrialização promove, portanto, a produção da natureza, que representa a desconexão da produção com os ecossistemas e representa riscos à sociedade, a desarticulação de relações de produção tradicionalmente constituídas e a rearticulação, em escala global, da produção de alimentos centrada pelo controle dos “impérios” e sob a lógica do Capital.

Outra face da modernização da agricultura no Brasil, que se conformou no período da Modernização Conservadora, são os Complexos Agroindustriais. Antes de apresentar o sentido imputado ao termo por Silva, cabe apresentar algumas considerações a respeito da diversidade de compreensões. Nesse sentido, nos aproximamos das indicações de Marafon (1998) que considera que há duas concepções teóricas e analíticas, denominadas “macro” Complexo Agroindustrial (CAI) e “micro” Complexo Agroindustrial (CAIs). Ambas as concepções compartilham algumas premissas a respeito da constituição destes, tanto no que se refere à referência cronológica de constituição deste no Brasil (meados da década de 1970), quanto à importância das relações intersetoriais entre agricultura e indústria. Esta última pode ser melhor compreendida segundo o autor, para o qual “a análise insere as relações agricultura-indústria na perspectiva da absorção de inovações tecnológicas na agricultura e nesse contexto o setor agrícola estaria inserido em complexos industriais balizados em seus dois extremos por setores oligopolizados [...]” (MARAFON, 1998, p. 32). Segundo o autor, de um lado, temos o setor montante, a indústria fornecedora de bens capitais e insumos para a agricultura e, de outro, temos o setor jusante, a indústria (agroindústrias) que recebe e processa as matérias-primas provenientes da produção agropecuária.

A abordagem do “macro” possui ancoragem nas propostas, entre outros, de Geraldo Müller, que possui influência nas noções de *agribusiness e filière*. Em um sentido de síntese:

[...] podemos afirmar que Müller trabalha com a idéia básica que a produção agrária moderna apresenta relações setoriais entre os setores industriais e agrícolas. Em sua análise, coloca ênfase na interdependência entre a agricultura e a indústria e indica que a agricultura perdeu seu caráter autônomo. A análise não está mais centrada na agricultura, mas nas articulações que se estabelecem entre esses setores. A proposta de Complexo Agroindustrial surge como uma unidade analítica para apreender o processo que se estabeleceu entre agricultura e indústria através do padrão geral de acumulação em curso no país (MARAFON, 1998, p. 44).

A concepção “micro” tem como referências José Graziano da Silva e Angela Kageyama. Tal abordagem apresenta como fundamento uma perspectiva histórica, caracterizando as transformações do rural brasileiro desde os Complexos Rurais aos Complexos Agroindustriais. Esses autores apresentam diferenciações

entre os processos de modernização e industrialização da agricultura, fundamentais à formação dos CAIs, e identificam vários complexos agroindustriais.

A principal diferença entre as concepções “macro” e “micro” do Complexo Agroindustrial consiste em que, na perspectiva de “macro-complexo” a análise é balizada pelo conceito de complexo industrial e pela utilização da matriz insumo-produto. O Complexo Agroindustrial é entendido como um elemento do espaço econômico. A análise do processo histórico é levado em consideração na análise que reconhece a existência de vários Complexos Agroindustriais no Brasil na concepção dos “micro-complexos”. A configuração do Complexo Agroindustrial é fornecida pela evolução e transformação que ocorreram em cada lavoura (MARAFON, 1998, p. 49).

Ambas as abordagens apresentam nuances distintas no esforço de caracterização do período da “Modernização Conservadora”. Segundo Silva (1998), abordagem na qual nos apoiamos para caracterização do período, “a constituição dos CAIs pode ser localizada na década de 70, a partir da integração *técnica* intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras [...]” (p. 31). Esse processo resulta, portanto, da modernização da agricultura e da descomposição dos Complexos Rurais, aspectos que nos referimos anteriormente. Além de tal situação, destacam-se os antecedentes ocorridos na década de 1960, em que se vislumbra a diversificação da matriz de exportações no contexto nacional e a substituição das importações, aspectos que propiciam a internalização da produção industrial para a agricultura e a expansão das agroindústrias processadoras. A emergência de tais configurações torna possível a constituição de intensas relações intersectoriais, aspectos que fundamentam a existência de um “sistema” nos moldes de CAIs (SILVA, 1998).

A produção rural deixa, portanto, de estar relacionada a um complexo rural fechado, considerado grande unidade agropecuária que possui incipiente divisão social do trabalho, nos moldes desenvolvidos no Brasil Colônia, para tornar-se um elo de uma complexa cadeia intersetorial composta vários complexos (CAIs).

Em resumo, a estrutura e a evolução do CAIs na década de 70 refletem de forma clara a nova dinâmica agrícola do período recente: uma dinâmica que não pode mais ser apre-

dida só a partir dos mecanismos internos da própria atividade agrícola (como a propriedade da terra, a base técnica da produção, a fronteira), nem a partir de segmentação do mercado interno versus externo. Trata-se agora de uma dinâmica conjunta da indústria para agricultura-agricultura-agroindústria (SILVA, 1998, p. 25-26).

A dinâmica conjunta intersetorial “indústria para agricultura-agricultura-agroindústria” é, portanto, marca dos novos sistemas produtivos modernizados. Ressalta-se, contudo, que os diferentes setores apresentam estratégias e focos distintos visando às atividades agropecuárias. A indústria para agricultura, identificada também como setor montante ou D1, é composta por grandes corporações industriais vinculadas a partes da Indústria Mecânica, da Indústria Química, sendo caracterizada pelas indústrias de tratores, implementos, fertilizantes, defensivos. Esse setor normalmente não apresenta inserção individualizada nos complexos, produzindo mercadorias flexíveis que atendem atividades agrícolas e regiões distintas. O foco para fornecimento desses bens está no setor capitalista do campo, ou seja, nos médios e grandes produtores, cuja capacidade financeira e demanda são mais significativas. Em algumas circunstâncias há produção de bens pormenorizada atendendo a um público específico, contudo “as áreas de especialização do D1 (por exemplo, a produção de uma máquina ou de um defensivo para uma cultura agrícola específica) estão muito mais afeitas às estratégias industriais mais amplas das grandes corporações do que às exigências técnicas dos agricultores” (SILVA, 1998, p. 36). Ainda de acordo com o autor, a indústria para agricultura tem maior poder de determinação sobre as atividades agropecuárias, detendo significativa capacidade de disseminação de novas tecnologias e aplicação de suas estratégias.

As agroindústrias, identificadas como setor jusante, possuem um vínculo mais próximo com as atividades agropecuárias, pois são especializadas em um produto ou grupo de produtos. De forma geral, a vinculação das agroindústrias com a produção agrícola se dá por intermédio de duas estratégias: integração vertical, na qual a agroindústria controla e produz suas matérias-primas necessárias; e contratos de fornecimentos, no qual as agroindústrias, quando não há vantagem na primeira opção, compram as matérias-primas de agricultores ou cooperativas. “Os mercados das agroindústrias (do lado da oferta de matéria-prima) são quase sempre pequenos e regionais, o que favorece o estabelecimento de vínculos específicos entre segmentos industriais e a produção agrícola” (SILVA, 1998, p. 38). O setor jusante, quando da necessidade de criação de vínculos para

compra das matérias-primas de origem agrícola, em comparação com o setor montante, fica mais sujeito às pressões de agricultores. Contudo, cabe ressaltar que o crescimento das atividades agrícolas dependem da demanda, especialmente em situações oligopolizadas, e da estratégia de expansão das agroindústrias, composta por múltiplos critérios que abrangem desde a localização espacial até a inserção do produto final nos mercados interno e externo (SILVA, 1998).

Gonçalves (2005) produz uma síntese que retrata a dimensão das inter-relações que permeiam as atividades produtivas no campo. Para o autor, o complexo produtivo, sob a perspectiva do agronegócio, está estruturado em seis pilares:

1. *Agroindústrias de bens de capital para agricultura* – responsáveis pelo fornecimento de insumos e instrumentos para produção agropecuária, composta pelos ramos agroquímico, agrobiológico e agromecânico;
2. *Agropecuária* – “representa o processo biológico de produção, majoritariamente realizado no campo, gerador de bens intermediários para agregar valor nas agroindústrias de processamento e de beneficiamento do pós-colheita.” (p. 34), representado pelas lavouras, pelo extrativismo e pelas criações de animais;
3. *Agroindústrias de processamento* – “[...] que estruturam a agregação de valor pela transformação dos bens intermediários oriundos da agropecuária” (p. 34), representadas pelas agroindústrias têxteis, de alimentos, florestais, entre outras;
4. *Agrosserviços da preparação e logística* – “[...] promovem o desenvolvimento de ações inerentes ao processo produtivo direto na agregação de valor pela padronização, classificação, armazenagem e transporte de produtos.” (p. 34), que se materializa em serrarias, casas de beneficiamentos, estruturas de seleção e empacotamento, agrosserviços de armazenamento e de transporte;
5. *Agrosserviços de aprimoramento e ampliação de negócios* – responsáveis pela contratação de serviços especializados na estruturação, na gestão e no aperfeiçoamento de negócios, conformado por atividades que vão desde a pesquisa e o desenvolvimento até a manutenção de tratores e implementos;
6. *Agrosserviços transacionais e de distribuição* – “[...] que contempla as estruturas especializadas nas transações comerciais e financeiras dos agronegócios da agricultura.” (p. 34), formado por atividades de distribuição, transações de mercadorias e serviços financeiros.

As práticas agropecuárias passam a ser realizadas por intermédio de novos instrumentos e técnicas que pressupõem um conjunto significativo de máquinas, fertilizantes, agrotóxicos, sementes com modificações biogenéticas, rações, etc. No mesmo sentido, a produção, que ora se desenvolve, metamorfoza-se em “matérias-primas” em mercados, normalmente, oligopolizados que têm como destino agroindústrias. A prestação de serviços passa a figurar como atividades corriqueiras no rural modernizado, por meio da prestação de serviços para manutenção de equipamento, gerenciamento e planejamento da produção, serviços agrícolas especializados (semeadura, correção de solo, controle de pragas, colheita, etc), entre outros serviços. O sistema financeiro, nesse mesmo contexto, também cumpre importante papel como elemento de financiamento e acesso às políticas públicas. Como resultado geral, “[...] do ângulo do CAI, tem-se um estreitamento das relações intersetoriais, um reforço dos elos técnicos e dos fluxos econômicos entre as atividades agrícolas e as industriais e um crescente movimento de *subordinação da agricultura à dinâmica industrial*” (SILVA, 1998, p. 33). Como este mesmo autor destaca:

Em resumo, comparativamente aos períodos anteriores, as variáveis-chave da dinâmica agrícola mudam: parte significativa da agricultura agora cresce não mais apenas em função dos preços das *commodities* no mercado externo, mas também em função das demandas industriais que se estabeleceram sobre a agricultura. De um lado, há a procura de matérias-primas pelas agroindústrias; de outro, a busca de mercado pelas indústrias de máquinas e insumos, muitas vezes aprisionada pela ação direta do Estado (como a concessão de crédito vinculado à compra de insumos modernos). Há nova dinâmica porque há novo padrão agrícola, cuja estrutura produtiva e cujas articulações e integração com a economia global se transformam (SILVA, 1998, p. 32-33).

Convém ressaltar que o sistema financeiro cumpre outro importante papel, já que se constitui como elo para as ligações intersetoriais, indispensáveis à existência dos CAIs.

O elemento que dá unidade às diversas atividades dos complexos agroindustriais é que são atividades *do capital*, com uma regulação macroeconômica mais geral. As ligações

intercapitalistas não são apenas técnicas, mas sobretudo financeiras. A compra de insumos pela agricultura, por exemplo, impõem-se a princípio como necessidade técnica, mas implica de imediato a necessidade de financiamento. Este não será mas tarefa de agentes isolados (como era o comerciante-prestamista), e sim do *sistema financeiro* instalado, o qual se torna um parâmetro a soldar o movimento da agricultura com o movimento geral da economia (SILVA, 1998, p. 26).

A produção agropecuária que integra os CAIs não está dissociada dos movimentos gerais do capital, está subordinada a outros setores e articulada ao movimento da economia de forma mais ampla.

Hoje pode-se dizer que a forma de produzir é imposta por instâncias externas à unidade produtiva (como pacotes tecnológicos difundidos a partir da economia norte-americana), que se vê compelida a adotá-la sob pena de não sobreviver no mercado (SILVA, 1998, p. 19).

O Estado, nesse contexto, assume novos papéis, sendo, além de indutor da modernização², mais atuante na regulação dos complexos agroindustriais. Se antes a regulação geral no complexo rural estava relacionada diretamente às flutuações do mercado, nesse novo contexto passa a ser realizado por políticas específicas para cada complexo agroindustrial no sentido de harmonização dos interesses, produzindo parâmetros gerais para rentabilidade dos capitais empregados em cada ramo dos sistemas e arbitrando as contradições geradas internamente (fiscalização da competição, fixação de preços, etc). Cabe considerar que o Estado é apropriado para alguns setores, que, em boa medida, restringem ou ampliação as atuações (SILVA, 1998).

Por fim, ainda sobre os CAIs e sua diversidade, torna-se possível distinguir formatos e modos de articulação intersetoriais que caracterizam os complexos. Marafon (1998) apresenta duas tipologias básicas que foram produzidas pelos autores da concepção “micro”³ CAI: complexos agroindustriais completos e integrados e complexos agroindustriais incompletos. Os complexos do primeiro tipo “[...] possuem a característica de apresentarem vínculos específicos com a

² Referimo-nos às ações de controle social e implementação de políticas públicas, como a descrição que realizamos anteriormente com o apoio de Wanderley (2009).

³ O autor toma como referência a obra “KAGEYAMA, A; SILVA, J. A *dinâmica da agricultura brasileira: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais* [Mimeo], 1988, cuja reedição encontra-se em Silva (1998)”.

indústria a montante (através dos insumos industriais necessários à produção e uma forte integração com a indústria processadora” (p. 47). São utilizados como exemplo: complexos avícola, açúcar e álcool, carne e soja. O segundo formato “[...] são os complexos que se encontram integrados com a agroindústria e em menor grau com a indústria a montante. Nesse caso, as culturas agrícolas não demandam produtos específicos para a sua produção” (p. 47). Laranja, milho e laticínios são utilizados como exemplos. O autor indica ainda que algumas atividades agropecuárias não integram CAIs. Nessa circunstância consideram-se produções modernizadas que dependem de máquinas e insumos (feijão, arroz e café) e produções artesanais não modernizadas que possuem relações intersetoriais restritas (banana, mandioca, alimentos básicos).

A consolidação da industrialização da agricultura e a conformação de complexos agroindustriais possibilitam, além da integração técnica, o desdobramento de outra face da modernização: a integração de capitais intersetoriais. Delgado (2012), no sentido de precisar o significado desse processo, produz a definição para integração de capitais entendida “[...] como forma de fusão de capitais agrários, industriais, comerciais e bancários, conjugado ao apoio financeiro dessas corporações no âmbito da política governamental, representa uma maneira particular de articulação do capital financeiro com a agricultura [...]” (DELGADO, 2012, p. 29). Trata-se, portanto:

[...] do processo de conglomeração empresarial, marcado pela organização de *holdings*, *cartéis*, *trusts* e um sem número de processos de fusão e cruzamento de grandes grupos econômicos e blocos de capital, dirigidos por uma espécie de cabeça financeira que cruza com os bancos e outras instituições financeiras do conglomerado, os quais imprimem direção à aplicação de capitais em distintos mercados (DELGADO, 2012, p. 34).

O importante papel da esfera financeira e da conglomeração de empresas e capitais, portanto, são marcas significativas desse processo. As raízes do processo de integração de capitais, em âmbito nacional, estão relacionadas ao aprofundamento das relações entre as atividades agropecuárias e o sistema de financiamento elaborado para a modernização, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural. Segundo Silva (1998), o sentido atribuído a essa política até 1979 objetivava sustentar e desenvolver o projeto da modernização conservadora no campo, apresentando linhas específicas para compra de máquinas e insumos, as-

pectos nos quais nos detivemos anteriormente. Estamos diante de um contexto que promove a integração técnica e produz as bases para o aprofundamento da integração de capitais. Na década de 1980, contudo, registra-se o rompimento desse padrão de financiamento, colocando o crédito vinculado às atividades agropecuárias conjuntamente ao sistema financeiro geral. Tal mudança, embora houvesse taxas e carências diferenciadas, promoveu a atração de capitais de outras “naturezas” para atividades produtivas no/para o campo.

Assim, num primeiro momento a política de crédito “força” a modernização agrícola; estando esta assegurada, no momento seguinte o novo padrão de financiamento atua no sentido de favorecer a integração de capitais. Os resultados mais evidentes desse novo período são a concentração e a centralização de capitais e da terra (SILVA, 1998, p. 35).

As mudanças ocorridas na década de 1980 possibilitam o aprofundamento do cruzamento de capitais de diferentes matrizes e penetração de investimentos de outras origens. As atividades agrícolas e suas relações intersetoriais tornam-se alternativa para o investimento do grande capital, conformando uma nova forma de organização monopolista dos mercados. Nesse novo momento no rural há intensificação da “territorialização burguesa”⁴.

A integração de capitais incute novos conteúdos ao rural, da mesma forma que amplia os interesses e as estratégias em torno da produção agropecuária. A caracterização desse processo em conjunto à industrialização da agricultura e à constituição dos complexos agroindustriais fecha o quadro de transformações gerais ocorridas no período da modernização conservadora. Passamos, por conseguinte, ao período definido como “transição”.

O período de transição, como sugere o nome, caracteriza-se pelo desmonte do projeto da modernização conservadora, embora não tenha produzido um projeto de economia política definido. Trata-se, portanto, de ciclo no qual houve o desmonte de uma estratégia de acumulação de capital na agricultura e a geração de embriões para formulação do modelo que o sucede. Do ponto de vista cronológico está interposto entre duas crises cambiais de relevante monta (1983 e 1999) e é constituído por eventos e formulações políticas com distintos direcionamentos (DELGADO, 2012).

⁴ Silva (1998) atribui o termo a “KAGEYAMA, A. Os maiores proprietários de terras no Brasil. Reforma Agrária, Campinas, p.63-66, abr./jul 1986”.

Seguindo essa linha argumentativa, tomamos como foco inicial as diferenças produzidas no sentido de ajustes macroeconômicos, sendo ponto de partida da análise a crise cambial de 1982. Essa crise promoveu a alteração da conjuntura econômica internacional, gerando especialmente uma crise de liquidez. Em âmbito nacional produziu como efeitos macroeconômicos a reversão de fluxos de financiamento externo, criando a necessidade de envio de renda líquida para o exterior a fim de atender os credores internacionais. No sentido de viabilização desses ajustes em busca de uma saída para a crise recessiva que estava configurada, promoveram-se medidas no sentido de alcançar saldos comerciais positivos. Nesse caminho logrou-se a geração de divisas envolvendo setores por meio da expansão de exportações de produtos básicos e agroprocessados. Os saldos “são obtidos mediante fomento aos setores produtivos com baixos requerimentos de importações – o setor primário principalmente; e promovem o crescimento da produção desses setores, mas, ao fazê-lo, impactam a renda territorial e os preços das propriedades rurais [...]” (DELGADO, 2012, p. 81). Seguindo o autor, tais medidas se mostraram insustentáveis no conjunto econômico.

Com a crise cambial de 1982, adotam-se medidas conjunturais de “ajustamento econômico”, que então não tinham pretensões de estratégias de longo prazo, mas que irão configurar no campo econômico uma espécie de embrião do apelo à exportação de commodities como via de equação do déficit persistente nas “transações externas”. A efetivação dessa orientação como estratégia econômica somente ocorrerá nos anos 2000; quando a pauta exportadora passará por forte processo estrutural de ‘reprimarização’ (DELGADO, 2012, p. 77-78).

Ainda que a crise fiscal do Estado, que toma forma em 1982 e tem sequência nos anos seguintes, promovesse a redução das políticas edificadas no período da modernização conservadora, as ações de fomento agrícolas e comerciais eram fortemente sustentadas na dívida pública. Além disso, outro evento que merece destaque é a Constituição de 1988, uma vez que promove mudanças das bases jurídicas do Estado, alterando conseqüentemente as bases sob as quais se efetivaram as políticas agrícolas e agrárias do regime militar. A nova reestruturação inclui no texto constitucional princípios de ordem social e econômicas, registrando proteção aos trabalhadores rurais, limites ao direito à propriedade, bases para reestruturação do modelo de desenvolvimento rural, entre outros (DELGADO, 2012).

Considera-se, portanto, que:

A primeira crise [1982] deflagra um conjunto de mudanças econômicas externas, que somadas às mudanças institucionais autônomas da Constituição de 1998, interrompem, sem reverter, a estratégia integrada de expansão dos complexos agroindustriais, mercado de terras e sistema de crédito rural, bases da construção do modelo de capital financeiro na agricultura, [...] (DELGADO, 2012, p. 89, **grifo do autor**)

A partir de 1994 registra-se um novo ajustamento macroeconômico embasado em perspectivas neoliberais. A conjuntura internacional, nesse contexto, apresenta novos contornos e as mudanças produzidas vão no sentido da redução do papel do Estado na economia. Desse modo, “os novos ventos da liquidez internacional conduzem a política de comércio exterior a uma forte liberdade, ancorada no tripé câmbio sobrevalorizado, tarifas ultramitigadas e desregulamentação no campo das políticas de fomento agrícola e industrial” (DELGADO, 2012, p. 81). De fato, ao longo da década 1990, o Estado atuou no sentido de minimização do conceito de mercado interno protegido e de modificação das instituições e das políticas até então vigentes, descaracterizando de forma aguda a atuação típica do período da modernização conservadora.

Operam-se várias reformas administrativas setoriais nos governos Collor de Mello e FHC I e II. A primeira e mais forte consiste na desmontagem final dos institutos de fomento por produto – IAA, IBC, e CTRIN-DTRIG, claramente identificados com vestígios da Era Vargas. A segunda consiste na reestruturação da política comercial operada pela Conab no exercício da política de preços agrícolas e da gestão de estoques públicos, e bem assim do fomento produtivo dos Planos Anuais de Safra (DELGADO, 2012, p. 84).

As políticas desenvolvidas, portanto, buscavam a completa abertura para atração de capital externo, inclusive investimentos de capital financeiro, tornando o Estado menos atuante e desmobilizado no âmbito de políticas agrícolas. E as políticas outrora desenvolvidas no sentido de geração de saldo comercial são abandonadas, assim como ocorre a redução do volume de crédito rural. As medidas neoliberais promovem a queda do superavit comercial, promovendo o

crescimento do passivo externo e ampliação do processo de endividamento. No rural observa-se a queda da renda fundiária e a redução da renda agrícola, que estimulam o recuo na expansão da agricultura capitalista. “No âmbito específico da agricultura familiar, verifica-se abandono de atividades, desmobilização de estabelecimentos ou sua conversão à atividade de subsistência” (DELGADO, 2012, p. 82).

A crise cambial de 1999 demarca o fim do período de transição e o início⁵ da construção de um novo projeto de acumulação no setor agrícola, autodenominada de Agronegócio. O momento de crise destacou-se, entre outros fatores, em um contexto internacional de crise de liquidez, no qual, em âmbito nacional, registram-se fugas de renda e acentuado déficit das contas-correntes. Tal conjuntura, agravada pela conseqüente perda de reservas monetárias e empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional, impõem mudanças na política econômica nacional e:

[...] como ocorrera na primeira crise da dívida em 1982, os setores primário-exportadores são escalados para geral saldo comercial. Nesse contexto, a agricultura capitalista [...] volta às prioridades da agenda política macroeconômica externa e da política agrícola interna (DELGADO, 2012, p. 93).

A guinada de readequação do conjunto econômico brasileiro toma contornos em sua face agropecuária com a economia do agronegócio.

Este esforço de relançamento, forçado pelas circunstâncias cambiais de 1999, encontrará um comércio mundial muito receptivo na década 2000 para meia dúzia de *commodities* em rápida expansão nos ramos de *feedgrains* (soja e milho), açúcar-álcool, carnes (bovina e de aves) e celulose de madeira, que juntamente com os produtos minerais crescerão fortemente e passarão a dominar a pauta das exportações brasileiras no período 2000-2010 [...] (DELGADO, 2012, p. 94-95)

O relançamento da estratégia do agronegócio apresenta-se, portanto, como caminho escolhido para a reversão da crise. Delgado (2012) considera que além

⁵ A análise desenvolvida pelo autor tem como limite cronológico o ano de 2012, portanto, as considerações apontadas sobre o “agronegócio” fazem menção ao período de 2000-2012. Acreditamos que as descrições e análises a respeito desse momento podem ser estendidas até os limites temporais do ano de 2016.

do *boom* de *commodities* registram-se outros eventos que influenciaram os mercados e a política agrícola. O primeiro ponto é o relançamento de políticas de fomento agrícola, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural e de mecanismos de apoio e garantia da comercialização agropecuária. Nesse novo contexto reconstitui-se o crédito público bancário em moldes análogos ao período da modernização conservadora. Há de ressaltar-se, contudo, que “no presente essa combinação de políticas é diferente na forma institucional, mas no essencial, mantém a primazia dos recursos públicos em expansão e continua prover subvenções direcionadas ao que atualmente se chama de agronegócio.” (DELGADO, 2012, p.103). O Estado reassume o protagonismo no sentido fomentar políticas agrícolas e, assim, podemos considerar que a economia do agronegócio passa “por dentro” do Estado.

Consultando-se dados dos “Plano Safra” do período de 1999 a 2010 [...] observa-se substancial elevação do crédito rural [...]; sucessivas recomposições da dívida agrária para com os bancos; retorno paulatino da política de garantia de preços sob novas bases; taxas de câmbio mais favoráveis no primeiro quinquênio e forte incremento das exportações (DELGADO, 2012, p. 101).

Outro aspecto está relacionado à rearticulação dos complexos agroindustriais, especialmente ao conjunto associado às matérias-primas – carnes, açúcar, soja e madeira. Esses complexos registram significativo incremento no quadro de exportações, chegando a valores superiores a 275% para os complexos de carnes e açúcar entre os anos 2000 e 2005⁶. Há, portanto, o aprofundamento da inserção internacional das cadeias agroindústrias. Tal crescimento registrado tem significativa volúpia no quadro geral de exportações nacionais, já que se registra crescimento da participação comercial de produtos básicos e semielaborados, especialmente relacionados aos complexos agroindustriais e à mineração. A pauta de exportações, portanto, é demarcada pela reprimarização, que se torna mais expressiva pelo não acompanhamento do crescimento das exportações de manufaturados (DELGADO, 2012).

Uma terceira mudança é registrada no período posterior a 2000, relacionada ao mercado de terras. No período em análise, observa-se a reversão do quadro de desvalorização do preço da terra, marca da década de 1990.

⁶ O autor toma como referência estudo do MAPA sobre os complexos agroindustriais, publicado em 2007.

Essa diferença, peculiarmente acentuada, reflete dois processos independentes, mas convergentes, para aquilo que diz respeito à determinação da renda fundiária: 1) a existência do *boom* de *commodities* nos anos 2000 e sua irrelevância no período anterior; 2) a distinta manipulação pelas políticas agrícolas, comercial e financeira dos instrumentos forjadores de “rendas extraordinárias”, literalmente eliminadas nos anos 1990 e restauradas de outras formas nos anos 2000 (DELGADO, 2012, p. 100).

A citação de Delgado (2012) reforça a ideia de que o *boom* de *commodities* registrada na década de 2000 foi um importante fator para elevação da renda fundiária, associando a valorização de produtos de origem agropecuária e o aumento da demanda por áreas passíveis a essas atividades. A renda fundiária ou renda da terra não é equivalente ao preço das terras, contudo há estreita relação. Desse modo:

[...] ocorrendo uma mudança cíclica da demanda por *commodities* [...] os preços da terra e dos arrendamentos deverão refletir essa mudança, propiciando incorporação das novas terras e melhor utilização daquelas já incorporadas ao mercado de terras. Em ambos os casos haverá elevação da renda fundiária macroeconômica e, *ipso facto*, do preço das terras rurais em geral (DELGADO, 2012, p. 99).

Outro tópico que influencia a elevação da renda fundiária está relacionado ao papel do Estado como promotor de políticas públicas para o rural e como regulador do mercado de terras. Sobre o primeiro aspecto, valemo-nos das considerações que apresentamos anteriormente a respeito das medidas utilizadas para ampliação das políticas de fomento agrícola. Tais medidas são fatores que favorecem também a elevação da renda fundiária no contexto pós-2000. Além disso, sob a segunda condição, temos a atuação do Estado no que se refere à função social da terra e às legislações ambientais. Nesse caminho, “[...] a política fundiária da década refluí para uma posição mais defensiva, da perspectiva dos movimentos sociais agrários, e ostensivamente pró-agronegócio, do ponto de vista do Executivo Federal” (DELGADO, 2012, p. 101). Desse modo, o refluxo dos movimentos sociais favoreceu a elevação do preço de terras, assim como os processos de regularização de amplas áreas griladas de terras públicas, a falta de medidas para atualização dos índices de produtividade das propriedades ru-

rais (não atualizadas desde 1975) e as mudanças das legislações florestais com o afrouxamento, por exemplo, das áreas de preservação permanentes. Não há como deixar de lado o papel da bancada ruralista no Congresso Nacional, atuando por meio de uma estratégia privada no sentido da ampliação da renda fundiária e da pressão sobre recursos (DELGADO, 2012).

A conjuntura que caracterizamos demonstra que o período da economia do agronegócio possui formas peculiares que conformam um novo arranjo de economia política. Essa nova configuração em torno do agrário brasileiro é composta, segundo Delgado (2012, p. 109), pela “[...] articulação público privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais, perseguindo lucro e renda da terra [...]”. Assim:

Observa-se que agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado (DELGADO, 2012, p. 94).

Estamos diante, portanto, de um arranjo alicerçado na rearticulação de setores agrários e articulado no sentido da exploração de recursos naturais. Esses, sob o qual se sustenta a reprimarização da economia (petróleo, hidroenergia, agronegócio, mineração), compõem um quadro de acentuação que favorece a pressão no sentido da extração de renda da terra e do agravamento do quadro ambiental. Tal contexto apresenta limites acentuados a longo prazo, já que os recursos naturais tendem a extinguir-se com o tempo. Nesse sentido:

A resultante inevitável é a superexploração de jazidas e terras novas e também intensificação do pacote técnico agroquímico nas zonas já exploradas, para obter maior fatia do mercado externo de produtos primários. Esse arranjo não é sustentável em médio prazo, econômica e ecologicamente (DELGADO, 2012, p. 128).

Além disso, ainda segundo o autor, o perfil distributivo no qual se alicerça esse modelo apresenta limites significativos, já que se registra um duplo processo de exploração dos recursos naturais e do trabalho humano.

Os ganhos de produtividade na fase de expansão das commodities viram renda da terra e do capital, capturados privadamente pelos proprietários de terras, das jazidas e do capital; mas os custos sociais e ambientais aí envolvidos são da sociedade como um todo. Compensações se tornam necessárias, mas não seriam remédio suficiente para suprir os custos sociais degradantes do trabalho e do meio ambiente (DELGADO, 2012, p. 128).

A economia do agronegócio apresenta suas particularidades e completa o último período que apresentamos no sentido da compreensão das transformações trazidas pela modernização da agricultura em âmbito nacional.

Considerações finais

Tratamos de apresentar até aqui um olhar sobre os fatores que direcionaram as transformações no campo, ou seja, por meio do trânsito que realizamos se registram mudanças que se constituíram por meio de etapas distintas e conjunturas específicas. Os apontamentos produzidos até aqui dão conta de que a modernização da agricultura é um processo-chave no sentido da compreensão das transformações ocorridas no campo. Esse processo é resultado de eventos de diferentes escalas que, igualmente, abrangem diversas relações e disputas entre grupos e classes sociais. Nesse sentido, a modernização da agricultura que toma forma no Brasil não ocorre de forma isolada, está articulada a dinâmicas econômicas globais.

O termo modernização da agricultura, em uma primeira aproximação, refere-se às transformações das bases técnicas da produção agrícola em direção à incorporação de inovações técnicas, novas bases energéticas, emprego de maquinários agrícolas e insumos industriais, novos métodos e técnicas em meio aos processos produtivos, etc. Modernizar significa, portanto, mudanças no que se produz, como se produz e o quanto se produz, em articulação à crescente integração do setor agropecuário.

Da mesma forma, modernização da agricultura expressa mudanças na organização social da produção. Nesse sentido, modernizar significa introduzir novas relações sociais que, em boa medida, extrapolam os limites meramente técnicos dos processos produtivos. Assim, com o crescimento dessas relações no campo verificam-se mudanças nas relações de trabalho, na composição de redes e de atores sociais, nas formas de distribuição e de acúmulo de capital proveniente

das atividades agropecuárias, no direcionamento das políticas públicas, na composição da população, entre tantos outros aspectos relacionados aos conteúdos do espaço rural.

A modernização, qualificada desse modo amplo, toma forma no Brasil e se manifesta por meio de distintas fases, as quais contêm padrões agrários específicos e tendências de acúmulo de capital. Em boa medida, tais fases resultam de configurações específicas dos sistemas de crédito público, dos ciclos de acumulação e repartição dos excedentes econômicos, dos modos de extração da renda da terra, articuladas por meio de pactos agrários e conflitos entre classes sociais. Tais fases repercutem, (des)articulam relações e protagonizam situações que reverberam em distintas escalas geográficas

As consequências da modernização não foram objeto específico dessa análise, contudo torna-se importante foco para novas pesquisas sobre o tema da modernização da agricultura. De todo modo, não podemos deixar de registrar que parte significativa do campesinato passa a relacionar-se com a modernização. Em meio a tais relações, em muito casos, verifica-se à expropriação do campo, dando espaço à agricultura capitalista, ou em outras situações incorporando os condicionantes modernos, passando a integrar complexos agroindústrias. Os camponeses, sob esses novos preceitos, passam a ter dificuldades no que se refere ao controle da base de recursos autocontrolada, fundamental para o desenvolvimento das atividades agropecuárias por eles realizada. Do mesmo modo, a autonomia das unidades camponesas é colocada em risco, devido às novas relações com o exterior, que podem representar a ampliação da dependência em meio a cenários turbulentos e inseguros.

Referências

BRUM, Argemiro J. **Modernização da Agricultura**: Trigo e a soja. Ijuí: FIDENE, 1985.

CHESNAIS. François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DELGADO, Guilherme C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

GONÇALVES, José S.. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. In: **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, n. 4, p.7-36, abr. 2005.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia**: Crítica da modernização da agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 22ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.

MARAFON, Glaucio J.. **A dimensão espacial do complexo agroindustrial soja no estado do Rio Grande do Sul**. 1998. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

PLOEG, Jan D. V. D.. **Camponeses e impérios alimentares**: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização: Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SILVA, José G. da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2.ed. Campinas: Unicamp.IE, 1998.

SZMRECSÁNYI, Tamás; RAMOS, Pedro. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Org.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Huvitec / Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica / Edusp / Imprensa Oficial, 2002. p. 227-249.

WANDERLEY, Maria de N. B.. **O mundo rural como um espaço de vida**: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009. (série Estudos Rurais)



Le bassin de production agricole, du singulier aux territoires pluriels

Frédéric Fortunel

Introduction

Souvent employé, le bassin de production semble fonctionner comme un sens commun ne nécessitant que très rarement une définition et qui, même lorsqu'elle est énoncée, est relative à la concentration du phénomène en question et participe ce faisant à en tracer les contours quelle que soit l'unité de mesure (les surfaces, la production, le rendement, le nombre de producteurs...). En définitive, le bassin de production est employé dans différents travaux qu'ils soient scientifiques, de vulgarisation ou du sens commun lorsqu'il s'agit d'indiquer, du transnational au local, des « contrées » spécialisées dans une production, pour reprendre la définition du dictionnaire de la géographie (Brunet, 1993), elle-même renvoyant aux analyses de Von Thünen et des études sur la localisation des activités productives notamment agricoles (Daniel, 2005). De fait, son emploi s'accompagne généralement d'un ensemble cartographique indiquant « la » zone, « le » lieu dans une approche essentiellement descriptive.

Cet article a pour ambition de faire le point sur le bassin de production agricole en cherchant à comprendre ses caractères, valeurs et qualités à la fois en ce qu'il participe à fabriquer le territoire (physiquement et socialement) et en quoi il est structuré par la société elle-même. Il s'agira de voir également ses limites et de comprendre dans quel ensemble plus large les réflexions actuelles l'englobent de manière à réinterroger la notion, examiner sa pertinence. C'est donc dans cette relation complexe entre un produit et son territoire que notre propos se divise

en deux parties : une première fait le point sur la notion de bassin de production souvent analysée d'un point de vue vertical, la seconde partie insistera sur la dimension horizontale et systémique du terme en l'intégrant dans les évolutions contemporaines, la conclusion souhaite discuter d'une approche identitaire.

I – Le bassin de production agricole, entre territoire et réseau d'acteurs

Dans cette première partie, nous allons développer les deux axes d'analyse du bassin de production, qui consistent d'une part à l'observer horizontalement, c'est-à-dire par l'étendue spatiale, et d'autre part verticalement à travers l'approche de filière. Ce sont deux manières généralement sous-jacentes à l'utilisation du terme de bassin de production. On verra que ces deux angles, s'ils sont complémentaires, ne suffisent pas à traiter de la totalité des dimensions de ce que pourrait être le bassin de production.

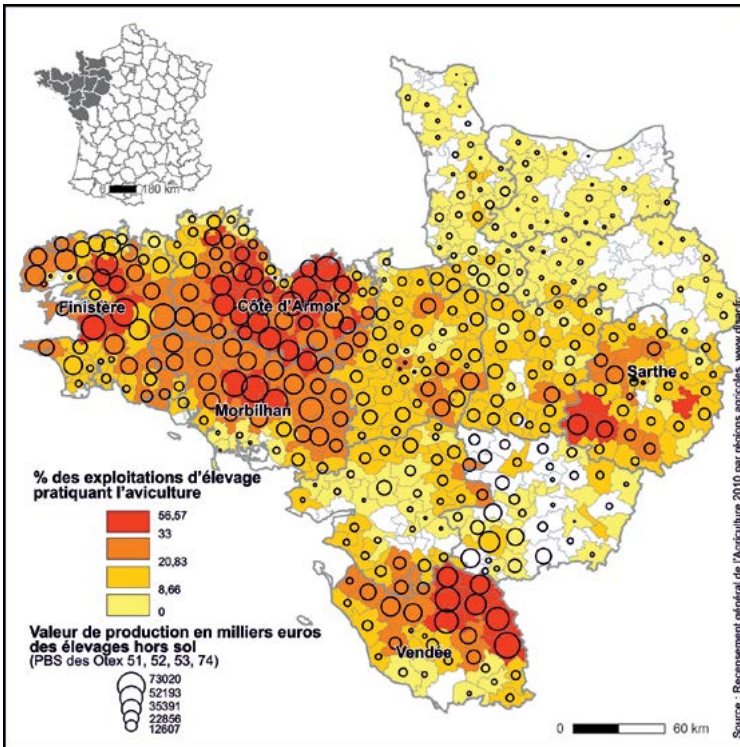
1.1 L'horizontalité du bassin paradoxalement peu territorialisé

Identifier l'espace contenant à partir de son activité contenue permet d'observer la « densité » d'un même phénomène observé. Diry et Vaudois dans la littérature géographique francophone sont régulièrement cités pour définir le bassin comme la projection spatiale d'une filière (Praly, 2010) avec, comme élément central le fait que s'y déroule une majeure partie de la production, y compris les agriculteurs, les industriels d'amont et d'aval (Manouvrier, 2008 : 214). Les définitions rassemblées par Christine Margétic ont en commun sur un même espace la relative spécialisation, l'acte productif initial et les acteurs de la filière (Margetic, 2005).

Si le terme semble avoir perdu de sa pertinence c'est qu'il se heurte au flou de « bassin », synonyme souvent de zone ou d'espace - dont on voit la filiation avec une approche physique où l'on parle à juste titre de bassin hydrographique par exemple. La difficulté ne vient pas de notre point de vue de cet emploi ou d'autres - comme ceux de « parisien » et « d'emploi » relevant de réalités différentes -, mais plutôt dans cette apparente hésitation à désigner ce qu'est avant tout le bassin : un territoire. C'est donc cette « spatialisation » de l'acte productif qui fait toujours débat (Leslie, Reimer, 1999) et qui rend la localisation de la production certes évidente - c'est là où se concentre le phénomène - mais pour autant sans problématisation de cet ancrage. En effet, le terme de bassin ne dit rien du type d'espace en question et des interactions qui s'y déroulent ; c'est d'une

certain manière ce qu'écrit Sarrazin lorsqu'il semble regretter « qu'il se limite à une approche descriptive et à l'impossibilité de mise en évidence des facteurs de coordination » (Sarrazin, 2016). C'est le sens de la figure 1 où apparaît l'acte productif dans sa plus simple expression, le bassin de production répondant à trois questions simples : qui, quoi, où ?

Figure 1. Le bassin avicole dans l'ouest de la France en 2010



Le bassin de production agricole s'inscrit dans une histoire de la géographie rurale qui fait le constat de la déterritorialisation des productions, où le bassin serait dépassé car relatif au modèle productiviste (intensivité, standardisation, segmentation) et aux marchés mondiaux d'amont et d'aval (Rieutort, 2009). Ce n'est pas un hasard si, avec l'allongement et la complexification des filières, la capacité à démultiplier les fournisseurs de matières premières à l'échelle du globe, un intérêt pour des approches plus systémiques est devenu nécessaire. Comme si l'échelle du « bassin » était devenue inopérante du fait du changement de l'intérêt de la réflexion : « Les bassins de production, structurés autour des opérateurs de première mise en marché, eux-mêmes de plus en plus insérés dans des

réseaux interrégionaux, ne correspondent plus aux échelles des démarches de différenciation territoriale (échelle d'un pays, voire d'un département tout au plus) » (Praly, 2012). Cette hésitation dans les échelles d'observations est perceptible dans les propos des auteurs.

De fait, la difficulté réside moins dans l'échelle où se situerait le bassin - Manouvrier dans son article sur l'endive le situe entre l'exploitation agricole et la collectivité territoriale (Manouvrier, 2008) -, que dans l'approche envisagée : Vaudois (1996) indique qu'il ne s'agit plus désormais de comprendre les facteurs géographiques de l'organisation et l'évolution d'un système socio-économique (« l'agrofilère appréhendée comme un système spatialisé ») mais plutôt d'analyser en quoi les filières structurent des espaces de production et au-delà des espaces géographiques, c'est-à-dire « un bassin de production défini comme un système territorial » (Vaudois, 1996) ou pour le dire autrement « la géographie des productions agricoles ne relève plus seulement du poids du milieu naturel, des héritages historiques, du rôle des contraintes sociales ou de l'action de l'homme mais aussi des structures d'encadrement, des maillons amont et aval des filières » (Rieutort, 1995). Il ne s'agit donc pas de la simple projection spatiale d'une filière mais plutôt de comprendre comment cette dernière participe à faire territoire. En bref, le bassin cesse d'être le creuset et le réceptacle d'une production mais devient un système comme nous le verrons dans la seconde partie. C'est ce qui conduit des auteurs comme Praly et Manouvrier à considérer, de manière différente mais pour autant similaire, que le bassin contient les systèmes.

1.2 La filière vue comme une chaîne verticale en réseau

Si, comme on vient de le voir, les ambiguïtés du terme de bassin sont évidentes, il en est d'autres à propos de la production. Les critiques que formule Vaudois (1996) à propos de l'analyse des filières portent essentiellement sur le fait qu'elle se révèle incapable de prendre en compte « le poids du milieu dans ses dimensions physiques, socio-économiques, culturelles » et politiques, pourrions-nous ajouter. Cette critique que l'on retrouve chez de nombreux auteurs (Charlery de la Masselière, 2002) renvoie essentiellement à des définitions dont la paternité est attribuée dans le monde anglosaxon à Wallerstein avec la notion de commodity chain - a network of labour and production processes whose end result is a finished commodity (Wallerstein cité par Hopkins, 1986) - et dans le monde francophone à celle de filière (Sekha cité par Manouvrier, 2008). La géographie économique des filières agro-alimentaires de Diry (1985) prend acte du fait que l'agriculture est désormais en voie d'industrialisation, où l'agriculteur

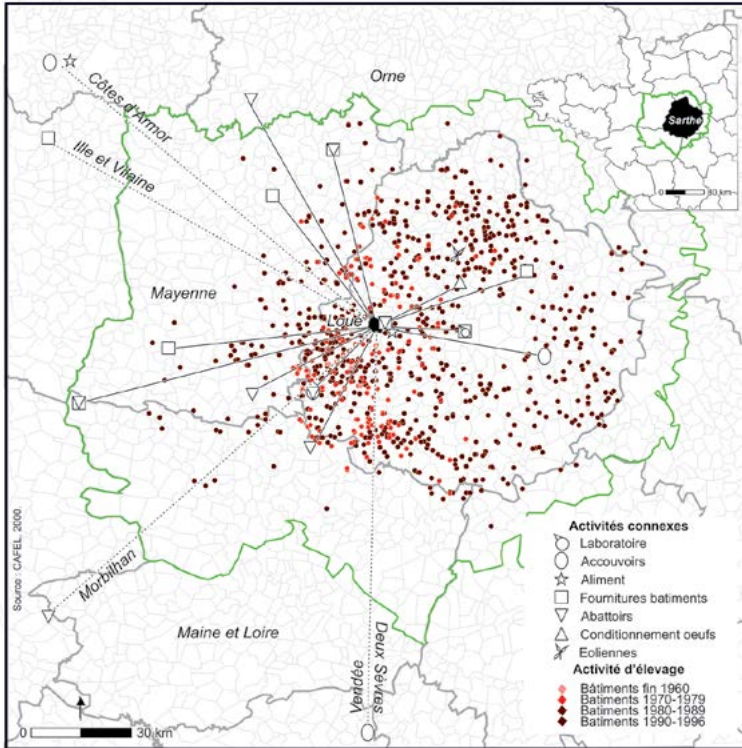
n'est plus qu'un maillon de la chaîne productive dans le contexte français des trente glorieuses (Rieutort, 2009, Diry 1985). À cette époque, la géographie des bassins de production, centrée sur l'analyse des systèmes de production agricole (Schaller, 1979 ; Le Rhun, 1970), s'est intéressée à la manière dont la « modernisation » s'applique sur les territoires spécifiques. Les liens techniques, organisationnels et économiques entre acteurs autour d'une même famille de produits rendent l'analyse de filière pertinente pour comprendre comment s'agencent les stratégies productives connectées aux marchés et où les décisions quittent peu à peu la ferme ; la stratégie des firmes devient essentielle à la compréhension de territoires productifs de sorte que l'on s'intéresse à des « territoires de firme » (Le Menee, 1994), aux espaces agroalimentaires où entrent en jeu plus fortement les industries de transformation (Margetic, 2005). Si l'on juxtapose l'espace des entreprises et le bassin de production, se laisse entrevoir, nous dit Rieutort, le bassin agro-alimentaire¹ (Rieutort, 1995) comme il est proposé dans la figure du bassin des volailles de Loué (figure 2). Cependant des questions apparaissent : dans ce cas de finalités alimentaires d'une production agricole, quid des consommateurs ?

Ces analyses des processus ne sont pas très éloignées du terme de « complexe agro-industriel » utilisé dans la littérature sud-américaine où il s'agit de souligner l'industrialisation de l'agriculture et de son entrée dans des logiques économiques. Le terme est souvent étudié sous l'angle de sa formation afin d'identifier les mécanismes de l'entrée de l'agriculture dans le marché le capitalisme contemporain². Là encore est mis en lumière le changement de nature de l'activité agricole par l'industrialisation des parcours techniques, les considérations marchande et financière, l'articulation des acteurs d'amont à aval ainsi que les transformations associées de la main d'œuvre (Erthal, 2006, Mesquita L., Mendes E., 2009). De fait, les « pôles de production deviennent des systèmes » et structurent, au-delà de la nature des grains cultivés, des réseaux d'équipements fixes participant à la reproduction de l'activité (Charvet, 1985). Cette notion de filière en réseaux d'acteurs est également centrale pour Eve-Anne Bühler lorsqu'elle analyse le bassin de production rizicole du Rio de la Plata alternant le pluriel des zones nationales et le singulier d'une zone transnationale (Bühler, 2004).

¹ Notons ici néanmoins que l'usage qui est fait ici de bassin agro-alimentaire fait l'ellipse du terme d'industries car il s'agit bien ici de bassin d'industries agroalimentaires à différencier de l'agri-alimentaire qui renvoie à l'articulation entre politiques agricoles et politiques alimentaires que nous verrons un peu plus loin.

² Le complexe agro-industriel est défini comme une « forma de unificação das relações interdepartamentais com os ciclos econômicos e as esferas da produção, distribuição e consumo, relações essas associadas às atividades agrárias » (de Müller, 1989, p.23).

Figure 2. Le sous bassin de production des volailles de Loué de 1968 à 1996



Dans la littérature anglosaxonne, le terme de commodity chain est traité de diverse manière. Par exemple, Alex Hugues et Suzanne Reimer distinguent la filière - fondée en effet sur une conception économique des changements de valeurs et des relations entre acteurs - de la global commodity chain en soulignant le fait que la chaîne n'est pas seulement pilotée par la production mais aussi par la consommation (Hugues, Reimer, 2004) ; L'approche est intéressante car les auteurs proposent de délinéariser l'analyse des logiques productives - traditionnellement de l'amont à l'aval, de la production à la consommation - notamment en examinant les sens culturels des produits mais aussi les contextes, les lieux et les périodes dans lequel ils évoluent, c'est ce qu'ils appellent les commodity circuits. En bref, chaque étape est un lieu de production à part entière et analysé en tant que tel. De la même manière, en rendant compte des débats critiques autour de la filière qui envisagent les choses de manière hiérarchique et essentiellement du point de vue des gains, Hugues et Reimer évoquent les travaux autour de la notion de commodity networks qui met en avant la complexité des liens entre acteurs aussi bien sur les thématiques alimentaires (la slow food culture et ses

réseaux) que non alimentaires (le mobilier et ses implications sur une analyse spatiale de genre) (Leslie, Reimer, 1999).

L'étude menée par Roguet (2015) montre l'importance des logiques de co-implantations de filières similaires. C'est par exemple le cas des filières porcs et volailles dans l'Union Européenne qui, outre le fait qu'elles soient paradoxalement hors sol, partagent les mêmes logiques d'implantations spatiales en raison d'une même alimentation importée et transformée, de la structure très intégrée des groupes de producteurs, d'un moindre soutien de la Politique Agricole Commune européenne et du fait qu'elles viennent souvent en complément d'activités d'élevage herbivore. L'auteur montre également de nouveaux facteurs de co-localisation comme le traitement des effluents azotés et phosphorés qui associent des filières différentes mais similaires (Roguet et al., 2015). Ce dernier point montre la possibilité du renversement des forces motrices des filières : l'aval peut diriger l'amont. C'est également le cas dans l'agri-alimentaire qui envisage la manière dont les politiques publiques s'emparent de l'agriculture dans le cadre d'un projet de territoire. Dès lors, l'agriculture n'est pas seulement un secteur économique, elle sort partiellement du champ des compétences des professionnels et entre dans le débat public d'aménagement du territoire où élus et consommateurs s'expriment (Bonney, 2014). La question agri-alimentaire prend une toute autre ampleur et incorpore société civile, agriculteurs, industriels dans le cadre d'un projet global à propos de la question de l'approvisionnement local, de la qualité et de la proximité comme on a pu l'observer dans le cas de la Sarthe à propos de l'agriculture biologique où l'approvisionnement du département devient un enjeu de structuration territoriale (Gatien-Tournat et al., 2016). Ce changement interroge le bassin de production : de quelles productions parle-t-on lorsqu'il s'agit de traiter l'agriculture comme un enjeu de planification urbaine ? Le bassin n'est plus le seul lieu de production ; la filière est vue sous de nouveaux angles ; le territoire devient celui de la concertation autour des relations entre espaces urbains, périurbains et ruraux.

II – Le bassin de production, un système productif culturellement codé

Aux côtés des approches purement horizontales et verticales, d'autres points de vue envisagent le bassin de production de manière plus transversale d'une part en insistant sur la dimension systémique de la compréhension des organisations productives qui restent pour autant fortement économique-centrées et, d'autre part, en adoptant une approche plus sensible et qualitative des enjeux identitaires des activités productives.

2.1 Le foisonnement des systèmes productifs

Dans la lignée des analyses de type agro-food system, l'approche systémique a pris une place grandissante avec par exemple les SPL (Systèmes productifs localisés), les SYAL (Systèmes Alimentaires localisés) (Muchnick, 2010 ; Requier-Desjardins D., 2010) qui sont l'application des premiers au champ de l'agroalimentaire (Perrier-Cornet, 2009), le SLC (système local de compétences), les S3A (Systèmes agroalimentaires alternatifs) et tous ceux qui se sont intéressés aux dynamiques spatialisées de production – souvent dans leurs déclinaisons locales – quelle que soit l'approche disciplinaire.

Si Manouvrier (2008) voit dans le SPL le synonyme de bassin de production, c'est qu'il donne une définition extensive des relations puisqu'il s'agit d'un « ensemble caractérisé par la proximité³ d'unités productives au sens large du terme qui entretiennent entre elles des rapports d'intensité plus ou moins forte... Les rapports entre les unités sont divers et se présentent sous diverses formes : formels, informels, matériels, de services, de main d'œuvre, de technologies ou encore de connaissance » (Courlet 2002). À cela, le SYAL⁴ décline le SPL dans l'alimentaire pour les raisons suivantes : premièrement les réseaux d'acteurs constitués sont là pour répondre aux enjeux de commercialisation et d'attente des consommateurs, deuxièmement les matières premières jouent un rôle important avec notamment les enjeux techniques qui peuvent prendre une place prépondérante, troisièmement la question du sol renvoie à l'organisation et la régulation foncière, quatrièmement les signes d'identification de qualité et d'origine (SIQO) sont une ressource spécifique en particulier dans ses implications de délimitation spatiale (comme les Indications géographiques protégées par exemple) et enfin le rôle de la puissance publique est présente dans sa capacité d'encadrement (Perrier-Cornet, 2009).

Comme le regrette Claude Courlet (2002), l'approche systémique, telle qu'elle s'est développée autour de la proximité, cherche à comprendre l'organisation des relations entre acteurs en introduisant différents facteurs, mais a laissé de côté d'une part les fondements des systèmes locaux -l'histoire de leur genèse-, et d'autre part les ressorts socio-culturels. De fait, si l'organisation locale des stratégies productives et les formes de collaboration ont été bien étudiées, en

³ Rappelons que la proximité ici est double : proximité relationnelle et proximité géographique.

⁴ « des organisations de production et services (unités de production agricole, entreprises agroalimentaires, commerciales, de service, restauration) associées de par leurs caractéristiques et leur fonctionnement à un territoire spécifique. Le milieu, les produits, les hommes, leurs institutions, leur savoir-faire, leurs réseaux de relations, se combinent dans un territoire pour produire une forme d'organisation agroalimentaire à une échelle spatiale donnée » (Cirad-Sar cité Fourcade, 2006).

avançant sur l'homo economicus situs (Pecqueur, 2014), les questions identitaires sont restées dans l'ombre.

2.2 Le terroir, passerelle identitaire entre le milieu et la production

Au-delà du milieu physique, à juste titre important et pas seulement pour les agronomes⁵, l'intérêt pour la territorialité des productions agricoles a resurgi au croisement de la qualité et de l'alimentation. Elle donne lieu à des analyses qui vont de l'amont (producteurs) à l'aval (Industries agro-alimentaires) des filières en s'étendant jusqu'aux attributs territoriaux des produits – notamment pour les distributeurs et consommateurs - où les notions de terroir, de patrimoine et de qualité sont centrales (Delfosse, 2011, Berard, 2004) ; Est alors pris en compte le regard de la société sur le territoire au prisme des produits dont ils sont issus.

Ainsi, les approches des liens entre territoire, produit et identités culturelles se sont emparées du terroir. Le terme, redevenu à la mode en France (Delfosse, 2011), est intéressant notamment dans les approches proposées par Hinnewinkel lorsqu'il associe agro-terroir (le terroir préexiste à l'homme, il est envisagé comme vocation des sols) et socio-terroir (un projet collectif avec une dimension patrimoniale) liant de fait, espace agronomique et espaces sociaux au service de projet collectif notamment lorsqu'il s'agit de valoriser les « qualités » des produits (Hinnewinkel, 2007). Dans une sorte de rétroaction du produit vers son aire de production, ce sont les qualités réelles ou supposées du produit « du terroir » (Bérard, Marchenay, 2004) qui participent à donner de l'identité et de la valeur aux groupes qui le construisent. Ainsi, entre terroir (culture, typicité, développement) et territoire (production, groupes sociaux) (Margétic, 2013 ; Pecqueur, 2011), se noue la territorialité des produits où l'ancrage territorial est fait d'un entrelacs d'histoires collectives et individuelles autour de perceptions, de hiérarchies symboliques, de rapports de forces. Le terroir parle donc autant des caractéristiques des hommes que des qualités de la terre, l'association conduisant à créer des conditions originales qui deviennent patrimoine, valorisées matériellement (savoir-faire, recette...) ou immatériellement (paysage, éléments architecturaux...). Les signes individuels de qualités et d'origine (SIQO) viennent reconnaître l'originalité de cette construction où « les caractéristiques du produit tiennent à celle du territoire dont il est issu » ; le territoire est placé

⁵ Caneill et Le Bail reprennent Poncet en indiquant comme définition du bassin de production le fait qu'il s'agisse d'« un milieu physique, un ensemble d'exploitations agricoles et d'une première mise en marché » (Caneill J., Le Bail, M., 1995).

ici dans un jeu de métonymie où le produit désigne le territoire et le territoire désigne le produit.

La notion de qualité est donc centrale dans cette approche du bassin où c'est l'univers des représentations qui est mobilisé, activé au service d'une société tout entière : patrimonialisation, valorisation, innovation sont au cœur de la manière dont on passe d'une simple « zone » à un territoire, où le savoir-faire rejoint l'être, où la filière n'est plus seulement une succession d'étapes organisées mais un système productif, où aux relations techniques et commerciales s'ajoute une identité partagée mais traversée de conflits. Le bassin produit bien plus que de simples artefacts, il participe à générer des formes identitaires renouvelées. Nous avons déjà eu l'occasion de montrer comment au Viet Nam c'est autour d'une activité agricole que les groupes minoritaires ont été sommés de réinventer leurs représentations identitaires (Fortunel, 2003) ; un historien comme Jean-Pierre Garcia montre comment une structure foncière -les climats- participe d'une identité viti-vinicole remarquable en Bourgogne (Garcia, 2011). Rogério Haesbaert dans un article particulièrement éclairant sur l'identité montre à quel point l'espace et une forme de patrimonialisation identitaire de pratiques agricoles ont structuré l'identité gaucho de l'Etat du Rio grande do Sul, au travers de la division symbolique, physique, identitaire et politique entre le sud-ouest des grandes exploitations bovines et le nord-est des zones « coloniales » (Haesbaert, 2012).

Les critiques formulées initialement sur l'ambiguïté du terme « bassin » trouvent ici un écho particulier : et si le « creuset » n'était pas aussi celui des identités ? Et si la production n'était pas aussi celle des cultures ? Les racines des plantes ne sont-elles pas aussi, au moins en partie, celles des hommes qui les cultivent ? Les plantes, annuelles ou pérennes, à finalité vivrière ou commerciale, chacune avec des caractéristiques, des histoires, des techniques rencontrent des sociétés et leurs cultures, leurs représentations (Charlery de la Masselière, 2004). Elles s'inscrivent dans le sol, participent à la structuration du foncier, organisent des stratégies et des cycles familiaux, se confrontent et interagissent avec les représentations sociales, sont soumises avec plus ou moins d'intensité aux marchés, articulent autour d'elles de nombreux acteurs pour former un espace, un territoire productif. Les questions identitaires sont-elles seulement liées aux productions « de qualités » ou peut-on voir dans les zones de productions intensives parfois considérées comme « déterritorialisées » des logiques similaires ? Et si tel était le cas, comment dans les champs monocultureux de soja - qui servent souvent de repoussoir à la fois pour les conditions écologiques, sociales et commerciales - se construisent des identités ? Et si tel n'était pas le cas

on pourrait peut-être non sans malice s'interroger sur la manière dont ces mêmes champs contribuent à renforcer les ancrages identitaires de ceux et celles qui déploient tant d'énergie à en dénoncer les impacts ?

Au final, force est de constater que c'est sans doute dans l'absence de contenu problématisé de la notion de bassin que vient la difficulté à élucider cette notion et à la rendre véritablement opérationnelle, malgré le fait que les réalités qu'elle traduit le soient. Aussi bien du point de vue du « bassin » que du point de vue de la « filière », l'utilité pour le géographe est forte : utiliser le bassin lui permet d'interroger le territoire selon des grilles de lecture spécifiques renvoyant à des dimensions qui structurent le territoire. Comme pour le front pionnier (qui peut d'ailleurs se transformer en bassin !), le terme est porteur de sens et renvoie à des configurations spatiales spécifiques qui, faute d'être définies précisément, peuvent laisser penser à un vide sémantique. Si l'approche verticale de la filière peut apparaître plus évidente, les recherches récentes montrent la diversité des possibilités pour sortir notamment d'une vision purement fonctionnelle, technico-économique. Par ailleurs, le thème de la qualité territoriale via le terroir ramène aux propositions de Sarrazin (2016) sur les dimensions socio-culturelles d'un bassin de production et invite à s'interroger sur la pertinence d'ajouter un pluriel aux productions du bassin signifiant ainsi que la réalisation n'est pas que matérielle, fonctionnelle, ni organisationnelle mais tout autant sociale et culturelle. Ainsi, le bassin de productions pourrait être un système territorial associant des dynamiques productives matérielles et immatérielles organisées formellement ou informellement autour d'une catégorie de produits alimentaires ou non alimentaires et qui participent à identifier et structurer l'espace sur lequel elles se déploient.

Il est également possible de se demander si au final la notion a toujours une pertinence. Car, comme l'indique l'auteur de *La construction sociale des bassins de production agricole*, si pour expliquer cette notion il faut avoir recours à trois concepts (districts, SPL et SYAL ; Sarrazin, 2016), peut-être est-ce signe qu'elle n'est d'aucune utilité particulière ? À l'heure où l'on parle tant de relocalisation en vue d'un rapprochement entre production et consommation, le bassin de productions est peut-être un mot passerelle entre le besoin de se sentir d'un territoire où l'on cultive et où l'on s'ancre dans la terre, la nécessité de se le représenter et les formes des interactions qui s'y déploient.

Bibliographie

BERARD L, MARCHENAY P., 2004. **Les produits de terroir**. Entre cultures et règlements. Paris, CNRS editions.

BONNEFOY S., BRAND C., 2014. « Régulation politique et territorialisation du fait alimentaire : de l'agriculture à l'agri-alimentaire », **Géocarrefour** [En ligne], 89/1-2 | 2014, mis en ligne le 20 décembre 2017, consulté le 26 octobre 2016. URL : <http://geocarrefour.revues.org/9424> ; DOI : 10.4000/geocarrefour.9424

BUHLER E.A., 2004. « Le Mercosur rizicole, quand un front agricole rencontre la frontière nationale », colloque international **Les intégrations régionales** : quelles dynamiques transfrontalières et transnationales ? Les enseignements du Bassin de la Plata dans le Mercosur, Toulouse, 1-3 juillet.

BRUNET R. (dir.) 1993. **Les mots de la géographie**. Paris : la documentation française, 518 p.

CANEILL J., LE BAIL M., 1995. « Contribution de l'agronome à la gestion d'un bassin d'approvisionnement », Nicolas F., Valceschini E. (dir.), **Agro-alimentaire** : une économie de la qualité, Paris : INRA/Economica, pp. 391-399.

CHARLERY DE LA MASSELIERE B., 2002. « Filière agricoles des produits tropicaux », **Cahiers d'Outre-Mer**, n°220, pp. 1-5.

CHARLERY DE LA MASSELIERE B. (ed.), 2004. **Fruits des terroirs, fruits défendus, identités, mémoires et territoires**, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 280 p.

CHARVET J.P., 1985, **Les Greniers du monde**, Paris, Economica.

DANIEL K., 2005. « Éléments sur la géographie de l'agriculture aux États-Unis et dans l'Union Européenne : les productions agricoles se concentrent-elles ? », **Revue d'Économie Régionale & Urbaine** 4/2005 (octobre) , p. 533-556.

COURLET C., 2002. Les systèmes productifs localisés : Un bilan de la littérature. Études et Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement, INRA Editions, pp.27-40.

DELFOSSÉ C., 2011, **La mode du terroir et les produits alimentaires**, Paris, Les indés savantes.

DIRY J.P., 1985, **L'industrialisation de l'élevage en France**. Economie et géographie des filières avicoles et porcines, Paris, Ophrys.

DE MÜLLER G., 1989. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**, São Paulo, Hucitec/Educ, 150p.

ERTHAL R., 2006, Os complexos agroindustriais no brasil - seu papel na economia e na organização do espaço, **Revista geo-paisagem**, n°9, Janvier/juin.

FOURCADE C., MUCHNICK J., TREILLON R., 2010. **Coopérations, territoires et entreprises agroalimentaires**, Paris : Quae, coll. Update, 133 p.

FOURCADE C., 2006. « Les systèmes agroalimentaires comme modalités collectives », **Revue française de gestion** 8/2006 (no 167), p. 183-201. URL : www.cairn.info/revue-francaise-de-gestion-2006-8-page-183.htm. DOI : 10.3166/rfg.167.183-202.

FORTUNEL F., 2003. **Les paysanneries, l'état et les cultures commerciales pérennes**. L'autochtonie en quête de territoires. Thèse de doctorat. Toulouse : Université Toulouse 2, 535 p.

GARCIA J.P. (ed), 2010. **Les « climats » du Vignoble de Bourgogne comme patrimoine mondial de l'humanité**. Dijon : Editions universitaires de Dijon, 357 p.

GATIEN-TOURNAT A., FORTUNEL F., NOËL J., 2016 (à paraître), "Qualité et proximité dans l'approvisionnement de la restauration collective en Sarthe (France) : jeux d'acteurs entre volontés et réalités territoriales.", **Annales de Géographie**, à paraître.

HOPKINS T., WALLERSTEIN I., (1986). **Commodity Chains in the World-Economy Prior to 1800**. Review (Fernand Braudel Center), 10(1), 157-170.

HUGUES A., REIMER S., 2004. **Geographies of commodity chains**, Abington: Routledge, 276 p.

Haesbaert R., 2012, « Territorialidades « gauchas » e a formação de redes regionais e transnacionais », Verdum R., Basso L.A., Suertegaray D.M.A., **Rio Grande do Sul, paisagens e territórios em transformação**, UFRGS, Porto Alegre, pp. 277-300.

HINNEWINKEL J. C., 2009. « L'avenir du terroir : gérer de la complexité par la gouvernance locale », **Méditerranée** [Online], 109 | 2007, Online since 01 July 2009, connection on 08 November 2016. URL : <http://mediterranee.revues.org/106> ; DOI : 10.4000/mediterranee.106

LE RHUN P., 1970, « La mutation de l'élevage et ses conséquences : l'exemple de la région de Lamballe », **Norois**, n°66, pp. 217-234.

LE MENEÉ C., 1994. **IAA et territoires : les quotas laitiers**. Thèse de géographie. Université de Lille, 470 p.

LESLIE D., REIMER S., 1999. « Spatializing commodity chains ». **Progress in Human Geography**, n°23, vol.3, pp. 401-420.

MARGETIC C., 2005, « L'agro-alimentaire chez les géographes des campagnes en France au XXe siècle », **Norois** [En ligne], n°197, vol. 4 : <http://norois.revues.org/301> ; DOI : 10.4000/norois.301

MANOUVRIER E., 2008. « Une filière en recomposition et ses incidences territoriales : l'endive dans la France du Nord ». **Revue d'économie régionale et urbaine**. N°2, pp. 211-224.

MARGETIC C., 2013, « Les multiples visages du terroir : rapide parcours sémantique », **Cahiers nantais**, n°1, pp. 49-56.

MESQUITA L. A. P., MENDES E.P.P., 2009, « Modernização da agricultura e formação dos complexos agroindustriais », **xix encontro nacional de geografia agraria**, São Paulo, 2009, pp. 1-17.

MUCHNICK J. DE SAINTE MARIE C., 2010, **Le temps des Syal, techniques vivres et territoires**, Paris, Quæ.

PECQUEUR B. 2014. « Esquisse d'une géographie économique territoriale », **L'Espace géographique** n°43, vol. 3, p. 198-214

PECQUEUR B., 2011, « Les terroirs constituent-ils un objet économique ? », Delfosse C., **La mode du terroir et les produits alimentaires**, Paris, Les indes savantes, pp. 59-73.

PERRIER-CORNET P., 2009. « Les systèmes agroalimentaires localisés sont-ils ancrés localement ? Un bilan de la littérature contemporaine sur les Syal », in Aubert F. et al., **Politiques agricoles et territoires**, Paris : Editions Quæ « Update Sciences & Technologies », p. 49-68.

PRALY C., 2010, **Nouvelles formes de valorisation territoriale en agriculture**. Le cas de l'arboriculture de la Moyenne Vallée du Rhône, Thèse de doctorat, Université Lumière Lyon 2, 422 p.

PRALY Cécile, 2012 « Fruits, quelles valorisations des liens aux lieux de production ? », **Pour** 3/2012 (N° 215-216), p. 131-138. DOI : 10.3917/pour.215.0131.

REQUIER-DESJARDINS D., 2010, « L'évolution du débat sur les SYAL : le regard d'un économiste », **Revue d'économie régionale et urbaine**, n°4, pp. 651-668.

ROGUET C., GAIGNE C. et all., 2015. « Spécialisation territoriale et concentration es production animales européennes : état des lieux et facteurs explicatifs ». **INRA productions animales**, n°1, pp. 5-22.

RIEUTORT L., 1995. L'élevage ovin en France. **Clermont-Ferrand** : Université Blaise Pascal, CERAMAC, n°7, 510 p.

RIEUTORT L., 2009. « Dynamiques rurales françaises et re-territorialisation de l'agriculture », **L'information géographique**, n°73, pp. 30-48.

SARRAZIN F., 2016. La construction sociale des bassins de production agricole. Paris : **Quae, coll. Nature et société**,

SCHALLER B., 1979, « L'aviculture française 20 ans après : les limites de la « révolution agricole » dans la filière volailles de chair », **Economie rurale**, n°132, pp. 57-63.

VAUDOIS J., 1996. Les dynamiques spatiales des productions légumières : l'évolution récente des bassins endiviers de Nord-Picardie. In: **Méditerranée**, n°95, vol. 3-4, pp. 65-74

VAUDOIS J., 2000, « Les dynamiques spatiales des productions légumières : l'évolution récente des bassins endiviers de Nord-Picardie », **Méditerranée** n° 3-4, Aix-en-Provence, pp. 65-73.

VIERA MEDEIROS, R. M., 2006, "camponeses, cultura e inovações", Geraiges de Lemos, A.I., **America Latina, cidade, campo e turismo**, San Pablo, CLACSO.



Parte II

Paisagens: expressão da organização do campo



A paisagem como leitura da beleza cênica, organização e o uso do espaço rural do Pampa

Lucimar de Fátima dos Santos Vieira
Roberto Verdum

Introdução

Quando se define a paisagem, do ponto de vista do senso comum, refere-se ao espaço que é abrangido num lance de vista, como se olhássemos através de uma janela. A paisagem, no entanto, esconde e posteriormente revela outras características que não podem ser percebidas pelo simples olhar ou pela imaginação.

A paisagem é uma marca impressa no espaço geográfico pela(s) sociedade(s) humana(s), criada, identificada e nomeada, inicialmente, de duas maneiras. Por intermédio dos artistas e pelos naturalistas que, durante as suas viagens realizadas a partir do século XV, puderam visualizar diferentes paisagens e posteriormente desenhá-las e transformá-las em quadros, guias turísticos, poemas e narrativas. E, também, pela apropriação do espaço físico para as atividades agrícolas e pastoris. Espaço esse designado, principalmente, como paisagem para quem vive na área urbana, pois o produtor rural não considera o local onde ele vive como uma paisagem e sim como a “sua terra”. Em permanente evolução, ela é alvo de sobreposições constantes e contínuas, resultantes da história do passado, do presente e do futuro, além de que os seus usos a definem e a (re)constróem continuamente.

Assim, a paisagem, também como uma expressão visual do território e da relação mútua entre os seus elementos, pode assumir valores estéticos, culturais, geográficos e ecológicos, além de possuir um valor intrínseco (ao se referir ao sentimento, ao prazer, à contemplação) e um valor instrumental (de uso), tornando-se uma ferramenta para defesa das políticas de planejamento e gestão territorial.

Ao observar e fazer uma leitura da paisagem, o observador faz-se um exercício de selecionar, organizar e formar imagens mentais para caracterizá-las fisiograficamente e morfologicamente, em relação ao seu entorno e a sequência de seus componentes, principalmente aqueles que conduzem a lembranças de experiências passadas, especialmente, as paisagens com belezas cênicas.

As belezas cênicas das paisagens podem garantir a permanência de certas paisagens, da conservação da biodiversidade, de habitats e ecossistemas, mesmo se eles não estiverem se beneficiando diretamente da mesma. Também são importantes, para preservar, conservar e restaurar o patrimônio cultural e natural, além de trazer benefícios econômicos e sociais.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) utiliza o termo “beleza cênica” para indicar um dos motivos do prazer das pessoas de visualizar certas características da paisagem, e indica que ela possui valores distintos entre si e pode ser de diferentes tipos. Considera a beleza cênica da paisagem como um dos serviços ambientais, ainda, em construção. Deste modo, podem ser criadas políticas públicas específicas para fornecer incentivos para melhorar a prestação desse serviço ambiental. A Organização afirma, também, que as práticas agrícolas moldaram as paisagens há milênios de anos e os turistas, atualmente, pagam para visitar belas paisagens culturais.

Do ponto de vista estético, Rambo (1956, p. 424) divide as paisagens rio-grandenses em dois grupos: amenamente belas e as grandiosamente belas. As paisagens amenamente belas são as que “engendram no espírito um sentimento de satisfação íntima, do livre jogo de todas as suas faculdades, do repouso na unidade de ideia, resultante da harmonia múltipla das formas”. São as paisagens resultantes da riqueza das suas formas, da harmonia das linhas, da harmonia dos agrupamentos, da harmonia das cores, dos pontos de descanso, da harmonia dos contrastes e da harmonia do homem com a natureza. As paisagens grandiosamente belas são aquelas que abalam o espírito em sua pequenez diante das forças da natureza e, do outro lado, compensa tais abalos pela consciência íntima da realeza humana sobre todas as forças naturais. São as paisagens resultantes da grandiosidade do movimento, do descanso (imensidão dos horizontes), das recordações históricas e do saber natural (conhecimento científico).

A Pesquisa sobre a Paisagem como Leitura da Beleza Cênica no Pampa

Vieira (2014) na sua tese¹ fez uma pesquisa a especialistas que estudam, pesquisam e trabalham com o bioma Pampa, para que os mesmos expusessem seu conhecimento científico e sua subjetividade ao indicar as paisagens portadoras de belezas cênicas no bioma e que fossem referência para a preservação/conservação, além da explicação de quais seriam os atributos que determinam a qualidade cênica da paisagem.

Com a indicação das paisagens obtidas - com uma nota de 1 (um) a 5 (cinco) - a partir das entrevistas, foi elaborado como produto final, o mapa com a identificação das belezas cênicas. As informações contidas no formulário e no mapa serviram como base de percepção e do critério técnico para a identificação das belezas cênicas das paisagens no bioma Pampa.

As paisagens foram classificadas de acordo com a região geomorfológica e na categoria de conjunto, pontual ou corpo de água e banhado. A categoria pontual caracteriza-se por uma paisagem que pode ser localizada pontualmente, que possui uma coordenada geográfica específica. A categoria conjunto caracteriza-se por uma paisagem demarcada por um polígono, uma área. A categoria corpo de água e banhados caracteriza-se por lagoas, lagunas, banhados e alguns percursos de rios e arroios.

Das 198 paisagens identificadas pelos entrevistados, 133 são consideradas Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira e 28 delas, foram identificadas por mais de quatro entrevistados; destas 27, também, são consideradas Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira.

Neste sentido, a pesquisa além de objetivar a avaliação das qualidades visuais de uma paisagem, também, se tornou um instrumento, para se determinar a qualidade ambiental dos diferentes setores de uma unidade paisagística. De forma a nortear o planejamento de uso e ocupação de um território, nos diagnósticos ambientais, na análise de impactos, nos planos de manejo, no desenvolvimento turístico, na indicação do patrimônio cultural, assim como na indicação dos bens e serviços que a paisagem pode proporcionar.

¹ A Valoração da Beleza Cênica da Paisagem do Bioma Pampa do Rio Grande do Sul: Proposição Conceitual e Metodológica.

A Beleza Cênica, a organização, o uso e o do espaço rural no Pampa

O Pampa é um dos biomas brasileiros, reconhecido oficialmente, em 2004. Até então, estava associado aos campos sulinos do bioma Mata Atlântica. Os campos pampeanos localizam-se, aproximadamente a partir do paralelo 30° de latitude sul, em todo o território da República Oriental do Uruguai, parte centro-leste da República da Argentina, parte do sudoeste do Paraguai e parte (apenas 2,07%) do Brasil (no estado do Rio Grande do Sul), abrangendo uma área com mais de 700 mil km². No Uruguai e na Argentina são denominados como “Los Pastizales del Río de la Plata”. Há pesquisas sendo desenvolvidas nas Áreas Valiosas de Pastagens (AVPs).

No estado do Rio Grande do Sul, corresponde a uma área de 178 mil km², 63% do território estadual e a 2,1% do território brasileiro. Dos 497 municípios do Estado, 166 possuem seus limites dentro do bioma, sendo que os municípios que possuem uma representatividade da cobertura vegetal original do bioma Pampa com mais de 75% são: Santana da Boa Vista, Pinheiro Machado, Lavras do Sul, Herval, Caçapava do Sul, Santana do Livramento, Quaraí, Santiago e Itacorubi, segundo Hasenack et al. (2007).

O Pampa possui uma diversidade sociocultural, uma biodiversidade e paisagens cênicas, pitorescas e sublimes associadas aos diversos serviços ecossistêmicos. Estimativas indicam valores em torno de 3000 espécies vegetais, mais de 100 mamíferos e quase 500 espécies de aves. O “lugar de origem” do povo gaúcho, cuja cultura e tradições foram construídas juntamente com a pecuária e os campos nativos, inicialmente em fronteiras flutuantes.

Para distinguir a beleza cênica, a organização, o uso do espaço rural no Pampa optou-se em dividi-lo pelas suas unidades geomorfológicas: Planalto Meridional, Cuesta do Haedo, Depressão Central, Escudo Sul-rio-grandense e Planície Costeira.

A Unidade Geomorfológica da Planície Costeira, também denominado por Planície e Terras Baixas Costeiras (Suertegaray e Fujimoto, 2004), é um complexo conjunto de ambientes deposicionais de origens marinha, eólica, lagunar e fluvial. Divide-se em dois segmentos: Planície Costeira Externa e Planície Costeira Interna.

A Planície Costeira Externa se caracteriza por uma imensa e retilínea costa arenosa, representada por campos de dunas, planícies e terraços marinhos, planícies lagunares entre as lagoas e banhados. No setor norte dessa Planície estão

localizados os municípios de Torres, Arroio do Sal, Capão da Canoa, Xangri-lá, Osório, Imbé, Tramandaí, Cidreira e Balneário Pinhal.

Predominam as pequenas propriedades com o cultivo de produtos tropicais como a banana, o abacaxi e a cana-de-açúcar, além da pecuária (em menor expressividade). Nas propriedades maiores, se destaca a rizicultura de várzea. Também, se verifica um crescimento na construção de condomínios horizontais e atividades turísticas de veraneio, no setor da linha de costa. Mais recentemente, vem sendo instalado Parques Eólicos modificando a paisagem litorânea.

Situam-se nesta área as belezas cênicas das paisagens como o Parque Estadual de Itapeva; as Guaritas de Torres; a foz do rio Mampituba; o Farol de Torres; o rio Tramandaí; o Parque Natural Municipal Tupancy, em Arroio do Sal; o Sistema Lagunar Tramandaí-Armazém; o Complexo de dunas Tramandaí-Cidreira; e as matas de restinga, associadas às paleodunas com sua vegetação característica com destaque as figueiras centenárias do litoral.

O Complexo de Dunas entre os municípios de Tramandaí e Cidreira, o Parque da Guarita em Torres e o Parque Estadual de Itapeva foram as paisagens mais citadas. São paisagens singulares, que abrigam atributos culturais e ecológicos, são consideradas remanescentes da paisagem original e do sistema eólico, são atrativas para o público e merecem ser preservadas e conhecidas pelas gerações futuras. O Parque Estadual de Itapeva protege as dunas móveis e dunas fixas com vegetação de restinga, paisagens característica da planície litorânea do Estado.

No setor médio da Planície Costeira Externa, localizada entre a laguna dos Patos e o oceano Atlântico, há predomínio de dunas costeiras, banhados temporários e permanentes, lagoas costeiras recentes, planícies marinhas e lagunares, com retrabalhamento eólico na elaboração das paisagens. A biodiversidade é considerada grande devido à presença do sistema marinho adjacente que sustenta uma comunidade de praia abundante e diversificada.

As belezas cênicas das paisagens desta área que foram indicadas são: o conjunto de dunas de Quintão a Palmares; os banhados da lagoa do Casamento e seus ecossistemas associados; o Farol da Barra; o Farol da Solidão; o Farol Cristóvão Pereira; o Farol de Mostardas; o Farol Capão da Marca; o Parque Nacional da Lagoa do Peixe; a Lagoa do Peixe; a lagoa do Bacupari; a lagoa da Reserva de Mostardas; a lagoa da Reserva de Tavares; a Ilha Grande, em Palmares do Sul; a laguna dos Patos; os Butiazais de Palmares do Sul; o Parque Eólico Ventos de Palmares e o Sistema de Dunas e Lagoas Costeiras do Litoral Médio; os remanescentes arqueológicos próximos ao Bujuru; as dunas em São José do Norte; o

banhado do Bujuru (Sistema Bujuru) em São José do Norte. Destaca-se a paisagem indicada com a presença dos faróis, todas receberam nota cinco pela sua referência histórica da navegação marítima e referência arquitetônica.

A paisagem dos banhados da lagoa do Casamento e de seus ecossistemas associados recebeu nota 5 (cinco) por todos os entrevistados que a indicaram. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2007), é considerada como uma das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira, pois é considerada de prioridade e de importância muito alta, ou seja, foi classificada de acordo com o grau de importância para biodiversidade e com urgência para execução de ações.

Segundo a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Luiz Roessler (FEPAM, 2014²) as maiores lagoas são a Lagoa do Peixe e do Estreito, com alta produção de detritos transportados para o oceano Atlântico durante o inverno e a primavera. O Parque Nacional da Lagoa do Peixe integra a Rede Hemisférica de Reservas de Aves Praieiras, um dos onze sítios da Convenção sobre as Zonas Úmidas de Importância Ambiental (Convenção de RAMSAR) e da Rede de Reservas da Biosfera, pela sua importância ambiental. Localiza-se nos municípios de Mostardas, Tavares e São José do Norte, numa área de 34.400 ha.

O Parque é considerado uma das paisagens com belezas cênicas. Todos os entrevistados (sete) que indicaram, deram nota 5 (cinco). O Parque é considerado representante de beleza cênica pela sua exuberância espacial; pela dinâmica hídrica; como nicho da diversidade ecológica; pelos motivos em que foi criado como uma Unidade de Conservação; por serem fragmentos significativos dos ecossistemas originais do Estado; por prestar serviços ambientais; por ser uma paisagem formada de banhados, dunas, marismas, matas de restinga, uma forma alongada e ser uma laguna; e por ser um local de parada, abrigo, reprodução e alimento para aves migratórias.

Na parte sul da Planície Costeira Externa, ao sul da desembocadura da laguna dos Patos até o arroio Chuí, desenvolvem-se extensas faixas de campos de dunas alternadas por feixes de cordões arenosos ou planícies lagunares. Nesse trecho estão situadas a lagoa Mangueira e Mirim, as cidades de Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e Chuí. O município de Rio Grande comporta uma das mais importantes áreas portuárias do país.

Destaca-se a criação de gado bovino e ovino, a cultura do arroz irrigado e nas pequenas propriedades, a produção de cebola. Os campos do litoral são de formação geológica recente a vegetação encontra-se ancorada em uma tênue ca-

² Disponível em <http://www.fepam.rs.gov.br/programas/gerco_medio.asp>. Acesso em 11.01.2014.

mada de solo arenoso, com predomínio de espécies de multiplicação vegetativa (BOLDRINI, 1997).

As belezas cênicas das paisagens são: a Praia do Cassino, em Rio Grande; o banhado do Maçarico e os cordões litorâneos anexos, em Rio Grande; o banhado 25 em Rio Grande; a área da colônia de pescadores da Ilha dos Marinheiros; a vila do Taim, em Rio Grande; as margens da lagoa Mirim; a lagoa Mangueira; a Estação Ecológica do Taim; a barra do Chuí e o Farol de Chuí em Santa Vitória do Palmar; a praia do Chuí; o porto de Santa Vitória do Palmar; o sistema Arroio Del Rey, em Santa Vitória do Palmar; a praia do Hermenegildo, em Santa Vitória do Palmar; os Palmares de Santa Vitória do Palmar; o Parque Eólico Santa Vitória do Palmar (Complexo Eólico Geribatu); a várzea do canal São Gonçalo; e os marismas da laguna dos Patos em Rio Grande.

As paisagens do banhado do Maçarico e a Estação Ecológica do Taim recebem notas quatro e cinco dos entrevistados. São consideradas como áreas prioritárias para conservação de aves no Brasil, pela Birdlife International, juntamente com o Parque Nacional da Lagoa do Peixe e o estuário da laguna dos Patos.

A paisagem do banhado do Maçarico é “inesperada, aparece de repente, uma área com dunas obliteradas, com muitas aves e de uma diversidade de ambientes”, cita um pesquisador. “São paisagens singulares, traduzidas de beleza cênica por qualquer local onde se olhe, além da sua importância ecológica”, afirma outro pesquisador.

A Estação Ecológica do Taim situa-se nos municípios de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, entre o oceano Atlântico e a lagoa Mirim, numa área de aproximadamente 11.000 ha e incluem os banhados do Taim, do Albardão, as lagoas do Nicola e do Jacaré, além da porção norte da lagoa da Mangueira. Cerca de 60% da sua área é formada por banhados. O Parque foi criado para preservar a população de cisne-de-pescoço-preto (*Cygnus melancoryphus*) e para a conservação de outras espécies da fauna e da flora reconhecidas como ameaçadas ou vulneráveis tanto estadual, nacional, quanto internacionalmente, além de ser reconhecida como uma área de conservação dos banhados, lagoas, campos, dunas e matas de restinga (BURGER; RAMOS, 2006).

A Planície Costeira Interna abrange amplas faixas de planícies a partir da orla continental da laguna dos Patos até a lagoa Mirim. Predominam planícies lagunares, terraços lagunares, cordões arenosos, campos de dunas, pequenos leques aluviais e rampas coluvionares. Ao norte desta Planície as paisagens com suas belezas cênicas desta área são a Coxilha das Lombas; a Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande e o Refúgio de Vida Silvestre do Banhado dos

Pachecos; o Parque Estadual de Itapuã e o Farol de Itapuã (em Viamão); o lago Guaíba e o morro do Itacolomi (em Gravataí).

Na área situada entre as cidades de Guaíba e Pelotas, a Planície Costeira Interna está compreendida entre a orla continental da laguna dos Patos e os primeiros patamares do Planalto Sul-Rio-Grandense. Predominam vastos terraços lagunares, com ocorrência frequente de rampas coluvionares no sopé do planalto e planícies marinhas, junto à laguna dos Patos. Nesse setor estão localizados municípios com importantes atividades econômicas, tanto na agricultura, como na pecuária e na silvicultura, como Guaíba, Barra do Ribeiro, Tapes, Camaquã, Arambaré, São Lourenço do Sul, Turuçu e Pelotas.

As paisagens identificadas pelas suas belezas cênicas nesta área foram o Pontal de Tapes; as áreas de Mata de Restinga e os Butiazais de Tapes; o delta do rio Camaquã; paisagens situadas no contato da Planície com o Escudo entre São Lourenço do Sul e Camaquã; o Morro da Formiga em Barra do Ribeiro; as áreas com Figueiras na costa da laguna dos Patos em Arambaré; a praia de Arambaré; o banhado do Colégio e o Pontal Dona Maria em Arambaré; e as praias de São Lourenço do Sul.

A paisagem do delta do rio Camaquã, a beleza dos meandros que levam as águas até a foz, formando várias ilhas, foi sempre indicada com notas entre 4 (quatro) e 5 (cinco) pelos entrevistados. As formações geológicas e geomorfológicas, a vegetação ciliar e o espelho d'água que forma ao anoitecer também foram indicadas como belas paisagens do rio Camaquã.

No delta do rio Camaquã e áreas adjacentes são encontradas remanescentes de mata de restinga e mata galeria, juntamente com as várzeas do rio periodicamente inundadas, meandros de rio, ilhas e banhados com diferentes características, as quais resultam numa diversidade de espécies ao oferecer locais de abrigo, reprodução e alimentação, afirmam Burger e Ramos (2006).

A paisagem dos Butiazais de Tapes foi indicada sempre com notas 4 (quatro) e 5 (cinco) pelos entrevistados ao indicar sua beleza cênica pela sua formação vegetal característica; pela sua especificidade ecológica, enquanto espécie nativa e restrita espacialmente; pelo conjunto formado pelas lagoas, dunas, mata de restinga, os butiazais e áreas úmidas; e também pelo seu valor histórico e cultural. “Você consegue entrar na paisagem, realmente fazer parte dela, ao olhar para os Butiazais de Tapes”, afirma um pesquisador.

Segundo Ramos et al. (2007) a área foi mapeada ao norte do Saco de Tapes, no município de Tapes, acompanhando a margem direita do arroio Araçá até as proximidades do horto florestal Barba Negra, em Barra do Ribeiro, tendo a leste

a laguna dos Patos. As áreas de butiazais (*Butia odorata*) ocupam 3,7% da área, 9,2% de vegetações arbustivas (mata galeria e capão de mata, 9,7% de campos e 5,9% de banhados, totalizando 28,5% da área mapeada. Cerca de 7,5% da área é utilizada para silvicultura e o restante para atividades agropecuárias. Os Palmares de *Butia odorata* são importantes remanescentes que já foram abundantes no passado. O Ministério do Meio Ambiente (2007) classifica essa paisagem como uma das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira.

Na área situada entre as cidades de Pelotas e Jaguarão, compreendido entre a orla continental da lagoa Mirim e o Planalto Sul-Rio-Grandense, as paisagens identificadas como de beleza cênica, nesta área, foram a Várzea do Canal São Gonçalo; a Reserva Biológica do Mato Grande e o banhado do Mundo Novo em Arroio Grande; e o sistema de banhados e restingas da lagoa Pequena e da Ilha da Feitoria, em Pelotas.

A Unidade Geomorfológica da Depressão Central (ou Depressão Periférica), consiste numa vasta depressão suportada por rochas da sequência da Bacia do Paraná, apresentando características de uma depressão interplanáltica, rodeada, a sul e a leste, pelo Planalto Sul-Rio-Grandense e, a norte e a oeste, pelos compartimentos planálticos capeados por derrames vulcânicos da Bacia do Paraná, em que houve a instalação de um sistema de drenagem como os rios Jacuí, Ibicuí, Santa Maria e Negro, de padrão dentrítico e subdentrítico (DANTAS et al., 2010).

Nas planícies de inundação desses rios, destaca-se como atividade econômica, a rizicultura, e as áreas mais bem drenadas foram convertidas em pastagem para a pecuária. Nas áreas representadas por colinas (coxilhas), que ora se apresentam com topos planos e ora com topos convexos são utilizadas com a agricultura diversificada (trigo, soja, milho, mandioca, batata etc.), com a silvicultura (Eucalipto e Acácia Negra), associadas à pecuária. De acordo com Boldrini (1997), nas áreas de planícies aluviais extensas e coxilhas sedimentares onduladas ocorrem os campos mistos, com uma vegetação típica de transição entre os campos do Planalto e os campos da Campanha.

As paisagens com suas belezas cênicas nesta área foram o Vale Verde; os afloramentos de rocha vermelha de Chiniquá, em Mata; os sítios paleobotânicos em São Pedro do Sul e em Mata; as praias do rio Jacuí, principalmente as praias próximas a Rio Pardo; o morro do Botucaraí, em Candelária; as áreas com arrozais entre Cachoeira do Sul e Rio Pardo; as áreas com arrozais do rio Toropi, entre São Pedro do Sul e Santa Maria; as ilhas arenosas na calha do rio Santa

Maria; os campos em Monte Alegre, o cerro e a voçoroca do Macaco Branco em Cacequi; o Conjunto Morfológico do Cerro do Caverá, em Rosário do Sul; a mata ciliar do rio Ibicuí entre Cacequi e a foz dos rios Cacequi e Santa Maria; parte da Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã localizada em Rosário do Sul; região entre o Cerro do Loreto e o Cerro Agudo em São Vicente do Sul; as nascentes do rio Ibicuí, em São Vicente do Sul; os arrozais do rio Jacuí, entre São Jerônimo e Porto Alegre; a travessia entre General Câmara e São Jerônimo, sobre o rio Jacuí; a eclusa de Santo Amaro (Barragem Eclusa Amarópolis) em General Câmara; as nascentes do rio Camaquã em Dom Pedrito; coxilhas da localidade de Ponche Verde, em Dom Pedrito; e a paisagem de transição do campo para Floresta Estacional Decidual em São Vicente do Sul, com cerros testemunhos.

O Conjunto Morfológico do Cerro do Caverá foi indicado por 11 entrevistados com notas entre 4 (quatro) e 5 (cinco), principalmente o cerro Torneado, também denominado Caverá pelo seu relevo que se destaca na paisagem da região; pela sua importância na história do nosso Estado; com cerros, serras e uma vegetação campestre com desfiladeiros que se formam; morros e morrotes que cortam a paisagem levemente ondulada; pela geologia e o alinhamento geomorfológico; pela presença de espécies ornamentais; pela vista da paisagem do entorno; pelo manejo tradicional de rebanhos; por sua morfologia imponente, sua composição ecológica; e por ser um ícone cultural regional.

Dantas et al. (2010) divide a Depressão Central em duas unidades: A Depressão do rio Jacuí e a Depressão do rio Santa Maria. A Depressão do rio Jacuí está limitada, ao norte pela escarpa da Serra Geral e ao sul, pelos patamares do Planalto Sul-Rio-Grandense. Nessa área estão localizadas as cidades de Eldorado Sul, Pantano Grande, Rio Pardo, Venâncio Aires, Cachoeira do Sul, Santa Maria e São Gabriel, Charqueadas, São Jerônimo, dentre outras. Essa área representa um importante eixo viário do Estado e possui um grande potencial agrícola. Caracterizada por uma extensa planície aluvial do rio Jacuí com seus rios tributários principais e com a presença de morros testemunhos, junto ao front da escarpa do Planalto Meridional.

A Depressão do rio Santa Maria é um extenso corredor norte-sul correspondente ao vale do rio Santa Maria, localizada entre o Planalto Sul-Rio-Grandense e o front da Cuesta de Haedo, com cotas altimétricas que variam de 100 a 200 m. A Depressão é caracterizada por colinas baixas recobertas por vastas planícies aluviais dos sistemas de drenagem do rio Ibicuí, do rio Santa Maria (seu afluente principal) e os altos cursos do rio Negro (drena em direção ao Uruguai) e do rio Jaguarão (DANTAS et al., 2010).

Nesta área estão situadas as cidades de Cacequi, Dom Pedrito, Rosário do Sul (parte do município encontra-se no Domínio Geomorfológico da Cuesta do Haedo), e Hulha Negra, dentre outras. Uma das atividades econômicas que predomina é a pecuária extensiva, em campos entremeados com planícies ocupadas pela rotação lavouras de arroz e de pastagem. No município de Hulha Negra, há o predomínio da silvicultura e encontram-se também projetos de assentamentos rurais. Atualmente, vem crescendo o cultivo da soja, a viticultura e a produção de oliveiras.

Segundo Verдум (2004), os municípios de São Francisco de Assis e Manoel Viana estão localizados no setor de contato da Depressão Periférica com as Escarpas do Planalto. Caracteriza-se por uma paisagem de campos com areias do alto Planalto entrecortados pelos valões e pelos vales encaixados, pelos rebordos inclinados e florestados do planalto e por campos da Depressão Periférica, de colinas e de morros testemunhos, entrecortados por valões e vales aluviais. Há o predomínio de atividades como a pecuária, a rizicultura, a silvicultura e atualmente a soja.

Nestes municípios foram identificadas várias paisagens com belezas cênicas, como arrozais da planície do rio Ibicuí, na margem esquerda do rio em Manoel Viana; a bacia do arroio Miracatu; a bacia do rio Itu; o areal na confluência do arroio Taquari com o arroio Sanga da Areia; o areal do Cerro da Esquina; o Cerro da Esquina; a praia e o areal de Jacaquá; o areal de Caraguataí, em Manoel Viana; o areal de Jacaquá, o areal redondo e a escarpa dos Paredões areno-vulcânicos de Manoel Viana.

Destaca-se o areal de Caraguataí, com notas 5 (cinco) pelos entrevistados, pelas suas características geomorfológicas, por possuir óxido de ferro precipitado, por representar um resquício de paisagem do passado climático e geológico recente, por possuir uma conformação rara, pela sua dinâmica e pela sua composição geoecológica.

Outras paisagens muito citadas pelos entrevistados foram a ponte General Osório em Manoel Viana; o vale do rio Ibicuí, com suas praias e morros testemunhos entre Manoel Viana e São Francisco de Assis; e o areal que possui Butiazal-Anão (Butia lallemanti). Dois entrevistados indicaram paisagens com formações típicas dos Areais. Um pesquisador citou que “é peculiar, onde posso analisar pela beleza cênica ou pela feiura (das voçorocas)”.

A Unidade Geomorfológica Planalto Meridional situa-se no norte-noroeste do estado do Rio Grande do Sul e se estende até o estado de Santa Catarina, sendo constituído por derrames vulcânicos da Formação Serra Geral, compos-

tos predominantemente por basalto, andesitos, riolitos e dacitos (DALTON et al., 2010).

Este Planalto, ao leste e ao norte encontramos pequenas e médias propriedades rurais e a incorporação de vastas áreas para atividades agropecuárias e agroindustriais, com destaque para o cultivo e processamento de culturas como soja, milho, trigo, cevada e aveia. A oeste há predominância de grandes propriedades rurais, com atividade de pecuária, além das atividades agrícolas e a silvicultura. Grande parte desta área está localizada dentro do bioma Mata Atlântica. Apenas na parte sudoeste caracteriza-se como bioma Pampa, com domínio de colinas dissecadas e morros baixos. Nesta área havia o predomínio dos Campos com Barba de Bode.

Nesta área as paisagens identificadas como de belezas cênicas foram as grutas e cavernas entre Santiago e Nova Esperança do Sul; as Missões Jesuíticas, localizadas nos municípios de Garruchos, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, Entre-Ijuís e São Miguel das Missões; a mata de Pau-Ferro em Unistalda; e as coxilhas de São Luiz Gonzaga. Todos esses municípios se localizam no contato dos dois biomas.

As paisagens nesse setor que receberam notas 5 (cinco) por mais de um pesquisador, foram as Missões Jesuíticas, pela sua importância histórica e cultural; e as grutas e cavernas (localizadas no contato dos dois biomas), pela “sua morfologia em forma de grutas e cascata, expressa o contexto geológico e fenômenos geomorfológicos raros, numa composição entre rocha, água, solo e espécies vegetais nativas, que oferecem uma valoração ao olhar humano”, como um pesquisador afirma.

A Unidade Geomorfológica Cuesta do Haedo localizada na porção sudoeste do Estado e que se adentra pelo território uruguaio, com um front escarpado voltado para leste, em direção à unidade geomorfológica Depressão Central. As paisagens com suas belezas cênicas identificadas nesta unidade foram os cerros de Santana do Livramento, como o Cerro Palomas, o Cerro Morro do Chapéu, o Cerro Florentina, os Cerros Verdes o Cerro dos Munhoz; os parreirais de Santana do Livramento; o Parque Eólico do Cerro Chato e 57% da Área de Proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã. Todos os cerros foram citados por vários entrevistados como “monumentos naturais que se destacam na paisagem”, pela “morfologia imponente e composição ecológica”, pela “importância histórica e identitária com a comunidade local”, para “para preservar a possibilidade de se ver ao longe”, e pela “sua formação geológica, geomorfológica e a vegetação”.

Na sua porção oriental possui um relevo dissecado em colinas e morros e

na sua porção ocidental, o relevo caracteriza-se por extensos terrenos planos ou modelados em colinas muito amplas e suaves, conhecidas regionalmente por coxilhas, recobertos por uma vegetação de campos de solos rasos, propiciando o desenvolvimento da pecuária de corte e em menor escala, a rizicultura nas várzeas.

Os Campos de solos rasos possuem baixa retenção de umidade, pedregosos e com uma vegetação de gramíneas cespitosas de porte baixo, rizomatosas e estoloníferas, muitas endêmicas, entremeados por leguminosas estoloníferas e espécies compostas (BOLDRINI, 2009). Nesta unidade, destacam-se os municípios de Quaraí, Alegrete, São Borja, Maçambará, Itaqui e Uruguaiana.

As paisagens identificadas como de belezas cênicas foram: a Fazenda de Getúlio Vargas, em Itaqui; as margens do rio Uruguai e as ilhas entre São Borja e Itaqui; a ponte ferroviária que atravessa o rio Ibicuí, próxima a Itaqui, em direção a São Borja; as coxilhas em São Borja; bacia do rio Itu, em Maçambará, o areal do arroio Puitã em Maçambará, as nascentes do arroio Puitã, em São Borja; paisagens abertas da fronteira sul, mais especificamente em Quaraí; a Reserva Biológica São Donato, entre Itaqui e Maçambará; parte da APA do Ibirapuitã nos municípios de Alegrete e Quaraí; Butiazais de Quatepe (ou Coatepe); o conjunto morfológico do Cerro do Jarau; os campos planos nas nascentes da bacia dos arroios Quaraí-Mirim e do Areal; as ruínas do Saladeiro São Carlos; os areais de Quaraí; o Parque do Espinilho em Barra do Quaraí; as margens do rio Quaraí, na Barra do Quaraí; a foz do rio Ibicuí entre Uruguaiana e Itaqui; a barragem Sanchuri em Uruguaiana; as áreas de arrozais e de pecuária em Uruguaiana; a lagoa Pavoré em Alegrete; o Cerro da Cascavel, em Alegrete; o areal Costa Leite, o de São João e o do Lajeado Grande, em Alegrete, o cerro do Tigre, em Alegrete; a Estação Ferroviária de Cerro do Tigre; e os campos com vegetação do tipo Parque com adensamento de Espinilhos, ainda, preservados em Alegrete.

Essa unidade geomorfológica foi a mais citada pelos entrevistados, sendo as suas paisagens com maior número de notas para cada uma, como por exemplo: 11 entrevistados indicaram o Conjunto Morfológico do Cerro do Jarau, 8 (oito) indicaram o Cerro do Tigre com a ponte, 6 (seis) indicaram a foz do rio Ibicuí, 6 (seis) indicaram o Parque do Espinilho e 4 (quatro) indicaram os areais de Quaraí.

Um pesquisador, sobre os areais de Quaraí, afirma que:

[...] a beleza e a proteção dos areais do Quaraí se devem ao fato de que são redutos do passado, desde um tempo his-

tórico longo, tem “vidas” que se mantêm ali, constitui um contraste singular, uma quebra de monotonia com o verde dos campos, são os mais antigos e são associados a sítios arqueológicos. É um patrimônio cultural.

O Ministério do Meio Ambiente (2007) classifica a área onde está localizada o Cerro do Tigre como uma das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos benefícios da Biodiversidade Brasileira, por possuir uma mata de galeria com campos adjacentes, cerros com vegetação rupestre fazendo um corredor até o rio Uruguai, com áreas úmidas e cerros testemunhos.

A beleza cênica da paisagem do Cerro do Tigre (Figura 1), com sua “ponte de pedra” (Figura 2), localizado no município de Alegrete, está caracterizada na “sua morfologia tabular específica, com a presença de fenômeno geomorfológico raro, que dá a ele uma valoração do olhar humano”, descreve um dos entrevistados, e ainda “pelas suas morfologias de resistência e pelas suas formas ruñiformes”, afirma outro pesquisador.

Figura 1 - Paisagem do Cerro do Tigre e sua “ponte de pedra”



Fonte: Fotografia de Roberto Verdum, 2005.

Figura 2 - Detalhe da “ponte de pedra” localizada em cima do Cerro do Tigre



Fonte: Fotografia de Roberto Verdum, 2005.

O Parque do Espinilho localiza-se no município de Barra do Quaraí, criado em 1975, possui uma área aproximada de 2.000 ha. A beleza cênica da sua paisagem caracteriza-se pela presença de uma formação vegetal que só existe nessa área do Estado, pela excepcionalidade e pela raridade. O parque é importante para a conservação de uma formação vegetal que só ocorre na região (a fisionomia Parque), com dois estratos distintos, um arbóreo com espécies como o Algarrobo (*Prosopis nigra*), o Espinilho (*Vachellia caven*) e o Inhanduvá (*Prosopis affinis*) e o outro estrato herbáceo-arbustivo formado por gramíneas e herbáceas. Além da especificidade vegetal, várias espécies da fauna estão associadas a esse tipo de formação vegetal, e dependem do Parque para a manutenção de suas populações (SEMA, 2010).

A ponte Ferroviária, atravessa o rio Ibicuí próxima a Itaqui (rodovia RS-472, sobre o Rio Ibicuí em direção à São Borja-RS); Arrozaís da planície do rio Ibicuí; todo o rio Ibicuí; a nascente do rio Ibicuí: encontro do rio Toropi com o rio Ibicuí-Mirim, no limite dos municípios de Cacequi, São Pedro do Sul e São Vicente; foz do rio Ibicuí; o rio Uruguai, limite dos municípios de Uruguaiana e Itaqui; a mata ciliar entre Cacequi e a foz dos rios Cacequi e São Maria, junto ao rio Ibicuí; corredores do rio Ibicuí, também foram citados.

Segundo o Comitê de Bacia do rio Ibicuí, ele é um dos principais afluentes do rio Uruguai da margem brasileira, com uma extensão de aproximadamente 385 km com condições de navegação na época das chuvas e possui 55 afluentes. Várias paisagens foram identificadas referentes ao rio Ibicuí, desde as suas nascentes até sua foz, os arrozais na sua planície de inundação, os locais de encontro dos seus afluentes, as suas praias, as suas matas de galeria e os corredores do rio Ibicuí. A Barra do Ibicuí está incluída nas Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da biodiversidade Brasileira, pelo Ministério do Meio Ambiente (2007), principalmente por ter a presença de fauna ameaçada e de espécies endêmicas.

A paisagem dos Butiazais de Quatepe (ou Coatepe) foi indicada pela sua área restrita com palmeiras em meio ao campo, proporcionando uma fitofisionomia típica, pela sua especificidade ecológica, como espécie nativa, restrita espacialmente, além da importância histórica.

No município de Quaraí, no primeiro distrito, nas comunidades de Salsal e Quatepe estão localizados mais de cinco mil pés de butiá-jataí da espécie *Butia yatay* entremeados ao campo nativo, numa área de 25 km de extensão. Acredita-se que os butiazais tenham sido plantados pelos jesuítas, ainda no século XIX, com o objetivo de demarcar o território. Atualmente, são utilizados pelas comunidades locais para alimentação, para ornamentação, para construção civil (confeção de calhas de água e cochos para alimentação do gado) artesanato e como medicamento (BAIRROS, 2011).

A área em que estão localizados os Butiazais de Quatepe é considerada pelo Ministério do Meio Ambiente (2007) como uma das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira, por:

Área transfronteiriça de relevo e fisionomia diversificada, com matas ciliares, banhados e campos secos de solo arenoso com afloramentos rochosos, além de formações de Espinilho e butiazais (*Butia yatay*) de extrema importância (Butiazal do Coatepe); área de provável ocorrência de nova subespécie de veado campeiro descrito para o Uruguai (*Ozotocerus bezoarticus*); presença de roedores raros, característicos de campos: *Wilfredomys oenax* e *Rethrodon typicus*; além de espécies animais ameaçados como o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), lontra (*Lontra longicaudis*); aves ameaçadas, peixes anuais (*Austrolebias* sp.). Extensão

de distribuição de aves anteriormente conhecidas somente para a formação parque Espinilho (ex.: *Pseudoseisura lophotes*). Local de recarga de aquífero.

A beleza cênica da paisagem do conjunto morfológico do Cerro do Jarau (figura 3) se caracteriza por várias falas: “[...] pelo contraste na paisagem, ao enxergá-lo.” “[...] é uma forma de relevo que se diferencia da planura dos campos. Traz aos moradores uma dimensão da natureza diferenciada. Possui uma expressão cultural, local de histórias, lendas e filmes”. “[...] pela presença de espécies ornamentais, pela vista da paisagem do entorno e pelo manejo tradicional de rebanhos pelo gaúcho”. “[...] por sua morfologia imponente, sua composição ecológica e suas referências históricas que, inclusive, o tornaram ícone cultural regional”. “[...] pela rara beleza, pelos ambientes prístinos, espécies endêmicas/raras, entre outros”.

Alves (2012, p. 51) chama o conjunto morfológico do Cerro do Jarau como o “Astroblema do Jarau” pela sua feição geomorfológica atípica para o oeste do Estado, com uma estrutura circular-elíptica de 7 km de diâmetro e com bordas soerguidas, principalmente na sua face norte, aonde chega a 300m de altitude, decaindo para leste e oeste, até a face sul, para 100 m de altitude. Há várias explicações para a formação geológico-geomorfológica, inclusive pela queda de um meteorito. Para o autor, sob o ponto de vista geológico:

[...] esta feição anômala compõem uma janela estratigráfica de arenitos (Formação Botucatu e Guará), em meio ao domínio absoluto de rochas vulcânicas, típicas do ‘Planalto da Campanha’, expondo, em pontos mais altos, rochas que normalmente são encontradas, apenas, muitos metros abaixo da camada vulcânica

O Cerro do Jarau também possui uma importância literária do Estado através da do livro “A Salamanca do Jarau”, de João Simões Lopes Neto, por lendas criadas no século XIX contadas pela comunidade local e também faz parte da história da Revolução Farroupilha (cerro conhecido como Sentinela dos Pampas). O Cerro também faz parte das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira, pelo Ministério do Meio Ambiente (2007).

Figura 3 - Paisagem do Cerro do Jarau



Fonte: Fotografia de Roberto Verdum, 2005.

Na Unidade Geomorfológica Planalto Sul-Rio-Grandense, também denominado, de Planalto Uruguaio Sul-Rio-Grandense (Suertegaray e Fujimoto, 2004), subdivide-se em Planalto de Caçapava do Sul e Planalto Rebaixado de Canguçu pelo IBGE (1995), está localizado no setor sul-sudeste do Estado.

Como principais municípios destacam-se Porto Alegre, Pinheiro Machado, Piratini, Canguçu, Santana da Boa Vista, Caçapava do Sul, Dom Feliciano, Encruzilhada do Sul, parte de Lavras do Sul, Bagé³ e Herval.

O Planalto Sul-Rio-Grandense constitui-se de rochas ígneas, metamórficas e sedimentares de idade Pré-Cambriana, com altitudes que variam de 100 a 400m, alternando-se áreas com intenso processo de dissecação e uma heterogeneidade de relevos marcados com afloramentos rochosos. Nesses antigos terrenos erodidos ressaltam-se padrões de relevo do tipo colinas dissecadas e morros amplos (coxilhas), com extensas vertentes suaves a moderadas. Nas áreas de deposição, mais rebaixadas, com relevo mais aplainado. Nas áreas de relevo altamente dissecado, é possível individualizar setores bem definidos de cristas alinhadas e/ou vales entalhados (SUERTEGARAY; GUASSELLI, 2004, DANTAS et al., 2010).

³ O município de Bagé localiza-se entre as duas unidades geológicas: bacia do Camaquã (Planalto Sul-Rio-Grandense) e a Bacia do Paraná (Depressão Central). As belezas cênicas que foram identificadas localizam-se no Planalto Sul-Rio-Grandense, por isso a localização do município ficou nesse domínio geomorfológico.

Segundo Boldrini (2009) muitas áreas campestres, no passado foram cobertas por uma vegetação de subarbustos, arbustos e árvores de baixo porte, que foram cortadas e queimadas. A vegetação é formada pela Floresta Estacional Semi-Decidual associada aos campos, com matas galerias, além de ser uma área rica em plantas endêmicas, principalmente as cactáceas.

As atividades econômicas destes municípios se concentram na agropecuária e, também, na mineração, desenvolvida especificamente nos municípios de Caçapava do Sul, Lavras do Sul e Hulha Negra. A estrutura fundiária se configura com grandes propriedades que desenvolvem a pecuária e a pequena propriedade (em menor número) com criações de gado de corte, ovinos, suínos, aves, gado de leite e também cultivos de milho, inclusive em áreas de assentamento rural. Os cultivos da soja e do arroz se desenvolvem em grande escala no município de Bagé. A produção vitivinícola vem sendo implantada nos municípios Bagé, Pinheiro Machado, Candiota e Caçapava do Sul. Ocorrem conflitos de uso do solo em função do déficit hídrico em determinadas épocas do ano, pelo uso intensivo na agricultura irrigada e pela introdução dos monocultivos florestais (SEPLAG, 2007).

As paisagens identificadas nesse Planalto com suas belezas cênicas são: as nascentes do rio Camaquã entre Bagé, Lavras do Sul e Caçapava do Sul; as margens do rio Camaquã entre Canguçu e São Lourenço do Sul; o Paredão no rio Camaquã em Santana da Boa Vista; o conjunto morfológico da Casa de Pedra, em Bagé; o Cerro do Miradouro em Pedras Altas; as Coxilhas em Pedras Altas; a Serra do Herval, a Serra de Santa Bárbara, o vale dos Lanceiros em Caçapava do Sul, o forte localizado em Caçapava do Sul, as Minas de Camaquã, o conjunto morfológico da Formação Guaritas em Caçapava do Sul, Minas de Camaquã, em Caçapava do Sul; o Complexo da Pedra do Segredo (Pedra da Abelha, do Índio, do Leão, do Sorvete, do ET, da Baleia, etc.); os afloramentos rochosos das Guaritas, ao sul da RS 625, ao sul do arroio das Neves, com uma “paisagem com basculamentos e vegetação concêntrica”; o vale do Rincão do Inferno em Lavras do Sul; áreas de campos nativos e as coxilhas em Lavras do Sul; uma paisagem difusa no interior de Santana da Boa Vista; as cavernas de Santana da Boa Vista; a serra de Santana da Boa Vista; os afloramentos de grafita-xisto em Santana da Boa Vista; área de xistos em Lavras do Sul, próximo a Cerro Branco; as áreas altas, com vistas para o Pampa (“ao perder de vista”) entre Bagé, Lavras do Sul e Pinheiro Machado; os campos de Aceguá; os parreirais de Pinheiro Machado; a serra do Veleda, em Pinheiro Machado; a serra das Asperezas, em Piratini; o Cerro dos Porongos em Pinheiro Machado; uma paisagem com morros graníticos que possua matações, arbustos, campos e cultivos (em Pinheiro Machado,

Pedras Altas, Canguçu, Piratini ou Herval) sem interferência da silvicultura; o município de Piratini; as taipas de pedras entre Lavras do Sul e Dom Pedrito com seus campos; serra de Canguçu; a Pedra do Bixo (do Lagarto Gigante) em lavras do Sul e as cristas de Porto Alegre. Entre a porção oeste desse planalto e a porção leste, onde se encontra a Crista de Porto Alegre, a separação das duas porções está associada a presença do lago Guaíba e Delta do Jacuí, também citados como paisagens de beleza cênica.

A beleza cênica da paisagem da Formação Guaritas foi indicada por 11 entrevistados, ao afirmarem: “Pela beleza da estrutura geológica e pela expressão de um momento da história da terra”; “[...] a associação dos afloramentos rochosos com a vegetação nativa”; “[...] pela presença de espécies ornamentais numa formação geológica ímpar com morros runíformes”; “[...] pela presença de espécies endêmicas tanto da fauna, quanto da flora num contexto de formações geológicas e geomorfológicas muito interessantes”; “[...] um dos lugares mais espetaculares do Estado”; “[...] por ser um verdadeiro laboratório para diferentes áreas”.

A Formação Guaritas está inserida nas Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira, pelo Ministério do Meio Ambiente (2007, p. 23) pela:

sua formação Guaritas arenitos arcossiano, cujos processos erosivos formam feições geomorfológicas em forma de torres; beleza cênica e fragilidade ambiental; dormitório e área de reprodução de papagaio chorão (*Amazona petrei*); presença de espécies raras de borboletas *Penetes pamphanis*, *Pampasatyris periphes*, *Pseudocronisdes m.macheon*; pela presença de Araucária, Podocarpus e Tucanuçu (*Ranphastos toco*).

A Formação das Guaritas do Camaquã compreende feições geomorfológicas na forma de morros escarpados com uma aparência runíformes, formando grutas e abrigos. Paim et al. (2010, p. 01) explicam que elas foram utilizadas como guaritas e como locais de emboscadas durante a Revolução Farroupilha, por isso a denominação “Pedras das Guaritas”.

A beleza cênica da paisagem do Vale do Rincão do Inferno foi citada por 11 entrevistados ao indicarem como atributos cênicos os “afloramentos rochosos e vegetação nativa associada”, “[...] as características geomorfológicas que formam esses monumentos naturais”, “[...] pela presença de espécies ornamentais numa

formação geológica ímpar”, e “[...]pela sua morfologia tabular específica, com a presença de fenômeno geomorfológico raro em contexto geológico específico, dá a ele uma valoração do olhar humano”.

Além das paisagens citadas acima, outras paisagens que foram identificadas por no mínimo quatro entrevistados foram o conjunto denominado Complexo da Pedra do Segredo (Pedra da Abelha, do Índio, do Leão, do Sorvete, do ET, da Baleira, do Navio, da Abelha, a Redonda e a do Segredo), localizado no distrito de Vila do Segredo em Caçapava do Sul; a área compreendida das Minas do Camaquã (sítio geológico-metalogenético que representa um marco da história da mineração de cobre no Brasil) e o vale dos Lanceiros, em Caçapava do Sul.

Destaca-se que muitas paisagens foram indicadas, mas sem a possibilidade de colocá-las em um mapa, pois são paisagens que podemos encontrar em vários locais do bioma Pampa e que muitas remetem as lembranças durante as entrevistas, tais como: “paisagens abertas da fronteira oeste”; “[...] um local que se possa enxergar o por do sol, sem árvores, preservadas ou conservadas, olhando a silhueta de uma vaca ou de uma ovelha”; “[...] qualquer local entre Bagé e Aceguá é bonito, desde que tenha campo e animal ou só campo”; “[...] nos pontos mais altos entre Lavras do Sul e São Gabriel”; “[...] a presença do homem altivo, enxergando longe, com capa (poncho pátria, que cobre o cavalo) andando pelo campo, a figura humana com o seu companheiro: o cavalo”; “[...] mangueiras de pau-a-pique; “[...] mangueiras, taperas, bretes, açudes, instrumentos da lida do gaúcho”; “um cerro, um morro isolado para preservar a possibilidade de se ver ao longe; uma visão panorâmica”; “[...] algum local com formações típicas dos areais”; “[...] campos com barba de bode, vassorais e capões de timbó”; o topo dos campos limpos entre Santana do Livramento e Uruguaiana”; “[...] encruzilhada entre Dom Pedrito e São Gabriel, uma placa com uma casa do João de Barro em cima; “[...] algum local da frente das ‘cuestas’”; “[...] Campos diversificados, associados à vegetação representativa do bioma e diversidade de ecossistemas associados”; “[...] coxilhas entre Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga”; “[...] propriedades das antigas Charqueadas”; “[...] na BR-293, entre Pelotas e Santana do Livramento, paisagens que se perdem no horizonte”; “[...] uma placa entre Alegrete e Rosário do Sul que diz: Bioma Pampa e atrás enxerga-se somente eucalipto”; e “[...] as matas de restinga muitas vezes associadas às paleodunas com sua vegetação típica, principalmente as figueiras centenárias”.

Um dos entrevistados explica que as belezas cênicas:

[...] devem servir de parâmetro de leitura da natureza em consonância com os referenciais culturais individuais e co-

letivos, para se reconhecer e estabelecer ícones de referência capazes de serem valorizados e preservados pelos seus atributos (plásticos, ecológicos e culturais).

Ainda sobre a importância das belezas cênicas, outro pesquisador afirma que:

[...] é estranho dar valor a algo que é belo, mas eu acho importante. Isto gera um valor de contemplação, são formas de estabelecer contato do homem com o espaço, com o território. De não ser tudo homogêneo. [...] as diferenças devem ser respeitadas e valorizadas. [...] a beleza cênica faz a relação entre a sociedade e a heterogeneidade do espaço, [...] com consequências importantes para a gestão do território, para valorização das diferenças que existem nas paisagens e que são uma sobreposição de “n” aspectos (históricos, científicos, emotivos, geológicos, biológicos) e que às vezes são ocultos e que nunca serão apreendidos pela sociedade. A beleza cênica oportunisticamente cumpre este papel, por isso deve ser extremamente valorizada.

Um dos entrevistados salienta que:

Acredito que em primeiro lugar as pessoas pensem que a beleza cênica seja importante para ser apreciada, se sentem bem no convívio com lugares bonitos. Uma parcela da população se dá conta que, para nós continuarmos apreciando essas belezas, é necessário preservar. E uma parcela bem menor sabe que muitas dessas belezas cênicas prestam serviços ambientais importantes, como a manutenção do clima, na proteção dos recursos hídricos e na manutenção da biodiversidade. Não podemos esquecer, também, que às vezes uma plantação de pinus pode ser uma beleza cênica para alguém, e não possuir valor para a conservação da natureza.

Considerações Finais

Constatou-se que o conceito de paisagem construído pelos entrevistados está em consonância com a sua profissão, alguns de forma mais naturalista (uti-

lizando-se dos parâmetros bióticos e abióticos), outros fazendo uma relação da natureza com a sociedade, e outros, com um sentido mais simbólico (de representação). Por outro lado, pode-se dizer que os entrevistados se utilizaram de um ou mais termos para conceituar a paisagem, tais como espaço, tempo, escala, visão, percepção, componentes bióticos, abióticos e a sociedade humana.

A leitura da paisagem feita pelos entrevistados está associada, preferencialmente, pelos elementos da natureza. As paisagens que foram indicadas pela sua beleza cênica com elementos construídos pela sociedade humana, como faróis, cercas, taipas, fazendas, pontes, prédios é porque eles fazem parte da história e da identidade da cultura gaúcha.

Os fatores que mais contribuem para a qualidade cênica da paisagem do bioma Pampa foram a morfologia, a água, a vegetação, a cor, o fundo cênico e a raridade. A morfologia suave das colinas; a morfologia singular das Formações das Guaritas em Caçapava do Sul; a morfologia das dunas na planície costeira; a vegetação com sua diversidade de exemplares da vegetação num único espaço, pela raridade e pela importância ecológica; a água com predomínio tanto em movimento quanto em repouso (na condição de refletir - como um espelho - o entorno); a combinação de cores variadas e contrastantes entre a vegetação, as rochas e a água; o fundo cênico, com a possibilidade de visualizar o horizonte ou várias linhas, como por exemplo, do alto de um cerro ou de uma coxilha e a raridade de um elemento constatado pelo conhecimento científico dos entrevistados.

Ao reunir todos os significados expressos pelos entrevistados, se poderia dizer que a paisagem é uma construção elaborada pela mente humana, como um conjunto de elementos da natureza e/ou construídos socialmente e observados e/ou percebidos a partir de um ponto de referência numa determinada escala, expressa a partir de uma organização, de uma estrutura, de uma funcionalidade e de uma dinâmica que muda com o tempo. Pode ser avaliada esteticamente, ecologicamente e culturalmente.

Assim, a beleza cênica é um conceito estético subjetivo e objetivo. É um dos atributos da paisagem e um dos fatores que determinam a sua valorização. Agregando todos os conceitos dos entrevistados, a beleza cênica é o resultado final, visual, audível, harmônico, de singularidade marcante, um juízo de valor pessoal e coletivo da paisagem; independente do seu valor histórico, cultural ou biológico; incorporada ao longo de um tempo. As belezas cênicas das paisagens possuem importância em nível social, cultural, histórico, econômico e ecologicamente. Muitas, ao lembrar o passado, fortalecem o sentimento identitário; co-

nectam as pessoas à natureza e ao universo; produzem qualidade de vida e bem estar social, relaxamento, paz interior e elevação espiritual; por serem reais, são independentes de qualquer convenção, possuem valor intrínseco, seja financeiro, seja utilitário; apresentam atributos raros, elementos singulares da natureza; são permeadas de cultura, contribuindo na reprodução social e no modo de vida das comunidades.

As belezas cênicas das paisagens precisam ser protegidas pelos motivos que foram citados da sua importância, não só pelas lembranças do passado (infância), como as do presente (áreas de descanso, recreação, meditação, etc.) e do futuro (na perspectiva de integridade do ambiente natural e cultural para as gerações futuras). Elas devem ser protegidas de forma integrada dentro de um conjunto de atividades e com a participação das comunidades locais. Todos os entrevistados acreditam que a beleza cênica da paisagem é reconhecida pela sociedade humana como sendo algo de interesse de preservação/conservação.

Ao desejar uma qualidade de vida, o ser humano, também, deseja por uma paisagem de qualidade, não só do ponto de vista estético, mas da variedade de interligações das diferentes formas de vida e também de funcionalidade. Por isso, é importante que as paisagens, os sítios de valor paisagístico, de valor universal excepcional (parâmetros estético, ecológico, histórico, cultural e científico), tornem-se não somente um bem jurídico merecedor de proteção, principalmente aquelas consideradas portadoras de belezas cênicas, sublimes e pitorescas, mas referências para gerar uma matriz identitária às pessoas, não somente transformadas em peças de museus, pois elas devem evoluir com a história e fazer parte das relações sociais que as protegem e/ou as transformam.

Assim, afirma-se que a proteção das paisagens, que foram indicadas do bioma Pampa, surge como uma ação no sentido de reconhecer e valorizar as marcas do passado e do presente, assim como as possíveis ações no futuro. Sobretudo, ao se reconhecer suas características e relações funcionais, ecológicas, simbólicas e estéticas, que merecem, ainda mais, serem estudadas a partir do reconhecimento expresso nessa pesquisa sobre o bioma Pampa e suas paisagens de belezas cênicas.

Referências

BECKER, Fernando G. et al. (orgs.). **Biodiversidade**. Regiões da Lagoa do Casamento e dos Butiazais de Tapes, planície costeira do Rio Grande do Sul / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA / SBF, 2006.

BOLDRINI, Ilsi I. Campos do Rio Grande do Sul: Caracterização Fisionômica e Problemática Ocupacional. In: **Boletim do Instituto de Biociências**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n. 56. Porto Alegre, 1997.

_____. A flora dos Campos do Rio Grande do Sul. In: Pillar, V. D.; Muller, S. C.; Castilhos, Z. M. S.; Jacques, A. V. A. (Org.). **Campos Sulinos: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009.

BAIROS, Elizabete C. **Os Butiazais do Salsal e Quatepe**: história, situação atual e potencialidades – Quaraí/RS. Trabalho de Graduação da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

BURGER, Maria Inês; RAMOS, Ricardo A. Áreas importantes para conservação na Planície Costeira do Rio Grande do Sul. In.: BECKER, Fernando G. et al. (orgs.). **Biodiversidade**. Regiões da Lagoa do Casamento e dos Butiazais de Tapes, planície costeira do Rio Grande do Sul / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA / SBF, 2006.

DANTAS, Marcelo E. et al. Origem das Paisagens. In: VIERO, Ana Cláudia; SILVA, Diogo R. A. (orgs.) **Geodiversidade do estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CPRM, 2010.

HASENACK, H.; CORDEIRO, J.L.P. (org.). **Mapeamento da cobertura vegetal do Bioma Pampa**. Porto Alegre, UFRGS Centro de Ecologia. 30 p. (Relatório técnico Ministério do Meio Ambiente: Secretaria de Biodiversidade e Florestas no âmbito do mapeamento da cobertura vegetal dos biomas brasileiros), 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE / SBF. **Biodiversidade Brasileira**: avaliação e identificação de áreas prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros. Brasília – DF. 2002.

RAMBO, B. **A Fisionomia do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 3ª ed. 1956.

RAMOS, Ricardo et al. Paisagem, uso e cobertura da terra. In: BECKER, Fernando G. et al. (orgs.). **Biodiversidade**. Regiões da Lagoa do Casamento e dos Butiazais de Tapes, planície costeira do Rio Grande do Sul / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA / SBF, 2007.

SUERTEGARAY, Dirce M. A.; FUJIMOTO, Nina S. V. M. Morfogênese do relevo do estado do Rio Grande do Sul. In: Verdum et al.(orgs). **Rio Grande do Sul**: paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SUERTEGARAY, Dirce M.A.; GUASSELLI, Laurindo. A.; Paisagens (imagens e representações) do Rio Grande do Sul. In: Verdum et al.(orgs). **Rio Grande do Sul**: paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

VERDUM, Roberto. Paisagens do Pampa: monotonia que se rompe no espaço e no tempo. In: CHOMENKO, Luiza; BENCKE, Glayson A. (orgs). **Nosso Pampa Desconhecido**. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016.

VIEIRA, Lucimar de F. dos S. **A valorização da Beleza Cênica da Paisagem do Bioma Pampa do Rio Grande do Sul**: Proposição Conceitual e Metodológica. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2014.



Construção da paisagem na produção alternativa dos integrantes da Feira dos Agricultores Ecologistas (FAE) de Porto Alegre

Cláudia Dreier

Roberto Verдум

Introdução

A Feira dos Agricultores Ecologistas (FAE) acontece desde 1989 aos sábados pela manhã no canteiro central da primeira quadra da avenida José Bonifácio, em Porto Alegre. Ela originou-se na Cooperativa Coolméia mantendo os seus princípios: ecologismo, naturismo e cooperativismo. O primeiro reflete a preocupação com a preservação ambiental e com a utilização de tecnologias brandas. O segundo estabelece que na feira existam alimentos ovo-lacto-vegetarianos, barrando refinados, farinhas e açúcares, e alcoólicos destilados. No último, enfatiza-se o caráter coletivo, na produção e na organização da feira, onde ocorrem reuniões semanais para avaliação e planejamento.

Agregando trabalho e renda para 149 famílias, a FAE constituiu-se de 41 bancas permanentes, três bancas de safristas de verão e três bancas eventuais de artesanato. Entre todas, existem bancas de participantes que não comercializam na feira produtos in natura diretos de suas práticas agrícolas, incluindo a banca institucional denominada Banca do Meio, bancas com livros, lanches, flores, bolicho até aquelas com agroindústria como geléias, caldo-de-cana e pães, totalizando 15 bancas nesta categoria.

Das 26 bancas com alimentos colhidos na propriedade dos produtores, esta pesquisa elegeu uma amostra qualitativa de cinco bancas que tivessem: 1. distin-

tas localizações geográficas no Estado; 2. variados produtos oferecidos na feira; 3. diferentes organizações de produção, seja no processo de produtor familiar, seja no processo associativo e; 4. diversos períodos de participação na feira.

Agriculturas alternativas

Nesta pesquisa torna-se indispensável entender os conceitos relacionados à produção alternativa que deram origem à feira e às práticas dos seus integrantes. Tais definições permitem discernir diferentes expressões relacionadas ao tema e o porquê de tais denominações que incluem produção tradicional, convencional, biológica, natural, alternativa, regenerativa, artesanal, agroecológica, ecológica, e orgânica.

Em seguida passa-se a discorrer sobre os conceitos de paisagem, ao longo de diversos períodos e distintas geografias realizadas mundo afora, até definir os autores que melhor se adéquam ao tema proposto. Por fim, abordam-se as tecnologias de produção que servem como instrumentos formadores de paisagens.

Na Revolução Agrícola, ainda na pré-história humana, as civilizações floresceram ao lado de grandes rios, tirando deles água, transporte e sustento do solo. A produção nutria uma população que prosperava, até atingir um patamar de excedentes permitindo a Revolução Urbana, berço da civilização que chegou aos dias atuais. Por muito tempo a agricultura seguiu práticas milenares, baseadas em recursos provenientes dos meios naturais. A esta prática, autores como Lutzenberger, Altieri, Gliessman denominam agricultura tradicional, o qual remete às populações com o mesmo nome.

Este paradigma de manejo foi quebrado a partir do desenvolvimento da indústria química. Segundo o Engenheiro Agrônomo Sebastião Pinheiro (2010), o grande inventor dos fertilizantes químicos e concentrados solúveis foi o alemão Justus von Liebig, que viveu entre 1803 e 1873. Mudou-se para Paris em 1822 e juntou-se a grandes químicos franceses como Thénard, Joseph Gay-Lussac, Chevreul, e Vauquelin. Ao ser admitido em um laboratório privado, continuou a pesquisa na área de química que fora iniciada na Alemanha. Dois anos após, ao apresentar os seus trabalhos na Academia Francesa, Liebig foi nomeado, aos 21 anos de idade, professor extraordinário da Universidade de Giessen, no seu país de origem. Ao aplicar os princípios da química na produção de alimentos, partindo da conclusão que as plantas alimentícias cresceriam melhor e teriam maior valor nutritivo se fossem adicionados elementos químicos na quantidade mínima e adequada ao seu cultivo, von Liebig chegou à famosa fórmula NPK,

iniciando a era dos fertilizantes químicos.

Outro mineralogista e geoquímico, o ucraniano Vladimir Vernadsky (1998), antecedeu em meio século a teoria de Gaia de James Lovelock, reconhecendo a Terra como um sistema esférico auto-regulado pela vida em suas mais variadas formas. No seu livro, *A Biofera*, de 1926, editado nos Estados Unidos em 1998, define que as substâncias químicas utilizadas pelos organismos vivos entram lentamente na biosfera e ficam muito tempo circulando ao longo da cadeia alimentar formada pelas espécies atuantes na superfície do Planeta. Para Vernadsky (1998, p.86), “Essa tecnologia que extrai elementos do meio natural, sem passar pelo lento e suave processo biótico natural e vivo, agride toda essa rede e provoca nela profundas transformações”.

Práticas de agricultura tradicional, regidas pelo equilíbrio da biosfera, eram ampliadas também na área da pesquisa em universidades de vários países até o final da década de 1940. Segundo Lutzenberger (1988), na metade do século XX, a indústria química conseguiu orientar tanto as escolas, como as pesquisas de extensão e agrícolas para uma nova proposta, pautada em interesses econômicos, justificados pelo aumento populacional e pela necessidade de ampliar a produção de alimentos. Passou então, a ser adotado no meio acadêmico o que o autor denomina de “paradigma NPK + V. NPK corresponde a Nitrogênio, Fósforo, Potássio, o V significa veneno.” (1988, p.06)

A passagem da agricultura tradicional para a convencional teve um grande catalizador na Primeira Guerra Mundial. Lutzenberger (1998, pp. 06 e 07) explica que o bloqueio aliado impediu que chegasse aos alemães o salitre chileno, essencial para a produção de explosivos. Adotou-se o processo Haber Bosch para fixar o nitrogênio do ar, organizando uma linha de produção que permitiu que o país lutasse por quatro anos.

Quando a guerra acabou, havia enormes estoques e capacidade de produção, mas não havia mais grande mercado para explosivos. A indústria então decidiu empurrar fertilizantes nitrogenados para a agricultura. (...) fertilizantes à base de nitrato e amônia, de certa forma viciam, quanto mais se usa mais se precisa usar. Logo se tornaram um grande negócio. Então a indústria desenvolveu um espectro completo, incluindo fósforo, potássio, cálcio, microelementos, mesmo sob a forma de sais complexos, aplicados na forma granulada, algumas vezes de avião.

Em seguida, o autor mostra que após a Segunda Guerra Mundial, a incipiente indústria de pesticidas ampliou sua projeção e passou a produzir em larga escala, sendo incorporada à indústria que fabricava os adubos químicos hidrossolúveis.

Durante a Primeira Guerra Mundial, gás venenoso foi usado apenas uma vez, com efeitos devastadores para ambos os lados, e por isso nunca mais foram empregados. Durante a Segunda Guerra Mundial gases não foram aplicados em batalha, mas muitas pesquisas foram desenvolvidas. Bayer, entre outros, estava neste jogo. Ela desenvolveu os ésteres do ácido fosfórico. Depois da guerra eles tiveram uma grande capacidade de produção e estoques e concluíram que o que mata gente também mata os insetos. Fizeram novas fórmulas e as comercializaram como inseticida (LUTZENBERGER, 1988, P. 07).

O uso em larga escala do DDT e dos secantes, também, resulta de pesquisas e aplicações bélicas. Aquele teve sua primeira aplicação prática visando amenizar a malária que atingia as tropas americanas localizadas no Pacífico. Os outros são provenientes do conhecido agente laranja, veneno utilizado no Vietnã para desfolhar a floresta tropical e deixar os inimigos visíveis. Assim, os ingredientes do pacote chamado Revolução Verde, aplicado na agricultura moderna ou convencional, estavam formatados e foram amplamente aplicados em todo o planeta.

Segundo Gliessman (2000), para alcançar suas metas, maximização da produção e do lucro, a agricultura convencional estabeleceu, no mínimo seis práticas básicas: cultivo intensivo do solo, monocultura, irrigação, aplicação de fertilizante inorgânico, controle químico de pragas e manipulação genética de plantas cultivadas. Os itens manufaturados vendidos em pacotes tecnológicos, geralmente, estão aliados a financiamentos agrícolas e compra de safras, a maior parte destinada a mercados externos ou distantes da produção local.

Tal modelo de prática agrícola, aparentemente eficaz, levou ao empobrecimento geral da agricultura, tanto em nível de solo, de cultivos, de autossuficiência como de cultura, provocando o abandono de propriedades. Isso se verifica quando se observa, em meados da década de 1960, movimentos em distintas partes do planeta que visam retomar características da agricultura tradicional, buscando tecnologias de maior rentabilidade que respeitasse o meio e os produ-

tores. O termo agroecologia foi amplamente divulgado através de Altieri, pesquisador chileno, a partir de 1983. Com a obra de mesmo nome, o autor levou os saberes e as práticas de resgate dos movimentos sociais para o meio acadêmico e o termo ganhou terreno nos Estados Unidos e na Espanha.

Para Gliessman (2000, p. 54), pesquisador norte-americano, a agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela tem como base princípios e métodos ecológicos que determinam: “a) se uma prática, insumo ou decisão de manejo agrícola é sustentável, e b) a base ecológica para o funcionamento, em longo prazo, da estratégia de manejo escolhida”.

A expressão agricultura natural vêm dos japoneses, foi criada por Mokiti Okada, enfatizando a prática ligada aos ciclos naturais e às estações do ano, bem como aos ritmos das luas e outros elementos do ambiente. No Brasil um divulgador dessa prática foi o agrônomo Hiroshi Seó, através de cursos e práticas, ambos registrados na obra *Manual de Agricultura Natural* (1988).

Agricultura biodinâmica foi originada na Alemanha, baseada na teoria do antropofosista Rudolf Steiner (1861-1925). Adeptos de tal manejo propõe uma visão espiritual da agricultura e vendo nela o resultado da integração plena homem/natureza, recebendo influência dos astros e constelações, e de ciclos como as fases da Lua.

Nascido na Austrália, o movimento da permacultura prega o método de alternar gramíneas com leguminosas deixando sempre uma palha sobre o solo (BONILLA, 1992). Inspirada na observação direta da natureza, a permacultura estimula o uso de resíduos de um elemento natural para suprir as necessidades de outro (ROSS, 2008).

Na França, o nome escolhido foi agricultura biológica, tendo como referência o livro do francês Claude Aubert. Ela parte do princípio de que as plantas e os animais devem ser colocados em condições que lhes permitam boa saúde e vitalidade normal, sendo tratados como seres vivos e não máquinas de produzir alimentos. Com os franceses, os produtos vindos desta prática originaram uma certificação denominada bio.

O selo orgânico, que em nível de Estado Brasileiro pela legislação norteia a produção limpa, vem do conceito agricultura orgânica criado pelo inglês Howard, que desenvolveu seus estudos na Índia. Na Alemanha e nos Estados Unidos, a terminologia ganhou força. Na primeira através do professor Vogtmann e nos outros através da revista *Organic Gardening*, fundada por Rodale, que foi

uma grande difusora do conceito o qual oficialmente norteia a produção livre de aditivos químicos.

Práticas agrícolas alternativas em Porto Alegre

As idéias de práticas agrícolas chamadas alternativas surgiram no Brasil em meados da década de 1970, influenciadas pela onda de contestação à Revolução Verde que acontecia em outras partes do mundo (GLIESSMAN, 2000). As várias terminologias para a agricultura sejam alternativa, orgânica, ecológica e, mais recentemente, agroecológica tinham em comum o fato de repensarem a agricultura com o espaço rural, com aqueles que nele vivem e trabalham, dentro de uma perspectiva de respeito à natureza, aos seus recursos e produtores rurais.

No início dos anos 1970, a cidade de Porto Alegre destacou-se por suas atividades no movimento em defesa ambiental e, em 1971, foi criada a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, (Agapan). Um dos resultados do trabalho de denúncia e conscientização foi a lei estadual no 7.747, de 22 de dezembro de 1982 que “dispõe sobre o controle de agrotóxicos e outros biocidas em nível estadual e dá outras providências” (BONES, 2002, p. 209). Outra consequência direta foi a criação da Cooperativa Coolmeia, em 1978, que buscava trazer alimentos limpos para os consumidores portoalegrenses e, posteriormente, da Feira dos Agricultores Ecologistas.

“Quando a feira foi criada existiam vários conceitos relacionados à nossa proposta que poderiam perfeitamente nominá-la”, explica a agrônoma Glaci Campos Alves, uma das mentoras da FAE. Optou-se por destacar os termos Agricultores para que estes se destacassem diante dos urbanos que poderiam predominar na feira, assim, nos primórdios, tais bancas eram poucas. O termo Ecologistas remete ao envolvimento do grupo com o movimento ecológico, bastante atuante nas décadas anteriores. Além de Glaci, outros mentores da FAE, como José Lutzenberger, Sebastião Pinheiro, Jacques Saldanha, Néson Dihel tinham outros conceitos de produção livre de agrotóxicos.

Para Lutzenberger, o mais correto seria agricultura regenerativa (1998, p. 01):

Os agricultores regenerativos modernos estão aprendendo a se tornar cada vez mais sustentáveis, com colheitas ótimas e métodos localmente adaptados, enquanto recuperam e mantêm a biodiversidade nos seus cultivares e na paisagem circundante. Vamos chamá-los agricultores regenerativos, e

não biológicos, orgânicos ou alternativos. Quando se trata de vida, seja bom ou mau, tudo é biológico, é orgânico, mesmo grandes massacres. Alternativo apenas significa diferente, poderia ser pior. Mas regenerativo significa regeneração do que tem sido perdido ou destruído.

As agriculturas listadas anteriormente são expressões diversificadas, que convergem para o vernáculo criado na década de 1970: produção alternativa, sendo que cada um enfatiza seu histórico, contexto e características específicas. Para Bonilla (1992), agricultura alternativa é sinônimo de agricultura ecológica e as descrições acima, são apenas correntes desta. No caso da FAE, o modelo inspirador que norteia as atividades dos produtores está manifesto no nome: Feira dos Agricultores Ecológicos.

Visões de Paisagem e de Natureza

Ao longo da história da humanidade, desvendar novas terras, seja por necessidade, interesse econômico ou espírito de aventura, levou grupos humanos a conhecer e interagir com praticamente toda superfície do planeta. O encantamento pela diversidade das paisagens, ainda presente no imaginário das pessoas, pode ser comprovado pelas revistas dedicadas ao tema e à quantidade de viajantes que cruzam os sete mares, não só a negócios, mas também em busca de lazer e novos cenários.

Para a Geografia, a paisagem pode ser incluída entre os seus objetos de estudo ou categorias de análise, desde os primórdios, antes mesmo de tal área de conhecimento ter uma definição precisa. O conceito de paisagem passou por várias abordagens, desde a mera descrição e enumeração de seus elementos, até os conceitos atuais escolhidos para este trabalho. Cada geógrafo, na sua definição do termo, retrata de alguma forma o paradigma vigente na época em que vive e o contexto no qual está inserido.

No início do século vinte, o norte-americano Carl Ortwin Sauer contesta a visão determinista da Geografia, que tinha como prática basicamente descrever os elementos geográficos presentes na paisagem, e propõe a “morfologia da paisagem”, onde faz uma correlação entre seus objetos constituintes (Sauer, 1998). Para ele, a paisagem geográfica resulta da ação da cultura ao longo do tempo sobre a paisagem natural. A paisagem é modelada por um grupo cultural a partir de uma paisagem natural. A cultura é o agente, a área natural, o meio e a paisagem, o resultado.

O artigo publicada pelos alemães Hans Bobek e Josef Schmithüsen, em 1949, A paisagem e o sistema lógico da Geografia, serve como suporte para o estudo das relações homem-natureza inequivocadamente expressas na paisagem. Para os autores, fazem parte do campo do estudo geográfico fenômenos do mundo inorgânico, do mundo da vida e do mundo do espírito, sendo que cada um deles é regido por leis distintas, dificultando e aumentando a complexidade do objeto geográfico visto que os elementos dos três mundos estão integrados, resultando componentes novos pertencentes ao mesmo tempo a dois ou três deles. Bobek e Schmithüsen caracterizam a paisagem sob o enfoque nomotético (1998, p.77):

A geografia da paisagem procede de forma normativa ou nomotécnica, comparando as distintas partes da superfície terrestre e ordenando-as em tipos e gêneros, fazendo abstrações de suas peculiaridades individuais. Essa classe de unidades, definidas com base de sua aparência fenomênica, em sua trama de relações e em seu desenvolvimento histórico, denomina-se paisagem, independentemente de seu nível dimensional.

Estes alemães consideram a paisagem a partir de três pontos de vista que incluem os modos de investigação 1) fisionômico, que inclui a estrutura e a dimensão espacial; 2) ecológico, partindo da energia define-se sua dinâmica interna e ecologia; e 3) histórico ou genético, a partir do ponto de vista do tempo. Mais adiante, no mesmo artigo, a sociedade é comparada à complexa relação dos fatores bióticos com abióticos e a paisagem surge da integração das forças e fenômenos de ambos. No final, conclui-se que (BOBEK; SCHMITHÜSEN, 1998, p.83): “Os objetivos fundamentais da análise geográfica da paisagem são descobrir a ordem dentro da multiplicidade, decompô-la e explicar com clareza o emaranhado de relações recíprocas que nela se dá”.

Já o francês Augustin Berque, no seu entendimento de paisagem, a considera ao mesmo tempo como marca e matriz. Ambos estão relacionados com o processo e a temporalidade dos fenômenos. Para ele, a paisagem exprime concretamente o sentido que a sociedade dá à sua relação com o espaço e com a natureza (1998, p. 84-85):

A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas

de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno.

Berque resume a paisagem como plurimodal sendo passiva, ativa, potencial, etc. da mesma forma que é polissêmico o sujeito para o qual ela existe. Para ele, a paisagem e o sujeito estão cointegrados em único conjunto, que se auto-produz e auto-reproduz.

No processo de produção da paisagem, no final década de 1980, o inglês Denis Cosgrove leva em conta múltiplos patamares de significados de um local, como por exemplo, um mercado de compras em um sábado de manhã: “O local é um lugar simbólico onde muitas culturas se encontram e talvez entrem em conflito” (1998, p.93). Segundo o autor, a maior parte dos geógrafos da Grã-Bretanha caracterizam-se pela praticidade e relevância realista, dificilmente abordando os temas cultura e simbolismo. Para ele, em meio à praticabilidade e os fatos demonstráveis (1998, p. 96):

(...) está a mágica real da geografia – o sentido de maravilhar-se com o mundo humano, a alegria de ver e refletir sobre o mosaico ricamente variado da vida humana e compreender a elegância de suas expressões na paisagem humana. Esta é a experiência que ainda faz o National Geographic uma das mais populares revistas do mundo. A geografia, afinal de contas, está em toda parte.

Assim, Cosgrove propõe tratar a Geografia como uma humanidade e como uma ciência social, aplicando habilidades interpretativas disponíveis ao estudar um romance, um poema, um filme ou um quadro. A abordagem, que iniciou no início dos anos 1970, está relacionada a movimentos sociais mais amplos e leva o autor, a partir da interpretação do simbolismo das paisagens culturais, às paisagens da cultura dominante e às paisagens alternativas, que podem ser residuais, emergentes e excluídas.

Em meados da década de 1990, Milton Santos apresenta uma clara distinção entre paisagem e espaço (Santos, 1996, p.103): “Paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima”. A paisagem é a porção da configuração territorial que

é possível abarcar com a visão, feita por um conjunto de objetos reais-concretos, abrangendo objetos passados e presentes, que fazem chegar a uma construção transversal. Santos (1996, p. 107) defende a existência da paisagem através de suas formas criadas em momentos históricos diferentes, as quais coexistem no momento atual. “A paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São as suas formas que realizam no espaço as funções sociais”.

Considera-se neste trabalho uma perfeita concordância com Corrêa e Rosenthal, para quem “a paisagem geográfica representa simultaneamente várias dimensões que cada matriz epistemológica privilegia” (1998, p.08). Aqui poderia adotar-se como recorte conceitual de paisagem qualquer um daqueles dados pelos geógrafos acima, porém acredita-se que o autor que mais condiz com o assunto é Yves Luginbül.

Em abril de 2001, este geógrafo francês apresentou um relatório ao Conselho Nacional da Paisagem, intitulado “A demanda social da paisagem”, que mostra vários conceitos de paisagem para pessoas urbanas, mais velhas e jovens, e para os agricultores, o que aproxima tal autor do propósito desta pesquisa com os integrantes da FAE.

Segundo Luginbül (2001), a dificuldade em abranger a demanda social da paisagem existe devido às múltiplas interpretações a ela conferidas pelo corpo social. O trabalho retrata os conceitos de paisagem de parte da população da França, que participou da pesquisa, sendo, segundo ele, um levantamento inédito. A escolha teórica do trabalho guiou-se pela tentativa de compreender as representações sociais da paisagem analisada por meio dos resultados de diversos pesquisadores e enquetes feitas em todo país na década de 1990. Entre elas, entrevistas do Instituto Nacional de Estudos Demográficos, francês, INED, feitas em 1992 divulgadas pelo Centro de Pesquisa para Estudo e Condições de Vida, CREDOC, em 1998; pesquisas do Instituto Francês do Meio Ambiente, IFEN; e enquetes oranzadas pelo Ministério de Administração do Território e do Ambiente.

Considerando uma definição espontânea, o termo paisagem recorre a um significado positivo, sendo imediatamente associada a um ideal e possui senso de utopia. Uma paisagem é sempre bela, mas essa classificação não é somente uma categoria estética por utilizar, também, as qualidades sugeridas: beleza, bem-estar, liberdade, amor, alegria de viver, lembrança, prazer, pureza. A associação à beleza remete a valores que ultrapassam a ordem estética, incluindo o fator social e o ecológico. “A paisagem não pode ser feia por corresponder a um ideal de harmonia” (LUGINBÜL, 2001, p. 06) Ela é sinônimo de paraíso ou pode ser

assimilada como um local que raramente pode ser visitado ou ainda como um sonho. A característica utópica produz outra noção a ela associada, a de necessidade.

Inversamente à primeira leitura positiva e utópica, a imagem da realidade traz palavras duras para a leitura da paisagem: pobreza, poluição, superpovoamento, miséria, fumaça, guerra, estresse, ou seja, na observação dos indivíduos aparecem paisagens feias. Tais adjetivos relacionam a ecologia com problemas ambientais e sociais, remetendo e associando-se às paisagens feias.

Tendo em vista os dois pólos, positivo e negativo, aquele remete a uma apreciação individual e este a uma coletiva, o que denota a dificuldade de viver uma relação harmoniosa e utópica na coletividade. A visão negativa sugere que a sociedade é incapaz de permitir um acesso justo à natureza ou repartir de modo equitativo seus atributos. A paisagem adquire uma significação mais próxima de uma construção social.

A partir dos dois lados de qualificação, positivo e negativo, a paisagem é ou é vista como um cenário ou, um quadro de vida, mesmo que o cenário, também, faça parte da caracterização do último. Há uma oscilação contínua entre as duas escolhas, a qual depende tanto dos grupos sociais que utilizam a paisagem quanto da maneira como a utilizam. As populações jovens estão inclinadas a ver a paisagem como um quadro da vida, para os adultos e as pessoas de idade, ela é mais uma questão de estética.

Pela análise do conteúdo dos discursos das entrevistas, o autor torna precisa a diferença entre cenário e quadro da vida, o primeiro apresenta uma relação com a harmonia e a beleza e o último, com a vida e a liberdade. A concepção estética faz parte do universo dos adultos, como turistas e novos residentes, e é rara entre os agricultores.

Na categoria vida + liberdade estão enquadradas as populações jovens e a maioria dos agricultores. Para aqueles, a liberdade é compreendida como um símbolo da capacidade da paisagem em oferecer um espaço de afastamento dos contrastes sociais e de escolher a liberdade de um modo de vida.

Para os agricultores, o conceito tem outro significado: engloba o desenvolvimento de um projeto de vida profissional com a liberdade de empreender e fazer a paisagem como entendem. A paisagem é sua obra, eles assimilam a paisagem às suas práticas profissionais estando associadas às práticas agrícolas e qualquer medida de proteção da paisagem é contestada por ser considerada contrária à criação de empregos.

Quando os agricultores têm em seu discurso os conceitos de harmonia e beleza, referem-se a dois significados. O primeiro revela sua visão de paisagem dita natural, como por exemplo, o litoral ou a montanha. No segundo, aparece uma estética do seu trabalho, onde, para eles, uma bela paisagem de campanha cultivada é construída por um trabalho bem feito. Os agricultores, na paisagem, veem as marcas das suas práticas agrícolas e observam boas maneiras de cultivar: “como trabalhar no campo sem deixar traços que sejam interpretados como trabalho negligenciado” (LUGINDBÜL, 2001, p.08).

Outro dado oriundo dos últimos trabalhos da pesquisa que compôs o relatório aponta qual seria a paisagem favorita no meio rural. Para os agricultores, as paisagens não trabalhadas aparecem em primeiro lugar, seguidas por pradarias naturais e campos cultivados, ambas com mesma preferência.

Após definir o conceito de paisagem para os agricultores, Luginbül discorre sobre a noção deles de natureza, pois “a paisagem é somente assimilada na natureza” (LUGINBÜL, 2001, p.09). A categoria dos agricultores e pessoas ligadas a ela considera que fazem parte da natureza os campos e os animais da fazenda, sobrepondo-se ao relevo. Ao classificar a natureza em dois conceitos, o autor relaciona o conceito de natureza natural como preferido dos jovens e o de natureza antropofisada como o favorito dos agricultores, que são os mais representativos para tal opção.

Milton Santos, a partir da configuração territorial, apresenta uma definição de natureza semelhante à de Luginbül, (SANTOS, 2002, p. 62):

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades, etc; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada.

Para o autor no mundo de hoje é, frequentemente, impossível ao homem comum distinguir claramente as obras da natureza e as obras dos homens.

Tecnologias construtoras da paisagem

Tanto a paisagem quanto a natureza estão submetidas a processos de transformação sejam eles naturais ou antrópicos. Santos (2002) coloca a paisagem como uma testemunha da sucessão dos meios de trabalho e como um resultado histórico acumulado. Para ele, a evolução que marca as etapas do processo de trabalho e das relações sociais, marca também, as mudanças verificadas no espaço geográfico, tanto geomorfologicamente, quanto do ponto de vista das funções e processos. Desta forma, as épocas e as práticas se distinguem umas das outras.

Na época da Revolução Verde e do atual Agronegócio, a produção e a transformação do meio rural têm como elementos estruturantes (GLIESSMAN, 2000): cultivo intensivo do solo, monocultura, aplicação de fertilizantes sintéticos, irrigação, controle químico de pragas e ervas adventícias, manipulação de genomas de plantas. Para Gliessman, tais práticas características da agricultura convencional comprometem a produtividade futura em favor do alto rendimento no presente. Para ele, por degradar o solo, desperdiçar e usar água exageradamente, poluir o ambiente, depender de insumos externos, perder a diversidade genética e não ter controle local sobre a produção agrícola, o agronegócio é uma prática ecologicamente insustentável. Isto pode ser comprovado, após os primeiros anos da Revolução Verde, no empobrecimento dos agricultores, no abandono das terras e na busca de agriculturas alternativas.

Lutzenberger, em obra póstuma, explica o domínio da tecnologia adotada no Agronegócio a partir da tecnocracia que controla os instrumentos de reprodução dos modelos sejam agrícolas ou sociais (LUTZENBERGER, 2009, p. 25):

A parcela maior do poder pertence hoje à tecnocracia, um poder bem mais difuso, muitas vezes anônimo, com grandes e pequenos centros e com ideologia própria. Mas esta ideologia é igualmente difusa. Ao contrário do que ocorria com ideologias tradicionais, políticas ou religiosas, raras vezes ela é expressa de forma explícita, pelo menos em sua totalidade. O que aparece é apresentado não como ideologia, mas como senso comum. Difícilmente as pessoas se dão conta dos dogmas embutidos no discurso.

Gliessman (2000), quando fala que a agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável, pode

ter instigado grandes transnacionais a distorcerem agroecologia para agronegócio, inclusive recebendo a certificação de produto orgânico, prevista na lei que, como as certificadoras convencionais e as fábricas de sementes híbridas, também pertence à tecnocracia.

Para reagir e resistir ao “poder anônimo”, Lutzenberger recomenda o uso de tecnologias brandas, que são concebidas de maneira simples para atender reais necessidades humanas e de forma harmônica com o mundo natural. Assim, são muito diferentes das tecnologias duras, definidas como tecnologias e infraestruturas tecnológicas concebidas para criar dependência e estruturar esquemas de dominação.

Bonilla (1992), na obra *Fundamentos da Agricultura Ecológica*, descreve as características da agricultura ecológica segundo suas bases filosóficas, éticas, sócio-econômicas e também tecnológicas e bioecológicas. Estas compreendem a diversificação da produção e a continuidade do fluxo produtivo, integrando a família do produtor com a do consumidor; melhoria da capacidade produtiva do solo; conservação do meio ambiente; qualidade biológica dos alimentos, em níveis sanitário e nutricional; e otimização do balanço energético, pressupondo a utilização de todo o tipo de resíduos agrícolas a serem convertidos em solo.

Abordagens de pesquisa para entender a FAE

A partir das abordagens teórico-metodológicas apresentadas acima, conceitos envolvendo agricultura, paisagem e tecnologias de produção, foi escolhida a amostra qualitativa, descrita anteriormente. Os dados foram obtidos mediante a elaboração de um questionário e a observação de campo das propriedades escolhidas.

Três eixos centrais convergentes nortearam a organização dos dados obtidos, um relaciona-se à produção ecológica, outro à FAE e o terceiro à paisagem. Em algumas vezes, os dados apresentados interconectam dois ou até os três temas propostos na pesquisa.

Partindo do enfoque da produção dos feirantes, verifica-se que esta segue as diretrizes da agricultura orgânica, a qual, conforme Bonilla considera-se o solo como um corpo vivo, onde a harmonia e o equilíbrio são palavras-chave (BONILLA, 1992). Para o autor essa prática agrícola tem como fundamentos tecnológicos: 1. diversificação da produção e a continuidade do fluxo produtivo, integrando a família do produtor com a do consumidor; 2. melhoria da capacidade produtiva do solo; 3. conservação do meio ambiente; 4. qualidade bioló-

gica dos alimentos, em níveis sanitário e nutricional; e 5. otimização do balanço energético.

De acordo com o primeiro tópico listado pode-se avaliar: a) se existe biodiversidade na produção; b) se a família que produz para a FAE, também, utiliza essa produção para consumo próprio e o quanto ela é autossuficiente. Em relação ao segundo item, há condições de inferir quais os elementos da paisagem que revelam uma preocupação com a qualidade da vegetação, do solo e da água e como cada um dos participantes da amostra faz sua manutenção e adubação. No terceiro, há a possibilidade de verificar se há preservação da natureza e, também, as práticas presentes e prognósticos futuros em relação à preservação. Analisar o uso de tecnologias brandas faz parte do último fundamento: otimização do balanço energético. Aqui pode ser visto se as tecnologias geram paisagens homogêneas ou heterogêneas e se estas podem ser consideradas como constituintes de uma proposta de ampliação da biodiversidade.

Em relação à paisagem, a partir de Luginbül (2001) tem-se a conceituação de paisagem e natureza, sendo a primeira considerada um quadro de vida, na qual sua preservação é vista como um obstáculo. Já a natureza relaciona-se às práticas agrícolas cotidianas sendo percebida como natureza antropofisada.

Na análise dos dados obtidos será mostrado como os agricultores da FAE concebem a paisagem, tanto a partir do seu conceito quanto das suas práticas. Sobre natureza, além de apurar se ela é considerada natural ou antropofisada, convém averiguar se o seu conceito interfere ou influencia na sua rotina de produção.

Caracterização dos produtores e propriedades

As bancas eleitas para a pesquisa foram: Aecia Bellé, Sítio Apiquários, Coopael, Família Stefanoski e Banca do Arroz.

Aecia Bellé - A família de Nélio Bellé, 54 anos, integra a Associação dos Agricultores Ecologistas do Centro de Ipê e de Antônio Prado, Aecia, está na feira desde o início da mesma Com 13,75 ha, a propriedade que pertencia ao pai de Nélio está localizada na Linha Silva, primeiro distrito de Santana, interior de Antônio Prado, em uma região elevada do Planalto, no topo que separa duas bacias hidrográficas. A família possui uma agroindústria na qual produz extratos, sucos e geleias de frutas cultivadas e nativas, bem como cultiva hortaliças, legumes e flores, levados semanalmente à feira pelo caminhão da Aecia. Os quem vêm à feira, são membros das famílias produtoras, que fazem um rodízio entre si e viajam em um ônibus especialmente fretado para o evento.

Sítio Apiquários - Moradores de Porto Alegre, Lorita Festa Rossi, 58 anos, e seu marido Roque Domingos Rossi, compraram em 1983 uma área na Linha Moreira, interior de Gramado, que correspondia a três propriedades abandonadas pelo êxodo rural. O casal mudou-se para dois anos após a compra e em 1990 passaram a fazer parte da FAE. Localizada na borda do Planalto, no início eram colhidos mel e hortaliças. Com o passar dos anos, tornaram-se especialistas em chás e ervas medicinais, vendidos tanto in natura como embalados secos. Atualmente, nos 24 ha chegam a ser produzidos cem espécies de plantas fitoterápias. A família dispõe de uma estufa para secar as ervas e possui transporte próprio para levar os produtos e produtores à feira. Geralmente atendem na banca todos os integrantes da família: Lorita, Roque e os dois filhos.

Coopael - José Mariano Matias, agricultor originário de Erval Grande, reuniu-se ao Movimento dos Sem Terra (MST) e em 1989 recebeu suas terras em Eldorado, vindas da fazenda do Irga, que deu origem ao Assentamento Integração Gaúcha. Nos 21 ha da propriedade, que fazem parte da Depressão Central, Jalo cultiva hortaliças e arroz para comercializá-los na Banca da Coopael, há 17 anos presente na FAE. A propriedade foi a pioneira no cultivo orgânico, inspirando outros colegas do assentamento, os quais formaram a cooperativa. Os alimentos das 10 famílias que produzem para a banca chegam à feira em um caminhão da cooperativa, Jalo dirige-se à FAE em veículo próprio acompanhado por sua esposa Marinês Riva, titular da Banca Pão da Terra, que expõe produtos de um panifício no qual trabalham as mulheres do assentamento.

Família Stefanoski - Provenientes da Região do Alto Uruguai, os irmãos Stefanoski compraram uma propriedade no município de Cerro Grande do Sul, no Escudo Sul-rio-grandense e estão na FAE há 16 anos. Na propriedade de 7 ha, Vilson Stefanoski, 38 anos, trabalha com duas outras famílias na produção de hortaliças, legumes, batata-doce, aipim, tomate coração-de-boi e morangos. Agora a família faz parte da Astrasul, Associação de Trabalhadores Rurais Sul-rio-grandenses, que foi criada em 1998, e agrega sete famílias, algumas adotaram a produção para a feira em substituição ao tradicional plantio de fumo, típico da região. Tanto os produtos como os vendedores da Astrasul vão até a FAE em ônibus próprio. Normalmente, atendem na banca Vilson e sua esposa Cristiane, bem como representantes das outras famílias.

Banca do Arroz - A banca do arroz resulta do trabalho de Juarez Felipi Pereira, 54 anos, que está desde jovem na propriedade da família, localizada na Planície Costeira. Praticando a agricultura convencional por 18 anos, Juarez deu-se conta de que estava empobrecendo e perdendo sua saúde, assim, influenciado por amigos adotou o modelo de produção ecológica em 1995. Juarez está na

FAE há 11 anos e chega à feira em veículo próprio que transporta os seis tipos de arroz: catetos, aromáticos, agulhões, vermelhos, motis e preto. A produção é feita nos 20 ha da propriedade.

No quadro 01 estão os produtores, a autodenominação, a localização geográfica e o tamanho da sua propriedade. Todos entrevistados se autodenominam produtores orgânicos, Vilson foi o único a chamar-se de produtor ecológico.

Outro dado marcante trata da independência na produção, ressaltada por Vilson e Juarez. O primeiro orgulha-se de estar fora do sistema convencional de empréstimos e pacotes tecnológicos, o outro entrevistado lista as etapas do processo produtivo que realiza, todas executadas em sua propriedade, salvo a de transporte e comercialização.

Quadro 01 - Dados e Autodenominação dos Produtores

Bancas FAE Localização Geográfica	Idade	Estudo	Tempo como agricultor	Autodenominação	Área da propriedade
Aecia Bellé Nélio Roberto Bellé Topo do Planalto	54 anos	Ensino Médio	Desde a infância	Produtor orgânico, trabalha com agricultura familiar.	13,7 ha
Sítio Apiquários Lorita Festa Rossi Borda do Planalto	58 anos	Superior	Desde os 33 anos	Produtora de ervas medicinais orgânicas. Como produtora, tem ligação com a terra, as plantas e a cura.	24 ha
Coopael José Mariano Matias (Jalo) Depressão Central	42 anos	Fundamental Tec. Agrícola	Desde a infância	Produtor orgânico, trabalho com horta e lavoura de arroz.	21 ha
Família Stefanoski Vilson Luiz Stefanoski Escudo Sulriograndense	38 anos	Fundamental incompleto	Desde a infância	Produtor ecológico, orgânico, livre de pacotes tecnológicos e independente de financiamentos do governo. Livre para fazer suas ações conforme achar melhor, trabalha sem atravessador com liberdade de comercialização.	7 ha
Banca do Arroz Juarez Felipi Pereira Planície Costeira	54 anos	Fundamental incompleto	Desde a infância	Produtor de alimentos, agricultor familiar. Segue o modelo de agricultura orgânica. Faz todos os processos da produção: cultivo da terra, tratos culturais (manejo com água compostos, preparados), colheita, secagem, preparo de sementes, beneficiamento, transporte e comercialização.	20 ha

Quanto ao tamanho da propriedade, há uma variação de 24 a 7 ha, sendo que nelas trabalham membros da família e outras pessoas, sejam elas contratadas ou, a grande maioria, recebem como diaristas.

5 Tecnologias brandas marcam a paisagem

Uma característica na produção, que permite a continuidade, é o vínculo com a terra. Pode-se verificar se ele existe, através da produção dos alimentos para consumo próprio na propriedade, onde se realiza o cultivo para fins comerciais.

Na autossuficiência, Aecia Bellé e Coopael tem um índice de 90%, seguidas por Família Stefanoski e Sítio Apiquários, com 80%. O índice de Juarez, 60%, justifica-se por sua horta estar em fase incipiente e sua produção comercial não incluir folhosas.

Sobre a independência na produção de mudas e sementes, as bancas com maior especificidade de produção, Banca do Arroz e Banca do Sítio Apiquários, possuem maior índice de produção de sementes próprias, respectivamente 100 e 90%. Na segunda banca, a única variedade que precisa ser comprada é a salsa. Como Juarez trabalha com o resgate das variedades de arroz, além de ter autonomia total, muitas espécies de sua lavoura praticamente inexistem no mercado de sementes. Já Aecia Bellé, Coopael e Família Stefanoski, apresentam autonomia de 50%. Por trabalharem com hortaliças, a dependência de sementes é maior devido à dificuldade de reproduzir espécies oriundas de outros climas, como cenouras e beterrabas. Apenas uma alface, conhecida como caxias ou costina, produz semente própria passível de reprodução.

Um elemento comum na paisagem é a composteira, seja em locais de maior destaque ou aparecendo em uma área mais discreta, junto ao galpão ou nas proximidades da horta. A ilustração 01 mostra a localização em cada propriedade.



Ilustração 01 – Localização das composteiras nas propriedades visitadas.

1. Construída em alvenaria e com telhas de barro, a composteira ocupa uma área plana de topo de morro, na propriedade da Família Stefanoski.
2. Localizada na mata que serve de dormitório para o gado, possui pilares de eucalipto cobertos por lonas e tem suas laterais cercadas; ao fundo Juarez molha o composto.
3. Na propriedade de Jalo, a composteira fica próxima à entrada da horta.
4. Nélio produz o composto ao lado da garagem do trator, em uma caixa de madeira coberta com zinco.
5. Junto ao galpão e próximo ao mato, no início da estrada em direção ao riacho, está a nova composteira do Sítio Apiquários.
6. Sobras da cobertura vegetal depositados próximos aos canteiros formam o composto 'in loco'. Ocorre tanto na propriedade do Jalo, quanto na de Lorita, retratada na imagem acima.

Preservar o meio ambiente relaciona-se ao manejo orgânico. No quadro 02 pode contar-se se a paisagem natural está preservada e quais elementos permitem reconstituir o ambiente original.

Todos os produtores tem uma preocupação com preservação das áreas, o que varia de 25 a 80% da propriedade preservada. No futuro, o grupo espera ampliar a presença de árvores e de mata, fortalecendo a preservação deste ambiente.

Quadro 02 - Preservação do ambiente

Bancas da FAE	Elementos da paisagem natural	Área preservada	Área de cultivo	Projeção para o futuro
Aecia Bellé	Ausente: campos e matas de araucária modificados. Bosques replantados	2 ha	75%	Crescimento e ampliação da mata e espécies frutíferas
Sítio Apiquários	Mata Atlântica natural e secundária em crescimento	20 ha	20%	Crescimento e ampliação da mata
Coopael	Campo com banhados e área alagadiça, mata ciliar, riacho	3 ha	86%	Crescimento e ampliação das espécies frutíferas
Família Stefanoski	Mata ciliar original e mata de topo de encosta.	3 ha	57%	Crescimento e ampliação da mata e espécies frutíferas
Banca do Arroz	Mata de topo de morro, campo e banhado nas áreas baixas, resquícos de mata ciliar	16 ha	20%	Crescimento e ampliação da mata e espécies frutíferas por semeadura natural

Quanto à paisagem natural, a única que tem praticamente apagados os vestígios de onde seria campo e de onde seria mata com araucárias, é a cultivada pela família Bellé. Tendo com uso intensivo da agricultura, o mato existente é de ordem, no mínimo, secundária. Araucárias presentes junto à estrada foram plantadas pelo pai do produtor, que recebeu severas críticas dos seus contemporâneos por este ato. A falta de evidências deixa em dúvida se as duas nascentes da propriedade, uma de cada lado da estrada que atua como um divisor de águas seria de campo ou de mata ciliares. Nas demais, é possível fazer uma rápida reconstituição da vegetação original em um passado recente a partir dos dados apontados. Tal definição facilita, inclusive, o apropriado destino da área visando à preservação.

Entre as práticas da agricultura ecológica que remetem ao manejo tradicional, conceituadas por Lutzenberguer (1998) como tecnologias brandas, está o manejo da água no cultivo da lavoura de arroz na propriedade de Juarez, visto na ilustração 02.



Ilustração 02 - Manejo da água no cultivo de arroz. 1- Maior barramento. 2- Retirada de saco de areia para aumentar a vazão. 3 - Maior fluxo em direção à lavoura. 4. Menor fluxo para o plantio devido à retirada do saco de areia ilustrado na imagem 2.

As relações entre o conceito de paisagem e o de natureza interferindo no processo de produção que mantém ou modifica alguns elementos existentes nas propriedades serão feitas a partir dos dados do quadro 03, apresentado a seguir.

Quadro 03 - Paisagem e natureza no processo de produção

Bancas FAE	Conceito de paisagem	Conceito de natureza	Construção da paisagem
Aecia Bellé	A maneira de ver como estão as coisas. A pessoa pode intervir e mudar a paisagem. Quando planta fica uma paisagem bonita. Paisagem é o que tem de bonito.	Natureza é tudo aquilo que a gente precisa preservar: as matas, os rios, os campos.	Processo inicial, trabalho difícil plantar espécies nativas para corte e colheita de frutos. Coloca árvores, fazendo manejo florestal com o uso de podas quando necessário.
Sítio Apiquários	Paisagem é tudo o que se consegue observar, independente de belo ou não, no sentido de ver. Às vezes as pessoas olham sem enxergar nada.	Natureza é a minha casa, tenho uma ligação muito forte com a natureza.	Oportunidade de intervir de acordo com meu ponto de vista, colocando árvores onde é necessário; para melhorar a produção. Torna locais mais agradáveis, pela estética, pela sombra. Ao observar sente-se é preciso construir e intervir na paisagem.
Coopael	Componentes da natureza formam a paisagem. Paisagem de um campo, mato, floresta, paisagem natural. Formada por rios, pássaros, animais, no caso das florestas, com árvores.	Natureza é todo ambiente em que a gente vive, a casa, o ambiente mais próximo, a lavoura ou outro local. O princípio de manejo é o mesmo: cuidar do lixo, não poluir.	O homem sempre interviem, o manejo consciente tem comprometimento e cuidado na preservação da natureza. Se quebra um mato, precisa ver como vai recuperar. Agir com consciência e respeito.
Família Stefanoski	Paisagem define o lugar e do que o lugar é capaz, o que se pode fazer ali. Uma paisagem boa é a mais natural possível, como o mato ali na frente, ela descreve a saúde do ambiente.	Natureza é vida, é tudo: planta, solo, ser humano. É um todo, é a vida.	Homem tem capacidade de modificar a paisagem, tanto para melhor quanto para pior. A agricultura ecológica imita a natureza, deixa-a fluir e respeita a vida. Organizar o solo, semear, limpar manualmente, molhar, colher e ir para a feira.
Banca do Arroz	Paisagem é o pano de fundo onde a gente está assentado e desenvolve atividades. As culturas fazem parte da paisagem. Quanto menos impactante for essa cultura, mais adequado está o processo de intervenção e de atividade na paisagem.	No sentido espiritual natureza é o que rege tudo. Aquilo capaz de regular as estações do ano, as horas do dia, o sol e a chuva. O programa que avisa a semente na hora de germinar, sugere para os pássaros o momento de fazer o ninho.	Liberdade para interagir junto à natureza e a capacidade para saber esperar os resultados. Deixar árvores nativas crescerem junto à lavoura de arroz. Retirar o pastoreio de áreas sem cultivo para a paisagem revigorar e se diversificar. Atenção em produzir mudas para aumentar espécies importantes na paisagem: pitangueiras, guajuviras, guabiju, bambus, araucárias e outras.

‘Quadro da vida’ e não apenas um ‘cenário’ é a definição comum a todos sobre paisagem, resultado semelhante ao que Luginbül, apresenta dos agricultores franceses. No incício, Lorita fala da paisagem de maneira estática, mas em seguida propõe-se a intervir naquilo que enxerga acrescentando ali árvores e arbustos mais coloridos. Para todos os agricultores a natureza é tida como parte da vida, sendo importante e fundamental à produção. A variação dada a esse conceito atribui-se aos ramos da agricultura ecológica vivenciados por cada um. Pelo seu discurso, Bellé e Vilson enquadram-se na agricultura ecológica, ressaltando a preservação e a totalidade. Jalo, ao destacar o ‘cuidado’ e listar vários ambientes a ser tratados com igual respeito, remete-se à agricultura regenerativa. Lorita e Juarez enfatizam a questão pessoal que os aproxima da antroposofia e da biodinâmica. Ela frequentou a Grande Fraternidade Universal, instituição que originou a Cooperativa Coolméia. Ele fez cursos da agricultura limpa divulgada pelos alemães.

Outra análise das respostas, considerando a natureza para Luginbül (2001) e Milton Santos (2002), agrupa Lorita, Jalo e Vilson no conceito de natureza antropofisada; Bellé vê a natureza como natural; e Juarez vai além. Baseado nas teorias da agricultura biodinâmica, expressa idéias que poderiam levar a um novo conceito de natureza, além da natural, englobando também a antropofisada. O termo proposto aqui seria uma natureza cósmica, expressando relações profundas e espirituais de processos que regem as naturezas citadas pelos demais autores.

Dados do quadro permitem apreender que a construção da paisagem, nos moldes da agricultura ecológica, se dá a partir do conceito de natureza. Nélio relata que no seu processo de construção da paisagem encontra dificuldades: “como intervir na natureza que deve ser preservada?”; nas suas práticas está o manejo de espécies arbóreas, frutíferas e de corte. Lorita fala de uma intervenção estética, colocando árvores onde é necessário e tornando o local mais agradável; mostra-se tranquila em relação ao processo de construção por estar em uma propriedade que têm 80% da área destinada à preservação.

Em seu manejo, Jalo demonstra comprometimento e preservação. Vilson vê na sua ação uma maneira de imitar a natureza, reproduzindo vida e respeitando a totalidade defendida nas práticas ecológicas. Juarez, por sua vez, propõe o equilíbrio dinâmico dos processos naturais, tentando intervir o mínimo possível, ele espera que novas árvores nativas cresçam junto à lavoura de arroz semeada pelos animais silvestres.

O quadro 04 traz elementos da paisagem relevantes ao longo do tempo, considerando no passado a lembrança mais significativa ou remota do local; no presente a atualidade e no futuro projetos fundamentados nas práticas do agora. Semelhantes são os itens listados no passado e no presente projetando-se para o futuro. Nélio apreciava florestas com espécies frutíferas nativas, muito devastadas na sua região, no presente quer ver as mudas recém-plantadas crescerem logo para no futuro ampliar o bosque. Lorita, no início, encantou-se com a geografia dos morros recobertos por mata, hoje ainda tem nas árvores o elemento favorito da paisagem e pretende colocar mais cores em meio ao verde. Jalo, vindo do MST, lista a terra e a água como elementos mais importantes na propriedade tanto no passado quanto no presente e, no futuro, quer que faça parte da paisagem um silo de arroz.

Quadro 04 - Elementos da paisagem relevantes ao longo do tempo

Bancas FAE	Passado	Presente	Futuro
Aecia Bellé	Florestas com araucária e frutas nativas: guabiroba, cerejeira, jerijá, guaviju.	A biodiversidade e produção, ver mudas plantadas crescer e dar frutos.	Ampliar a mata e a biodiversidade consorciada. Ver as mudas plantadas virarem árvores.
Sítio Apiquários	O mato e morros do entorno preservados, a geografia do lugar.	As árvores e o mato que são predominantes na propriedade.	Mais arbustos e árvores coloridas no meio do verde. Manter a mata. Novos moradores na propriedade.
Coopael	A terra plana e a água aflorando em algumas áreas de banhado.	Depois da terra, a água elementos que juntos permitem a sobrevivência.	Agrofloresta, silo de arroz, padaria-escola, alojamento para turistas. Diversidade da produção.
Família Stefanoski	A mata nativa onde havia a fonte de água.	A mata e as plantas que cultiva na propriedade.	Matas preservadas, boa produção, harmonia ainda maior com a natureza.
Banca do Arroz	A água do riacho que corre e árvores no bosque: guajuviras, palmeiras, outras frutíferas nativas.	Os ciclos da natureza: primavera com flores; verão culturas no auge; outono frutos, inverno fecha um ciclo.	Recuperação de matas: topo, vertentes e ciliares. Árvores robustas e produzindo frutos. Biodiversidade consolidada.

Vilson destaca no pretérito a mata nativa e a fonte de água, hoje, valoriza a produção e a azola, cultivada nos lagos, como composto; planeja preservar a mata e trabalhar em harmonia com a natureza. Do passado, Juarez destaca o riacho e árvores nativas, hoje se encanta com os ciclos da natureza que interferem na sua produção a qual necessita da água corrente e está rodeada por árvores semeadas pelos pássaros; no futuro almeja a recuperação natural da mata e a biodiversidade consolidada.

O quadro 05 compara a paisagem antes e após a produção ecológica. Ela passou de homogênea para heterogênea, existindo também uma ampliação da biodiversidade.

Expressões comuns retratam a paisagem pré-produção ecológica: degradação, monocultura, lavouras abertas, área abandonada, desmatamento, herbicidas, adubação química. O manejo atual remete a compostagem, resgate de sementes, vegetação nativa, mata preservada, biodiversidade, aparecimento de fauna local.

Quadro 05 - Paisagem anterior e posterior à produção alternativa

Bancas da FAE	Elementos anteriores	Elementos atuais
Aecia Bellé	Área degradada, monoculturas, poucas árvores. Lavouras abertas: milho, feijão e cebola. Uso de herbicidas, adubos químicos e lavração. Potreiros com gado. Há 25 anos.	Hortalças, frutas nativas diversificadas. Uso de adubo orgânico e composteira. Sementes: produz ou troca. Paisagem consorciada: mato e produção. Mata aduba, protege, auxilia, recupera o solo.
Sítio Apiquários	Área abandonada com muito capim e mato baixo. Lavouras abertas de tomate. Há 25 anos.	Plantas nativas, mato crescido. Cultivo manual de canteiros. Ervas de nascimento espontâneo. Solo com pedras, menores retiradas. Local de compostagem. Preparo de sementes, mudas, solo.
Coopael	Cultivo de arroz e gado. Campo e gramado descampado, quase sem árvores e plantas apenas maricás sem sombra ou frutíferas. Há 19 anos.	Ervas daninhas para insetos na horta. Palha de arroz protege o solo. Vegetação retirada usada para composto. Minhocário. Diversidade de plantas na lavoura. No arroz manejo com água e palha.
Família Stefanoski	Paisagem preservada, ficou 20 anos sem intervenção. Há 50 anos era produzido cana com manejo de queimada. Leitura há 19 anos.	Mata nativa, sistema de produção imita processos da mata. Composteira. Reservatório de água. Plantas aquáticas no composto. Mudas e cultivo em estufa. Gado auxilia no trabalho e fornece matéria-prima para compostagem.
Banca do Arroz	Uma propriedade preservada, outra destruída: produzia fumo, mata nativa para lenha. Paisagem desfigurada, espécies selecionadas pelo gado, só plantas duras e espinhentas: maricá, branquinhos. Ambiente incapaz de reproduzir palmeiras e guajuviras. Há 22 anos.	Biodiversidade das culturas praticadas. Vegetação nativa. Mato próximo às lavouras. Composteira em área de mata. Presença de animais domésticos e avesselvagens como marecos, garças, socós e, também, répteis e anfíbios.

6 Síntese final dos resultados obtidos

O conceito de paisagem construída pelos integrantes da FAE remete ao “quadro da vida” proposto por Luginbül (2001) e na sua construção são utilizadas tecnologias da agricultura ecológica que promovem a biodiversidade e preservam o ambiente.

A matriz dada à transformação da paisagem orienta-se pelo conceito que cada produtor tem de natureza. Assim, cada agricultor localiza-se em uma dentre as várias práticas incluídas na agricultura alternativa ou agricultura ecológica (BONILLA, 1992). Para os produtores, os elementos considerados mais importantes na paisagem do passado são similares aos da paisagem presente e participam do planejamento para o futuro. Em relação às características da propriedade anteriormente e após a produção ecológica, no primeiro caso os verbetes lista-

dos pelos entrevistados são pejorativos e no segundo transmitem confiança no modelo que constrói paisagens heterogêneas.

As tecnologias da agricultura ecológica são feitas a partir de insumos e necessidades locais, considerando a natureza como uma parceira do processo produtivo. Mesmo utópico, o ideal para esta produção seria uma gleba ampla, ocupado por produtores com manejo semelhante, localizada junto a uma área de preservação.

Referências bibliográficas

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998. 110 p.

ALVES, Glaci Campos. **Entrevista concedida à Cláudia Dreier**. Porto Alegre: 2010.

AURVALLE, Ângela Escosteguy; GUAZZELLI, Maria José; PINHEIRO, Sebastião. **Agropecuária sem veneno**. Porto Alegre: L&PM, 1985. 128 p.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Uerj, 1998. p. 84-89.

BOBEK, Hans; SCHMITHÜSEN, Josef. A paisagem e o sistema lógico da Geografia. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Uerj, 1998. p. 75-83.

BONES, Elmar; HASSE, Geraldo. **Pioneiros da Ecologia**: breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Já Editores, 2002. 214 p.

BONILLA, José A. **Fundamentos de Agricultura Ecológica**: sobrevivência e qualidade de vida. São Paulo: Nobel, 1992. 260 p.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Uerj, 1998. p. 92-122.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000. 653 p.

LEIBIG, Justus von. **Dados biográficos**. Disponível em: <http://www.explicatorium.com/Justus-von-Leibig.php>. Acesso em: dez. 2010.

LUGINBÜL, Yves. **La demande sociale de paysage**. Relatório para o Conselho Nacional da Paisagem. Paris: Conselho Nacional da Paisagem, 2001. 21 p.

LUTZENBERGER, José. **Absurdo da Agricultura Moderna**: dos fertilizantes químicos e agrotóxicos à biotecnologia. Porto Alegre: 1998. 08 p. Disponível em: <http://www.fgaia.org.br/texts/biotec.html>. Acesso em: nov. 2010.

_____. **Garimpo ou gestão**: crítica ecológica ao pensamento econômico. Porto Alegre: Vidicom Audiovisuais Ltda Edições, 2009. 203 p.

MARS, R. **O design básico em permacultura**. Porto Alegre: Via Sapiens, 2008. 167 p.

PINHEIRO, Sebastião. **Entrevista concedida à Cláudia Dreier**. Porto Alegre: 2010.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobatto (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. 227 p.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobatto (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. 123 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002. 384 p.

SAUER, Carl Ortwin. A morfologia da paisagem. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobatto. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Uerj, 1998. p. 12-74.

SEÓ, Hiroshi. **Manual de agricultura natural**: unidade da vida. São Paulo: Cultrix, 1988, 197p.

VERNADSKY, Vladimir Ivanovich. **The Biosphere**. New York: Copernicus, 1998. 192 p.



Novas configurações territoriais na Campanha Ocidental: o caso do Assentamento Novo Alegrete – RS¹

*Rosa Maria Vieira Medeiros
Suelen de Leal Rodrigues*

Introdução

Ao se analisar espaço e território os mesmos devem ser compreendidos e vistos de forma conjunta. É fundamental se considerar o território e toda a sua dimensão para que se efetue a humanização desse o espaço. É este território que, num primeiro momento, vai constituir o espaço cultural de identificação, de pertencimento e sua efetiva apropriação só se efetuará na etapa seguinte.

O território é, assim como um espaço político, um jogo político, um lugar de poder. Definir seus limites recortá-lo, é sinônimo de dominação, de controle. O domínio entre pessoas e nações passa pelo exercício do controle do solo (MEDEIROS, 2009, p.217).

O território é também um lugar identificado por uma rede de lugares, muito embora tenha suas fronteiras definidas que delimitam e marcam o espaço de sobrevivência, o espaço de força, defendido, negociado, cobiçado, perdido, so-

¹ Este artigo é uma releitura do artigo "A paisagem dos assentamentos da Microrregião da Campanha Ocidental, Rio Grande do Sul" apresentado e publicado nos anais do XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária.

nhado, mas que possui uma forte força afetiva e simbólica (MEDEIROS, 2009).

Para Raffestin:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação), o ator 'territorializa' o espaço. [...] o território nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder (1993, p. 43)

É, pois, neste território que os assentados, atores territorializados, projetaram seu trabalho, suas ações e demarcaram seu espaço de atuação. Este espaço, no entanto, ao ser analisado deve considerar a sua totalidade, ou seja, o conjunto dos assentamentos da região e até mesmo do estado, pois como afirma Haesbaert (1997), não é possível se fazer uma análise parcial do território, se assim for, a mesma está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros do poder. Há que se integrar nesta análise também a dimensão simbólica, identitária e até mesmo afetiva daqueles que constituíram esse território.

Neste espaço, terra e trabalho são os agentes para a construção das novas identidades, das novas territorialidades e de uma nova territorialização. É através dessa relação que o camponês irá reconstruir sua territorialidade para assim se reconhecer enquanto sujeito e agente desse território a ser constituído. São eles os responsáveis pela produção de alimentos e pela manutenção das tradições e dos saberes herdados de seus ancestrais.

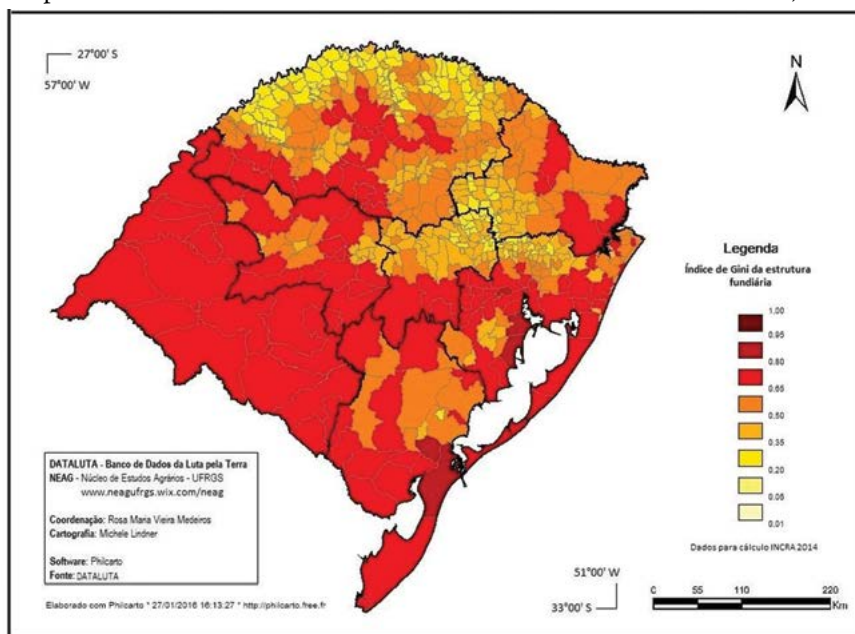
São essas as novas configurações presentes na Campanha Gaúcha construídas nos assentamentos pelos camponeses assentados para assim constituir um território dentro de outro território, ou seja, o território dos assentamentos dentro do território de domínio da grande propriedade.

A Campanha Gaúcha

Para melhor compreender as transformações ocorridas na Campanha Gaúcha é importante resgatar a configuração do espaço agrário gaúcho considerando a estrutura fundiária, o processo de ocupação relacionado à imigração e o uso da terra.

O Rio Grande do Sul apresenta seu espaço historicamente organizado e dividido de acordo com sua estrutura fundiária. Uma parte é de domínio do latifúndio pecuarista, localizado nas Mesorregiões Sudoeste e Sudeste que se caracteriza pela concentração de terras em grandes propriedades rurais, com produção baseada na pecuária extensiva, rizicultura e soja, principalmente. Outra parte é de domínio das pequenas e médias propriedades localizadas nas Mesorregiões da Metade Norte do estado, onde ocorreu a colonização alemã e italiana. Originalmente nesta região predominavam pequenas propriedades familiares com produção diversificada, entretanto, atualmente estas mesorregiões constituem os espaços modernizados e especializados da agricultura gaúcha com altos investimentos voltados, sobretudo à exportação. O Índice de Gini (Mapa 1), permite observar esta dualidade da estrutura fundiária no Rio Grande do Sul. Portanto, no espaço sul rio-grandense coexistem duas formas distintas de ocupação da terra: o latifúndio e a pequena propriedade familiar que foram modernizados, fracionados, concentrados, dinamizados ou até estagnados demonstrando as contradições desse processo de povoamento e de colonização.

Mapa 1: Índice de Gini da Estrutura Fundiária do estado do Rio Grande do Sul, Brasil



Fonte: Medeiros *et al.* (2015).

Com o evento da modernização da agricultura nos anos de 1960, associado ao grande número de filhos das famílias de origem alemã e italiana, vários agricultores foram excluídos do processo produtivo e conseqüentemente desterritorializados.

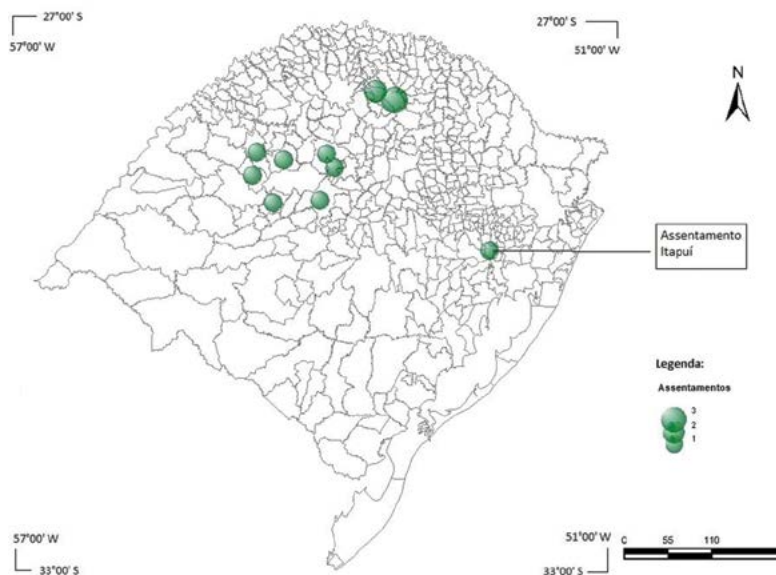
Medeiros (2005, p.20) considera que “na medida em que o processo de modernização vai se desenvolvendo na pequena produção, a tendência de sua população rural é emigrar, já que o parcelamento das terras não se torna mais possível e a absorção de mão-de-obra se torna restrita”.

Ressalta a autora que:

[...] a aceleração da emigração da população rural não acontece somente na presença do fator modernização, ocorre também na ausência desse fator desde que exista pressão demográfica. Mais ainda, a emigração pode acelerar-se em função da modernização, desde que exista pressão demográfica (2005, p.21).

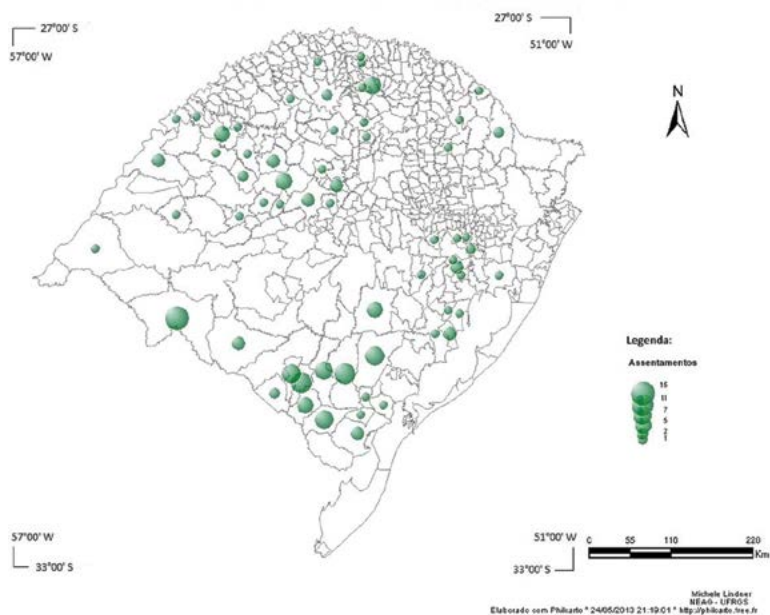
A associação dos fatores modernização e pressão demográfica causou esta desterritorialização das famílias camponesas que foram em busca de novas alternativas de sobrevivência. Foi nessa busca que ocorreu o engajamento na luta pela terra, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Como primeiro resultado foram criados assentamentos na região de origem dessas famílias que rapidamente viu seu espaço esgotado para esse fim. No Mapa 2 é possível observar a localização dos assentamentos criados até 1980 (MEDEIROS et al, 2014). Mas foi a partir dos anos de 1990 que os assentamentos tomam a direção sul do estado e ali começam a se concentrar (Mapa 3). O território gaúcho se reconfigurou, a paisagem da Campanha Gaúcha sofreu transformações. Segundo Medeiros e Lindner (2013) nesse período foram criados 305 novos assentamentos, o que corresponde a 91% do total dos assentamentos do estado. Com isso se instalou uma nova forma de produzir, baseada na agricultura familiar, na produção de alimentos, no cooperativismo que provocou mudanças na paisagem além de povoar as coxilhas.

Mapa 2 – Assentamentos criados no estado do Grande do Sul até o final da década de 1980



Fonte: INCRA (2011).

Mapa 3 – Assentamentos criados no estado do Rio Grande do Sul na década de 1990



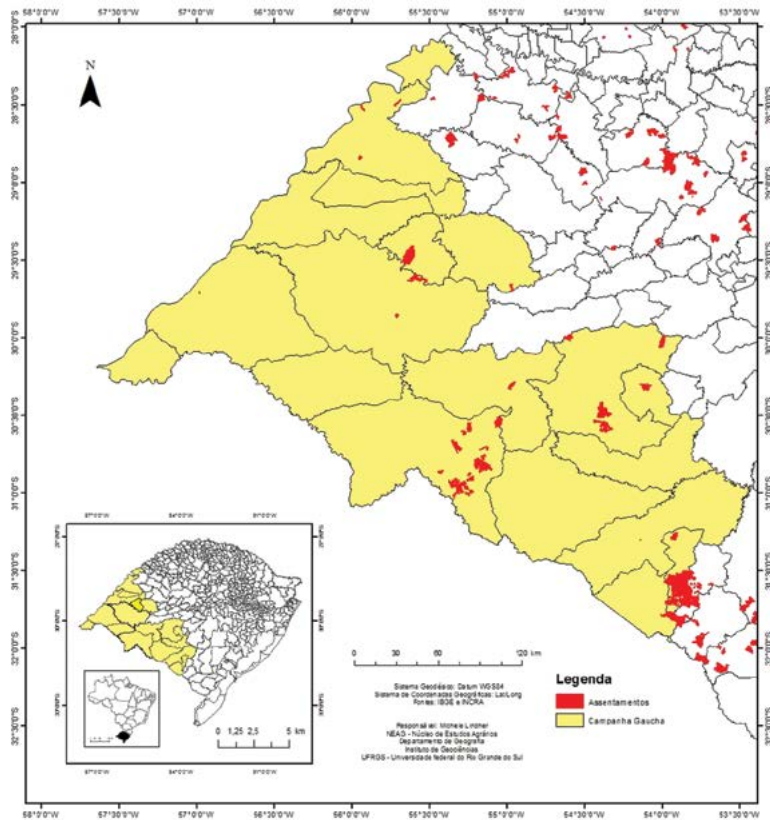
Fonte: INCRA (2011).

A Campanha Gaúcha foi o palco de ações do PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária que assentou na região de domínio do latifúndio aqueles que buscavam sua inserção ao processo produtivo através de novas formas de produzir, de se organizar, de se relacionar com o ambiente e com a paisagem que os acolhia. Começam assim o resgate de seus saberes esquecidos e retomam suas práticas de produção, sua cultura e sua organização político-econômico-social no novo território.

Na história das famílias é possível perceber a ação contraditória do capital no campo que desterritorializou e que territorializou. Neste processo surgem muitas dificuldades econômicas e sociais que necessitam ser vencidas passo a passo. É, portanto, o momento da reconstrução da identidade e da territorialidade. No caso da Campanha Gaúcha esta reconstrução trouxe consigo uma nova forma de organização do espaço com mudanças na paisagem e na forma de produzir.

Os assentados da Campanha Gaúcha com sua organização política e econômica deixam suas marcas neste espaço com sua forma de produzir, cuja base principal é a agroecologia e por consequência a preservação do meio ambiente. A Campanha Gaúcha se reconfigura com os assentamentos (Mapa 4), as práticas agroecológicas mudam a paisagem. O desenvolvimento sustentável se enraíza nos assentamentos baseado na cooperação e na associação de famílias tanto para a produção quanto para a comercialização.

Mapa 4: Localização dos Assentamentos na região da Campanha Gaúcha/ RS.



Cabe ressaltar que esta forma de produzir é atualmente a proposta do MST por considerar que esta alternativa possibilita a reterritorialização dos agricultores desterritorializados. São novos territórios virtualmente mais abertos e multiculturais, com maior liberdade de opções. É uma nova racionalidade se desenvolvendo nos assentamentos através das instalações de agroindústrias pensadas a partir da estrutura e das necessidades das cidades, da divisão do trabalho, da sociedade industrializada. O ser camponês se manifesta no convívio cotidiano, na solidariedade, na expressão oral e corporal, embora também os assentamentos sejam tocados pela influência da vida urbana. É um grande desafio, para estes camponeses, a construção de uma nova territorialidade nos assentamentos de Reforma Agrária que embora enraizados na sua cultura, se encontram abertos às inovações para assim realizarem seu sonho.

A Microrregião Campanha Ocidental

A Microrregião da Campanha Ocidental (Mapa 5) possui 12 assentamentos instalados em seis municípios diferentes com 512 famílias assentadas. O maior assentamento é o Santa Maria localizado no município de Manoel Viana com uma área de mais de 6 000 ha onde estão instaladas 216 famílias (Tabela 1).

Mapa 5: Microrregião da Campanha Ocidental/ RS.

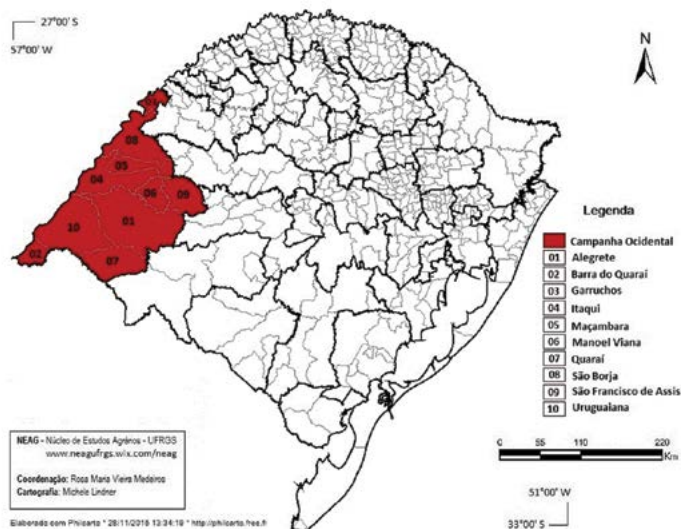


Tabela 1: Assentamentos da Campanha Ocidental

Assentamentos	Município	Área	Nº de famílias
1. PA Novo Alegrete	Alegrete	1.197,15	63
2. PA Unidos pela Terra	Alegrete	1.224,23	46
3. PE Acaue	Alegrete	328,8554	13
4. PE São Domingos	Garruchos	722,00	44
5. PA Santa Maria	Manoel Viana	6.118,49	227
6. PA Santa Mercedes/Gleba B	Manoel Viana	394,0199	9
7. PA São Marcos	São Borja	402,00	17
8. PA Cambuchim	São Borja	600,63	30
9. PE Cristo Redentor	São Borja	255,00	15
10. PE Fazenda Cassacan	São Borja	395,3157	15
11. PA Jaguari Grande	São Francisco De Assis	534,6172	26
12. PA Imbaá	Uruguaiana	81,5367	7

Fonte: INCRA (2014).

O território dos assentamentos na Campanha Ocidental também foi constituído a partir do sentimento de pertencimento das famílias assentadas. O processo de reterritorialização exigiu dessas famílias um grande esforço que envolveu erros, acertos, abandonos, desistências, mas, sobretudo uma forte resistência, coragem e continuidade na luta para reconstruir sua história neste novo espaço.

Segundo Medeiros e Lindner (2016) no território da Campanha Ocidental os assentamentos coexistem com os históricos latifúndios. Sua participação na economia da região já é reconhecida pela produção de alimentos, instalação de novas estruturas básicas tanto na área rural quanto urbana e do espírito cooperativista que os caracteriza. As dificuldades fortaleceram sua luta na busca de seus objetivos e reivindicações além de derrubarem o mito da fragilidade da produção familiar.

Portanto, na Campanha Ocidental é possível identificar dois espaços culturais distintos, mas que se aproximaram em decorrência da luta pela terra, em decorrência da Reforma Agrária. A paisagem dos assentamentos mudou gradativamente a paisagem tradicional em razão das novas práticas agrícolas adotadas e até mesmo pela manutenção da agricultura tradicional, que não foi impedimento para o desenvolvimento da agroecologia e de uma nova relação com a natureza (MEDEIROS; LINDNER, 2016).

O desafio foi lançado com a instalação dos assentamentos neste território da Campanha Ocidental, marcado pela presença da pecuária e da agricultura patronal e este enfrentamento só se tornou possível graças a forte articulação social existente entre os agricultores assentados.

Nos assentamentos com melhor organização social expressa nas associações e cooperativas é possível evidenciar estratégias produtivas diversificadas, articuladas e pensadas coletivamente. No entanto, esta não é a realidade de todos os assentamentos pois em alguns casos os agricultores assentados carecem desta organização social e econômica e isto não lhes permite materializar os projetos que possibilitem sua reprodução e que sejam também agentes de transformação da paisagem.

O que mudou na paisagem da Microrregião da Campanha Ocidental

Para analisar a paisagem é necessário considerar também os elementos subjetivos daquele que a analisa uma vez que a paisagem se reveste de uma tempora-

lidade que pode ser vista e interpretada de diferentes formas considerando suas dinâmicas que vão se somando ou sendo substituídas ao logo do tempo. Esta dinâmica pode ser interpretada de forma positiva como reflexo da riqueza cultural, ecológica e econômica ou ainda como um impacto negativo na paisagem decorrente das mudanças efetivadas. Esta interpretação vai depender do observador, do seu objetivo em relação àquela paisagem.

O objetivo aqui proposto é exatamente de analisar esta paisagem enquanto ponto de partida da expressão dos entrelaçamentos entre a sociedade e o território.

Claval (1999) destaca que podem ser atribuídos valores à paisagem. Esses valores podem ser de mercado, patrimoniais ou identitários. Os valores de mercado são aqueles relacionados ao turismo que ao explorar a beleza cênica de determinada paisagem provoca a sua valorização. Já os valores patrimoniais da paisagem se relacionam ao valor social que lhe é atribuído em razão do interesse coletivo, do interesse público. O valor identitário traz um significado mais profundo por ser a expressão do lugar, do grupo social que se identifica e que se reconhece naquela paisagem. São esses valores identitários que permitem afirmar que a paisagem se assenta na memória coletiva e que sua leitura é a leitura das marcas do passado.

As fotografias, as falas dos agricultores assentados, o andar pelo território dos assentamentos para observar e identificar as marcas na paisagem, corroboram a afirmação de Claval (1999) de que a memória se sustenta na paisagem, no lugar, nos objetos.

De acordo com Claval (1999) a cultura é dinâmica e as populações modificam o meio de acordo com suas necessidades, provocando um enraizamento de seus valores que legitimam suas escolhas e por consequência a paisagem se transforma de acordo com suas preferências, suas aspirações. Destas escolhas dos assentados decorreram ações transformadoras da paisagem que são reflexo da construção de sua identidade no novo território constituído – o território dos assentamentos na Campanha Ocidental da Campanha Gaúcha.

Efetivamente as famílias assentadas estabeleceram uma nova relação com esse ambiente, diferente, estranho, desafiante. Vencer os desafios é construir a identidade, é se reterritorializar, é fazer parte do novo espaço com seus valores e sua cultura.

As mudanças marcadas na paisagem dos assentamentos são a expressão desses desafios e foi fotografia que possibilitou registrar cada uma delas. É a fotografia a porta que se abre, que transporta para outros tempos e que possibilita

compreender, através dos traços e dos vestígios na paisagem, processos sociais e culturais (COELHO, 2009).

Figura 1: Assentamentos: a tradição do gaúcho à cavalo



Fonte: Acervo NEAG/UFRGS.

Figura 2: Assentamentos: a viticultura ocupando os campos



Fonte: Acervo NEAG/UFRGS.

As novas imagens da Microrregião da Campanha Ocidental mostram o tradicional que permaneceu e novo que se instalou que se reterritorializou.

Figura 3: Colheitadeira na lavoura de arroz do assentamento



Fonte: Acervo NEAG/UFRGS.

Figura 4: Galpão onde são guardados os tratores e o cavalo do gaúcho



Fonte: Acervo NEAG/UFRGS.

A modernização também é uma realidade no trabalho diário do agricultor assentado com a utilização de implementos e maquinários que otimizam seu tempo na lavoura e melhoram o rendimento de sua produção.

Figura 5: Novas instalações para armazenar o arroz



Fonte: Acervo NEAG/UFRGS.

Figura 6: Moradias pontilham as coxilhas da Campanha



Fonte: Acervo NEAG/UFRGS.

As antigas áreas de pecuária extensiva cederam lugar para novas atividades agropecuárias tais como rizicultura, fruticultura, produção de mel. São novos usos do espaço nos assentamentos que configuram uma nova paisagem.

Figura 7: Produção de mel no assentamento



Fonte: Acervo NEAG/UFRGS.

Figura 8: Plantio de frutíferas



Fonte: Acervo NEAG/UFRGS.

Segundo Medeiros e Lindner (2016) os assentamentos acrescentaram novos elementos na paisagem da Campanha Gaúcha, embora permaneça marcas da paisagem tradicional que resiste. Esta beleza cênica, com seus campos extensos pontilhados pelo gado bovino que se desloca lentamente, na mesma direção, parece não querer abandonar aquele cenário onde símbolos se somam ao novo território, o território dos assentamentos.

Afirmam as autoras que:

[...] pouco a pouco, neste território serão produzidos novos símbolos, novas significações, novas identidades. Esses significados, essas estratégias se constituirão em um conjunto de ações que também marcarão a paisagem dos assentamentos (MEDEIROS; LINDNER, 2016, p.15).

Figura 9: Símbolos de um tempo passado presente na paisagem



Fonte: Acervo NEAG/UFRGS.

Figura 10: Plantio de arroz ecológico, nova alternativa



Fonte: Acervo NEAG/UFRGS

A paisagem tradicional e as novas atividades impressas na paisagem da Campanha Ocidental constituem, pois, um mosaico que abrange o velho e o novo. O novo é constituído pelos assentamentos, sobretudo os mais organizados cujas transformações marcam a paisagem. O caso do assentamento Novo Alegrete foi analisado no sentido de identificar as transformações geradas por

sua organização social e econômica na busca de sua reprodução, de sua territorialidade.

O projeto de Assentamento Novo Alegrete.

Os assentamentos rurais em Alegrete apresentam arranjos produtivos diversos que mantém o tradicional sistema pecuarista e monocultor de forma paralela com a produção familiar. Atualmente o município possui três assentamentos e cada assentamento reúne um grupo específico de famílias vindas de diferentes lugares e isto de uma certa forma interfere na relação produtiva a ser estabelecida com a terra e na forma de organização e no desenvolvimento do assentamento.

O assentamento Novo Alegrete, PA Novo Alegrete, criado no ano de 2008 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) teve como objetivo inserir uma nova dinâmica produtiva e diminuir a concentração fundiária do município de Alegrete. Localiza-se no distrito do Passo Novo, com uma área territorial de 1.197,1519 ha, divididos em 63 lotes com aproximadamente 19 há. Atualmente, de acordo com a Relação de Beneficiários do INCRA (2015), estão ocupados cerca de 58 lotes.

Para fazer a leitura da situação social e econômica do assentamento e suas transformações territoriais foi utilizada uma metodologia mista, ou seja, avaliações qualitativas e quantitativas. A metodologia envolveu levantamento bibliográfico e documental, observação direta, registro fotográfico, entrevista semiestruturada (formal e informal) e utilizou uma amostragem não probabilística intencional, em que foram entrevistados sujeitos-tipos, considerados representativos do universo estudado.

Para analisar as transformações territoriais impressas pela instalação do PA Novo Alegrete foi investigado o lugar de origem dos agricultores assentados como forma de identificar o processo migratório dessas famílias. Foram entrevistados cento e seis assentados que possibilitou identificar sua migração de trinta e cinco municípios distintos, sendo trinta e quatro do estado do Rio Grande do Sul e um de Santa Catarina.

O PA Novo Alegrete recebeu, portanto, pessoas oriundas das Mesorregiões Noroeste, Metropolitana, Centro Ocidental e Sudeste do Rio Grande do Sul e apenas uma pessoa do Oeste de Santa Catarina. Dos municípios de origem, 66% pertencem a Mesorregião Noroeste onde 26% dos assentados vieram da Microrregião de Frederico Westphalen, 17% da Microrregião de Santo Ângelo e os 23%

restantes vieram das microrregiões de Ijuí, Santa Rosa, Carazinho, Soledade, Cruz Alta, Três Passos, Cerro Largo.

Com a origem dos assentados definida se torna possível além de identificar sua trajetória, compreender suas raízes e seu processo de reterritorialização em um território marcado por grandes propriedades.

A adaptação ao novo território marcado por um bioma típico de campos, solos arenosos e tradição pecuarista foi mencionado pelos assentados que vieram da Mesorregião Noroeste como algo estranho, tanto no aspecto cultural como ambiental e produtivo. Outro dado destacado se refere ao preconceito que enfrentaram assim que chegaram ao município de Alegrete. Como a cesta básica recebida na sua chegada não era suficiente para o sustento da família, os assentados saíram em busca de trabalho até que fosse possível começar a produzir, no entanto, poucos conseguiram algum trabalho, pois eram mal vistos pela população local. Alguns relatos mencionaram que os estabelecimentos comerciais locais do distrito do Passo Novo se negavam a vender qualquer tipo de produto para os assentados.

A esta dificuldade soma-se o passado cultural dos assentados que vão influenciar diretamente no desenvolvimento econômico dos respectivos lotes. Para os assentados que não possuíam tradição na agricultura, existem muitas dificuldades para produzir, o que demanda maior orientação técnica tanto para produção quanto para o uso eficiente dos recursos acessados via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Por essa razão, existem lotes que não são explorados economicamente (Figura 11) e que foram destinados a famílias sem um passado ligado ao meio rural, mais precisamente à atividade agrícola. Nos lotes das famílias que já possuíam um passado relacionado ao trabalho com a terra, constatou-se que, embora haja dificuldades, procuram desenvolver a pecuária leiteira e de corte, plantar pequenas lavouras e hortas para o consumo familiar (Figuras 12, 13 e 14).

Figura 11: Lote não explorado economicamente



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial do Pampa – IFFAR- campus Alegrete- 2016

Figura 12: Lote explorado pela pecuária extensiva sistema tradicional da região



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial do Pampa – IFFAR- campus Alegrete- 2016

Figura 13: Lote explorado lavoura de feijão



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial do Pampa – IFFAR- campus Alegrete- 2015

Figura 14: Lote explorado com associação de pomar e horta



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial do Pampa – IFFAR- campus Alegrete- 2015

O PA Novo Alegrete é composto legalmente por sessenta e três lotes, nos quais existem áreas de preservação e áreas sujeitas a inundações e é por essa razão que efetivamente são ocupados cinquenta e oito dos seus lotes. Foram, no entanto analisados trinta e quatro lotes, ou seja, 58% dos lotes efetivamente ocupados e identificou-se que sua produção econômica não está estruturada sendo que a única produção minimamente organizada é a de leite, mas que se resume a poucas famílias.

Figura 15: Paisagem do Pampa florescendo



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial do Pampa – IFFAR- campus Alegrete- 2015

Dessa amostra, vinte famílias afirmaram ter recebido o Pronaf sendo que doze aplicaram na produção de leite enquanto que os demais planejaram aplicar na criação de peixes em açudes, de aves e de ovelhas. A maioria das famílias possui produção para autoconsumo, no entanto, é insuficiente, pois entre os dados analisados 52% dos trinta e quatro lotes precisam complementar renda; 47% afirmaram sobreviver da renda agrícola dentre eles 38 % possuem auxílio do Programa Bolsa Família e 8,8 % somam a esse benefício a sua aposentadoria. Portanto, estes dados nos permitem identificar que famílias analisadas, assentadas no PA Novo Alegrete, não vivem apenas da renda da terra e que a diversificação de atividades e os benefícios sociais recebidos são fundamentais para sua reprodução social e econômica.

No ano de 2011 foi criada a Associação Familiar do Novo Alegrete (ASFAN) com o objetivo de mediar as demandas do assentamento junto ao poder público do município. A ASFAN é a entidade representativa das famílias assentadas perante as instituições, promovendo o diálogo entre os assentados e governantes locais. No entanto, nem todos os assentados reconhecem ou entendem a importância da ASFAN como representatividade social. Ao serem questionados sobre a associação poucos sabiam definir qual era a sua importância e pareciam desmotivados em relação ao papel da entidade junto ao grupo, muito embora, entre outras ações pontuais, a ASFAN tenha organizado a produção de leite com a aquisição de resfriadores coletivos.

Identificou-se também a falta de união e de coesão do grupo de agricultores assentados nas demandas relacionadas às dificuldades ligadas à falta de infraestrutura das estradas e do acesso à água encanada. São demandas fundamentais que implicam em transformações sociais, econômicas e principalmente territoriais, mas aparentemente menos representativas para as famílias assentadas do PA Novo Alegrete.

Embora presentes todas essas dificuldades no PA Novo Alegrete foi possível identificar, mesmo que modestamente, um processo de transformação da paisagem marcado pela coexistência da tradição com as tentativas de implantação de novas alternativas de produção. Efetivamente as mudanças significativas impressas na paisagem da Campanha Ocidental se encontram nos assentamentos mais antigos, caracterizados pela integração e coesão social das famílias assentadas.

Considerações finais

As famílias assentadas alteraram a paisagem da Campanha Ocidental. Mas a tradição gaúcha permanece e se expressa nos símbolos circunscritos na paisagem, na história e na cultura imediatamente apropriada por essas famílias. Novos usos ao lado das velhas tradições do espaço dos assentamentos reconfiguram a paisagem.

As imagens do novo e do velho se encontram e redesenham a paisagem da Campanha Ocidental. São novos símbolos, novas significações, novas identidades que marcam a presença dos assentamentos que acrescentam a este território novos saberes, novos valores, A paisagem é reveladora das mudanças registradas ao longo do tempo no território, ao mesmo tempo que possibilita identificar as potencialidades desse território. É um novo olhar com desenhos distintos da paisagem da Campanha Ocidental cujos territórios refletem saberes, culturas, tradições e valores do presente e do passado.

Referências

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis. Ed. da UFSC, 1999.

COELHO, Leticia Castilhos. A paisagem na fotografia, os rastros da memória nas imagens. In: **gpit: Grupo de Pesquisa Identidade e Território**. 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/gpit/wp-content/uploads/2011/03/castilhos-leticia-a-paisagem-na-fotografia.pdf>>. Acesso em: mar. 2014.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e Identidade**. Niterói: Editora da UFF, 1997.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. 2011. Acesso em jun. 2012. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reformaagraria/relacao_de_projetos_de_reforma_agraria.pdf>.

_____. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. 2014. Acesso em Nov. 2015. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reformaagraria/relacao_de_projetos_de_reforma_agraria.pdf>.

_____. **Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)**. 2015. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reformaagraria/questao%20agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. As formas de produção no Rio Grande do Sul e sua relação com a emigração rural. In: **AGRÁRIA**. São Paulo, N° 2, pp. 69-92, 2005.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e Territorialidades – teorias, processos e conflitos** (pp. 217-227). São Paulo, SP/Brasil: Expressão Popular, 2009.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele. O território dos assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul. In: **Boletim DataLuta**. NERA - Artigo DATALUTA, 1(68), 2-11, 2013.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira *et al.* **DATALUTA Rio Grande do Sul: Relatório 2013**. (Relatório de Pesquisa), Porto Alegre, RS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira *et al.* **DATALUTA Rio Grande do Sul: Relatório 2014.** (Relatório de Pesquisa), Porto Alegre, RS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele. Olhares de ontem e de hoje sobre a paisagem da Microrregião da campanha Ocidental/Rio Grande do Sul/ Brasil. In: **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, 1(27), 94-111. 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 2011.



Parte III

Territórios e políticas públicas no meio rural



Ruralidades: novos significados para o tradicional rural

Rosa Maria Vieira Medeiros

Para se compreender as relações estabelecidas entre o campo e a cidade e o estabelecimento de ruralidades distintas daquelas até então existentes, se faz necessário voltar no tempo.

As décadas de 1960 e 1970 do século XX foram marcadas pelo processo de modernização da agricultura que inseriu novos objetos no espaço agrário brasileiro. Já nos anos de 1980 e 1990 as mudanças desses objetos são mais sofisticadas, ou seja, é quando ocorre a passagem do período técnico para o período técnico-científico informacional. Período este com grande acréscimo de informações que se expandem para outras regiões do território brasileiro até então excluídas do processo de modernização. Simultaneamente o processo de globalização se fortalece e esta união da ciência com a técnica e com a informação será a causa primeira da aceleração no uso do tempo e do espaço.

É possível afirmar que houve uma redução das distâncias com a consequente aproximação de contatos e lugares. O território recebe então “novos conteúdos, novos comportamentos, graças às enormes possibilidades de produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informação, das ordens e dos homens” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 52-53).

Mas que mudanças provocou esta agricultura científica globalizada? Mudou a relação do homem com a natureza, surgiram novas cidades e o território adquire nova dimensão

Milton Santos (2000, p.88), destaca que, “a competitividade, característica das atividades de caráter planetário, leva a um aprofundamento da tendência à instalação de uma agricultura científica” com o aumento da produtividade, da demanda em relação ao comércio ao mesmo tempo que torna o dinheiro uma “informação” indispensável.

Associado a isto há que se considerar a importância que o território adquire em razão do seu uso assim como as mudanças que ocorrem decorrentes do acréscimo de objetos técnicos, renovadores de sua materialidade, criadores de novas infraestruturas, de novos fluxos e fluxos com o objetivo de fazer circular a produção.

O território cresce em importância em razão da competitividade, incentivada pelo o capital internacional que necessita de lugares para produzir e administrar a circulação dessas mercadorias. O lugar, portanto, tem papel importante para o capital. Pois é neste lugar que, através do discurso legitimado pelo capital, que se instalam os objetos da modernidade agrícola.

Para Santos (2002, p. 304), esse discurso expressa a nova estrutura econômica é a “lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais”.

Para Dallabrida e Becker (2003, p. 186), “a influência das empresas no controle do território é tanta, que cada ramo de produção produz uma determinada lógica territorial”. Isto acontece em diferentes atividades tais como o fumo, frangos, suínos, leite, etc. O território se reorganiza, cria e legitima uma nova racionalidade que vai provocar mudanças nas relações sociais, em diferentes escalas - desde os países até as pessoas - sob a hegemonia do dinheiro e da informação. As fronteiras se fragilizam e o Estado volta-se para atender as demandas do mercado globalizado.

O discurso do moderno está, portanto, presente no cotidiano dos agricultores e se instalou nos lugares absorvidos pela modernização. Esses lugares ao acolherem essa agricultura científica são definidos como espaços de relações horizontais, já seus representantes estabelecem uma relação vertical, muitas vezes inflexível onde a solidariedade econômica é priorizada em detrimento sobretudo da relação com a natureza.

Mas que rural é este que domina o território brasileiro? Esse é “novo rural brasileiro”, que segundo Maria José Carneiro (2004), “se caracterizaria pela diminuição do peso da agricultura na manutenção das famílias o que é entendido como evidência da falência de certas formas de agricultura familiar”.

No debate contemporâneo, esse rural é tratado como um novo rural ou como uma nova ruralidade fortemente condicionada pelo enfoque dicotômico, tipológico. A nova ruralidade é apresentada com vários recortes, envolvendo contribuições de cientistas brasileiros como Maria Nazareth Baudel Wanderley, Maria José Carneiro, Silvana G. de Paula, José Graziano da Silva, Roberto José Moreira, entre outros.

Portanto o conceito de ruralidade se define tanto no plano sociológico como no geográfico e, é definido originalmente como um espaço habitado por pequenas comunidades humanas, com valores mútuos e história comum que giram ainda em torno da fidelidade e do pertencimento a um meio, a um território e a família. Ali se reencontra uma dinâmica distinta e práticas sociais, culturais e econômicas fundadas sobre a proximidade, a convivialidade, a ajuda e a cooperação. Esta comunidade humana é muitas vezes representada pela forma de viver que associa o território, às relações de vida e à coesão social. Este tipo de população mantém um laço estreito com seu ambiente, valoriza a cultura identitária das diferentes comunidades.

Esta definição de ruralidade obrigatoriamente deve sofrer um ajuste constante, em razão das constantes mudanças e das diversificações do rural. As atividades socioeconômicas se modificam, as paisagens se transformam, a gestão do território muda, a distribuição do povoamento se altera assim como, as relações de vizinhança.

Segundo Yves Jean (2003), dentro de uma civilização urbana, supra-industrial, marcada pela desmaterialização da produção vai ocorrer a ampliação do mito da natureza. A ruralidade passa a se restringir à natureza enquanto fonte de repouso e de tranquilidade. É uma natureza considerada bucólica, vista frequentemente a partir de paisagens reais e idealizadas, pensadas como fatores de uma melhor qualidade de vida. No entanto, também são vistas como a natureza que dá suporte à atividade agrícola, que é produtora de alimentos e que reforça a relação cidade campo. É possível ainda afirmar que no rural existe uma pessoalidade nas relações, ao contrário da impessoalidade aparentemente existente nas relações urbanas.

Surge então uma questão: Seria o rural mais ou menos complexo do que o urbano? Para responder a esta questão é fundamental compreender a realidade de cada lugar, de cada município, de cada região, de cada território. Fica então claro que cada conceito traz consigo suas representações, ou seja, aquilo que existe e aquilo que é pré-existente.

Por essa razão Siqueira e Osório (1999, p.77) afirmam que:

O conceito de rural, como muitos outros, é simultaneamente suficiente e insuficiente, porque a realidade não conhece classificações ou esquemas de qualquer espécie: nós é que os criamos para nos orientarmos na complexidade da existência, da realidade, a qual precisamos conhecer, seja através de teorias científicas, religiosas ou de senso comum. Para organizar a nossa experiência, nós emolduramos de várias formas a realidade, e o conceito de rural é uma delas. Mesmo os conceitos que se poderiam pensar os mais precisos e objetivos são calcados nas representações várias existentes sobre o aspecto da realidade que se pretende conceituar.

O rural e o urbano correspondem, portanto, a representações sociais sujeitas a reelaborações e ressemantizações que vão variar conforme o universo simbólico a que se referem.

Mas, a ruralidade como pode ser definida, compreendida?

A ruralidade pode ser entendida como um modo de vida, como uma sociabilidade que é pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e diversas do modo de viver urbano. A ruralidade sugere uma gama considerável de imagens quando é pensada, quando é discutida. Ruralidade é uma construção social contextualizada, com uma natureza reflexiva, ou seja, ela é o resultado de ações dos sujeitos que internalizam e externalizam através dessas ações a sua condição sociocultural presente que é reflexo da condição herdada de seus antepassados. Nesta ruralidade está expressa a capacidade destes sujeitos de se adaptarem às novas condições resultantes das influências externas.

A modernidade continua a se surpreender com a manutenção, com a permanência, com a capacidade de transformação e de mudanças que ocorrem no mundo rural. Neste processo de transformações entende que o rural não se ‘perde’; ao contrário, reafirma sua importância e particularidade.

E ao assumir esta ruralidade como uma construção social é que devem ser enfatizadas e compartilhadas abordagens que percebem ser este um modo de ser, um modo de viver mediado pelo território e pela cultura. A ruralidade deve ter referência em si mesma e não a partir da cidade, como se dela fosse um apêndice com dependência política e econômica.

Segundo Francisco Duran (1998), não deve haver distinção entre rural e ruralidade uma vez que não se constitui em uma questão e, mais do que isso, deve ser ignorada, especialmente quando se investiga uma multiplicidade de aspectos, socioculturais, econômicos e ecológicos.

Por esta razão as reflexões sobre a ruralidade na atualidade devem ter como exigência o re-conhecimento do rural, considerando suas próprias relações assim como com o urbano. Estas novas ruralidades ao serem estudadas devem considerar todas as especificidades e todas as representações deste espaço rural tanto em relação ao espaço físico (referência ao território e aos seus símbolos), ao lugar onde se vive (territorialidades, identidades) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania e inserção nas esferas políticas e econômicas da sociedade).

Mas é preciso destacar que no âmbito da modernidade há uma relação de uma certa forma tensionada entre o rural e o urbano em virtude da valoração excessiva dirigida ao urbano, que ainda é visto e pensado como sinônimo de moderno, de progresso, ao contrário do rural visto como sinônimo do atraso, do tradicional.

Segundo Enrique Sergio Blanco (2004), as “novas ruralidades” não só aproveitam como também expandem as novas funções e as novas atividades no campo principalmente integrando e envolvendo as famílias rurais tanto com o poder público como com a iniciativa privada. É a conhecida pluriatividade ou multifuncionalidade do campo, como é classificado esse novo momento no meio rural brasileiro.

Segundo José Graziano da Silva (1996), foi a partir de meados dos anos 80, que o rural brasileiro se reconfigurou, compondo-se basicamente de três grandes grupos de atividades:

- a. agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias;
- b. conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer, a várias atividades industriais e de prestação de serviços;
- c. conjunto de novas atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados.

É possível afirmar que houve uma re-valorização de atividades rurais não-agrícolas decorrentes das transformações do meio rural que passa a ser lugar de moradia, de turismo, de lazer e de prestação de serviços. Também as atividades relacionadas à preservação da natureza fazem parte deste processo.

Conceituar ruralidade, portanto, não é matéria definida e consolidada, pois ela é permeada de critérios pragmáticos que giram em torno de diversos obstáculos. Dentre eles estão as políticas de desenvolvimento rural que deveriam ser territoriais e intersetoriais, para evitar ambiguidades que comprometam a definição conceitual de ruralidade. Ao mesmo tempo que a globalização é cruel para alguns setores da agricultura, ela pode oportunizar o desenvolvimento de

determinadas zonas rurais através, principalmente, das atividades ligadas ao turismo.

Pesquisas contemporâneas sobre a ruralidade apontam uma busca de sinais de dissipação das sociedades rurais, logo, do condicionamento deste espaço social à supremacia do industrialismo e da urbanização. Para estes, as diferenças entre o urbano e o rural deixam de existir; consideram que o campo é cada vez mais fortemente identificado com a cidade, estando submetido à homogeneidade nos modos de organização e produção socioeconômicos. Numa outra perspectiva, o rural reafirma seu valor e peculiaridade ao considerar que o mundo rural não é reduzido a uma homogeneização da sociedade contemporânea, mas a especificidade desta ruralidade, onde particularidades de formas de vida perpassam este espaço social e permitem que sejam observadas e verificadas as permanências, reconstruções, emergências dos processos socioambientais. Estes processos contemporâneos é que caracterizam a emergência de uma nova ruralidade.

O século XXI trouxe consigo esta nova ruralidade, como um renascimento, valorização, ressignificação e autoestima do rural que começou a constituir-se ainda na década de 1980. Esta nova ruralidade pressupõe reconhecer o rural em suas relações internas e específicas e também com o urbano, compreender seus contornos, especificidades e representações.

Refletindo sobre a ruralidade em fins do século XX, Yves Jean (2003) retoma a ideia do continuum rural-urbano, sendo que a difusão da forma de vida urbana, os ajustes econômicos e o desenvolvimento técnico-científico na agricultura contribuiriam para o fim do rural, uma vez que há a valorização da urbanidade. Analisa ainda a ruralidade, mais especificamente uma forma de mascarar-la, a partir de uma civilização urbano-industrial. Nesta perspectiva, a ruralidade encontra-se restrita à natureza, à gênese do repouso e da tranquilidade, vista a partir de paisagens que retratam uma melhor qualidade de vida, mas também vista como fonte produtora de alimentos.

Ainda sobre a ótica da natureza, Schneider e Blume (2004) realizam uma revisão acerca do conceito de ruralidade, que iniciam em seu artigo apresentando as percepções sobre o tema no Brasil e na França. Na França, as discussões envolvem.

[...] a problemática social da gestão do espaço e da reprodução das famílias de agricultores, aos aspectos relacionados à viabilidade econômica e produtiva dos negócios e transações comerciais, a questão da preservação do patrimônio histórico e cultural [...] e, sobretudo a dimensão ambiental,

plasmada na preocupação com as formas de uso dos recursos naturais [...]. (p.110)

Neste caso, a ruralidade refere-se a inúmeras dimensões das relações com o ambiente e isto efetivamente é próprio do rural.

No Brasil retoma-se a discussão acerca da ruralidade, e os pesquisadores acordam quanto à fluidez, à permeabilidade e ao entrelaçamento dos processos sociais, dos movimentos econômicos e dos traços culturais presentes no espaço rural, ou seja, discutem o quanto os mesmos estão integrados à sociedade contemporânea.

As perspectivas presentes neste debate focam:

a) Aspectos demográficos e econômicos, sugerindo a análise separada da evolução social do espaço rural dos processos econômicos e da produtividade agrícola. A ruralidade, nesta perspectiva é muito mais ampla e complexa do que a prática econômica agrícola;

b) Aspectos sociológicos e etnográficos voltados aos modos de construção e de redefinição identitária das sociedades, da cultura, da sociabilidade e das formas de vida;

c) Discussões que envolvem o ambiente e a sustentabilidade no que tange ao uso dos recursos naturais e adaptabilidade do ambiente. Atualmente viver no campo, no espaço rural, não é sinônimo de viver como habitante produtor, camponês, inserido em uma sociedade rural, mas uma busca pela natureza, pela tranquilidade, não tendo necessariamente seu trabalho vinculado ao campo, reflexão que em parte está presente em Bontron (2001).

Quando aplicado à noção de urbano, a ruralidade caracteriza-se por ser um conceito cuja natureza é territorial, mas não-setorial. O mesmo é aplicado à noção de urbano. Assim, não são as cidades definidas pela indústria, tampouco o campo pela agricultura. Faz-se necessário uma definição espacial e não setorial das áreas rurais.

Nas características do meio rural estão tanto a sua relação com a natureza como o seu atrelamento ao sistema urbano. O relevante é compreender o que se entende por meio rural, a forma como se exprime e o papel das ruralidades nas sociedades contemporâneas.

A ruralidade, conforme Abramovay (2000, p. 26- 27) não se caracteriza por ser “[...] uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas”.

Considerando tipologias do rural criadas por vários autores, Yves Jean (2003) as considera como ilustrativas das dinâmicas populacionais e econômicas que estão ancoradas na evolução da atividade agrícola; na afirmação do significado das cidades e sua maior dependência diante do emprego urbano; na influência crescente e discriminante da função residencial; e na territorialização desigual das atividades. São colocadas em evidência a complexidade das relações entre os espaços urbanos e rurais a partir de problemáticas diferentes, ou valorizando a função residencial, ou valorizando as migrações alternadas, ou ainda a dinâmica agroindustrial e as vantagens comparativas do meio rural. (p. 116)

Já Moreira e Gaviria (2002) referem-se à ruralidade como processos contemporâneos da globalização, das políticas neoliberais, que de uma certa forma, influenciam os processos de construção socioculturais contemporâneos influenciados pela pós-modernidade e pela era da informação. O sentido do rural como agrícola é ressignificado para como natureza. Muitos autores tendem a destacar o rural como forma particular de uso do espaço e da vida social, o que pressupõe a apreensão dos contornos, especificidades e representações. O rural é visto como um espaço impar, um ator coletivo um espaço diversificado e a ruralidade é uma construção histórica com novas identidades, expressão de novas relações entre campo e cidade.

Há uma revalorização da natureza, configura-se uma urbanidade que revaloriza o modo de vida no campo e a produção de alimentos benéficos à saúde, a partir de uma proposta de agricultura orgânica.

Para Moreira e Gaviria (2002, p. 53), a ruralidade responde aos elementos que sustentam o processo; o território responde qual é o contexto físico e social no qual acontece o processo; e a identidade responde como é vivenciado o processo pelos agentes sociais.

Uma nova ruralidade, em que há uma indiferenciação entre o espacial, o social e o cultural, seja do urbano, seja do rural, exprime-se numa construção de novas identidades, unidas em torno de práticas, valores e do sentimento de pertença.

Esta nova ruralidade caracterizada por mudanças importantes trouxe consigo dinâmicas marcadamente transformadoras como a reinversão das tendências migratórias, a renovação das atividades no campo, a modernização dos modos de vida e novas formas de organização dos atores sociais.

São estas ruralidades que começam a se fazer presente no espaço rural brasileiro, ainda marcado pela presença forte de seus velhos atores: os ruralistas, os latifundiários, os produtores familiares, os camponeses com ou sem terra. O ru-

ral forte, tradicional se viu envolvido pelas novas tecnologias, pelo estreitamento da relação campo-cidade.

É importante salientar que refletir sobre a ruralidade, pressupõe analisar o modo de ser e de viver de grupos societários, inseridos num espaço, num determinado tempo.

Pesquisas contemporâneas sobre a ruralidade apontam uma busca de sinais de dissipação das sociedades rurais, logo, do condicionamento deste espaço social à supremacia do industrialismo e da urbanização. Para estes, as diferenças entre o urbano e o rural deixam de existir; consideram que o campo é cada vez mais fortemente identificado com a cidade, estando submetido à homogeneidade dos modos de organização e produção socioeconômicos.

Numa outra perspectiva, o rural reafirma seu valor e a peculiaridade ao considerar que o mundo rural não é reduzido a uma homogeneização da sociedade contemporânea, mas à especificidade desta ruralidade, onde particularidades de formas de vida perpassam este espaço social e permitem que sejam observadas e verificadas as permanências, as reconstruções, as emergências dos processos socioambientais. São estes processos contemporâneos que caracterizam a emergência de uma nova ruralidade. Esta nova ruralidade pressupõe reconhecer o rural em suas relações internas e específicas e também em sua relação com o urbano para assim compreender seus contornos, suas especificidades e suas representações.

O rural brasileiro é, pois, imbricado de ruralidades que dão novos significados ao campo onde as relações não são apenas culturais, mas econômicas, sociais e políticas. Um exemplo de uma ruralidade onde as relações econômicas e políticas se sobrepõem às relações culturais é a do cerrado, território do agrogócio com 70% da área das chapadas ocupadas com cultivos de grãos, algodão ou eucaliptos e pinus (GONÇALVES, 2006)

José Graziano da Silva (1996), por sua vez, destaca a presença de uma outra ruralidade, não mais calcada na produção, mas na busca incessante dos homens por uma qualidade de vida que se perdeu na turbulência da vida nas cidades. O rural passa a ser buscado como ambiente para o lazer e para a fuga dos problemas da vida urbana fazendo com cresçam os investimentos em condomínios horizontais, chácaras, hotéis-fazenda, spas e coisas do gênero. O espaço rural se vê então, gradativamente, interpenetrado por este novo personagem, o neorural, constituído por profissionais liberais, aposentados, amantes da natureza, todos eles ex-habitantes da cidade que buscam no campo tranquilidade e paz, mas todos eles com suas referências urbanas e ligados ao mundo global.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: Texto para Discussão do IPEA n° 702, 2000.
- BLANCO, Enrique Sergio. O turismo rural em áreas de agricultura familiar: as “novas ruralidades” e a sustentabilidade do desenvolvimento local. In: **Caderno Virtual de Turismo**, v.4, n° 3, 2004.
- CARNEIRO, Maria José. **Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica CPDA/UFRRJ**, 2004.
- DALLABRIDA, Valdir Roque; BECHER, Dinizar F. Dinâmica Territorial do Desenvolvimento. In: **Desenvolvimento Regional: Abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2003.
- DURÁN, Francisco E. “Viejas y nuevas imágenes sociales de ruralidad”. In: **Estudios Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 11, p. 76-98, out. 1998.
- DURAN, Francisco E. Viejas y nuevas imágenes sociales de ruralidad. *Estudios Sociedade e Agricultura*, 11, outubro 1998: 76-98.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização**. Civilização Brasileira, RJ, 2006.
- JEAN, Yves. L'agriculteur, la ruralité et le géographe - pour une socio-géographie des agriculteurs. In : **Revue de Géographie Alpine**, décembre 2003, tome 91, n° 4.
- MOREIRA, Roberto José; GAVIRIA, Margarita. Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na comunidade de Taquari. In: **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA, UFRRJ, 2002.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- _____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. Editora da USP, São Paulo, 2002.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início o século XXI**. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- SCHNEIDER, Sérgio; BLUME Roni. Ensaio para uma abordagem territorial agem territorial da ruralidade: da ruralidade: em busca de uma metodologia. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.107, p.109-135, jul./dez. 2004.

SILVA, José Graziano da Silva; GROSSI, Mauro Eduardo del. **O Novo Rural brasileiro**. IE/Unicamp, Porto Alegre, 1996.

SIQUEIRA, Deise e OSÓRIO, Rafael. O conceito de Rural. In: **Una nueva ruralidad en América Latina?** Barcelona: 1999.



Os territórios das comunidades locais no contexto da exploração mineira em Moçambique

Elmer Agostinho Carlos de Matos

Introdução

À entrada no novo milénio, o governo moçambicano criou as condições bases para a invasão de capitais estrangeiros direcionados à exploração mineira. A redescoberta do potencial mineiro moçambicano, especialmente do carvão mineral em Tete, de outros recursos (como o gás natural e as areias pesadas) e a facilidade de implantação de complexos industriais que se beneficiassem do acesso a energia barata, impulsionaram a criação de territórios específicos de implantação dos investimentos estrangeiros, com privilégios de isenções de impostos. A política de atração de investimentos estrangeiros, materializados na criação de Zonas Económicas Específicas e Zonas Francas Industriais foi a estratégia adotada pelo governo para impulsionar o crescimento económico e ampliar o número de postos de trabalho oferecidos.

A aprovação da Lei de Minas de 2002 veio deixar claro que a tendência do governo era a produção de territórios corporativos em detrimento dos territórios das comunidades locais. Essa estratégia que já vinha sendo ensaiada a partir dos meados da década de 90, quando foi aprovada a Política de Terras (em 1995) e mais tarde a Lei de Terras (1997) é consolidada com a aprovação da Lei de Minas de 2002, que sentença que “o uso da terra para operações mineiras tem prioridade sobre outros usos da terra quando o benefício económico e social relativo das operações mineiras seja superior” (MOÇAMBIQUE, 2002a, p.9). Foi

a partir dessas alterações legislativas ocorridas na década de 90 que permitiram ao capital estrangeiro apossar-se dos territórios das comunidades locais a partir de um “processo negocial”, envolvendo, principalmente, as comunidades detentoras do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) e os interessados na mesma.

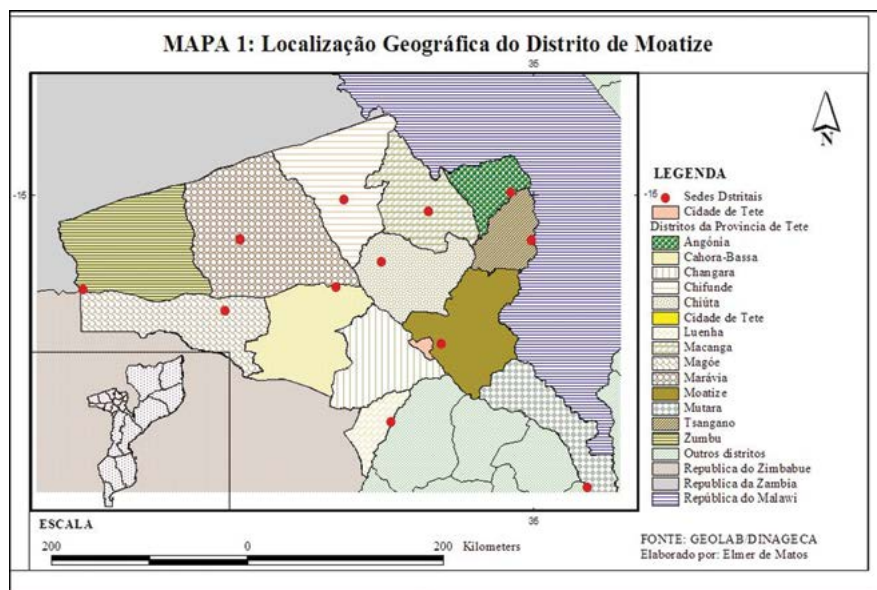
As alterações legislativas, associadas à nova conjuntura político-econômica nacional reformada em 1990 com a aprovação da nova constituição, flexibilizaram a atuação do Estado, tendo-se transitado de uma República Popular para República. O Estado deixou de ser o único ator responsável pela dinâmica econômica do país, passando a valorizar as forças do mercado e, considerando este como importante para o alcance do almejado desenvolvimento. Essas alterações foram responsáveis pelas destruições dos territórios das comunidades locais situadas em áreas detentoras de recursos minerais socialmente valorizados.

A criação dos territórios de implantação de projetos econômicos ignoram as realidades locais, ou seja, esses espaços se apresentam como se fossem uniformes, homogêneos e lisos, prontos para a produção de territórios corporativos. Esse processo choca com a realidade local, que condensa várias histórias em diferentes espaços. São as diversas rugosidades materializadas em espacialidades que carregam consigo a narrativa produzida ao longo do tempo. Perder esses territórios é um processo irreversível, pois as legislações aprovadas, incluindo o Regulamento Sobre o Processo de Reassentamento Resultante das Atividades Econômicas, aprovado apenas em 2012, não oferece alternativas às comunidades atingidas pelos territórios corporativos. A história condensada nesses espaços é destruída em favor de uma exploração comercial dos recursos naturais.

A destruição dos territórios comunitários, não implica apenas a perda de terra, mas também de sua identidade territorial, a perda dos serviços oferecidos pelo território destruído e a sua inserção num outro espaço onde os reassentados deverão produzir e reproduzir uma nova história. Esse processo de desterritorialização provocados pelas ações do território corporativo, dissimulados como uma nova oportunidade de melhorar a qualidade de vida dos atingidos, está impregnado de valores e filosofias que desvalorizam a história e modos de vida locais.

A partir de um estudo de campo realizado em Moatize, distrito da província de Tete, centro de Moçambique, nos meses de junho e julho de 2014, foi possível entrevistar membros e régulos das comunidades atingidas pela exploração do carvão mineral pela Vale e Riversdale (que depois passou a ser Rio Tinto e em

meados de 2014 a ICVL¹ comprou os ativos da Rio Tinto) (mapa 1). As comunidades atingidas por esses projetos foram “forçadas” a prescindir dos seus territórios para dar lugar à produção dos territórios das mineradoras, na expectativa de encontrarem novos objetos que produziriam novas ações propulsoras de melhorias da qualidade de vida. O objetivo do artigo é compreender como o território de governança coloca os territórios das comunidades locais ao alcance do capital internacional e quais as suas consequências. Estudando esse processo e os seus resultados é possível apreender como o capital, flexibilizado pelas políticas neoliberais, encontra espaço para a expropriação do território dos nativos e a consequente precarização da qualidade de vida dos atingidos, a partir da produção de novas/velhas formas de pobreza.



A produção do território no espaço

Ao discutirmos a produção do território precisamos compreender que este se materializa no espaço, ou seja, como refere Raffestin (1993, p.143), o território “é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. Raffestin(1993) vai mais além ao afirmar que quando um ator se apropria do espaço, quer seja de uma forma concreta ou abstrata (podendo ser pela representação), o mesmo territorializa o espaço.

¹ Uma Joint Venture Indiana criada pelo governo indiano para a compra de ativos de carvão no exterior de modo a atender as necessidades de empresas estatais.

É importante destacar que o autor tem o cuidado de enfatizar que não podemos compreender a produção do território a partir de um único ator, o mais difundido durante muito tempo, o Estado, mas que há diferentes atores ou coletividades que podem produzir um território, fora da dimensão político-administrativa.

O território é produzido na história, num processo relacional, onde os atores vão construindo-o, num movimento dialético, em que as marcas dos atores vão sendo inscritas no espaço, ao mesmo tempo que este deixa também as suas nos produtores. Essa característica permite diferenciar território de espaço, como nos informa Raffestin (1993) ao evidenciar que o espaço seria a prisão original e o território seria a prisão construída pelos atores que o produzem. Saquet (2007; 2009) refere que existem três principais características que diferenciam o espaço do território, sendo elas: (a) as relações de poder multidimensionais, constituindo campos de força econômicas, políticos e culturais sobrepostos e concomitantes; (b) a construção histórica e relacional de identidades; e o (c) movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Tanto Raffestin (1993) e Saquet (2007; 2009), assim como Haesbaert (2011) colocam ênfase nas relações de poder para diferenciarem o espaço do território. Haesbaert (2011) apesar de criticar a diferenciação apresentada por Raffestin (1993), finaliza demonstrando que são duas categorias diferentes e que a priorização ou colocação do foco dentro de uma dimensão espacial acaba por gerar um território mediado por relações de poder.

Desta forma, podemos compreender o território como uma extensão do espaço apropriada por um ou vários atores. A partir do momento que introduzimos os objetos artificiais, ou moldamos a organização espacial dos objetos naturais e/ou artificiais, estamos deixando as nossas etiquetas sobre o espaço e, produzindo um território que engendrará ações próprias aos fins que pretendemos, ou seja, estamos produzindo o nosso território.

Corrêa (1994) recorre a etimologia da palavra território para o compreender. O autor constata que etimologicamente território deriva do latim *terra etorium*, que significa terra pertencente a alguém. Com o pertencente o autor desfaz alguns equívocos que se podem tirar da sua compreensão, mostrando que o pertencer não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação, que pode apresentar um duplo significado. Por um lado:

associa-se ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço. Nesse sentido o conceito de território vincula-

-se à geografia política e geopolítica.

A apropriação, por outro lado, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas espacializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. Nesse sentido o conceito de território vincula-se a uma geografia que privilegia os sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares, [...] Apropriação passa a associar-se à identidade de grupos à afetividade espacial (CORRÊA, 1994, p.251).

Com a concepção trazida por Corrêa, podemos compreender que a produção do território, a partir da apropriação, quer seja mais material, ou de fato, quer pela afetividade ou simbólica, o importante é compreender como os diferentes atores, a partir dos seus respectivos domínios de poder organizam os seus objetos e agem sobre eles no espaço. Nesse contexto, é a forma como os atores organizam os sistemas de objetos e de ações que se torna a base para o estudo, ou melhor, como defende Milton Santos, o território em si não é uma categoria de análise, mas sim o seu uso. Santos (1994; 2011) defende que é o território usado ou o uso do território que é uma categoria de análise, e vai mais além ao destacar que quando fizermos um estudo de qualquer parte do território² precisamos ter em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade. Para o autor se está incluindo a natureza e o seu uso, que pressupõe a ação humana, ou seja, o trabalho e a política.

Com base nos argumentos trazidos por Santos (1994; 2011) e Corrêa (1994), compreenderemos o território como o espaço apropriado e usado. É esse espaço mediado espacialmente pelas relações de poder que se torna o objeto de estudo. A apropriação desse espaço, tanto de fato como simbolicamente implica na adoção de estratégias adequadas para a sua manutenção como espaço de domínio pelos atores que o detêm. Essas estratégias são denominadas por territorialidade. Nesse âmbito, ao estudarmos as ações desenvolvidas pelos atores para a satisfação das suas necessidades, gerando espaços mediados espacialmente pelas relações de poder, estamos nos preocupando com a territorialidade desses atores. Autores como Sack (2011), Raffestin (2010) e Corrêa (1994) nos fornecem as ferramentas necessárias para a compreensão das estratégias utiliza-

² Milton Santos usa parte do território, provavelmente porque ao longo da sua obra, está mais discutindo a questão das transformações históricas que foram ocorrendo no território brasileiro. Santos, apesar de tratar mais do território nacional e, muito pouco, sobre o território que não se circunscrevesimplesmente ao território de governança (como foi chamado por FERNANDES, 2008), observa-se que a definição que Santos faz pode ser aproveitada para discutir outras formas de territórios e de territorialidades.

das pelos diferentes atores para a produção dos seus respectivos territórios. Para Corrêa (1994, p.251-252) a territorialidade refere-se “ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas”. Já Raffestin (2010, p.14-15) a territorialidade é entendida como sendo “o conjunto das relações que os homens têm com a exterioridade e a alteridade, com a ajuda de mediadores, para satisfazer suas necessidades, na esperança de obter maior autonomia possível”. Com essa conceituação, fica evidente que o autor se reporta a um conjunto de estratégias que são acionadas por um ator ou vários atores com vista a tornar um território sob seu domínio ou influência. Na mesma vertente, Sack (2011, p.76) define a territorialidade como “a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica”.

É importante destacar que as estratégias utilizadas pelos diferentes atores para obterem o domínio dos respectivos espaços vai variar de acordo com o nível de inserção dos mesmos no mundo considerado moderno, ou seja, as estratégias utilizadas pelas sociedades modernas vão diferir daquelas utilizadas pelas sociedades consideradas tradicionais. Como também irão variar de acordo com o tipo de ator. Senão vejamos, o Estado apropria-se do território a partir da dimensão político-administrativa, materializada no Estado-Nação e legitimada por instituições internacionais. Essa apropriação do Estado apresenta-se como a força capital para a legitimação ou não da produção de outros territórios no seu interior, gerados a partir de outras dimensões. Fernandes (2008, p.280) argumenta que:

quando esse território é concebido como uno, ou seja, apenas como espaço de governança e se ignora os diferentes territórios que existem no interior do espaço de governança, temos então uma concepção reducionista de território, um conceito de território que serve mais como instrumento de dominação por meio de políticas neoliberais.

Na citação acima, Fernandes discute a produção do território incluindo outras dimensões, ou melhor, critica a produção do território uno, por ofuscar a existência de outros territórios que se embasam em outras dimensões. Em um outro momento o autor inclui a multiescalaridade como sendo um atributo importante para a compreensão do território. Com a multiescalaridade compreenderíamos a produção de território a nível de escalas diferenciadas, ou tendo ter-

ritórios que toleram a existência de outros território no seu interior, mas desde que não inviabilize os seus interesses. Em relação a multidimensionalidade estamos abordando a dimensão responsável pela produção do território, podendo ser a política, fundamentalmente dominada pelo Estado e os seus subpoderes; a dimensão econômica dominada pelas corporações que produzem os seus territórios, tanto no interior dos territórios do Estado-Nação, como extrapolando as barreiras nacionais; e a dimensão simbólico-cultural, associada aos territórios produzidos por grupos sociais que apresentam uma relação de afetividade com o espaço. São os territórios marcados por uma relação imaterial (e material) com o espaço apropriado. Aqui já se inclui a categoria de identidade, e como tem ali-cerce com o espaço, então nos referimos à identidade territorial. Esse grupo de atores apresenta “o sentido de pertencer àquilo que nos pertence” (SILVEIRA, 2011, p. 39), ou seja, esses grupos sociais ostentam o sentido de pertencimento e de enraizamento.

Fernandes (2008) enfatiza a necessidade de se diferenciar os territórios como espaços de governança e como de propriedade. Na categoria dos territórios de propriedade o autor inclui os territórios das empresas corporativas (ou do capital) e os territórios das comunidades (com lógicas locais próprias e produzidas na história). Esses dois tipos de territórios encontram-se, geralmente, imersos no território de governança. São esses dois tipos de território que vão disputar os espaços, pois “são totalidades diferenciadas, nas quais se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento” (FERNANDES, 2008, p.280). A materialização de um exclui o outro, quer fisicamente, deslocando-os no espaço (ou no território de governança), quer politicamente, com a perda do mando das ações, ou seja, perdendo a capacidade de gerir as ações a serem desencadeadas no território em questão.

Como os territórios da propriedade, quer sejam a particular individual quer seja a comunitária, elas encontram-se dependentes das políticas desenhadas pelo Estado, ou melhor, do território de governança. Nos tempos atuais, onde a globalização se impõe, difundindo consigo o neoliberalismo, as políticas e estratégias desenhadas pelos Estados tendem a privilegiar a produção dos territórios do capital, desterritorializando os territórios das comunidades locais, que condensam o tempo. Os Estados se adequam às necessidades do capital, providenciando o arcabouço legal e institucional adequado à produção dos territórios corporativos.

Ajustados à nova realidade, o capital se impõe no território, afetando o território das comunidades locais com a importação de novos modos de usar o território, alterando os conteúdos qualitativos e quantitativos, isto é, são in-

trozidos novos objetos que geram novas ações produtoras de processos de desterritorialização.

A dinâmica territorial em Moatize

Os territórios comunitários atingidos pela exploração mineira

As áreas licenciadas para a exploração do carvão mineral atingiram cerca de 2500 famílias, que foram obrigadas a abandonarem os seus territórios. As comunidades atingidas pelos projetos de exploração mineira construíram os seus territórios ao longo da história, através da ocupação do espaço e na demarcação dos mesmos com base em sacralização de determinados espaços, considerados sagrados e protegidos pelos responsáveis. Os representantes vivos dos territórios são denominados por régulos e pertencem à linhagem fundadora do território, sendo escolhidos pelos membros das comunidades com base no comportamento e comprometimento do candidato. Os membros da comunidade regida pelo régulo podem destituí-lo, o que não é frequente, e escolher um novo. Porém, o novo deve pertencer à família fundadora do território. A exoneração acontece quando os membros constatarem que a conduta e a moral do régulo não são adequadas e não defende os interesses da sua comunidade. O régulo pode ser do sexo feminino, como é o que acontece nas comunidades de Capanga, Benga-Sede e Nhambalualu³, todas atingidas pela exploração do carvão mineral.

No processo da administração do seu território, o régulo é coadjuvado por líderes do segundo nível, o qual é denominado de Nhkwaua. Os Nhkwaua administram os povoados que pertencem ao domínio do régulo. Para que um membro se torne um Nhkwaua não é preciso que pertença a linhagem fundadora da comunidade, mas que tenha respeito no seio da sua comunidade e que seja parte do sistema tradicional de governação local. Esses representantes também são eleitos ao nível de cada uma das povoações.

Esta forma de organização social é responsável por manter a coesão dos membros da comunidade. Os régulos são a extensão dos representantes mortos da comunidade, ou seja, são os porta-vozes das decisões e desejos dos ancestrais materializados em determinados animais e em determinados espaços. Só o régulo pode dialogar com o representante morto da comunidade, que geralmente reencarna o seu espírito em animais, como jibóias, leopardo e leão. É o régulo o responsável por perpetuar os valores culturais e sociais na comunidade. O régulo

³ “Em se tratando do distrito de Moatize, existem 468 lideranças, das quais 12 atuam no primeiro escalão da estrutura de governo, sendo quatro delas mulheres” (RDM, 2006, p.52).

também estabelece a relação com as autoridades formais, isto é, mantêm relações com as autoridades indicadas pelo governo para administrarem a localidade.

Cada uma das comunidades ostenta os seus rituais e seus ancestrais. Esses rituais acabam por definir as áreas de extensão de cada território, demarcado, principalmente, pela presença de cemitérios (e/ou outros locais sagrados). Os cemitérios são locais sagrados, de acesso restrito apenas por rituais realizados pelos régulos ou pelos responsáveis dos cemitérios. O EIA realizado pela Vale demonstra a relação entre os vivos e os mortos a partir dos cemitérios,

Toda a aldeia apresenta um cemitério tradicional, e este é o local mais sagrado e respeitado da área, e a partir do qual as pessoas acreditam que os espíritos dos mortos continuam a controlar ativamente os vivos. Práticas realizadas com sepulturas são consideradas como fonte de proteção ancestral e prosperidade da comunidade (RDM, 2006, p.160).

A relação com os espíritos não se restringe apenas aos locais de enterro dos seus ente-queridos, eles se estendem para alguns elementos da natureza, como os rios, as árvores (como o Ntondo e o Embondeiro), as cavernas e os morros (ou montanhas). Nesses locais são realizadas diversas cerimônias, com os rituais característicos de cada comunidade, onde é pedida aos ancestrais a chuva, a saúde, a pacificação na comunidade e na família, realização de bons negócios e mais. Esses locais específicos tornam-se sagrados, de acesso restrito e são preservados.

A presença desses locais acompanha as comunidades ao longo da história e faz parte da realidade sociocultural delas. Entender o cotidiano dessas comunidades passa por entender a relação que elas estabelecem com os seus antepassados, através da santificação de determinados espaços. Apesar de serem comunidades que se atrelam ao seu passado e aos seus ancestrais, a presença de outras religiões nas comunidades está associada às relações que foram estabelecendo no decorrer do tempo, em função dos vários movimentos migratórios que caracterizaram o povoamento da província e do distrito de Moatize. Sendo assim, é possível encontrar a presença do cristianismo e do islamismo em diversas comunidades atingidas, sem conflitar com as crenças locais. As comunidades mantêm as suas crenças ao mesmo tempo em que professam as religiões “estrangeiras”.

As descobertas das potencialidades do Vale do Zambeze e, principalmente a (re)descoberta do potencial de carvão mineral existente proporcionaram condições para que a área se tornasse espaço de imigração. A construção das estradas de ferro Beira-Malauí-Moatize, os conflitos armados ocorridos e as cheias

terão proporcionado a vinda de novos moradores que passaram a construir uma identidade com as comunidades existentes. O estudo realizado pela Vale alude ao fato de a localidade de Benga ser fruto de um assentamento de imigrantes, tendo como resultado a introdução do hábito de criação do gado bovino (RDM, 2006). Já o estudo da Riversdale, a partir de um inquérito, demonstra que apesar de 25% dos entrevistados terem declarado sempre terem vivido naquelas áreas, constatou-se que a guerra de libertação nacional, a guerra civil e o impacto das cheias de 2000 terão sido os principais responsáveis pelo aumento da população na localidade de Benga (IMPACTO, 2008). Desse conjunto de fatores, o estudo destaca a importância do impacto das cheias de 2000, como o fator que mais contribuiu.

É importante realçar que apesar das migrações virem a aumentar o tamanho da população das aldeias, os territórios continuam a ser da pertença da linhagem fundadora do território, daí que só essa família pode ascender ao cargo de régulo, ou autoridade do primeiro escalão. Porém, é fato que os novos residentes trazem consigo novas culturas e *modos vivendi* que acabam sendo, em parte, incluídos na vida sociocultural e econômica das comunidades, sem destruir a sua história, cultura e o relacionamento com os seus antepassados.

Como na maior parte da província, os territórios em estudo são caracterizados por apresentarem um sistema patriarcal. O sistema patriarcal é caracterizado pelo domínio da família paterna, onde os direitos de herança, sucessão e decisão encontram-se na linhagem paterna. A família é geralmente constituída por pai, mãe, filhos, genros e netos. É comum nos territórios em estudo a presença da poligamia, sendo mais frequente a existência de um homem com duas esposas⁴. Também, há casos em que o homem tem mais de duas esposas, residindo em habitações diferentes e com seus respectivos campos de cultivo.

A organização dos territórios das comunidades é em função da principal atividade econômica desenvolvida. Como a agricultura se destaca como a principal atividade de subsistência dos atingidos, constata-se que desde muito a presença de um curso hídrico, principalmente os rios, desempenharam um importante fator de atração para a localização dos assentamentos humanos. O rio representava a possibilidade de proximidade a solos férteis e água, não só para o uso agrícola, como também para as necessidades domésticas. As famílias procuram condições para disporem de espaços de cultivo nessas áreas, reduzindo as distâncias a per-

⁴ Mungói (2010, p.209) constata que a poligamia está presente nas comunidades do distrito de Moatize. “Nos anais da tradição local, para o homem, a poligamia revela uma posição social de relevo na comunidade. Quanto maior número de mulheres tiver revela a sua riqueza, avaliada em número de cabeças de gado, hectares disponíveis e, conseqüentemente a aceitação e respeito pela comunidade”.

correr para a *machamba*⁵, como também produzindo em terras férteis. O tempo de deslocamento da família para alcançar a *machamba* é definido em função da qualidade do solo e da presença de água, ou seja, a família pode estar disposta a percorrer longas distâncias se a qualidade do solo e a presença de um curso hídrico assim o justificarem.

As áreas de cultivo têm em média entre 0,5 hectare e 1 hectare. Porém, as famílias dispõem de mais de uma área de cultivo, podendo, em alguns casos, uma delas se localizar mais próxima da outra e desenvolver culturas diferentes. A prática da agricultura na família é da responsabilidade, tanto do homem quanto da mulher, mas com funções diferentes. As primeiras atividades para a prática da agricultura, como a limpeza do terreno, corte das árvores e queima dos troncos é da responsabilidade do homem. A preparação da sementeira, a plantação, a sacha e colheita, tanto na primeira como na segunda época, são da responsabilidade da mulher. O homem apenas ajuda, já que este procura encontrar outras fontes de rendimento que permitam a família adquirir os produtos que a *machamba* não pode produzir.

Embora a agricultura seja a principal atividade, pode-se destacar também a criação de animais e a pesca, que muitas vezes funcionam como um importante meio de obtenção de renda extra. A localização dos assentamentos permite não só o desenvolvimento dessas atividades, como também o acesso aos recursos naturais que o território oferece. O acesso aos recursos naturais existentes na área permite que as comunidades sobrevivam, mesmo em anos de escassez de chuva, em que a produção agrícola é colocada em risco. Também funciona como uma importante fonte de renda para a compra de produtos que não podem ser produzidos na *machamba*. Esse acesso igualmente permite que as comunidades estabeleçam um vínculo com os seus ancestrais, como ainda desempenha um papel importante no tratamento de doenças, compensando a falta ou deficiência de infra-estruturas e serviços de saúde.

O acesso aos recursos existentes tem um papel importante para as famílias atingidas, principalmente aquelas residentes nas áreas rurais. Os frutos silvestres são fundamentais para as famílias, podendo ser consumido em épocas de estiaagem, como também utilizados para a fabricação de bebidas alcoólicas que são vendidas nos mercados próximos. Os frutos ainda são utilizados nas cerimônias tradicionais.

Tínhamos árvores que eram muito importantes para a nos-

⁵ Nome dado a áreas de cultivo agrícola.

sa comunidade. O embondeiro, a massaniqueira e mitsanha eram frequentemente utilizados por nós. Só para veres, no embondeiro as folhas servem para fazer caril, comemos os frutos e ainda usamos para fazer papas para curar doentes de diarreias e vômitos. Também podemos usar para construir casas. Quando apodrece, no tronco nascem pequenos bichinhos que servem de comida e tornam a área fértil para o crescimento de cogumelos (residente em Cateme).

As plantas são utilizadas como matéria-prima para a produção de importantes instrumentos de uso doméstico. A partir do uso da grama, cana, bambus, tronco de plantas e fibras são produzidos materiais de construção (para a edificação das casas locais), cestos, esteiras, redes de pesca, canoas e mobiliários. Esses bens têm um papel importante nas famílias, pois substituí os bens manufaturados por técnicas modernas e caros para a aquisição dessas famílias. Os produtos elaborados por essas famílias também são colocados nos mercados urbanos.

A coleta de lenha e a produção de carvão vegetal são atividades desenvolvidas por um número significativo de habitantes, chegando a ter um rendimento anual de cerca de 250 dólares a 800 dólares americanos por agregado familiar (IMPACTO, 2008). A procura por essas fontes de energia cresce cada vez mais, sendo os residentes da cidade de Tete e da vila de Moatize os principais compradores. Dadas as dificuldades de acesso à energia e, sendo a lenha e o carvão vegetal os principais combustíveis usados na confecção de alimentos, a procura por este produto tende a aumentar. Esses combustíveis também são consumidos nas áreas rurais, principalmente a lenha que tem um uso bastante acentuado, e é obtida no mato pelas famílias. Já o carvão, que passa por um processo de transformação dos troncos das árvores em carvão, tem custos para a sua aquisição, daí o uso reduzido nas famílias rurais, e seu uso também pode significar um nível de vida relativamente melhor, pois implica a compra de fogões a carvão.

Outra atividade que se apresenta como uma importante fonte de rendimento para determinadas famílias é a olaria. Esta é a atividade mais rentável desenvolvida na área, principalmente por habitantes do sexo masculino. A atividade consiste na produção de tijolos, que depois são queimados, usando ou carvão vegetal ou o mineral, tornando-os resistentes e de boa qualidade. O uso desses tijolos pode substituir os blocos de cimento, tornando-os mais procurados em função do preço. É uma atividade desenvolvida principalmente em áreas próximas da Estrada Nacional 7 (EN7) e da vila de Moatize.

É importante ressaltar que a localização de algumas famílias junto aos

principais centros urbanos e ao longo da EN7 é fundamental para a sua sobrevivência. Se nas áreas rurais a localização junto aos principais rios e nas baixas configura-se como fundamental, para as áreas urbanas, a proximidade aos centros urbanos e a EN7 também é essencial, pois à medida que se afasta desses locais as oportunidades tendem a reduzir.

A reprodução dos territórios dessas comunidades é o suporte que elas têm para reproduzirem-se no tempo e no espaço. Alicerçadas em atividades consideradas, ainda primitivas e não impulsionadoras do desenvolvimento “ocidental”, as comunidades são colocadas à margem e, os seus territórios são oferecidos aos projetos internacionais, considerados propulsores do desenvolvimento. Como compensação da perda dos seus territórios, as comunidades são indenizadas, pelas regras do mercado, e deslocadas compulsoriamente para espaços definidos pelo poder do Estado e apetrechados com objetos artificiais para a produção de novos territórios.

As bases para a realização dos processos de desterritorialização

O processo de desterritorialização das comunidades locais provocados, fundamentalmente, pela produção de territórios corporativos em Moatize, está bastante associado à entrada de mineradoras de renome internacionais para a exploração do carvão mineral. Após o término da guerra civil (1992), associado à mudança político-económica (que permitiram a eliminação dos ideais nacionalistas adotados logo depois da independência), criaram condições para a re colocação de Moatize no mapa do mundo capitalista. Até antes da independência de Moçambique (em 1975), a exploração do carvão mineral, por uma sociedade de capitais estrangeira, vinha sendo responsável pela dinâmica económica de Moatize. Com o alcance da independência, e a conseqüente adoção de uma política e estratégia de desenvolvimento calcada no socialismo e em políticas nacionalistas, associadas ao desenrolar da guerra civil que iniciara em 1976, condicionaram o funcionamento da indústria de exploração mineira.

Com as revoluções constitucional (1990) e legislativa (na década de 90), forjaram-se as condições necessárias para a circulação do capital internacional, através da valorização do setor privado. Com o fim da guerra civil ressurgiu o interesse pela retomada da exploração do carvão mineral. Numa primeira fase, foi o interesse regional, a partir de capitais sul-africanos, fornecendo o carvão para os países da região, a partir de uma exploração no subsolo.

As quantidades de carvão existentes em Moatize eram suficientes para

atrair o investimento internacional. As quantidades e qualidades do minério já eram melhor conhecidas na década de 80, quando o governo moçambicano pós-independência havia criado um programa dirigido para a pesquisa do minério, com o objetivo de tornar-lhe a principal fonte de captação de divisas. Do leque de países que participaram nesse programa, destacam-se a EX-URSS, a RDA e o Brasil. O interesse brasileiro já era notório, sendo responsável por produzir um relatório, na década de 80, em que ressaltava as qualidades do minério no mercado internacional.

Mesmo antes da assinatura dos acordos de paz, que colocariam fim aos cerca de 16 anos de guerra civil, as autoridades moçambicanas e as brasileiras assinaram em 20 de junho de 1989, quando ainda se aplicavam os Programas de Reabilitação Econômica, um acordo de intenção com o objetivo de estudar alternativas para a viabilização técnica e econômica do carvão de Moatize.

A década de 90 e princípios do novo milênio são marcados por aprovação de leis e decretos que produziram as condições necessárias para a atração do investimento estrangeiro. É o período em que a iniciativa privada passa a ser valorizada e são implementadas as políticas neoliberais. A aplicação de políticas neoliberais encontrava um estrangulamento que era a propriedade da terra. O alcance da independência decretou a terra como propriedade do Estado, sem possibilidade de venda, alienação, aluguer e nem penhora. Embora a terra fosse propriedade do Estado, as famílias tinham o direito de se beneficiar desse recurso para a sua reprodução social e cultural, porém, sob as diretivas do Estado, na altura centralizador e único responsável pelas políticas e estratégias de desenvolvimento.

Era preciso facilitar o acesso aos investidores internacionais capitalistas e providenciar-lhes as garantias necessárias aos seus investimentos. Para isso foi revista a lei de terras de 1979 que era contra a estrangeirização da terra. A revisão da lei, realizada em 1997, tinha como objetivo “incentivar o uso e aproveitamento da terra de modo a que este recurso, o mais importante de que o país dispõe, seja valorizado e contribua para o desenvolvimento da economia nacional” (MADER; FAO, 2001, p.4). Objetivo análogo também se encontra patente no regulamento da Lei de Terras de 1997, aprovado em 1998, em que destaca a necessidade de “simplificar os procedimentos administrativos e facilitar, deste modo, o acesso a terra por parte dos investidores nacionais e estrangeiros” (MADER; FAO, 2001, p.26).

Estavam criadas as condições necessárias para que o capital internacional se apossasse da terra das comunidades locais. Contudo, era preciso salvaguardar

os ganhos da independência, que era fundamentalmente o acesso à terra pelas famílias e comunidades locais. A legislação continuou a defender que a terra é propriedade do Estado, sem possibilidade de venda, alienação, aluguer e nem penhora. Contudo, permitiu que o DUAT fosse transferido entre famílias como para os investidores. Esse processo poderia ser realizado sem a intervenção direta do Estado, pois este apenas regularizaria o processo e interviria apenas quando a aquisição da terra fosse por especulação. Assim, o capital obteve as condições para barganhar a aquisição da terra junto às comunidades locais.

Facilitado o acesso e segurança da terra aos investidores, passou-se à fase de permitir a circulação desenfreada de capitais. A revisão da Lei do Investimento em 1993 foi nessa direção. A Lei de Minas de 2002 permitiu aos investidores a transferência para o exterior de (i) lucros exportáveis resultantes de investimentos elegíveis à exportação de lucros; (ii) royalties ou outros rendimentos de remuneração de investimentos indiretos associados à cedência ou transferência de tecnologias; (iii) amortizações e juros de empréstimos contraídos no mercado financeiro internacional e aplicados em projetos de investimentos realizados no país; (iv) capital estrangeiro investido e reexportável, independentemente de o respectivo projeto de investimento ser ou não elegível à exportação de lucros. Mais procedimentos financeiros foram liberalizados e permitiu-se a sua circulação sem o controlo do Estado. Para além desses benefícios, o Estado prescindiu da cobrança de determinados impostos, a partir da aprovação do Decreto nº 16/2002 referente ao Código dos Benefícios Fiscais, como forma de atrair os investidores internacionais para o país.

O referido decreto apresenta benefícios bastante generosos para os que investirem na exploração de recursos minerais. Os benefícios abarcam o campo das importações e dos impostos dos rendimentos. O documento concede isenções de direitos aduaneiros na importação de equipamentos, aparelhos, materiais e sobressalentes para a prospeção e pesquisa, exploração mineira e sobre a exportação de recursos minerais. No processo das importações dos bens referidos anteriormente, os investidores beneficiam-se das isenções no pagamento do IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) e do ICE (Imposto sobre Consumos Específicos). Estes benefícios são extensivos às empresas contratadas e subcontratadas para prestarem serviços à principal empresa investidora ao abrigo da Lei de Minas de 2002. No que se refere aos benefícios relativos ao imposto sobre o rendimento, o decreto determina que:

1. Até ao ano 2010, os investimentos levados a cabo no âm-

bito da Lei de Minas, cujo valor do investimento seja superior a 500 000 dólares americanos, beneficiarão, a partir do início da produção, de uma redução em 25% da Taxa do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC), durante os primeiros cinco anos.

2. No caso de contribuintes sujeitos ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS), nas condições previstas no número anterior, a matéria coletável determinada e relativa a atividade beneficiária do incentivo, pertencente a Segunda Categoria do IRPS, terá uma dedução de 25%, durante os primeiros cinco anos (MOÇAMBIQUE, 2002b, 220-(38))

O maior suporte necessário para a entrada de investidores no ramo da mineração foi facilitado pela aprovação da Lei de Minas de 2002, que privilegiou o uso da terra para exploração mineira como sendo prioritário em detrimento de outros usos, incluindo o uso para fins de subsistência. A lei concede mais privilégios para a exploração mineira de grande dimensão (a concessão mineira), pois esta seria responsável por oferecer maiores ganhos econômicos e sociais ao país. Esses privilégios significavam a perda da terra e das atividades de projetos de exploração mineira artesanal em benefício da instalação de projetos mineiros de grande dimensão.

A instalação desses projetos implica a apropriação da terra pelas multinacionais. Esse processo inevitavelmente leva à realização de reassentamentos compulsórios. Apesar das legislações, tanto a de terras como a de minas destacaram a necessidade de negociação do território dos nativos e a entrega de novas terras para os reassentamentos, as mesmas não regulamentaram o processo. As legislações colocavam fé na capacidade de negociação entre as partes, podendo ser definido nesses fóruns as condições ótimas para que o reassentamento fosse uma oportunidade de melhoria da qualidade de vida dos atingidos.

A produção do território corporativo

O Estado criou as condições base para que o capital se apropriasse da terra das famílias rurais, ou seja, o Estado apoderou-se do seu poder político-administrativo, o território de governança, para impor as suas vontades nas subdivisões administrativas do território nacional, providenciando políticas que favorecessem a entrada de investimentos estrangeiros. Esse poder foi mais favorável ao território da propriedade privada, materializada na implantação das mineradoras

que vão destruindo os territórios das comunidades locais.

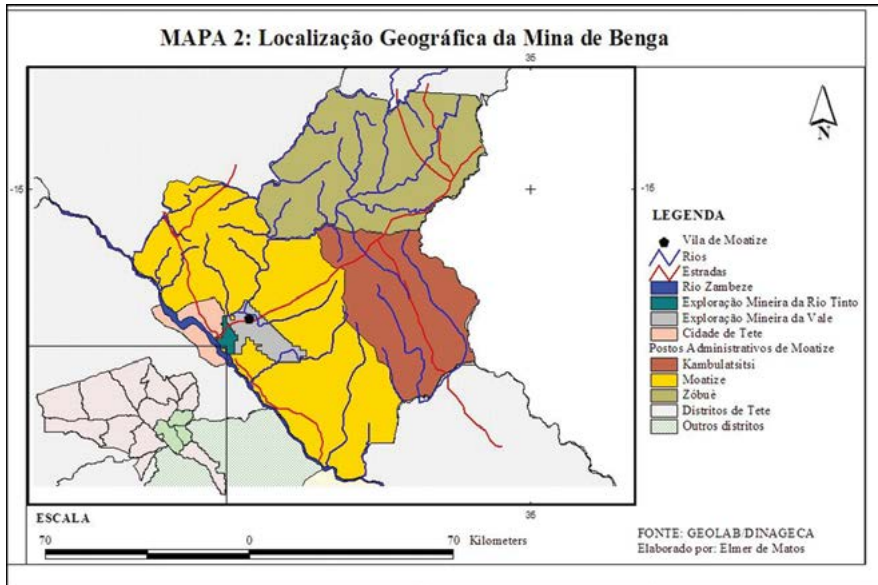
Com a implementação das políticas neoliberais, é lançado em 2004 um concurso internacional para a exploração do carvão mineral de Moatize. Das várias multinacionais concorrentes, a licitação internacional foi vencida pela Companhia Vale do Rio Doce (hoje Vale), tendo assinado um contrato de exploração com o governo moçambicano em 2007, a partir da sua filial em Moçambique denominada por Rio Doce Moçambique. Em novembro de 2006 a Vale Moçambique apresentou ao governo o Estudo de viabilidade, demonstrando a viabilidade técnica e financeira para o processamento e a competência técnica e financeira para a exploração do carvão mineral a céu aberto. Em março de 2007 apresentou o Plano de Desenvolvimento do Projeto de Carvão de Moatize e em junho de 2007 é assinado o contrato de exploração mineira. O contrato tem a duração de 25 anos, renováveis, e o projeto ocupa uma área de 23 780 hectares.

A área concessionada à Vale Moçambique está localizada no Posto Administrativo de Moatize, a 17 km a noroeste da cidade de Tete, ao longo do rio Zambeze; a cerca de 180 km a Sudoeste da barragem de Cahora Bassa e a 80 km a oeste da fronteira com o Malawi (CONSULTEC, 2014) (mapa 2). A área possui quatro aldeias, nomeadamente Chipanga, Bagamoio, Mithete e Malabwe, totalizando 1 109 famílias⁶, que devido à exploração do carvão foram obrigadas a abandonar os seus territórios e a serem reassentadas pela empresa. A concessão da área implica na extinção dos direitos de uso e aproveitamento da terra por essas comunidades atingidas, como é referido no contrato assinado pela Vale, que lhe confere:

7.1.1. O direito exclusivo de usar e ocupar a Área de Mineração para fins da realização de atividades mineiras, durante o prazo da Concessão Mineira e de quaisquer das suas eventuais prorrogações. (...)

7.1.4. O direito de penetrar, utilizar e ocupar áreas exteriores à Área de Mineração, conforme for necessário e apropriado, incluindo, mas não se limitando aos objetivos da construção e manutenção de quaisquer estradas e outras infra-estruturas necessárias para as Operações Mineiras, sujeito aos pedidos de licenciamento e eventuais restrições do

⁶ O contrato mineiro assinado pela Vale Moçambique e o governo moçambicano não se reporta ao número de famílias a serem atingidas pelo projeto. Alguns artigos e relatórios apresentam um número de famílias superior a esse (veja MOSCA; SELEMANE, 2011; MATOS; MEDEIROS, 2013; HUMAN RIGHT WATCH, 2013), porém foi esse o número de famílias que se beneficiaram das indenizações.



Em meados da primeira década do novo milénio, a multinacional Riversdale Mining adquiriu várias licenças de prospeção e pesquisa de minérios, das quais se destaca a mina de Benga, para a exploração do carvão mineral. A Riversdale iniciou com os estudos exploratórios, principalmente de perfuração na licença de Benga em 2007, tendo completado a abertura de cerca de 100 perfurações para estimar a presença do recurso em quantidade e qualidade. Em 2008 seguiram-se mais estudos com detalhes sobre o plano de mineração e a cinco de novembro de 2008 é submetido o pedido para a concessão mineira. O contrato foi assinado em maio de 2009 e tem a duração de 25 anos, renováveis.

A mina de Benga está localizada na localidade de Benga, no Posto Administrativo de Moatize, a cerca de 14 km a leste da cidade de Tete. Cobre uma área de 4 560 hectares, dos quais 4 502 estão localizados no distrito de Moatize e os restantes na cidade de Tete. O sudoeste da mina faz fronteira com o rio Zambeze, no extremo ocidental está a confluência dos rios Zambeze e Revúbuè, estendendo-se para norte ao longo do rio Revúbuè. No lado oriental está a área de concessão mineira da Vale (mapa 2).

O título mineiro de Benga atinge oito povoados de três principais comuni-

dades, nomeadamente Benga-Sede, Capanga e Nhambalualu, além de parte do bairro Chingodzi na cidade de Tete. Estas povoações encontram-se dentro ou parcialmente fora da área do título mineiro. Cada comunidade encontra-se subdivida por unidades. As povoações de Capanga Nzinda, Capanga Gulo, Capanga Luani, Mpala, Nhanganjo, Chitambo, Benga-Sede e Nhamsembe encontram-se dentro do título mineiro de Benga. Apenas Zinda, Chimulambe e Cangale, pertencentes à comunidade de Nhambalualu, encontram-se fora do título mineiro, mas próximo dele e do rio Zambeze. As comunidades atingidas albergam 5 671 habitantes, distribuídas por 1 147 agregados familiares (IMPACTO; GOLDAS-SOCIATES; RIVERSDALE, 2009). O contrato obriga a companhia a reassentar essas comunidades.

A companhia definiu que a exploração da mina estaria dividida em duas fases, sendo que a primeira iniciaria em 2010 e terminaria em 2013. Nessa fase, a exploração do carvão concentrar-se-ia no lado sudeste da mina, próximo das comunidades de Mpala e Nhanganjo. A segunda fase iniciaria em 2013 e continuaria até o prazo de operação da mina. Essa fase continuaria indo para o norte-oeste da área e movendo-se gradualmente para o sul. Atingiria as comunidades de Nzinga, Gulo e Luani na vila de Capanga.

A aquisição do direito de explorar a mina de Benga implicou a cessação do direito de uso e aproveitamento da terra dos antigos beneficiários. Esse direito está firmado no artigo 4.8 do contrato de exploração mineira assinado com o governo moçambicano que lhes concedeu a “propriedade” da terra por um período de 25 anos, renováveis. O contrato refere que,

O Concessionário Mineiro terá o direito de uso e aproveitamento exclusivo da terra e beneficiar de toda ou qualquer porção de terra dentro de uma Área de Concessão Mineira, sujeito à aquisição do título de uso e aproveitamento da terra e à aquisição e extinção de direitos de terceiros mediante pagamento de compensações e/ou relocação de acordo com a Lei de Minas, e outra Lei Aplicável a este contrato (MOÇAMBIQUE, 2009, p.23).

Considerações finais (e os territórios das comunidades locais?)

No atual contexto da globalização, onde os territórios locais passam a ser espaços disponíveis ao capital, discutir as dinâmicas territoriais passam a ser essenciais para compreendermos as novas formas de pobreza engendradas pelos processos de desterritorialização corporativa. Essa desterritorialização é cada vez mais perversa em países periféricos, como Moçambique, onde os ditames do seu funcionamento são impingidos pelos interesses exteriores e, a reprodução dos territórios das comunidades locais é sempre condicionado pelo avanço no interesse de determinados recursos socialmente valorizados pelo mundo moderno.

O recurso à multidimensionalidade e multiescalaridade permite compreender como os territórios das comunidades locais estão subordinados ao território uno, o território de governança. É este o território com o poder político suficiente para transformar os territórios das propriedades privadas e coletivas, que carregam consigo o poder econômico e o poder simbólico-cultural, respectivamente. A produção dos territórios corporativos em Moatize é um exemplo ilustrativo de como o território de governança se impôs para destruir os territórios das comunidades locais e produzir um novo território que atende a dinâmica do mercado internacional.

A produção dos territórios das comunidades locais atingidas pela exploração de carvão mineral é um processo histórico, onde as lideranças locais foram construindo os seus espaços, mediados espacialmente pelas relações de poder (simbólico), definidas principalmente pela extensão do poder exercidos pelos ancestrais e conformados a partir de formas espaciais próprias de cada comunidade local, sacralizadas em determinados espaços referenciais. A produção desse território comporta não só a terra de produção para a subsistência das famílias, como também comporta os objetos artificiais e sagrados introduzidos na terra, ligando os vivos aos mortos. São territórios onde o sentimento de pertencer ao lugar é, principalmente, pelas relações imateriais (e materiais) reproduzidas ao longo do tempo. A construção desse território permitiu aos integrantes desenvolverem uma relação estreita, não só com a terra, mas com os ancestrais e, é de lá onde retiram os recursos necessários à sua subsistência. Tanto a organização social como espacial demonstram uma relação forte com o território, uma comunidade com o espaço (re)produzido ao longo da história.

A organização social das comunidades locais atingidas pelos projetos mineiros também comporta uma organização política, que permite administrar o território das comunidades, definindo as regras e comportamentos internos.

Claro que são formas de organização política e social que apresentam lógicas diferentes, enquanto numa os ditames são influenciados por mortos (localizados em espaços imateriais) noutras são influenciado por vivos (atores localizados na escala internacional). Esta última forma de poder se impõe sobre a primeira, principalmente por se associar ao poder legitimado pelas Nações Unidas, com autoridade suficientes para se impor nesse território, introduzindo as transformações que forem necessárias. Se, em determinados momentos esse poder se apresenta fragilizado, como uma forma estratégica de facilitar a atuação do poder econômico, noutras se apresenta mais forte, com o objetivo de destruir os territórios locais e flexibilizar a atuação do poder econômico.

A incorporação das lideranças comunitárias à estrutura administrativa do território de governança é também uma estratégia de domínio dos territórios das comunidades locais sem necessariamente a recorrência do monopólio da violência legítima. A aceitação das lideranças locais é também uma estratégia por forma a manterem os seus poderes e, em certos casos, permitirem a reprodução dos seus povos. As lideranças locais aprendem a ser astuciosas como forma de se integrarem ao jogo conjuntural, onde a defesa dos seus interesses pode passar pela sua aceitação à subordinação do território de governança.

Entender essas dinâmicas é importante para compreendermos como os territórios do território uno se estruturam no mundo globalizado, onde as políticas neoliberais promovem processos de desterritorialização a favor dos territórios corporativos. É também um caminho para compreendermos que esse processo de desterritorialização é destruidor das identidades dos atingidos e responsável por gerar novas/velhas formas de pobreza que agravam a condição de vida dos atingidos. Essa forma de pobreza se manifesta na troca do território por terra, ou seja, a perda do território é compensada pela obtenção de espaços primitivos, desprovidos de tempo condensado, onde as facilidades que o território oferecia para a (re)produção das comunidades locais encontra-se alienada. Reproduzir-se nos novos espaços é um processo penoso para os reassentados, onde só com o tempo os mesmos poderão construir um novo território, diferente do anterior, pois a história marcada naquele espaço não será resgatada. Então, a desterritorialização gera pobreza que inclui não só a componente econômica (ausências de condições ótimas para a sobrevivência, incluindo a perda dos serviços que só aquele território oferece, dada a sua relação forte com os integrantes), como inclui a perda de valores culturais e sociais que o novo espaço não pode oferecer.

Referências

CONSULTEC. **Estrutura do Plano de desenvolvimento social da Vale Moçambique, S. A., no distrito de Moatize**. Maputo, 2014.

CORRÊA, Roberto L. “Territorialidade e corporação: um exemplo”. In: SANTOS, Milton; Souza, Maria A. A. de; SILVEIRA, Maria L. (Org). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 251-258.

FERNANDES, Bernardo Mançano. “Entrando nos territórios do Território”. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. pp. 273-302.

HAESBAERT, Rogério. “O território e a nova des-territorialização do Estado”. In: DIAS, Leila C.; FERRARI, Maristela (org). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular. 2011. p. 17-37.

HUMAN RIGHTS WATCH. **“O que é uma casa sem comida?”** o boom da mineração em Moçambique e o reassentamento. Estados Unidos da América, 2013

IMPACTO..**Socio-economic impact assessment for the proposed Benga Coal Mining Project in Mozambique**. Prepared on behalf of Golder Associates Africa (Pty) Ltd. Draft Report. Maputo, february, 2008.

IMPACTO; GOLDASSOCIATES; RIVERSDALE. **Projeto para o reassentamento de comunidades deslocadas na área de Muarázi, distrito de Moatize**: termos de referência do estudo ambiental simplificado. Maputo: IMPACTO, 2009.

MADER; FAO. **Lei de terras 19/97 e seus regulamentos**: português - xisena. Maputo, 2001.

MATOS, Elmer A. C. de; MEDEIROS, Rosa M. V. Acumulação por espoliação: uma reflexão sobre a sua introdução em Moçambique”. In: **Revista IDeAS - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**. Rio de Janeiro - RJ, v. 7, n. especial, 228-259. 2013.

MOÇAMBIQUE. **Contrato mineiro entre o Governo da República de Moçambique e Riversdale Moçambique limitada**. Maputo, 2009.

_____. **Contrato mineiro relativo a concessão mineira da mina de carvão de Moatize entre Governo da República de Moçambique e Rio Doce Moçambique limitada**. Maputo, 2007.

_____. **Lei nº 14/2002 de 26 de Junho - Lei de Minas**. Maputo: Boletim da República, 2002a.

_____. **Decreto nº 16/2002 de 27 de junho - Código dos Benefícios Fiscais.** Maputo: Boletim da República, 2002b.

MOSCA, João; SELEMANE, Tomás. **El dorado Tete: os megaprojetos de mineração.** Maputo: CIP, 2011.

MUNGÓI, Cláudio A. **Desenvolvimento regional no Vale do Zambeze – Moçambique em perspectiva.** 2010. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre 2010.

RAFFESTIN, Claude. “Uma concepção de território, territorialidade e paisagem”. In: PERREIRA, Sílvia R; COSTA, Benhur P. da; SOUZA, Edson B. C. de (Org). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais.** 1ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 13-23.

_____. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RDM. **Projeto de Carvão de Moatize: Estudo de Impacto Ambiental do complexo industrial de Moatize.** Volume II. Maputo, nov. 2006.

SACK, Robert D. “O significado de territorialidade”. In: DIAS, Leila C.; FERRARI, Maristela (Org). **Territorialidades humanas e redes sociais.** Florianópolis: Insular. 2011. p. 63-89.

SANTOS, Milton. “O dinheiro e o território”. In: SANTOS, Et Al. (Org). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** 3ª edição, Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 13-21

_____. “O retorno do território”. In: SANTOS, Milton; Souza, Maria A. A. de; SILVEIRA, Maria L. (Org). **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Editora Hicitec, 1994. p. 15-20.

SAQUET, Marcos A. “**Por uma abordagem territorial**”. In: SAQUET, M; SPOSITO, E. (Org.). **Território e territorialidades: teoria, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.73-94.

_____. **Abordagens e concepções de território.** 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVEIRA, Maria L. “Novos acontecimentos, novas territorialidades”. In: DIAS, Leila C.; FERRARI, Maristela (Org). **Territorialidades humanas e redes sociais.** Florianópolis: Insular. 2011. p. 39-62



A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil¹

Bernardo Mançano Fernandes
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha
João Cleps Júnior
José Carlos Dantas
José Sobreiro Filho

Introdução

Este artigo é uma análise do Relatório DATALUTA Brasil 2016, apresentado na Décima Reunião Anual da REDE DATALUTA, nos dias 5 a 9 de dezembro, no Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, campus de Presidente Prudente. Este relatório contém dados das últimas três décadas e o último ano de sistematização é 2015. Em 2017, a equipe de pesquisadores sistematizará os dados de 2016. A REDE DATALUTA é composta por onze grupos de pesquisa, com mais de sessenta pesquisadores de todas as regiões do País, formando um coletivo de pensamento que se dedica aos estudos da geografia agrária, levantando e sistematizando dados cotidianamente para que possamos acompanhar as mudanças da conjuntura da questão agrária.

Em 2016 aconteceu o golpe que destituiu o governo da presidente Dilma Rousseff, inaugurando a segunda fase neoliberal no Brasil. Este golpe mudou a

¹ Artigo originalmente publicado no BOLETIM DATALUTA, nº 109, Janeiro de 2017.

conjuntura da questão agrária pelas medidas adotadas pelo governo golpista de Michel Temer que apresentamos no contexto das diferenças e semelhanças das políticas agrárias dos governos neoliberais e pós-neoliberais. Ambos têm privilegiado as políticas voltadas ao binômio latifúndio – agronegócio e provendo minimamente as reivindicações do campesinato. Neste contexto, há uma diferença significativa dos governos pós-neoliberais com relação às políticas públicas voltadas ao campesinato. Com o golpe iniciou uma nova fase de vantagens ao agronegócio em detrimento do campesinato.

Nesta análise da mudança da conjuntura da questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil utilizamos os dados sistematizados das seis categorias do relatório DATALUTA 2016, a saber: ocupações, movimentos socioterritoriais, manifestações, assentamentos, estrutura fundiária e estrangeirização da terra. Discutimos as mudanças em cada uma dessas categorias durante os governos neoliberais e pós-neoliberal comparando as ações dos movimentos socioterritoriais e dos governos e concluímos com uma análise das políticas públicas.

Mudanças da conjuntura da questão agrária na primeira fase neoliberal e pós-neoliberal

Para uma leitura rigorosa das mudanças da conjuntura agrária nas fases neoliberal e pós-neoliberal é fundamental considerar as disputas territoriais e por modelos de desenvolvimento entre agronegócio e campesinato. Ignorar estas disputas significa desconhecer a questão agrária. Esta tem sido a atitude dos estudiosos vinculados ao paradigma do capitalismo agrário. Tanto pela falta de trabalho de campo, quanto pelo desconhecimento da questão agrária, seus textos não contribuem para pensar o Brasil agrário, servem apenas como panfletos ideológicos para defender o modelo hegemônico do agronegócio. Eles ignoram o processo de criação de um modelo alternativo pelo campesinato baseado na agroecologia e na soberania alimentar. Estes dois modelos disputam territórios no Brasil agrário. E para compreendê-los de fato, analisamos as perspectivas do campesinato e agronegócio nos governos neoliberais e pós-neoliberais por meio do debate paradigmático.

A fase pós-neoliberal (governos Lula e Dilma - 2003-2016) foi uma fase de transição do liberalismo ou um intervalo entre duas fases neoliberais, sendo a primeira fase com os governos Sarney (1985-1990), (Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e a segunda fase com o governo golpista de Michel Temer, que começou no segundo semestre de 2016. Comparando as políticas agrárias destas fases pode-

mos evidenciar suas diferenças e semelhanças e compreender as formas de resistências e as proposições do campesinato e do agronegócio, geradoras de uma conflitualidade permanente, que os estudiosos do capitalismo agrário não conseguem entender.

Estrutura fundiária

Podemos afirmar que as políticas agrárias dos governos neoliberais e pós-neoliberal garantem o controle territorial pelo binômio latifúndio – agronegócio e as políticas de desenvolvimento da agricultura, especialmente nos investimentos na produção e em tecnologias que são majoritariamente voltados para o modelo hegemônico. Começamos comparando o controle territorial para comprovar a tendência da concentração fundiária nas fases neoliberal e pós-neoliberal. Observe na tabela 1 as mudanças na estrutura fundiária desde a primeira fase neoliberal (governo Fernando Henrique Cardoso) até o fim da fase pós-neoliberal (governo Dilma Rousseff). Em primeiro lugar, observe que nas duas fases a área total das propriedades cresceu 78%, sendo que a área das propriedades com mais de 100 mil hectares cresceu 372%. Esse crescimento aconteceu principalmente na fase pós-neoliberal em que a área total das propriedades rurais passou de 49% para 87% da área total do país, em 2014, o que representaria o fim da fronteira agrícola. Esse aumento ainda será analisado comparando dados declaratórios com georeferenciamento quando mudarem as correlações de forças, por enquanto, o binômio latifúndio – agronegócio, estabelecido no congresso nacional por meio de um lobby ruralista, mantém impedimentos ao acesso às informações, para a manutenção do controle territorial que garante o poder. Esta é a “caixa preta” da questão agrária.

Tabela 1: Brasil – Mudanças da estrutura fundiária por classe de área 1998, 2003, 2010, 2011, 2012 e 2014

CLASSES DE ÁREA (ha)	1998		2003	
	Nº DE IMÓ- VEIS	ÁREA (ha)	Nº DE IMÓ- VEIS	ÁREA (ha)
TOTAL	3.586,525	415.548.886,60	4.290.531	418.483.332,30
MENOS DE 1	68.512	35.181,90	81.995	43.409,10
1 A MENOS DE 2	118.926	160.875,80	141.481	191.005,50
2 A MENOS DE 5	440.708	1.483.892,60	559.841	1.874.158,80
5 A MENOS DE 10	515.823	3.737.828,60	626.480	4.530.025,20

10 A MENOS DE 25	939.198	15.265.972,30	1.109.841	18.034.512,20
25 A MENOS DE 50	573.408	20.067.945,60	693.217	24.266.354,60
50 A MENOS DE 100	403.521	27.902.893,30	485.956	33.481.543,20
100 A MENOS DE 200	239.219	32.260.122,40	272.444	36.516.857,80
200 A MENOS DE 500	166.686	51.491.978,60	181.919	56.037.443,20
500 A MENOS DE 1000	62.643	43.317.666,40	68.972	47.807.934,80
1000 A MENOS DE 2000	30.325	41.651.744,70	35.281	48.711.363,10
2000 A MENOS DE 5000	20.120	59.497.823,80	26.341	77.612.461,90
5000 A MENOS DE 10000	4.758	33.839.004,90	5.780	41.777.204,40
10000 A MENOS DE 20000	1.648	22.485.749,70	635	8.600.834,20
20000 A MENOS DE 50000	768	22.468.684,80	294	8.502.361,60
50000 A MENOS DE 100000	154	10.504.269,00	32	2.181.546,40
100000 E MAIS	108	29.377.251,20	22	8.314.316,30
ÍNDICE DE GINI	0,838		0.816	

CLASSES DE ÁREA (ha)	2010		2011	
	Nº DE IMÓ-VEIS	ÁREA (ha)	Nº DE IMÓ-VEIS	ÁREA (ha)
TOTAL	5.181.645	571.740.919,42	5.356.425	590.716.875,33
MENOS DE 1	107.572	54.516,68	113.160	57.066,67
1 A MENOS DE 2	161.313	218.441,69	165.560	244.511,20
2 A MENOS DE 5	702.917	2.357.993,06	734.298	2.465.145,60
5 A MENOS DE 10	772.676	5.584.385,37	805.588	5.821.439,70
10 A MENOS DE 25	1.316.237	21.345.231,82	1.358.537	22.022.892,37
25 A MENOS DE 50	814.138	28.563.707,07	838.694	29.435.561,05
50 A MENOS DE 100	578.783	40.096.597,35	595.961	41.306.259,46
100 A MENOS DE 200	332.817	44.898.322,02	342.041	46.171.314,37

200 A MENOS DE 500	230.529	71.258.207,77	237.231	73.317.570,54
500 A MENOS DE 1000	85.305	59.299.369,71	85.218	59.287.289,60
1000 A MENOS DE 2000	40.046	55.269.002,25	40.454	55.876.890,16
2000 A MENOS DE 5000	31.218	91.775.306,94	31.566	92.893.149,58
5000 A MENOS DE 10000	6.084	43.642.939,54	6.099	43.730.865,46
10000 A MENOS DE 20000	1.026	14.088.771,59	1.067	14.650.668,60
20000 A MENOS DE 50000	595	17.742.882,69	608	18.008.767,32
50000 A MENOS DE 100000	131	9.131.626,72	135	9.513.092,82
100000 E MAIS	196	66.413.617,15	208	75.934.390,83
ÍNDICE DE GINI	0,838		0,839	

CLASSES DE ÁREA (ha)	2012		2014	
	Nº DE IMÓ-VEIS	ÁREA (ha)	Nº DE IMÓ-VEIS	ÁREA (ha)
TOTAL	5.498.451	597.018.808,73	6.140.118	740.401.645,78
MENOS DE 1	117.301	58.875,48	274.671	68.179,10
1 A MENOS DE 2	168.738	229.075,39	183.693	250.433,37
2 A MENOS DE 5	759.005	2.549.567,34	841.217	2.827.508,40
5 A MENOS DE 10	829.862	5.996.899,20	908.886	6.566.924,32
10 A MENOS DE 25	1.391.712	22.560.429,52	1.499.140	24.305.032,47
25 A MENOS DE 50	860.300	30.210.990,87	932.481	32.802.217,70
50 A MENOS DE 100	611.745	42.414.477,17	665.642	46.170.133,05
100 A MENOS DE 500	593.026	122.332.189,00	645.700	133.446.464,51
500 A MENOS DE 1000	85.437	59.426.508,45	93.658	65.276.368,53
1000 A MENOS DE 2000	41.206	56.933.642,14	48.234	66.717.495,31
2000 A MENOS DE 5000	31.865	93.781.039,50	36.639	108.793.966,83

5000 A MENOS DE 10000	6.157	44.106.421,27	7.100	50.696.144,66
1000 A MENOS DE 20000	1.113	15.263.453,08	1.591	21.770.955,74
20000 A MENOS DE 50000	627	18.502.428,82	879	26.261.973,04
50000 A MENOS DE 100000	138	9.701.272,64	222	15.806.316,49
100000 E MAIS	219	72.951.538,86	365	138.641.532,26
ÍNDICE DE GINI	0,833		0,860	

Fonte: DATA LUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2016. WWW.fct.unesp.br/nera

Neste período, a área das propriedades de até 100 hectares (predominantemente camponesas) cresceu 65% enquanto a área das propriedades de mais de 100 hectares cresceu 81%. A territorialização camponesa segue em ritmo menor que a territorialização do agronegócio sobre os latifúndios e terras públicas por causa da grilagem e do processo de estrangeirização de terras com a intensificação da aquisição e arrendamento de terras pelo capital internacional. O índice de Gini aumentou mantendo a intensificação da concentração fundiária. Estes dados corroboram que os governos neoliberais e pós-neoliberais, em alianças políticas com o binômio latifúndio – agronegócio, fortalecem o modelo hegemônico de desenvolvimento agroextrativista mantendo o Brasil em uma posição subalterna na divisão da produção de commodities em escala mundial.

Ocupações

As únicas forças que se contrapõem ao modelo hegemônico são os movimentos camponeses e os movimentos indígenas que lutam permanentemente pela terra e disputam território na construção de uma modelo alternativo. As ocupações de terras, a resistência na terra e as retomadas de terras e territórios são exemplos de resistência e enfrentamento com o binômio latifúndio – agronegócio. No gráfico 1 observamos duas ondas de aumento e diminuição das ocupações de terra, uma onda na primeira fase neoliberal e outra na fase pós-neoliberal. Estas duas ondas explicitam as diferenças das políticas neoliberais e pós-neoliberais para tratar a questão agrária. A primeira onda aconteceu no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) quando a crise econômica e a organização dos movimentos camponeses resultou no crescimento da luta pela

terra. Observe que as lutas cresceram entre 1995 e 2000, quando o governo Fernando Henrique Cardoso afirmava que faria a reforma agrária no Brasil, o que significava nada mais do que assentar as famílias acampadas. Não havia um projeto de reforma agrária com o objetivo de desconcentrar a estrutura fundiária. Ao contrário, a reforma agrária era apenas uma política social e não uma política estratégica para o desenvolvimento da agricultura.

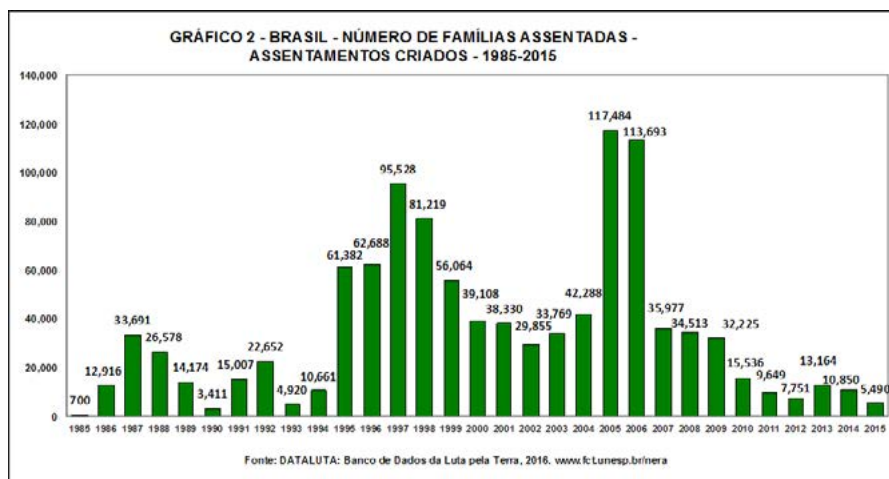


Seguindo a lógica do ocupar para assentar, aumentou o número de famílias em ocupações enquanto o governo aumentava o número de famílias assentadas. Todavia, o aumento das ocupações de terras pressionou o governo que desistiu de fazer a reforma agrária e criou a medida provisória número 2.109-49, de 23 de fevereiro de 2001, para criminalizar as ocupações de terra. Este ato teve impacto imediato na diminuição das ocupações que se seguiu até o fim da primeira fase neoliberal. A segunda onda começou com a fase pós-neoliberal, em 2003 com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro trabalhador eleito presidente da República. Lula havia prometido fazer a reforma agrária, mas já na elaboração do plano estava claro que a reforma agrária de Lula não seria muito diferente da reforma agrária de Fernando Henrique Cardoso, ou seja, não desconcentraria a estrutura fundiária. Lula não utilizou a medida provisória de criminalização da luta pela terra, mas também não a suprimiu. Lula também tratou a reforma agrária como uma política social, uma forma de ajudar os sem-terra, como mais uma política de distribuição de riqueza. Depois de dois anos de crescimento do número de famílias em ocupações, voltou a diminuir até o fim do governo Dilma e apresentar tendência de uma nova onda, resultado da crise econômica, do golpe político e do início da segunda fase neoliberal.

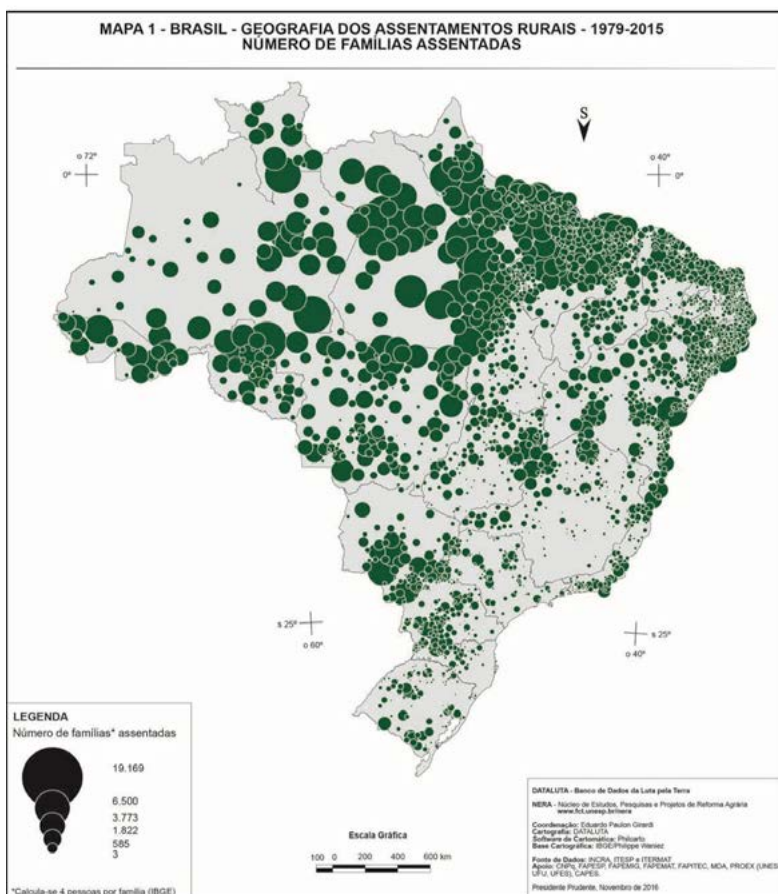
O crescimento econômico e as políticas de distribuição de renda das duas gestões do governo Lula e da primeira gestão do governo Dilma melhoraram a qualidade de vida da população pobre e diminuíram o número de famílias em ocupações terras. Neste ponto é necessário explicar o que é reforma agrária para o neoliberalismo e ao pós-neoliberalismo. Para o neoliberalismo é uma política compensatória, que tem o objetivo de compensar os camponeses pela concentração de riqueza, em que o capital faz uma pequena concessão territorial como condição de subordinar os camponeses ao modelo hegemônico de desenvolvimento da agricultura. Para o pós-neoliberalismo é uma política de distribuição de terras para a produção da renda familiar por meio de um conjunto de políticas públicas voltadas ao mercado institucional, ao mercado capitalista e ao fortalecimento da agroindústria familiar, entre outras.

Assentamentos

Nem os governos neoliberais e tampouco os governos pós-neoliberais veem a reforma agrária como uma política estratégica para um modelo de desenvolvimento alternativo. A reforma agrária é uma iniciativa das lutas camponesas que por meio da luta pela terra se especializam e se territorializam criando conflitualidades como o modelo de desenvolvimento hegemônico. O gráfico 2 também mostra as duas ondas de crescimento da luta em que mais de um milhão de famílias conquistaram terra e território, em um processo de criação do camponato por sua própria luta ampliando a participação da agricultura camponesa e familiar, condição estratégica para a produção agroecológica, fornecendo alimentos saudáveis para uma sociedade cada vez mais urbanizada.



As lutas pela terra e pela reforma agrária são lutas por territórios materiais e imateriais. Territórios materiais são as frações do território nacional que somam mais de um milhão e cento e vinte mil unidades familiares que ocupam uma área de mais de oitenta e dois milhões de hectares como demonstrado no Mapa 1. Territórios imateriais são políticas públicas emancipatórias ou de subordinação. As lutas camponesas geram e são geradas em novos espaços, criando territórios materiais e imateriais, num contínuo e inseparável processo de espacialização e territorialização. São sujeitos criando espaços que criam sujeitos que criam territórios materiais e imateriais e são criados pelos territórios. Nesta perspectiva, o território não é plano - unidimensional, não é somente uma superfície, uma área, como aparece na maior parte dos textos de sociologia, economia, história e até mesmo de geografia. O território é multidimensional, abrangente é terra e gente, coisa e objeto, material e imaterial, tudo e todos, espaço e tempo, território é uma totalidade, uma realidade.



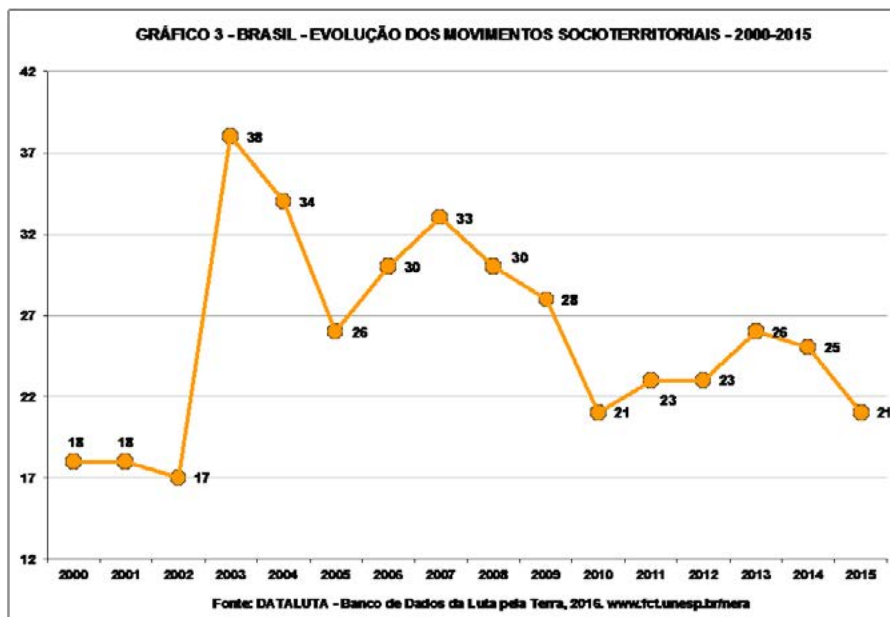
Movimentos socioterritoriais

Os movimentos socioterritoriais representam não somente a multiplicidade de pautas, as problemáticas e complexidade da questão agrária, mas também a diversidade de territorialidades, as distintas posturas político-ideológicas e, dentre outros aspectos, os projetos de produção do território por meio da correlação de forças e representação de posicionalidades socioespaciais. Sua(s) existência(s) bem como o surgimento de novas organizações significa(m) não somente a resistência de um problema agrário, mas também a importância de transformação articulada na e da pluralidade dos espaços e a necessidade de uma nova forma de produção do espaço contra-hegemônico e humanizado. Diferentemente dos partidos políticos, do capital e outras formas de instituições/agentes que promoveram/direcionaram a produção do espaço, os movimentos socioterritoriais emergem como sujeitos protagonistas díspares, despontando na construção de uma forma alternativa de organização e produção do território.

A conjuntura criada pelo golpe de 2016 apoiado e legitimado por parcela da sociedade civil, apresenta-se para os movimentos socioterritoriais de maneira adversa, pois caracteriza-se enquanto um evento hostil antidemocrático que compreende a histórica agenda repressiva das classes dominantes, cujo desdobramento apresenta potencial para se verter em uma maior redução da diversidade das organizações que lutam pela reforma agrária e promovem a resistência no campo. Pelos processos repressivos já experimentados no Brasil, o acirramento da questão agrária poderá se verter em 2016 e 2017 na intensificação da luta popular no campo, na insurreição de novas organizações e no resgate de velhas e constantes pautas de luta em espaços alhures, em relação a 2015, e levadas adiante por novos movimentos ou pela espacialização ou re-espacialização e territorialização dos já estabelecidos.

Em termos gerais, temos um processo de redução do número de movimentos camponeses nos últimos 13 anos com queda de 38 para 21 movimentos socioterritoriais desde 2003 até o ano de 2015 (Gráfico 3), sendo que apenas 7 destes realizaram ocupações de terras em mais de uma UF: CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (3); FNL – Frente Nacional de Lutas (2); Movimentos Indígenas (8); MST (17); OI (8); e Quilombolas (2). Objetivamente, a diversidade de movimentos em 2003 estivera atrelada ao contexto de transição política do Governo FHC para o Governo Lula, sendo que a diversidade se justificava tanto por conta das dissensões nos movimentos camponeses socioterritoriais quanto também por conta da ampla oportunidade política lastreada na expectativa de realização de um governo popular e, portan-

to, plural. O não cumprimento das promessas de campanha dos governos Lula e Dilma também se verteu no declínio do número de movimentos socioterritoriais do campo, configurando atualmente um momento de redução da diversidade de organizações em 2015.



Na atualidade, tal circunstância denota uma conjuntura de baixa articulação para além das UF's e uma redução também dos movimentos socioterritoriais novos e efêmeros, fato que tende a se acirrar com a maior repressão promovida pelo Golpe Político de 2016, ou seja, possibilitando assim tanto um maior processo de desmobilização quanto de desarticulação e complicando ou até impedindo o surgimento, crescimento e desenvolvimento de ações e organizações a nível interestadual e/ou nacional pelos movimentos socioterritoriais novos e/ou em desenvolvimento, possibilitando maior destaque para os movimentos já estabelecidos e com maior experiência histórica. No entanto, esta realidade também emerge a necessidade de retomada, articulação em redes campo-cidade-florestas e re-espacialização da luta popular dos movimentos socioterritoriais camponeses nos espaços opacos de luta. Em outras palavras, este processo pode significar tanto uma maior redução da pauta política no campo, sobretudo referente à reforma agrária, e redução da diversidade de territorialidades organizadas em forma de Movimentos Socioterritoriais quanto também a necessidade de movi-

mentos socioterritoriais novos e já estabelecidos e parcialmente territorializados de retornarem à condição de intensificação da luta em espaços históricos de concentração e de expansão do agronegócio no campo.

Outro fato importante a ser destacado é a concentração da diversidade de movimentos socioterritoriais em algumas UF's bem como a escassez em outras, tal como podemos ver: Minas Gerais (6); Goiás e Paraná (5); Maranhão e Rio Grande do Sul (4); São Paulo, Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e São Paulo (3); Pará, Rondônia, Tocantins, Alagoas, Paraíba, Distrito Federal e Espírito Santo (2); Acre, Amazonas, Roraima, Ceará, Pernambuco e Santa Catarina (1); Amapá, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Rio de Janeiro sem registros. Destaca-se que as UF's com maior diversidade estão na região Centro-sul, onde o capital já está historicamente consolidado, e as menores ou ausentes de ações, majoritariamente, nas regiões Norte e Nordeste onde o agronegócio avança expressivamente em período mais recente.

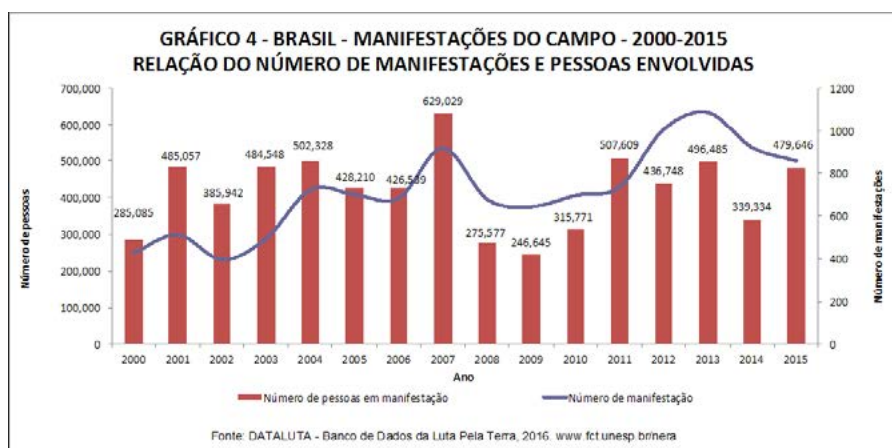
É inegável que o MST, mesmo com um conjunto de dissensões, ainda é o movimento socioterritorial com maior expressão de ações realizadas no campo. No entanto, mesmo que o movimento já tenha realizado ações em 24 UF's entre o período de 2000-2014, em 2015 foram realizadas apenas em 17 UF's, ou seja, deixando de realizar ações em 7 UF's, sendo 4 delas na região Nordeste (Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), duas na região Norte (Rondônia e Roraima) e uma no Sudeste (Rio de Janeiro). Ainda no tocante a esta conjuntura é imprescindível destacar o crescimento expressivo dos Movimentos Socioterritoriais Indígenas, sobretudo no estado do Mato Grosso do Sul, por conta do aumento da repressão promovida pela oligarquia rural. Ao todo foram realizadas 31 ocupações indígenas – majoritariamente referentes à pauta de demarcação de terras indígenas - com participação de um total de 1.227 famílias, sendo que somente o estado do Mato Grosso do Sul concentrou 21 ocupações (67,74%) com o total de 794 famílias (64,71%). Tais dados destacam o estado do Mato Grosso do Sul como um dos espaços mais conflituosos no tocante à territorialidade indígena e violência explícita sofrida e, cuja, situação diante do fortalecimento dos latifundiários aos auspícios do Golpe político de 2016, poderá se verter em um espaço de violações ainda maior.

Tal processo associado à circunstância de golpe de 2016 poderá significar um retrocesso ainda maior no sentido de fazer com que os movimentos tenham que lutar para retomar pautas perdidas ou em “vias de perder-se” (democracia, reforma agrária, direitos, políticas públicas etc.) em detrimento de uma luta por pautas novas e/ou atuais. Em outras palavras desponha-se, à priori, um horizonte que destaca a necessidade de resistência na luta de um modo ainda mais acirra-

do em detrimento do objetivo de avançar nas pautas existentes e na proposição de novas, contudo sabe-se da imprescindibilidade de desenvolver ambas estratégias associadas ao avanço dos processos de re-espacialização da luta e desenvolvimento da articulação dos movimentos em redes campo-cidade-florestas de solidariedade a nível nacional. O golpe de 2016 apresenta para os movimento a imprescindibilidade de pensar em retomar alguns movimentos, movimentar-se em alguns espaços já conhecidos e criar novos movimentos.

Manifestações²

As manifestações do campo, chamam atenção desta problemática para os centros urbanos, reivindicando uma série de demandas necessárias e imprescindíveis voltadas ao desenvolvimento territorial camponês. Todas as manifestações registradas pelo DATALUTA em 2015 possuem estreita relação com a questão agrária. No ano foram registradas 858 manifestações no campo brasileiro, envolvendo um total de 479.646 pessoas. Mesmo com um número pouco inferior de manifestações em relação a 2014 (922), o ano de 2015 registrou um representativo crescimento no número de participantes, com um aumento de 140.312 pessoas no comparativo entre os dois anos (Gráfico 4).



Em 2015, as unidades federativas com maior registro de manifestações foram: 1º DF (70); 2º MG (64); 3º PR e MT (62); 4º PA e MS (55); 5º SP e PB (54) e 6º BA (49). A maior parte dessas manifestações estava relacionada à refor-

² Agradecemos a contribuição do professor Cliff Andrew Welch nesta parte do texto.

ma agrária. No Distrito Federal, das 70 manifestações, 26 referem-se à questão indígena que reivindicaram a demarcação de terras e 19 à reforma agrária. Em Minas Gerais, das 64 ações, 26 foram bloqueios de rodovias e estavam relacionadas à reforma agrária. No Paraná, das 62 ações, 45 manifestações estavam ligadas à reforma agrária, predominando as ocupações de praças de pedágios, com 24 ações. No Mato Grosso, das 62 ações, 17 estavam relacionadas à reforma agrária e 15 procuravam cumprimento de acordos. Dentre as estratégias, destacam-se os tipos de bloqueio de rodovia (29) e concentração em espaço público (12). Em Mato Grosso do Sul, das 55 ações, 25 estavam foram pela reforma agrária e 10 pela demarcação e terras indígenas, predominando bloqueios de rodovia como forma de protesto. Em São Paulo, das 54 ações, 28 manifestações também foram relacionadas à reforma agrária, dos quais 17 eram ocupações de prédios públicos. Na Paraíba, das 54 ações, 36 foram pela reforma agrária, predominando como estratégia de luta os bloqueios de rodovias. Na Bahia, as ações são diversificadas em termos de reivindicação, com relativo destaque para o problema das barragens por meio da atuação do Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB. As marchas e caminhadas também reivindicaram a reforma agrária. Em todo país, no ano de 2015, ocorreram 62 marchas ou caminhadas, sendo a metade ligadas principalmente, à reforma agrária.

O bloqueio de rodovia foi caracterizado como a forma mais comum das manifestações em 2015, representando mais de 1/3 (270) no campo e nas cidades, também com o bloqueio de ferrovias e avenidas. O segundo tipo se refere a ocupação de prédio público, atingindo a marca de 197 ações. A questão da terra predomina nas manifestações, apresentando 552 registros, seguida pela questão indígena (151) e água (105). Estes três tipos de manifestações representaram 808 atos ou 94%. As manifestações agregam uma grande e variada gama de formas e tipos, com destaque para a reforma agrária, principal reivindicação popular dos povos do campo e das florestas. É importante destacar que várias manifestações não têm registro completo, o que faz com que o número de participantes seja menor do que o real. Só no ano de 2015, foram computadas 283 registros dessa natureza.

As romarias e marchas são os tipos de manifestações que mais agregaram participantes. A Marcha das Margaridas, em Brasília, reuniu cerca de 70 mil pessoas no mês de agosto. A 12ª Romaria da Terra e das Águas organizada pela CPT em outubro, no Maranhão, agregou por volta de 30 mil pessoas. O ato público organizado pela ASA, Contag, MPA e MST ocorrido em Juazeiro denominado Semiárido Vivo: Nenhum Direito a Menos, reuniu 15 mil pessoas na Bahia. Juntas, só essas 3 manifestações somam 115 mil pessoas, o que representa pouco

mais de 24% de todas as manifestações registradas em 2015.

O golpe acometido contra Dilma Rousseff e a presente conjuntura das manifestações mostram a tendência do aumento da pressão popular dos movimentos socioterritoriais no governo Dilma depois de sua reeleição. É evidente que, apesar da legenda petista, o governo Dilma foi um dos piores em termos do estabelecimento de assentamentos desde a promulgação da Constituição de 1988, instrumento jurídico que imbuíu o governo federal como o responsável pelo avanço da política de reforma agrária. As manifestações chamaram a atenção do governo e do público em geral para as contradições do governo. Seus dois mandatos basearam-se em promessas e expectativas. O crescimento da pressão pela realização da reforma agrária, pela demarcação de terras indígenas e contra as barragens hidroelétricas, também aumentaram a pressão da oligarquia rural e dos seus aliados para minar o governo através de ações da bancada ruralista junto ao Congresso Nacional. O cenário para o ano de 2016, além das manifestações relacionadas aos problemas políticos do País, também emergiram os gritos daqueles que pereceram ou tiveram suas vidas afetadas em função da lama que destruiu a bacia do Rio Doce, em Minas e Espírito Santo.

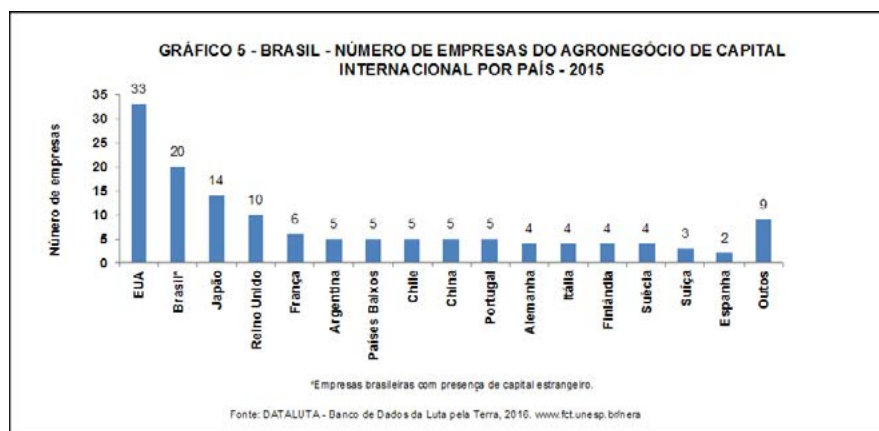
As manifestações no campo são de importância fundamental na análise da conjuntura política atual e evidenciam parte da complexa trama que envolve a questão agrária brasileira, regimentada historicamente por lutas e resistências. Com a derrubada da presidente eleita democraticamente, a perspectiva é que a mobilização popular se intensifique e, conseqüentemente, as manifestações no campo aumentem. Por outro lado, o horizonte é sombrio para diversos segmentos da sociedade brasileira, o que também pode vir a frear a pressão social diante do tratamento que o atual governo vem atribuindo às manifestações populares. Em poucos meses, o governo golpista já contabiliza inúmeros retrocessos - a extinção do MDA, a reforma previdenciária e as mudanças na aposentaria rural, o novo decreto que prevê alterar as regras para a demarcação de terras indígenas e a liberação da compra de terras para estrangeiros.

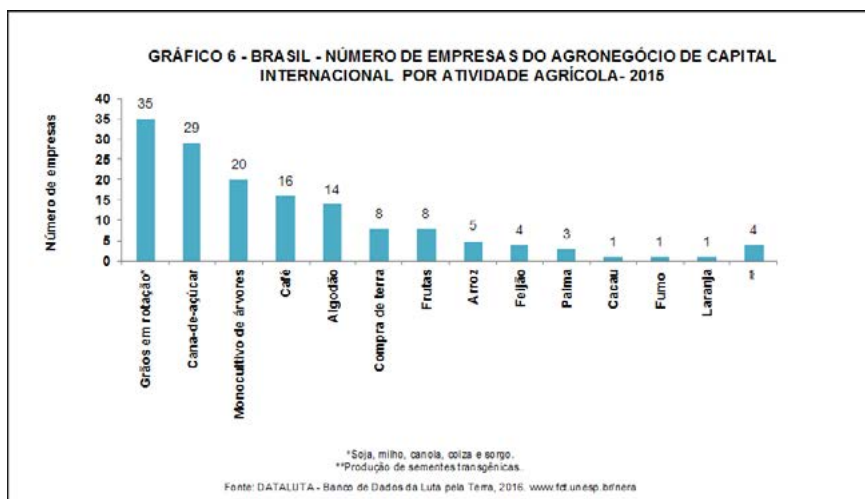
Estrangeirização da terra

O Relatório DATALUTA Brasil mostra que o processo de estrangeirização de terras no Brasil tem pelo menos capitais de vinte e três países, sendo quatro das américas (Canadá, Estados Unidos, Chile e Argentina) treze da Europa (Alemanha, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Países Baixos, Portugal, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça) quatro da Ásia (China, Índia, Japão e Singapura) um do Oriente Médio (Israel) e um da África (Nigéria). Há diver-

sas formas de relações desses capitais com o capital brasileiro para que possam explorar as possibilidades do binômio latifúndio-agronegócio. São relações que possibilitam investimentos, compra e arrendamento, parcerias, logística, tecnologia etc.

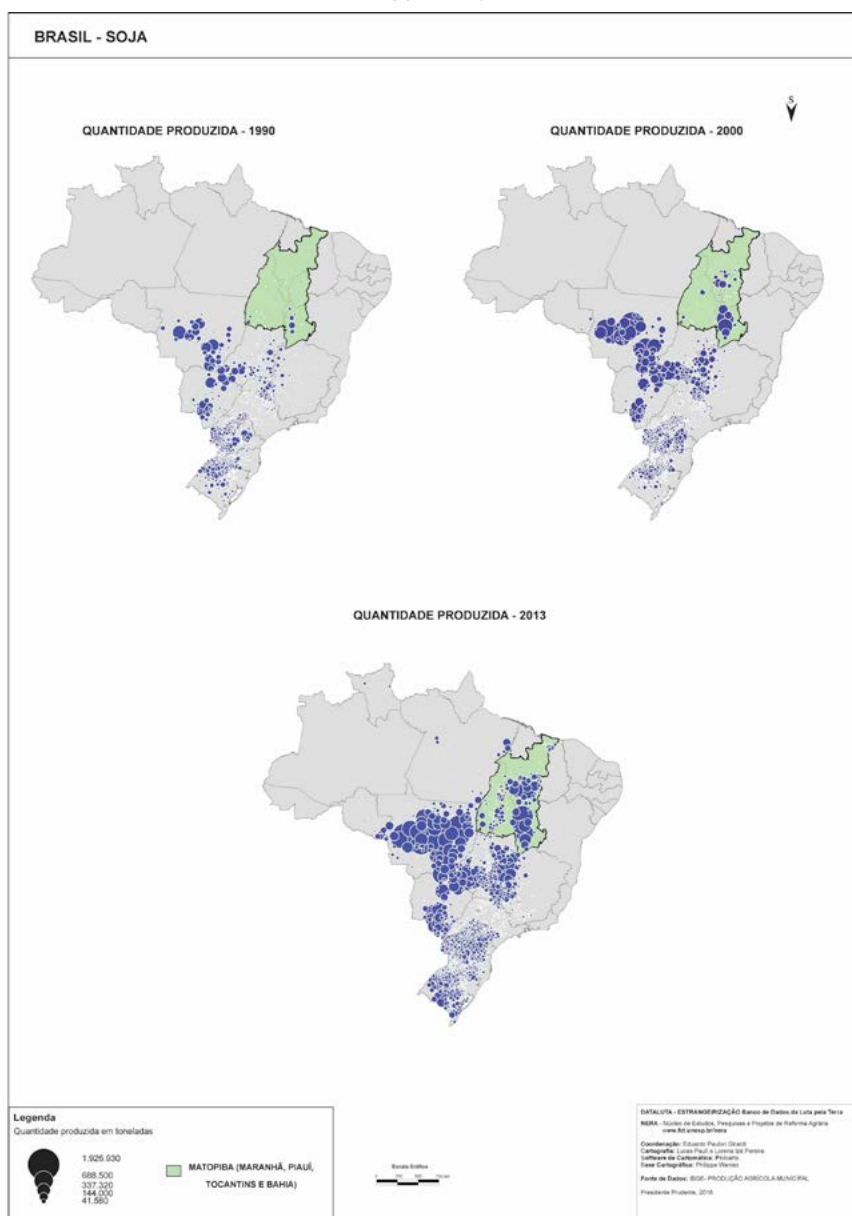
O gráfico 5 mostra os Estados Unidos com maior número de empresas do agronegócio atuando no Brasil. Continua sendo o país que mais tem investido, seguido do Japão, Reino Unido, França, Argentina, Países Baixos, Chile, China, Portugal, Alemanha, Itália, Finlândia, Suécia, Suécia, Suíça e Espanha. As empresas brasileiras associadas ao capital estrangeiro ocupam o segundo lugar no ranking. A associação ao capital nacional possibilita a expansão do capital internacional, porque esta relação permite tanto o uso das estruturas existentes como a criação de novas estruturas, logística, produção, aquisição, aluguel etc. O gráfico 6 mostra que os principais investimentos são nas commodities: soja, milho, canola, colza, sorgo, cana de açúcar e monocultura de árvores. Além da produção de commodities de caráter agroextrativista, a terra e a produção de sementes transgênicas estão entre os principais investimentos, reforçando o caráter de modernização da plantation na “república de commodities” para a territorialização do agronegócio. No Brasil, na primeira fase do neoliberalismo, uma nova região foi criada para incrementar os investimentos do agronegócio, que recebeu amplo apoio dos governos pós-neoliberais.





Através da lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, foi criada a região do MATOPIBA, com área de 73.173.485 hectares e envolve os territórios de 337 municípios dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia. Este ato foi uma articulação composta pelo governo Fernando Henrique Cardoso, organizações representativas das corporações e partidos políticos que definiram uma área entre as regiões Nordeste e Norte para promoverem a expansão do agronegócio. Esta estratégia não foi usada para fazer a reforma agrária, que somente aconteceu por causa da luta pela terra. Embora as ocupações de terras tenham pressionado os governos neoliberais e pós-neoliberais para fazerem a reforma agrária, estas lutas não conseguiram criar uma correlação de forças suficiente para implementá-la como uma política estratégica para o desenvolvimento da agricultura camponesa. Isso demonstra que somente o agronegócio é a política estratégica para os governos neoliberais e pós-neoliberais, que enviaram vários ministros ao exterior para expor as facilidades de acesso à terra no Brasil, especialmente no MATOPIBA. Este é um exemplo da rede complexa formada pelo agronegócio que envolve governos corporativos. No mapa 2, apresentamos o processo de territorialização da soja no Brasil com destaque para a região do MATOPIBA nos anos 1990 a 2013 que representa as fases neoliberal e pós-neoliberal. O processo de expansão acontece nas duas fases com apoio dos governos que promoveram uma ampla reforma fundiária abrindo a porteira para o capital internacional, confirmando a hegemonia do modelo de desenvolvimento do agronegócio.

Mapa 2 – Territorialização da soja no Brasil com destaque para a região do MATOPIBA – 1990-2013



Todavia, a região do MATOPIBA não é somente território do agronegócio. É território em disputa com intensos conflitos de terras marcados pela grilagem e violência contra povos indígenas e camponeses. As disputas territoriais estão

cartografadas na sobreposição das agriculturas camponesas e o agronegócio, como pode ser observado na comparação dos mapas 1 e 2. Para superar a intensificação das desigualdades criadas pelo modelo hegemônico será preciso enfrentar questões como: impacto territorial da monocultura em grande escala para exportação, concentração fundiária, reforma agrária, preservação das florestas, qualificação do trabalho, soberania alimentar, qualidade dos alimentos, tecnologias apropriadas, modos de produção, diferentes tipos de mercados. A superação não acontecerá com políticas agrárias homogêneas a partir do paradigma hegemônico, mas sim pela diversidade de modelos, considerando o potencial estratégico da agricultura camponesa.

Políticas públicas

Políticas públicas para o campesinato é uma criação recente, do final do século XX. Os latifundiários sempre dominaram as políticas para o desenvolvimento da agricultura desde a criação do Ministério da Agricultura, em 1860, antes da libertação dos escravos que aconteceu em 1888. Os escravos libertos, os nativos e os migrantes da Europa e da Ásia são sujeitos históricos que compuseram a formação do campesinato brasileiro, que lutaram e trabalharam por mais de um século sem acesso a uma política voltada à agricultura camponesa. Somente em 1986, foi criada a primeira política pública de apoio para a agricultura camponesa, denominado de Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA, resultado da luta pela terra e pelo território. O PROCERA era uma política exclusiva para os camponeses dos assentamentos de reforma agrária, que representam uma parcela dos camponeses brasileiros. Embora fosse um avanço, por ser a primeira política que diferenciava os camponeses dos capitalistas, não atendia a todo o campesinato. O PROCERA fomentou a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural - PROVAP, em 1994, que foi o precursor do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, criado em 1996 e que deveria ser uma política para o campesinato em geral, todavia, nunca atendeu a este objetivo.

A criação de políticas públicas para o campesinato que aconteceram na primeira fase neoliberal (1985-2003) analisada pelo debate paradigmático mostra a zona de sobreposição entre os paradigmas do capitalismo agrário e da questão agrária na figura 1. Observe que a tendência da agricultura familiar no paradigma do capitalismo agrário tem parte sobreposta à tendência da agricultura camponesa no paradigma da questão agrária. As diferenças e semelhanças estão na direção das políticas públicas, que podem ser usadas para subordinar ou para

emancipar o campesinato. A tendência paradigmática da agricultura familiar é de elaborar políticas que subordinem o campesinato ao agronegócio. A tendência paradigmática da agricultura camponesa é de criar políticas que emancipem o campesinato diminuindo esta dependência. São direcionalidades resultantes de intencionalidades. O que significa dizer que as políticas públicas criadas na fase neoliberal podem ser disputadas com a intenção de tentar mudar seu sentido, ou seja diminuir o grau de dependência ao capitalismo e ao pensamento neoliberal. Um exemplo desta disputa é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

O PRONERA foi criado em 1998, durante o governo Fernando Henrique Cardoso e também se tornou referência para a criação de novas políticas educacionais para a agricultura familiar e para o desenvolvimento dos territórios camponeses. Na fase pós-neoliberal foram criadas novas políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR que estão entre as políticas emancipatórias do governo Lula, e o Programa de Agroindustrialização em Assentamentos da Reforma Agrária – TERRA FORTE criado no governo Dilma Rousseff. Políticas de crédito, educação, produção, moradia, mercado e indústria para os territórios camponeses são condições básicas para o desenvolvimento de um modelo alternativo. A luta contra o modelo hegemônico tem acontecido na fase neoliberal e na fase pós-neoliberal, constituindo-se em marcas territoriais de resistência e emancipação. Ocupar a terra e desenvolver um modelo alternativo por meio da agroecologia, produzindo alimentos saudáveis tem sido o caminho da inovação camponesa em que o empreendedorismo tem o sentido da luta contra o capital, mantendo a natureza do campesinato de ser ele mesmo.

Conclusões

Com o golpe neoliberal iniciou um conjunto de medidas nefastas pelo governo golpista nos diversos setores que compõem a sociedade brasileira, desde áreas como a educação e a saúde até a previdência social, o que reflete num processo intenso de ataque aos direitos conquistados pela classe trabalhadora ao longo da história do país. O Brasil agrário também não está distante desses ataques.

O campo brasileiro continua sendo marcado pela concentração fundiária, reflexo do desigual processo de acesso à terra que favorece uma pequena parcela da sociedade brasileira. Somado à estrutura fundiária concentrada observa-se

uma redução no número de assentamentos rurais que são criados a cada ano no Brasil, os quais se constituem enquanto territórios de produção da vida e de alimentos para o povo brasileiro. Este processo, sem dúvidas, contribui para a estagnação da reforma agrária no Brasil e busca frear a luta pela terra promovida pelos povos do campo.

No plano institucional também aparecem medidas decisivas que prestam desserviços à classe trabalhadora e, mais precisamente, aos povos do campo brasileiro. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA deixa clara a postura elitista representada pelo atual governo golpista, visto que o MDA se caracterizava pela promoção de políticas públicas voltadas aos camponeses e aos movimentos socioterritoriais, o que contribuía para a tentativa da diminuição das desigualdades sociais expressas nos espaços rurais deste país. A extinção do MDA reforça o posicionamento do governo golpista na escolha de qual modelo de produção de alimentos deve ser priorizado para o deslocamento de políticas públicas no Brasil: o agronegócio.

Além da extinção do MDA, passam a surgir editais municipais voltados ao cadastro, via internet, de famílias que desejam adquirir terras para nelas trabalharem. Esta medida está relacionada à compra e venda de terras sem que haja um processo de reivindicação de movimentos socioterritoriais populares organizados, que passam a não mais questionar a função social da terra (prevista na Constituição Federal de 1988) de grandes grileiros e latifundiários e estimulam o arrefecimento da luta pela terra no Brasil.

Entre as medidas do governo golpista que estão relacionadas ao campo brasileiro também estão presentes ações que afetam a sociedade brasileira como um todo, bem como o espaço agrário deste país, em última instância, a exemplo do Projeto de Emenda Constitucional – PEC nº 55, mais conhecido como a PEC do teto. A PEC 55 prevê a retirada de direitos sociais em áreas como educação, saúde, previdência social etc. com o objetivo de recolocá-los como serviços para atender ao setor privado e para favorecer o processo de mercantilização dos serviços públicos que devem ser oferecidos pelo Estado.

As medidas adotadas pelo governo golpista aumentam ainda mais a desigualdade social com ataques aos direitos conquistados pela classe trabalhadora. Em contra partida aumenta a resistência dos movimentos populares criando um novo cenário político para esta segunda fase dos governos neoliberais.



A Desterritorialização e Reterritorialização das famílias atingidas pela implantação da Usina Hidrelétrica de Itá – oeste de Santa Catarina

Jaime Fogaça

Introdução

O deslocamento de comunidades e cidades inteiras para que sejam construídas usinas hidrelétricas (UHE) nos rios que banham o território brasileiro tem sido uma política econômica praticada desde a década de 20. Desenvolver uma fonte de recursos altamente lucrativa para os investidores em UHE passou a ser o principal objetivo do desenvolvimento econômico desse período, aliado ao favorecimento de empreendedores brasileiros e estrangeiros para que pudessem aplicar seus recursos financeiros nas bacias hidrográficas brasileiras e retirar delas significativos lucros. Atualmente, ainda são os rios brasileiros a grande fonte de riqueza e lucro para os investidores em produção de energia elétrica em nosso território.

Por conta desse processo é que cidades como Itá, no oeste de Santa Catarina, foram atingidas com a implantação de uma Usina Hidrelétrica. O município que foi constituído pela população ficou submerso pelas águas da barragem da usina, a população foi relocada para a cidade nova, construída pelas empresas empreendedoras, e para reassentamentos rurais nos estados do Paraná e Santa Catarina. Em meio a muitas situações de conflito gerado entre a população atingida e todos os envolvidos na construção da usina, desenvolveu-se o processo de desterritorialização dessas famílias. As negociações foram avançando, até chegar o momento em que as famílias foram indenizadas e tiveram que sair de suas casas

e terras sem a possibilidade de impedir que a UHE fosse construída. Em muitos momentos as negociações se tornaram tensas, mas também havia um grupo de moradores de Itá que concordavam com a implantação da Usina. Diante dos argumentos políticos e promessas de “progresso” concordavam com os empresários e assim, muitos conflitos foram estabelecidos.

A pesquisa permitiu desenvolver e aprofundar questões referentes à produção de energia elétrica no Brasil e suas consequências diretas tanto no que se refere aos aspectos políticos como econômicos e sociais. Uma ênfase maior foi dada aos impactos sociais decorrentes da instalação da Usina Hidrelétrica de Itá.

Como pontos significativos foi possível destacar alguns aspectos importantes para o desenvolvimento desse trabalho: o controle da natureza através da implantação de UHEs, ocupando uma área territorial incalculável e atingido milhões de pessoas em todo o mundo; as estratégias de desenvolvimento econômico, traçadas até a década de 70, que tiveram como referência desse desenvolvimento as barragens e alimentaram o setor através da construção de UHEs; como também, a política energética brasileira documentada através do plano 2015, elaborado pela ELETROBRÁS, que estabelece para o Brasil a implantação de 494 complexos usinários.

Para compreender o complexo processo, busco nas abordagens dos autores da Geografia os conceitos de espaço e território fundamentam a discussão sobre a desterritorialização e a reterritorialização. As contribuições no campo da Sociologia e Antropologia são muito importantes para verificar o sentimento que permeou essas famílias no momento que tiveram submersas suas casas, seus estabelecimentos comerciais, seus prédios históricos e suas marcas no território constituído por elas. Esse diálogo com os autores me permitiu perceber como as pessoas ocupam os espaços geográficos, tornando-os parte de sua vida e construindo as relações sociais que passam a constituir a identidade daqueles que ali se fixaram.

A cultura, a vivência social, o trabalho, a religião, a família são alguns dos fatores de maior importância para que as populações se territorializem. Isso corrobora com a defesa da afirmação de que a desterritorialização aqui estudada desencadeou significativos sintomas de depressão, tristeza, angústia e ansiedade nas famílias que tiveram sua história submersa pela construção da UHE de Itá.

O espaço como objeto de estudo da Geografia, e também das demais Ciências, é o elemento que fundamenta os objetivos que cada população busca para organizar seu território, desenvolvendo o modo de vida que lhes é satisfatório. Por isso Itá tornou-se um dos principais estudos de caso em vários lugares do

Brasil e do exterior, pois toda a cidade foi destruída para que o lago da UHE ocupasse aquele espaço. Porém, na memória das famílias que ali moravam, Itá continua existindo com suas ruas, casas, igreja, praça e, principalmente, com a mesma forma de quando viviam naquele território.

O espaço territorial de Itá foi a arena dos principais conflitos entre famílias organizadas, construtores e polícia. Através desses conflitos, alguns direitos dos trabalhadores, principalmente do campo, ficaram garantidos por terem que deixar suas terras. O estudo do espaço e do território como objetos da Geografia, somado ao diálogo com a Sociologia e com a Antropologia, me proporcionaram ver e analisar o quanto nenhum desses fatores foi respeitado no momento em que se decidiu que a usina seria construída naquele espaço, que era de moradia e propriedade daquelas famílias. Porém, cabe sempre lembrar que muitas das famílias concordaram com o projeto usinário, mesmo sem saber que mais tarde outras consequências iriam se somar à memória do território submerso.

Entretanto foram essas áreas do conhecimento que proporcionaram uma visão mais próxima do real significado de ser um atingido. Se na abordagem de Castells (2002) identidade está no processo de construção de significados que são abastecidos pela cultura e pela inter-relação, ao qual dão outros significados, então, em Itá, a identidade da população que habitava a antiga cidade não foi respeitada e reconhecida como elemento que estaria sofrendo o impacto das ações externas ao conjunto das identidades que formavam a cidade. Elementos que só foram se expressar quando viram o cenário de destruição de tudo que compunha a histórias daqueles sujeitos.

O trabalho de campo, que realizei em três etapas, permitiu através das entrevistas perceber como os munícipes que foram morar na cidade nova de Itá, residentes na área urbana e rural tiveram conhecimento de todo o processo de implantação da usina, desde a chegada da notícia até o quanto lembrassem e se dispusessem a falar. Foi possível destacar alguns resultados cuja análise, entre os trabalhos já elaborados sobre as famílias atingidas e as entrevistas que realizei, demonstram a importância do tema aqui desenvolvido. A forma como a luta organizada se manifestou contra o modelo das barragens e suas implicações; a dinâmica da desterritorialização que provocou a exclusão social e suas consequências no campo emocional e afetivo das pessoas; a não-reterritorialização decorrente da forma como se procederam ao planejamento, a construção da cidade nova e ao deslocamento compulsório das famílias atingidas; resalto o descontentamento generalizado e a inquietação da população itaense ao perceber que suas vidas foram transformadas por conta de um progresso e avanço que estão distantes da realidade da nova cidade; os avanços na estrutura das políticas pú-

blicas na nova cidade como estratégia de convencimento para a implantação da UHE e o papel dos mediadores locais, exercendo influência sobre àquelas famílias que resistiam em sair de suas casas e terras e assim, enfatizo a desterritorialização expressa através dos sentimentos desencadeados pelo processo discutido.

A Política Energética

Controlar a natureza é uma ação que de sonho humano se tornou realidade e, especialmente os rios brasileiros comprovam essa teoria, portanto, construir barragens é um dos maiores símbolos dessa ambição. Elas têm sido construídas há milhares de anos, para controle de enchentes, produção de energia, abastecimento para consumo humano, irrigação e uso industrial. Atualmente, o mundo conta com 800 mil barragens, 45 mil das quais são de grande porte (mais de 15 metros acima do leito natural do rio), sendo que 1700 estão em construção, movimentando um total de aproximadamente U\$ 50 bilhões por ano¹. Atingem diretamente 80 milhões de pessoas, degradam e fragmentam 60% (sessenta por cento) dos cursos d'água.

Do total dessas barragens, 2/3 estão em países pobres, provocam a destruição de florestas, a redução da biodiversidade, a diminuição da qualidade da água e a emissão de gases que agravam o efeito estufa, além de não fornecer energia a mais de 2 milhões de pessoas, privilegiando apenas o setor industrial e a exportação com objetivo de trazer lucro às empresas que recebem do Estado o aval para essa exploração.

Segundo o Relatório da Comissão Mundial de Barragens, de novembro de 2000, a entrada do novo século é marcada pela dependência econômica de 1/3 dos países do mundo de Usinas Hidrelétricas (UHEs), para produzir mais da metade da sua eletricidade consumida. Diz, ainda, que 19% (dezenove por cento) dessa energia é produzida por grandes UHEs, o que reafirma o seu poder de instalação e de controle econômico de muitas regiões do mundo. Fragmentam e transformam as bacias hidrográficas de maneira que os impactos decorrentes se acumulam e não são observados pela maioria da população mundial. É um processo que parece ser lento, pois a percepção do impacto as populações de maneira geral só o têm após a efetiva construção estar concluída. A materialização dos impactos não se percebe a curto prazo, mas sim quando temos mudanças bruscas no tempo atmosférico, na biodiversidade e na memória de quem consegue entender o que está por detrás desses interesses.

¹ Relatórios da pesquisa de campo da disciplina Geografia do Rio Grande do Sul, 2º semestre do curso de Geografia da UFRGS, 1999.

A política de instalação das usinas está legalmente amparada por uma legislação que atende aos interesses apresentados pela sociedade através de seus políticos. Nesse caso, políticos eleitos pelo voto democrático, representam as idéias, os projetos e as necessidades dos investidores desse setor e não de seus eleitores que são os atingidos com esse tipo de empreendimento. Legitimar essas idéias, através de projetos de lei, é implantar num território políticas que fazem uso dos recursos naturais, dos recursos públicos para favorecer os investidores, ressaltando que na grande maioria, senão todos são investidores estrangeiros, homens em sua maioria, que nem mesmo conhecem os lugares que estão investindo. Pagam seus empregados com bons salários, apenas alguns normalmente profissionais competentes que irão atuar à favor dos interesses de pessoas que não possuem nenhuma relação de vida com esses lugares. Logo, políticos que precisam do dinheiro para pagar suas campanhas eleitorais e profissionais bem remunerados preparam o discurso e as ações de convencimento dessas populações, normalmente e em sua maioria com dificuldades de obterem mais recursos econômicos para suas vidas, são facilmente convencidas e são elas que acabam também legitimando as estratégias e os estrategistas.

O uso das bacias hidrográficas para geração de energia é um dos maiores complexos da construção civil e da engenharia tecnológica. Avança num território como a água em movimento e provoca a saída de milhões de pessoas de suas moradias em todo o mundo. Dessa forma, tem sido histórico não só o uso indevido da água, como também a sua contaminação por uso inadequado do solo. Produzir energia é um ato necessário, porém produzir uma desordem social, provocar uma deslocalização humana e um complexo impacto ambiental significa trocar a vida em seu curso normal por uma acelerada degradação do conjunto dos seres humanos e do meio ambiente.

Como discutir uma política energética a partir dos parâmetros do capital financeiro?

A liberação legal dos projetos energéticos tem sido motivo de muitas discussões entre o Estado, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada. No entanto, os projetos estão ordenados e apenas esperando a vez de serem implantados. O modelo setorial das usinas tem sido um legitimador das formas que o capitalismo usa para tornar uma “idéia de lucratividade” em benefício dos grupos econômicos. Contribui para que outros grupos de investidores, das indústrias, do comércio, dos transportes e da tecnologia se tornem grandes incentivadores desse modo de produção, pois, além de formar um conjunto de interessados nos lucros monetários, são cidadãos que recebem o poder pelas mãos do trabalho de milhões de operários.

O cumprimento e a execução dos projetos fica por conta de quem atende aos seus patrões como eles querem. Através dos seus salários, são obrigados a legitimar uma política que também vai atingi-los. Essa cadeia capitalista envolve trabalhadores que concordam ou não com essa política, mas, independente da posição, a natureza, com seus rios, e as populações locais são diretamente atingidas com essa lógica do capital. À medida que podem, procuram desempenhar bem suas funções, pois se trata de “ganhar” seu salário, e por isso alguns acreditam no cumprimento das ordens ditadas pelos seus chefes, enquanto outros apenas obedecem por necessidade, como menciono anteriormente.

Na legislação que se refere à água, em nenhum artigo encontra-se expresso que o seu uso é expressamente proibido, salvo quando em situação de contaminação. Nesse caso, a problemática é o fato de as UHEs se apropriarem dos trechos de rios amparadas numa legislação que contempla os interesses dos investidores, pois, além da produção de energia através das UHEs, seus proprietários exploram seus lagos como alternativa para o turismo mercantilista. Nesse sentido, o caráter de apropriação dos recursos hídricos pelas usinas não permite o retorno dos lucros oriundos dessa exploração. Ficam com esse recurso de forma inadequada e ainda exploram todas as opções que o complexo usinário oferece.

No entanto, também não se lê nas leis referentes à gestão de águas, que seu uso está ligado a não-conservação da vida. Esse contexto só se torna evidente quando as águas das barragens atingem os territórios e aí, a desterritorialização das populações provocam consequências austeras. Ao se tomar por base as construções das UHEs, vê-se que nenhuma delas garante o “progresso” como sinônimo de qualidade de vida real para a população atingida.

A oferta por parte das empresas, para legitimarem os projetos energéticos constitui-se em trazer ruas asfaltadas, escolas, saneamento, telefonia, entre outros: serviços que são de obrigação do Estado. Essa apropriação, também indevida, acaba se tornando estratégia de convencimento e cooptação para os empreendedores aplicarem seus recursos. Porém, fica evidente que as parcerias entre o Estado e a iniciativa privada caminham na mesma direção quando se trata de atender aos interesses do capital financeiro.

Sabe-se que um projeto de tanta expressão, como o de Itá, assume uma posição de grande influência numa região atingida por uma hidrelétrica. Não pode caminhar sozinho: necessita que outros setores apoiem suas medidas e, para isso, a união de forças econômicas com interesses voltados à dimensão econômica faz valer a força do capital sobre a região. Dessa forma, estabelecem políticas que são tratadas em acordos não-oficiais, ou seja, apenas são explícitos os compro-

missos evidentes no impacto dos projetos, como indenizações e atendimento a algumas reivindicações feitas pelos atingidos, outros recursos caem na conta de campanhas eleitoreiras e, até mesmo em bolsos particulares. Observa-se que alguns moradores que possuíam uma certa expressão de liderança na cidade, tiveram suas casas construídas em padrões de altíssimos custos, passaram a usufruir de outros bens imobiliários e locomotivos de alto padrão. Essas afirmações decorrem das entrevistas realizadas, onde os entrevistados relatam com detalhes tais situações. Portanto, o processo de desterritorialização adquire o significado econômico em sua dimensão e não só territorial.

Cabe considerar que essa política de implantação de UHEs tem sido frequentemente discutida e combatida pela sociedade civil organizada. Como exemplo, cite-se o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que atua no Brasil e mantém diálogo com outras organizações do mundo. O que quero salientar é como as políticas governamentais estão sendo executadas pelas mãos do capital financeiro e como a repercussão dessas diretrizes atinge a sociedade civil. O impacto do ponto de vista da implantação de uma hidrelétrica é também cultural e afetivo na vida das populações atingidas e essas consequências não podem ser menosprezadas.

A ambição humana precisa ser medida e controlada diante do que foi instituído no planeta como fonte para o abastecimento da vida, e aí não podemos nos limitar a um pedaço de papel que rege os interesses de um grupo de pessoas que gerenciam a vida de milhões de pessoas como peças de um quebra cabeça, ou seja, apenas precisam ser encaixadas para formar uma figura que alimente o ego do sistema financeiro, também regido por uma minoria. O processo técnico que é decorrente da implantação de UHEs mostra-se incompleto diante dos fatores provocados pelo processo de desterritorialização das famílias atingidas. Infelizmente, o que se pode perceber, tanto na leitura dos relatórios elaborados pelas comissões que acompanharam a implantação da UHE de Itá, quanto nas histórias que as famílias relatam, são sentimentos de tristeza, angústia, ansiedade e depressão provocados por esse processo. Sentimentos que passaram despercebidos no calor dos conflitos, mas que agora são fortes e expressam, que o território material construídos ao longo da vida dessas famílias de Itá é muito mais que material, ele era a vida deles.

Nada de diferente se instala no Brasil, um país com uma rede hidrográfica rica e com um fluxo de rios propícios ao desenvolvimento de muitas atividades que podem oferecer alimento, transporte, lazer e prazer em conviver às margens de uma paisagem construída pela natureza aos seus habitantes. Os rios brasileiros nascem, em sua maioria, nos planaltos e deságuam no oceano; suas quedas

e volume d'água chamam a atenção dos investidores para a geração de energia e para o abastecimento do setor econômico. Sendo assim, a produção de energia no Brasil não difere de outras regiões do mundo, porém apresenta uma política que atende, essencialmente, o setor industrial e o mercado externo, principal fonte de recursos financeiros que excutam os projetos de UHEs.

A “Lei das Águas” (Lei 9.433/97) preconiza que a gestão dos recursos hídricos proporcione sempre os usos múltiplos da água, priorizando, em situações de escassez, o abastecimento humano e a dessedentação animal. Os usos são os seguintes: controle de enchentes, transporte de passageiros e cargas, irrigação, piscicultura, recreação, incentivo ao turismo, conservação do meio ambiente e produção de eletricidade (SAUER, 2002, p.151). Porém o que se presencia é o modelo do setor elétrico brasileiro ignorar essas condições e instalar um outro voltado às exigências do mercado internacional. Na verdade, são evidentes as distorções dos usos da água em benefício de investidores financeiros, através de uma lei que obedece apenas aos grupos empresariais e que mantém o poder do capital sob sua égide.

Esse paraíso teve que mudar, pelo menos em alguns aspectos, por força da implantação do Código de Águas, aprovado em 1934, depois de uma tentativa frustrada de aprovação em 1907. Com a Revolução de 30 e a ascensão de Vargas ao poder, o governo faz a ofensiva e aprova o Código das Águas, onde ficaram estabelecidas regras para o uso da água e para a produção e fornecimento de energia elétrica. Evidentemente, com as modificações introduzidas pelo Código, tais como desapropriação dos rios que passavam por terras privadas, desapropriação das quedas d'água e do potencial hidrelétrico também dos fazendeiros, controle das tarifas através dos custos de operação findando a “cláusula ouro”, finalmente o Estado passa a deter o poder de concessão e de fiscalização sobre os recursos hídricos do país, indo de encontro ao interesse das empresas.

Como resultado dessas medidas, houve o boicote das empresas de todas as formas possíveis contra a aplicação da lei. Chegaram a manipular políticos, juízes e os meios de comunicação para que recuperassem o domínio econômico e político da produção de energia que significava lucro fácil e não gerava custos. Instalou-se uma crise, pois os lucros financeiros eram investidos no exterior, e qualquer forma de boicote estaria forçando o Governo a voltar a desistir da regulamentação.

Na tentativa de equacionar o enfrentamento da crise instalada, o Governo Vargas, em 1954, lança um Plano Nacional de Eletrificação, com o objetivo de comprometer o Estado com intervenções voltadas para terminar com a falta de

energia e atender à demanda que estava concentrada, em grande parte, nas cidades mais urbanizadas e industrializadas.

Com esse quadro histórico, verifica-se que, na verdade, a produção de energia elétrica através das UHEs sempre esteve voltada às áreas onde o capital se instalou. As cidades que eram desenvolvidas a partir das indústrias e do comércio acabaram monopolizando e absorvendo essa produção energética e, com isso, o campo fica exposto a conseqüências irreparáveis, como a queda da produção, extinção de algumas atividades agrárias e migrações desordenadas e compulsórias.

A Política Energética teve início no Brasil, com a produção de energia elétrica sendo realizada principalmente por empresas privadas, a partir da década de 50, quando o Estado começou a se consolidar neste setor de energia elétrica e seu papel foi de planejar, produzir e distribuir a energia. O planejamento energético brasileiro é vinculado à Comissão Nacional de Energia, órgão interministerial diretamente subordinado à Presidência da República. Esse setor é comandado pela empresa estatal Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS), subordinada ao Ministério de Minas e Energia.

As barragens permaneceram como símbolo de desenvolvimento no Brasil até os anos 70, e suas construções começaram a ser questionadas a partir dos anos 80, devido aos impactos ambientais e sociais que causam, entre os quais o deslocamento de mais de 4 milhões de pessoas anualmente.²

Possuindo como hipóteses o crescimento da economia brasileira, o Plano 2015 estima a construção de mais 494 hidrelétricas no país. De acordo com a Comissão Regional de Atingidos por Barragens – CRAB (1995, p. 15) “*as hipóteses que fundamentam os cenários previstos pelo Plano 2015 se baseiam em parâmetros bastante discutíveis, mas não utilizados sem questionamentos pelo Setor Elétrico nas suas projeções*”. O Plano prevê para as questões sociais e ambientais, que as empresas devam atuar atendendo os requisitos da legislação vigente, sendo previstos custos para indenizações e reassentamentos.

Considerando que as UHEs são importantes fontes de geração de energia para o país (cerca de 93%), é oportuno que se levantem questões que identifiquem o porquê de as usinas serem geradoras só de energia e não promoverem o desenvolvimento de todo o espaço territorial atingido. Não se percebe a contribuição de um projeto energético que atenda às dimensões social, política, cultural, ambiental, tecnológica e econômica integradas; normalmente, são frag-

² Relatórios da pesquisa de campo da disciplina *Geografia do Rio Grande do Sul*, 2º semestre do curso de Geografia da UFRGS, 1999.

mentados e preocupados somente com a dimensão econômica, utilizando um discurso “insustentável” diante da teoria da sustentabilidade integrada.

Sendo assim, é difícil alimentar uma tese de defesa em relação às usinas, uma vez que não produzem o grão para o alimento humano, não concedem moradia através de políticas públicas, não promovem a produção tanto no meio rural como no urbano e não socializam o saber científico para o povo. Enfim, são agentes de transformação econômica, visam o lucro e não consideram a população que habita os territórios visados, sujeitos que poderiam participar dos projetos e serem ouvidos por suas ideias e não por ideias que os manipulam.

Verifica-se que a questão energética no Brasil gira em torno de um eixo: produzir energia para atender às políticas estabelecidas pelo mercado externo, através das exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), dos bancos e de grupos de empresários que são os investidores. Essas políticas acabam perdendo o sentido político democrático, ou seja, tornam-se medidas particulares e restritas aos investidores para obter lucro, e não atendem às exigências que preservam o meio ambiente e as populações atingidas. Por isso, conclui-se que as determinações legais são valiosos manuscritos que ficaram para serem expostos como trabalho intelectual de grandes pensadores e políticos, mas que, infelizmente, não são colocadas em prática.

Esse cenário econômico leva em consideração, por exemplo, o que foi apresentado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso que, durante seus dois mandatos (1994 - 1997, 1998 - 2002) vinculou o planejamento do setor elétrico às bases do projeto econômico neoliberal, procurando com isso conceder concessões à iniciativa privada para abrir novos mercados no país. Isso levou as empresas a obterem licenças de 20 a 30 anos, ou até mais, para o uso dos rios para produção de energia e comprometendo-se apenas em indenizar as populações que seriam atingidas pelas barragens das hidrelétricas. Nesse aspecto, as empresas cumprem, quando querem, os compromissos com a população atingida, pois se trata de verbas que são pouco significativas diante do montante que lucram com esse tipo de investimento.

O marco inicial da liberalização e privatização no setor elétrico brasileiro foi a aprovação, no governo Itamar Franco, pelo Decreto nº915, de setembro de 1993, pelo Decreto nº 1.009 de dezembro de 1993 e pela Portaria nº 337 de abril de 1994, da criação de consórcios entre concessionárias e autoprodutoras para exportação de aproveitamentos, assegurando o livre acesso à malha federal de transmissão

– SINTREL (Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica), propiciando a competição na geração e definindo as condições de comercialização (SAUER, 2002, p. 141).

Talvez esse fragmento retrate bem o real significado de dois governos que, através do estabelecimento de políticas formalizadas, permitiram que o território dos recursos hídricos nacional fosse usado de forma perversa e contido num projeto verticalizado, sem oferecer abertura a mudanças. O que está planejado é executado cedo ou tarde as empresas acabam sendo as beneficiadas com o uso do território nacional através de mega³ investimentos como as UHEs.

Os decretos acima citados, no Governo FHC, são convalidados em Medida Provisória que posteriormente é convertida na Lei 9.074, de 1995. Essa Lei é específica para o setor elétrico, pois implanta a prática de Licitação das Concessões de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia. Isso confirma como uma política estabelecida pelo Governo Federal autoriza o uso do território, não explícito, pelos grupos financeiros que visam só a exploração econômica do mesmo.

Seja através de leis, seja através da decisão pessoal de qualquer investidor, a decisão sobre a exploração de quaisquer recursos naturais – água, terra e vegetação – precisa estar sedimentada na consciência de que cada um deles, que esses recursos precisam ser preservados e, se utilizados adequadamente, para que a humanidade possa se perpetuar. Por isso, a implantação de UHEs responde à ambição humana que se volta ao capital, tornando os seres maniqueístas e desregrados em relação tanto ao uso dos recursos naturais existentes, como também à própria humanidade que no espaço geográfico desenvolve suas relações.

A Bacia do Rio Uruguai e a Usina Hidrelétrica de Itá

Seguramente, a Bacia do Rio Uruguai, assim como outras bacias hidrográficas brasileiras, está sendo utilizada para a construção de usinas, formando, dessa maneira, um quadro de exclusão da população rural e urbana, além de um cenário de impactos sobre o ecossistema existente na região. A Bacia do Rio Uruguai abrange uma área de aproximadamente 384.000 Km², dos quais 176.000 Km² situam-se em território nacional. Localizada totalmente na região sul, é delimitada ao norte e nordeste pela Serra Geral, ao sul pela fronteira com o Uruguai, à leste pela Depressão Central Riograndense e a oeste pela Argentina.

O Rio Uruguai, assim como os seus formadores, Canoas e Pelotas, apre-

³ Mega aqui significa grande investimento, uma grande área territorial e grandes lucros.

senta um perfil escalonado do alto curso, percorrendo uma região de relevo acidentado com vertentes íngremes recobertas de pinhais e florestas subtropicais. Em direção a sudoeste e sul, no médio curso, a topografia e o perfil do Rio vão se suavizando e este passa a drenar uma região de colinas recobertas por vegetação rasteira. Assim, diante da caracterização da Bacia e dos interesses das empresas em construir usinas, criam-se as estratégias para iniciar a implantação do projeto hidrelétrico em Itá.

A UHE de Itá foi construída pelos grupos Gerasul, Itá Energética, A.S. Ita-sa, CSN, Cimento Itaimbé, Odebrecht, entre outros, recebendo investimentos de cerca de R\$ 1 bilhão, a fim de produzir 1,4 MW. Suas comportas foram fechadas na metade do ano de 2000, deixando em aberto inúmeros problemas sociais, como o deslocamento de pessoas e indenizações pendentes, além de problemas ambientais, como desaparecimento de espécies animais e vegetais não catalogadas.

Nesse processo de implantação de usinas, atendendo ao que determina o Plano 2015, nasce a *história de Itá*, que, dentre todos os municípios brasileiros, é o único, até então, que teve sua cidade totalmente coberta pelas águas da barragem da usina. Para a discussão dos processos de desterritorialização e reterritorialização das famílias atingidas em Itá.

Localizada a oeste do planalto catarinense, na divisa com o município de Aratiba, no Rio Grande do Sul (também atingido), Itá compõe a Microrregião do Alto Uruguai Catarinense, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Caracterizava-se como um município pequeno, de hábitos e costumes conservadores e com uma economia voltada para a agroindústria e para a agricultura familiar. As famílias do município, em sua maioria, tinham suas atividades vinculadas ao Rio Uruguai, como a pesca e o uso de suas águas para o sistema de produção agrícola e transporte.

Data de 1919 a chegada das primeiras famílias de agricultores em Itá e, em 1920, começa a se formar o núcleo populacional que depois se tornou o município de Itá. O nome Itá é uma referência a grande quantidade de pedras existentes na região, pois *itá* significa “pedra”, “objeto duro”, em tupi-guarani. Esse nome foi dado pelo caboclo Luiz de Campos que chegou em Itá naquele mesmo ano. Em 1925, Itá tornou-se distrito do município de Limeira, hoje Joaçaba. Em 1953, Itá passou a fazer parte do município de Seara e, em 13 de dezembro de 1956, foi elevado a município. Esse período da história de Itá foi marcado por conflitos políticos com Seara⁴.

4 Sobre esse período ver Peixer (1993, p.20).

A “antiga cidade de Itá” abrigava as pessoas, não só no campo produtivo, com atividades ligadas ao setor econômico, como também as famílias que tinham o Rio Uruguai como recurso de sobrevivência. O Rio representava, de certa forma, o cotidiano das famílias que se apoiavam nele para ter seu sustento. Nesse sentido, a “antiga Itá” caracterizava-se por ser privilegiada devido à presença do Rio Uruguai, e ainda por oferecer a seus habitantes a liberdade de viverem em um território onde suas relações econômicas, sociais, políticas, culturais e afetivas eram constituídas entre as famílias, com os valores e sentimentos expressos por essas relações.

Teoricamente, a relação dessa sociedade com o seu espaço é definida por Milton Santos (1999, p.88):

Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor. A ação se dá sobre objetos já agidos, isto é, portadores de ações concluídas. Mas ainda presentes. Esses objetos da ação são, desse modo, dotados de uma presença humana e por ela qualificados.

Apesar de ter sido obra desse processo, Itá carregava, no conjunto das dimensões territoriais, o trato de respeito, de preservação e de conservação de um território caracterizado por um sentimento de afetividade presente na vida de seus moradores. Quando havia referência à cidade, a terra, ao Rio, havia referência às pessoas, que transformavam seus sentimentos em laços forjados naquele território em motivo de luta pela vida nele constituída. Nesse sentido, a “antiga Itá” era mais do que o lugar onde se localizavam essas relações, era a expressão da territorialização das famílias.

Segundo Peixer (1993), a região onde Itá está localizada caracteriza-se por uma ocupação marcada por conflitos de terras. Disputas como, por exemplo, com as populações indígenas e caboclas; a guerra do Contestado e as colonizadoras. Atualmente, são as hidrelétricas os agentes desses conflitos.

D’Angelis (apud Peixer, 1993, p.16) esclarece que os índios da tribo Kai-gang foram os primeiros a percorrer e ocupar a região, formando, *no “município de Itá, na “Barra de Uvá” uma aldeia indígena, sendo que, com o movimento de ocupação e colonização destas terras, os índios foram expulsos e/ou exterminados”*.

Peixer (1993) faz referência, ainda, às populações caboclas que também já habitavam a região de Itá, quando os primeiros colonizadores chegaram. Essas populações, que viviam da agricultura de subsistência, do corte de erva-mate e do tropismo, aos poucos, também foram sendo expulsas pela companhia colonizadora e pelos próprios agricultores que chegavam à região com o título de posse da terra. Sobre essa expulsão, segundo a autora, não há muitos registros, tendo sido chamada de “retirada”, conforme consta no livro “Tombo de Itá” da Diocese de Chapecó, datado de 1939.

Ao se analisar esse processo de expropriação de terras, verifica-se que a história remonta aos atos do passado que expressavam também um exercício do poder econômico, afinal expropriar índios e caboclos das terras em que viviam significava retirar deles a possibilidade de construir suas vidas onde e como quisessem. Deve-se ter em conta que a população atingida pela usina, posteriormente, é a mesma que exerceu o papel de “colonizadora” impelindo à retirada uma população que também tinha seus vínculos com aquele território. Portanto, o símbolo do capital e dos grupos empresariais está presente tanto no passado como no presente, porém em momentos históricos diferentes.

Ao se analisar esse processo de expropriação de terras, verifica-se que a história remonta aos atos do passado que expressavam também um exercício do poder econômico, afinal expropriar índios e caboclos das terras em que viviam significava retirar deles a possibilidade de construir suas vidas onde e como quisessem. Deve-se ter em conta que a população atingida pela usina, posteriormente, é a mesma que exerceu o papel de “colonizadora” impelindo à retirada uma população que também tinha seus vínculos com aquele território. Portanto, o símbolo do capital e dos grupos empresariais está presente tanto no passado como no presente, porém em momentos históricos diferentes.

A Usina Hidrelétrica de Itá

A UHE de Itá tem capacidade de geração de 1.450 Mw. O volume do Lago é de 5.100.000.000 m³, o que representa um espelho d’água com uma superfície de 141 Km². A altura da barragem é de 126m e a crista da represa apresenta comprimento de 880m e elevação de 375,5m. As áreas estaduais atingidas são de 52,4 Km², no Rio Grande do Sul, e de 50,2 Km², em Santa Catarina.

De acordo com as informações colhidas para o estudo aqui desenvolvido, esse processo teve início no final da década de 70, quando é noticiada a implantação de uma UHE em Itá. Cabe o relato de uma moradora, dizendo que ao ve-

rem algo [...] no céu voando e fazendo um barulhão, alguns não sabiam o que era, se assustaram e de repente aquele negócio baixou e desceu um homem de dentro e foi falar com o Prefeito. Depois foi embora [...]. Era a notícia sobre a UHE que chegava, também de cima.

São 11 os municípios atingidos, sendo 4 no Rio Grande do Sul e 7 em Santa Catarina (já mencionados anteriormente). As propriedades atingidas somam 3.219, envolvendo 3.585 famílias, 36 núcleos rurais, relocação de estradas, pontes e ferrovia. Os empregos gerados pelo empreendimento chegaram à ordem de 2.500 diretos e 1.500 indiretos, isso no período da construção da usina. Sabe-se que esses números já não procedem mais, pois a cidade encontra-se em situação difícil em relação a postos de trabalho.

O total da população atingida pela construção da UHE de Itá, 7.155 habitantes, somente no município de Itá foram atingidos 1.989 habitantes (889 rurais e 1.100 urbanos). Do total das famílias atingidas pela UHE, isto é, das 3.585 famílias da área total atingida, aproximadamente 63% eram proprietários de terras inundadas e 37% eram arrendatários, parceiros e posseiros.⁵ Deste total, 916 são produtores rurais integrados à agroindústria, principalmente na produção de suínos, o que leva a crer que também, de uma forma ou de outra, a produção agroindustrial da área foi afetada. As outras atividades econômicas estavam voltadas à agricultura para consumo local, ao comércio e ao setor de serviços.

Esses dados caracterizam a dimensão da escala territorial, que provocou as mudanças por ocasião da implantação da usina. Através deles pode-se analisar o quanto a vida das famílias daquele território foi transformada. Mesmo que se tenha conhecimento do projeto de construção de 24 Usinas para a Bacia do Rio Uruguai, é difícil dimensionar os resultados na proporcionalidade de uma área total atingida. Embora tenha sido enfatizada, no início da pesquisa, a importância das questões materiais e afetivas da desterritorialização, não se pode considerar que seja tudo em relação ao modo de vida como os atingidos viviam. Isso implica grandes mudanças na esfera local, regional e nacional e nesse contexto do espaço geográfico se encontram as pessoas.

A desterritorialização e a reterritorialização

A mudança de toda uma estrutura política no decorrer da implantação da UHE de Itá teve como ponto de partida diversas reuniões realizadas entre os atingidos, governo local e estadual e os representantes dos empreendedores. A

⁵ Fonte: ELETROSUL/DEFE: “Dados Gerais: Usina Hidrelétrica de Itá”.

questão é: por que as famílias são convencidas a aceitar a usina e depois não são reconhecidas como agentes que compõem o principal espaço de decisão sobre tais mudanças?

Quando se transita pela cidade, pode-se observar que as pessoas concordaram em receber casas novas, mas, independente da situação financeira de cada família de Itá, existe um sentimento comum a todas, ou seja, ainda estão ligadas, mesmo que só na memória, ao território que haviam constituído, à “antiga Itá”. A situação de se presenciar pessoas novas e idosas olhando de um mirante na cidade nova para o local, agora embaixo d’água, onde se localizava a “antiga Itá”, reforça a ideia de que apenas mudaram-se os bens e as pessoas, porque a vida deles ficou dentro do lago da barragem.

Assim, procurou-se identificar a desterritorialização nesses processos que caracterizam o conceito que também é apresentado por Haesbaert (2002,15):

Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão sócio espacial.

A implantação da UHE de Itá e a desterritorialização das famílias são processos paralelos. No entanto, a concretude de um projeto faraônico e a subjetividade da perda levam a resultados diferentes, mas que convergem a um espaço, em um mesmo território. Fica evidente que a desterritorialização é fundamentalmente, nesse caso, a exclusão das famílias de suas terras, de suas casas e de seus vínculos familiares e de vizinhança, para volumes que, talvez, nem se possa estimar.

As famílias foram desmaterializadas, tiveram suas perdas irreparáveis, como já mencionado, mas permanece o questionamento: como os novos processos de implantação de usinas estão ocorrendo? Apesar de todas as denúncias, como as sociedades estão percebendo – e se estão – essas políticas impostas a todo o momento em algum lugar do mundo?

Um fato que exemplifica o descaso com que as empresas continuam tratando as famílias envolvidas, pensando simplesmente em investirem seu capital para gerar mais lucro e esquecendo as vidas que são atingidas nesse tipo de projeto, é o que ocorreu em Cana Brava, no Estado de Goiás, com a Tractebel. Essa empresa foi a construtora da barragem de Cana Brava e de Itá e, hoje, gerencia o consórcio dessa última.

Portanto, desterritorializar pessoas para a construção de barragens significa mudar totalmente os modos e os meios que as famílias haviam encontrado para sobreviver e ter seus recursos próprios. Desterritorializar as famílias de suas casas, de suas terras, significa não considerar como conquistaram seus bens e o que representam na história de vida de cada família. Desterritorializar famílias, vizinhos, compadres, comadres, amigos e amigas significa impedir que a história se construa, significa retirar uma liberdade, seja harmoniosa ou conflituosa, que havia sido estabelecida por aqueles que expressavam seus sentimentos naquelas relações vividas e naquele território.

Houve em Itá uma desterritorialização pautada na história de um povo humilde economicamente, mas que guardava muita riqueza nas vivências. Todas as relações passaram a ser gestadas pela UHE, portanto, nesse momento, as famílias de Itá já não são mais protagonistas do espaço e território que haviam constituído. Talvez seja uma utopia acreditar na revigoração e na recuperação da nossa consciência humana, mas é ainda a saída possível. Através de suas ações, o ser humano não deve perder as oportunidades de organização social em detrimento dos projetos de exclusão que não valorizem o espaço pelos seus significados afetivos e emocionais. Reside, nessa sua forma de organização, a luta pela permanência dos recursos hídricos.

Assim, pode-se considerar que a reterritorialização é um processo complexo de se analisar, haja visto que as UHEs não permitem uma reterritorialização dos vínculos afetivos e das impressões territoriais; elas apenas pagam uma determinada quantia de valor em dinheiro, que supre apenas o esforço físico, mas que jamais vai repor as expressões e criações que existiram na vida dessas famílias atingidas. Essas não possuem valor econômico, mas sim o campo afetivo dos esforços dedicados à construção do seu modo de vida.

É difícil de se avaliar o que seria correto, mas é oportuno salientar que a reterritorialização é algo distante da recuperação dos vínculos territoriais, acabando por se confundir com transferência de território só em caráter físico, para onde se deslocam os bens materiais e os corpos, vivos ou mortos. O sentido real da história de vida dessas famílias, no entanto, fica na memória e na natureza que vai re-surgir no lugar onde viveram.

Assim, a desterritorialização pode promover a formação de novos territórios que, porém, não pressupõem uma reterritorialização, pois essa só ocorreria se as famílias fossem se apropriar de territórios sob sua vontade de ocupá-los ou de territorializá-los. Constituiriam a cidade nova de forma *“participativa e consciente na integração política-econômica-cultural, de condução de vida”* (HEIDRI-

CH; CARVALHO, 2001, p. 7). Ter sua identidade e ser feliz foi o objetivo que fez com que as famílias de Itá se organizassem na luta contra a usina, mas muitas delas acabaram sendo coagidas pelas forças externas estruturadas na lógica do capital. O processo de reterritorialização ainda continua sob a condição de busca dos vínculos afetivos que existiam na “antiga Itá”.

Para que essas famílias fossem reterritorializadas, teriam que continuar na sua condição de família. No entanto, as famílias anteriormente compostas, em sua maioria, por pessoas com idade em torno de 45 anos, filhos em idade escolar ou já adolescentes, ao término da construção e da inauguração da UHE, no ano de 2000, apresentavam outra configuração. Os pais já estavam idosos, os filhos ou foram estudar fora ou casaram-se e foram morar em outro lugar. As famílias se destituíram, cada um tomou seu rumo, não mantiveram sequer a tradição de morar próximo e de dar identidade ao espaço territorial que ocupavam. Essa desconstituição provocou nas pessoas de mais idade problemas de ordem psicológica, como depressão e um profundo estado de tristeza. Essas afirmações foram identificadas durante as entrevistas realizadas.

Portanto, não reconheço, através desse estudo, a ocorrência de uma reterritorialização das famílias de Itá na nova cidade, mas sim uma (re)organização territorial, onde os valores, a propriedade pessoal do território e os vínculos territoriais não foram dimensionados pelas famílias. Foi uma decisão vertical que se originou no projeto inicial da política de construção de novas usinas hidrelétricas no país, com o apoio e participação incondicional das empresas e empresários construtores.

Ao trabalhar na verificação e leitura dos documentos arquivados do processo de relocação das famílias, percebi que a natureza da relação entre os moradores da cidade antiga sempre ocorreu de forma familiar, com fortes vínculos culturais. A origem italiana e alemã das famílias facilitava as relações que eram estabelecidas. No entanto, essas culturas também carregam uma forte característica paternalista, que é mantida pelo poder do “Pai”. As mulheres e os filhos obedecem e acatam as decisões, pois o que lhes é ensinado é que, “o Pai sabe o que é melhor para a família”. Então, diante disso, é possível constatar que as negociações deveriam ser feitas com a presença exclusiva do “Pai” da família, ainda considerando-se que seriam eles os mais “desenvolvidos”.

Para essas famílias, mudar para a cidade nova significou perder a terra, a casa, o compadrio e, também, o seu modo de vida, a sua identidade. Esse valor, que é simbólico, torna-se um peso na vida dessas famílias, pois ao se darem conta que a situação não irá mudar, passam a sentir, em vida, o real sentido de trans-

gressão e agressão ao modo de vida que haviam escolhido. Numa área territorial menor, com menos liberdade de expressão e vigiados pelos olhares de desconhecidos, confinam-se dentro de suas casas como espectadores de um objeto presente, que é a UHE, que tem grande importância em todo esse processo, mas que não faz parte do cotidiano em que vivem.

Conclui-se com esse processo que é muito importante o significado de espaço e território para essas famílias, pois o que foi construído marcou a forma da territorialização dessas famílias, portanto o que foi desconstruído não havia como ser reterritorializado na cidade nova. Trata-se de fazer uma casa, erguer uma igreja, construir um curral, plantar um pomar e criar seus animais do jeito que quisessem, conservando ou não o aprendizado de seus antecedentes, mas, principalmente, trocando ideias com os mais próximos, seus vizinhos ou parentes. Isso, sem dúvida, não continuou na cidade nova, de alguma forma se perdeu. Deve-se lembrar da relação com o Rio Uruguai nesse contexto, pois muitas formas de criação e produção estiveram intimamente ligadas à presença do rio no cotidiano das famílias itaenses. Como reterritorializar esses elementos do espaço vivido? Essa pergunta não expressa nenhuma forma de convencimento da ocorrência de um processo de reterritorialização, mas sim de uma nova estrutura de vida que não será mais vivida, apenas lembrada.

Assim, considero que as famílias não foram reterritorializadas, pois, se constituir o território implica constituir vínculos que se manifestem pelas relações no espaço vivido, e essas com origem nas necessidades desenvolvidas pelos ocupantes, então em Itá os novos territórios não são procedentes dessa abordagem. A exclusão das famílias que, de uma forma ou de outra, foram obrigadas a sair do antigo lugar que moravam fortaleceu o poder do capital sobre as pessoas e sobre a terra e a água, o que desvaloriza e desconsidera a decisão dos atingidos.

Outras questões surgem na medida em que outros projetos estão sendo implementados na Bacia do Rio Uruguai, bem como nas demais regiões brasileiras. A continuidade da execução de obras de usinas e barragens tem sido um agente de forte dinamismo em relação ao deslocamento compulsório das populações atingidas.

Por isso, alguns questionamentos ficam evidentes: Como frear a execução desses projetos, abastecidos financeiramente com grandes volumes de recursos que os tornam mais fortes? O significativo espaço do poder econômico globalizado toma conta de territórios pequenos, mas que são de grande representatividade na vida das populações atingidas? O poder local das populações atingidas é destituído e não é reconhecido como parte do processo de planejamento

e execução das obras? É possível reavaliar e definir novas diretrizes que sejam cumpridas pelo Governo Federal, nas suas instâncias competentes, e pelos empreendedores, diante do fluxo de usinas a serem construídas? E por fim, quantas vidas ainda serão afogadas nos territórios, permitindo apenas a existência delas na memória dos atingidos, para que obras faraônicas ostentem o capital para poucos? Esses questionamentos encerram esse artigo com o intuito de continuar o debate necessário e pertinente na atual conjectura que vivemos.

Bibliografia Consultada

BADIE, B. **O fim dos territórios**. Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

BRASIL. **Lei de Concessões, de Geração e Transmissão nº 9.074, de 7 de julho de 1995**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9074cons.htm>.

_____. **Lei das Águas nº 9.433 DE 8 de janeiro de 1997**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm>.

BONNEMAISON, J.; CAMBRÉZY, L. Le lien Territorial entre frontières et identités. **Géographies et Cultures**. N.20. Liver 96. L'hamottan/CNRS. Université Paris-Soborne Orstom: Nairobi, 12 p, 1996.

BRANCO, A. M. (Org.). **Política energética e crise de desenvolvimento**: a antevisão de Catullo Branco. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CARVALHO, H. M. **A questão social na cidade de Itá – SC**. Texto mimeo. Florianópolis/Rio de Janeiro, 1981. 64 p.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. V. 2. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CENTRAIS GERADORAS DO SUL DO BRASIL S/A – GERASUL, PROJETO ECAU. (Relatório). **O vale submerso**: aspectos históricos e culturais da região da hidrelétrica – Itá. Universidade de Caxias do Sul: 1998. 145 p.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL S/A – ELETROSUL. (Relatório). **Programa de relocação dos núcleos rurais**: modelo de relocação, diretrizes e critérios básicos. Florianópolis, 1988. 24 p.

COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS – CRAB. (Relatório). **Comunicado da Comissão Regional das Barragens**. Texto mimeo., 1981. 25 p.

ELETROSUL/DEFE. (Relatório). **Relocação de Itá**. Plano de mudança. Florianópolis, 1984. (Documento Interno do Centro de Desenvolvimento Ambiental/CDA). 30 p.

_____. (Relatório). **Dados Gerais: Usina Hidrelétrica de Itá**. Florianópolis, 1991. (Documento Interno do Centro de Desenvolvimento Ambiental/CDA). 28 p.

FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

FOGAÇA, J. A política energética e o impacto sobre as populações humanas atingidas pela implantação de usinas hidrelétricas. In: MEDEIROS, R. M. V.; MENEGOTTO, R. (Orgs.). **As múltiplas concepções da questão regional no Rio Grande do Sul**. Rio Grande: FURG, 2003. p. 263-272.

_____. **A desterritorialização e a reterritorialização das famílias atingidas pela implantação da usina hidrelétrica de Itá**. Texto mimeo., 2003. 25 p.

HANAUER, L. M. **Satisfação e insatisfação dos moradores quanto à relocação da cidade de Itá, em decorrência da construção da usina hidrelétrica**. 2000. 40 p. Monografia. (Especialização “Latu Sensu” em Administração - Recursos Humanos). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PPG, Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Universidade do Contestado, Concórdia, 2000.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. **Concepções de território para atender a desterritorialização**. Texto mimeo., 2002. 17 p.

HEIDRICH, A. L.; CARVALHO, O. A. **Territorialidade de exclusão e inclusão social: relações da sociedade com o espaço em situações de pobreza e de construção de vida econômica e de consciência**. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 8, 2001. Santiago, Chile, Anais...Chile: Sociedad Chilena de Ciências Geográficas, 2001. 1 CD-ROM.

MEDEIROS, R. M. V.; SUERTEGARAY, D. M.; DAUDT, H. (Orgs.). **EIA-RIMA: Estudo de Impacto Ambiental**. Porto Alegre: Metrópole, 1993.

PEIXER, Z. I. **Utopias de progresso**. Ações e dilemas na localidade de Itá frente a uma hidroelétrica. 1993. 136 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

REIS, M. J.; BLOEMER, N. M. S. (Orgs.). **Hidrelétricas e populações locais**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.

RELATÓRIOS DOS ALUNOS. Disciplina GEO 01120 – **Geografia do Rio Grande do Sul**. Curso de Geografia. 7º sem. Instituto de Geociências. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Barragens e Desenvolvimento: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões - Um Sumário**. O Relatório da Comissão Mundial de Barragens. Novembro de 2000. Disponível em: < https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/cmb_sumario.pdf>.

SACK, R. **Human territoriality**. Teory and History. Cambridge: Cambridge University, 1996.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo: razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999. 3ª ed.

SANTS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAUER, I. “**Um novo modelo para o setor elétrico brasileiro**”, Programa Interinidades de Pós-Graduação em Energia – PIPGE-IEE/USP, versão preliminar, dez., São Paulo, 2002.

VERDUM, R.; MEDEIROS, R. M. V. RIMA, **Relatório de Impacto Ambiental: Legislação, elaboração e resultados**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2002.



Estado e agronegócio no Brasil: uma análise do papel dos poderes Executivo e Legislativo para a expansão do agronegócio

Christiane Senhorinha Soares Campos

Rosana Soares Campos

Clarisse Chiappini Castilhos

Introdução

A democracia, em algumas de suas múltiplas interpretações e elasticidades, que vão desde a definição eleitoral à maximalista (COLLIER; LEVITSKY, 1996), se apresenta como a forma de governo mais compatível com o capitalismo. Porém, ao contrário deste, que mantém seu princípio ao longo desses séculos, a democracia perdeu sua essência, o conflito, – justamente para ganhar funcionalidade dentro do sistema. Por esta razão compreende-se a conivência e a conveniência de governos democráticos em legitimar a expansão de processos de acumulação de capital, como o que ocorre por meio do agronegócio no Brasil.

Essa compatibilidade entre o sistema produtivo e a forma de governo foi uma construção que se estruturou na força do capital e na debilidade da classe trabalhadora de manter para si a bandeira e os espaços democráticos. Para Atílio Borón (2005), essa coincidência entre democracia e capitalismo é uma novidade do século XX, que só foi possível porque a primeira foi rebaixada a apenas regras procedimentais, coexistindo assim sem muitos conflitos ou repressões. Apesar desse caráter funcional da democracia, os avanços democráticos, conforme

o autor, não foram obras da burguesia no Estado, mas resultado de mobilização política das classes subalternas, que com protestos e reivindicações, partidos e sindicatos forçaram a democratização do estado liberal.

Desse modo, segundo Borón, o que as revoluções burguesas criaram não foi um Estado democrático, e sim um Estado liberal, fundado em uma base eleitoral estreita que as lutas populares obrigaram a expandir. Um Estado que assegura o predomínio das classes dominantes de dois modos: através do aparato estatal e de recrutamento de quadros dirigentes, e de mecanismos que possibilitem a produção, distribuição e o consumo estarem nas mãos da burguesia.

Nesta direção este trabalho tem a pretensão de analisar a contribuição dos poderes executivo e legislativo para o agronegócio no Brasil, através de mudanças nas legislações que viabilizaram uma grande expansão territorial, sobretudo da produção de soja, que ocupa quase 60% da área plantada com grãos no país. O recorte temporal foi definido a partir da década de 1990, uma vez que é neste período que se iniciam as reformas neoliberais, que resultaram em maior abertura da economia, na maior liberdade de circulação para o capital e em maiores facilidades para territorialização das multinacionais do agronegócio de grãos em todas as regiões do país. As mudanças socioeconômicas, políticas e técnicas decorrentes das políticas neoliberais propiciaram um crescimento vertiginoso da produção de soja no Brasil. Apesar dos investimentos tecnológicos para ampliar a produtividade, esse processo se sustentou principalmente na velha prática de aumento da área plantada, o que gerou a intensificação de conflitos agrários e de impactos socioespaciais. De modo que, neste início do século XXI, em que pese o fato do Brasil ser um país urbano, a questão agrária se constitui um dos grandes problemas estruturais do desenvolvimento capitalista no país.

No plano político-institucional, independente do partido político que assumiu o governo brasileiro no período estudado, uma característica se manteve constante: o amplo apoio do poder Executivo à expansão do agronegócio. Essa mesma característica marca a atuação do Congresso Nacional, no qual surgiu e se consolidou a chamada Bancada Ruralista, que é a maior força política do parlamento brasileiro, que envolve quase a totalidade dos partidos do país e tem ampla representação em todas as regiões.

Partindo do argumento de Adam Przeworski (1989), de que a democracia, enquanto uma construção burguesa, foi pensada como um mecanismo de 'equilíbrio' entre as classes sociais, no qual se permitia uma maior participação política dos trabalhadores em concessão da privatização do capital, compreende-se a cumplicidade entre democracia e capitalismo.

No que tange ao embasamento teórico este artigo se alicerça no diálogo entre categorias da Geografia, da Economia e da Ciência Política, uma vez que as reconfigurações do Estado implicam em reconfigurações da perspectiva de desenvolvimento econômico, da democracia e da produção do espaço, condicionadas pelo processo de acumulação de capital. Neste processo de análise se concebe a democracia a partir de projetos de emancipação social (BORÓN, 1995, 2004), questionando a constante prática de estratégias discursivas “a serviço da identificação de modelos que são funcionais para a reprodução do marco existente” (MONEDERO, 2011, p.43).

Outro conceito relevante no estudo é o de agronegócio, entendido como uma complexa articulação de capitais (CAMPOS, 2011; DELGADO, 2012) que tem intensificado múltiplas desigualdades socioespaciais no Brasil, tanto por meio tanto da territorialização empreendimentos capitalistas quanto pela monopolização do território (OLIVEIRA, 2004), impondo novas dinâmicas espaço-temporais aos lugares. Essa análise da expansão territorial do agronegócio se baseia na perspectiva da multidimensionalidade do poder (RAFFESTIN, 1993), que considera que a construção de territórios não é prerrogativa do Estado. Neste sentido, é que se analisa a transformação de grandes áreas rurais e de muitas pequenas e médias cidades de todas as regiões do Brasil em territórios do agronegócio, uma vez que são os segmentos dos vários negócios relacionados a produção de commodities agropecuárias que dominam a economia e condicionam a ocupação e uso do espaço.

Este estudo do papel do Estado na expansão do agronegócio faz parte do projeto de pesquisa *“Impactos econômicos e transformações socioespaciais no espaço rural latinoamericano desencadeadas pela expansão do agronegócio - o caso da soja no Brasil, Argentina e Paraguai a partir da década de 1990”*, que envolve pesquisadores de diferentes instituições brasileiras. Os principais procedimentos metodológicos adotados foram a pesquisa bibliográfica e o levantamentos de dados sobre a banca ruralista, as mudanças de legislações e a expansão da soja no país.

Reconfigurações da democracia em compatibilidade ao capital

As justificativas de que a democracia depende ou requer uma economia de mercado são muitas. Para o precursor do neoliberalismo, o economista austríaco Friedrich Von Hayek (1990), só no âmbito do capitalismo a democracia se torna possível, porque o capitalismo é um sistema de concorrência baseado no direito de dispor livremente da propriedade privada e a democracia é um meio, um instrumento para salvaguardar a paz interna e a liberdade individual.

Seguindo essa perspectiva analítica Robert Dahl (1992, p.82) afirma que “embora nem todos os países capitalistas são ou têm sido democráticos, todos os países democráticos têm sido economias capitalistas”. Essa conexão, para ele, não parece ser um acidente histórico. Dahl argumenta que uma economia de mercado estritamente livre não sobrevive por muito tempo em países democráticos. Não que ele discorde desse tipo de economia, mas, segundo o autor, o próprio processo democrático impede seu amplo funcionamento. A economia de mercado prevalece nas democracias, porém com intervenção estatal. Para ele, isso acontece porque em países democráticos, o jogo democrático tem cidadãos adultos com poder de voto, de escolha, de coalizão. E, como já dizia em 1971 em seu *Poliarquia*, os líderes são eleitos com incentivos para responder às vontades e necessidades das pessoas.

Com esses poderes (o voto, as coalizões), as vítimas do mercado livre, de acordo com o autor, têm probabilidade de influenciar o governo a adotar políticas intervencionistas destinadas a protegê-las. Por isso que o autor afirma que em cada país democrático, a economia de mercado é modificada pela intervenção do governo eleito; que quer se manter no poder e, dessa forma, cede aos interesses dos grupos de interesses. Caso contrário, estes grupos procurarão a oposição para apoiar suas reivindicações.

Nessa perspectiva de que o mercado é condição necessária à democracia, que a redemocratização se fortalece nos países em desenvolvimento ao mesmo tempo em que se torna funcional para o capitalismo, permitindo a expansão da acumulação do capital sob a legitimidade democrática. Ou seja, governos eleitos democraticamente sucumbem-se aos interesses do capital. A mais evidente prova disso é o processo de redemocratização na América Latina paralelo à implementação de políticas neoliberais.

Desse modo, nos parece bastante pertinente a constatação de Przeworski (1989, p.243) de que o capitalismo é compatível com a democracia, ou vice-versa, porque as “teorias econômicas são racionalizações dos interesses políticos de classe e grupos, e como tal devem ser tratados. Por trás de alternativas econômicas espreitam visões de sociedade, modelos de cultura e investidas em direção ao poder. Projetos econômicos implicam projetos políticos e sociais”.

Por isso que, de forma polêmica, Przeworski (1994) argumenta que a democracia não precisa ter um conteúdo social e que pode conviver com desempenho econômico insatisfatório, porque os interesses são outros.

Contraposições e explicações do sistema discursivo

Contrapondo a essa compatibilidade entre democracia e capitalismo, Ellen Wood (2003) argumenta que o capitalismo representa o governo de classe pelo capital, e, portanto, limita o poder do povo, sem se preocupar com as condições básicas da vida.

o capitalismo é estritamente antitético à democracia não somente pela razão óbvia de que nunca houve uma sociedade capitalista em que a riqueza não tivesse acesso privilegiado ao poder, mas também, e principalmente, porque a condição insuperável de existência do capitalismo é o fato de a mais básica das condições de vida, as exigências mais básicas de reprodução social ter de se submeter aos ditames da acumulação do capital e às leis do mercado (WOOD, 2003, p. 8).

O exemplo típico dessa incompatibilidade, para a autora, é a disposição manifesta da necessidade de deprimir a condição dos trabalhadores no interesse de mercados flexíveis de trabalho e uma “tendência de incluir entre os inimigos da flexibilidade até mesmo os direitos e as proteções que qualquer um, com exceção dos mais fanáticos dos neoconservadores, teria preferido preservar” (WOOD, 2003, p.246).

Borón (2004) também sugere essa incompatibilidade, e argumenta que o capitalismo na periferia da economia mundial não reproduziu instituições políticas democráticas, como nos países em que se desenvolveu originalmente. E não vê aliança nenhuma entre mercado e democracia. Ao contrário, diz ele:

En realidad el neoliberalismo remonta en un dilema mucho más grave y, tal vez por eso, mucho menos explicitado: mercado o democracia. La democracia es el verdadero enemigo, aquello que está en el fondo de la crítica antiestatalista del neoliberalismo. No es al Estado a quien se combate, seno al Estado democrático (BORÓN, 2004, p.100).

Para Borón, essa coincidência entre democracia e capitalismo é uma novidade de nosso século, que só foi possível porque a primeira foi rebaixada a apenas regras procedimentais, coexistindo assim sem muitos conflitos ou represões. O que as revoluções burguesas criaram, segundo Borón, foi um Estado liberal, fundado em uma base eleitoral estreita que as lutas populares obrigaram a

expandir. Um Estado que assegura o predomínio das classes dominantes de dois modos: através do aparato estatal e de recrutamento de quadros dirigentes, e de mecanismos que possibilitem a produção, distribuição e o consumo estarem nas mãos da burguesia.

O ponto chave dessa discussão é que a democracia na perspectiva liberal abandona o conflito. As primeiras impressões desse abandono podem ser vistas na descrição da democracia americana feita por Tocqueville ainda no século XIX. Uma democracia regida pelo acordo, pelo consenso, pelo procedimento, anulando milhares de sujeitos da história norte-americana: negros e índios. O espaço de deliberação torna-se restrito a alguns sujeitos privilegiados nas sociedades. A negação dos outros e o discurso da “inevitabilidade” dessa negação através de práticas políticas, culturais e econômicas é que denomina de esvaziamento da democracia.

Em “Para ampliar el canon democrático”, Boaventura de Souza Santos e Leonardo Avritzer (2003) chamam a atenção para o esvaziamento da democracia, a partir dos elementos de sua concepção hegemônica – a liberal: com sua valorização pela apatia política, seu pluralismo elitista, sua participação limitada, sua preocupação excessiva com os desenhos eleitorais – ignorando tudo que está do outro lado da linha. Segundo Santos e Avritzer, as condições estruturais dessa concepção surgem pós Segunda Guerra Mundial fortalecidas pela compatibilidade entre o modo de produção e a forma de governo. Conforme os autores, houve uma extensão democrática a partir dessa concepção, porém com degradação para a prática do processo. E o debate sobre democracia, segundo Santos e Avritzer, limitou-se a duas formas hegemônicas dentro da concepção liberal: 1) o abandono do papel da mobilização para a construção democrática e 2) a solução elitista da representação.

Nessa direção, de acordo com os respectivos autores, a democracia é compreendida como forma e não como substância. E o pensamento schumpeteriano predomina com a preocupação das regras para a tomada de decisão e o discurso da irracionalidade dos indivíduos para justificar um determinado conjunto de valores liberais nas decisões políticas. Santos e Avritzer (2003) também chamam a atenção para a influência das ideias de Norberto Bobbio nessa concepção de democracia, tomando-a com um conjunto de regras para a formação de maiorias.

O sistema discursivo do capitalismo reinventa-se a cada período e sociedade para se conservar. Uma de suas grandes invenções no campo das ideias foi utilizar-se das leis para impor suas regras. Seja nos Estados de exceção ou de

direito, o capitalismo neste século XXI impõe-se, entre outros mecanismos, através de um sistema discursivo. A linguagem seja talvez o principal mecanismo dessa estratégia, e ao mesmo tempo uma evidência das contradições do sistema, que Monedero (2011) coloca em questionamento: o do salto para a humanização através da linguagem e o fato de milhares de pessoas estarem à margem desse desenvolvimento, sem o mínimo para viver.

Para Monedero (2011, p.43), a linguagem, a opinião pública, como bloco de referência, está a serviço da identificação a modelos que são funcionais do marco existente, para a criação de uma atitude conformista. Nesse sentido é que a linguagem justifica as desigualdades, naturalizando-as, tornando-se um elemento que contribui de forma decisiva ao esvaziamento da democracia. Por isso, o autor chama a atenção para a recuperação da fala, dos espaços de linguagem, numa compreensão de que fala-se pelo povo, através da representação na esfera de tomada de decisão, eximindo-o de qualquer possibilidade de deliberação. Por isso, de acordo com Monedero, na perspectiva neoliberal “democracia é o que o neoliberais dizem que é – um mero procedimento sujeito a fórmulas de consenso e não de conflito”.

Nesta mesma direção, David Harvey (2007) explica que os pensamentos neoliberais tornaram-se um hegemônico modo de discurso, fundamentado sobre dois valores centrais da civilização: a dignidade humana e a liberdade individual. A doutrina neoliberal, segundo Harvey, apoderou-se desses valores como ideais ameaçados não somente pelo fascismo e comunismo, mas também por todas as formas de intervenção do Estado que substituíram a liberdade individual de escolhas por julgamentos coletivos.

De acordo com Harvey, essa construção do consenso neoliberal deveu-se muito ao apelo desses dois valores. Não fosse isso, seria difícil convencer a aceitação de um projeto com grandes desajustes sociais. Além disso, conforme o autor, uma vez o aparato estatal tornando-se neoliberal, o governo poderia usar seus poderes de persuasão, cooptação, suborno e ameaça para manter o clima de consenso necessário para a perpetuação no poder. A força e a coerção, segundo Harvey, foram também usadas para produzir uma fatalística aceitação da ideia de que não havia outra alternativa.

É nesse sentido que, segundo Harvey, os neoliberais persistem na busca da privatização dos bens. Setores regulados pelo Estado deveriam, pois, se tornar privados. A argumentação era a de que seriam muito melhor administrados e estariam livres da tendência de indivíduos irresponsáveis superexplorar bens comuns – a chamada tragédia dos comuns. A palavra de ordem seria, desse modo,

conforme o autor, competição - entre indivíduos, empresas, entidades territoriais -, vista como a virtude principal. E onde as regras de competição não fossem claras, o Estado usaria seu poder para impor ou inventar sistemas de mercado.

O Estado e os governos a serviço do capital

O Estado brasileiro já nasceu para atender aos interesses de um pequeno grupo político-econômico: a coroa portuguesa. Como destacam Prado Jr (1998) e Furtado (1989) a colônia brasileira constituiu a primeira grande empresa colonial agrícola europeia, um vasto território explorado com a finalidade de gerar lucros crescentes para os que comandavam o empreendimento. De lá para cá, a circulação das elites no poder foi traçando e constituindo o perfil do Estado, dos pontos de vista político e administrativo. Inicialmente um Estado oligárquico e patrimonialista. Entre 1930 a 1980, um Estado nacional desenvolvimentista (dependente) e burocrático. Anos 1990, tornou-se neoliberal e, para usar uma expressão de Bresser-Pereira (2001), gerencial.

Essas mudanças no perfil do Estado tem propósitos. O modelo neoliberal, discutido neste trabalho, veio para atender pressupostos do mercado diante da resistência do modelo desenvolvimentista em gerir uma economia mais aberta, mais adequada ao processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), que implica em políticas de liberalização, privatização e desregulamentação, garantindo maior fluidez e densidade ao processo de acumulação capitalista. E foi marcado pelas reformas implementadas nos moldes da doutrina neoliberal; que, entre outras coisas, propunha a não interferência do Estado na esfera econômica, a não ser para garantir a segurança do mercado e criar as condições para ampliar a acumulação de capital nas mãos dos grandes grupos capitalistas privados.

O declínio do estado desenvolvimentista foi um marco na concepção do Estado brasileiro. O Estado enquanto instituição provedora do desenvolvimento foi substituído pelo Estado gerenciador dos processos econômicos, tal como orientava a cartilha neoliberal. Essa mudança no papel do Estado foi possível graças ao discurso neoliberal de que o Estado era o grande culpado pela crise da dívida na América Latina. E, portanto, ele teria que mudar para que a região voltasse a crescer.

A visão utilitarista dos neoliberais transformou o Estado no inimigo do mercado, principalmente a partir da crise dos anos 1980, quando este foi incapaz de conter uma estagflação na região. O Estado, portanto, tinha perdido sua utilidade e o mercado, por sua vez, deveria se ocupar da política macroeconômica

da região. A ordem, então, dos organismos institucionais internacionais para os estados em desenvolvimento foi a de dismantelar a máquina existente de intervenção estatal. Cabia ao Estado encolher e exercer funções, principalmente, políticas e de forma que corroborasse com as práticas neoliberais.

Desse modo, o pensamento neoliberal preconizou não somente a saída dos Estado de todas as atividades produtivas e intervencionistas, mas também um processo de privatização e de desregulamentação generalizado. De acordo com Bresser-Pereira (2009), o que se pretendia era:

um Estado fraco que deixasse que as economias nacionais, tanto dos países ricos onde essa ideologia se originou, quanto dos países em desenvolvimento, se transformassem em “campo de treinamento” (*playing field*) das grandes empresas e dos seus altos executivos e agentes financeiros, deixando-os livres para nelas realizar rendas de todos os tipos em vez de juros moderados, de lucros empresariais e de ordenados (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 9).

Mas um Estado fraco no que diz respeito às decisões na esfera econômica. Porque o Estado continuou seguindo como instrumento para a deliberação dos interesses do capital, tanto nacional quanto internacional. E nesse sentido se fortaleceu ainda mais, porque ganhou legitimidade ao ser governado por representantes eleitos diretamente pela população. Ou seja, as decisões políticas eram tomadas por “representantes do povo” e, como consequência, seriam para o bem comum. Mas assim não se fez. Muitos presidentes eleitos pelo voto direto, após a redemocratização, estavam comprometidos com os ideais neoliberais, apesar de em suas propostas de campanha isto não estivesse evidenciado (CAMPOS et al, 2012).

A transição democrática, em processo nesse período, mostrou-se eficaz para legitimar as mudanças no Estado. De forma pactuada, permitiu a continuidade das elites no poder e o estabelecimento de um tipo de democracia associado aos interesses do mercado. Os governos democráticos estabeleceram os padrões das políticas neoliberais reduzindo gastos sociais, enquadrando-se à disciplina fiscal, flexibilizando o câmbio, privatizando, descentralizando, reduzindo as funções do Estado, independentemente da opinião pública e das consequências sociais. Os legislativos aprovaram as privatizações, a flexibilização do mercado ocasionando o desemprego de centenas de milhares de pessoas, e a diminuição de restrições ao investimento estrangeiro direto.

Apesar das políticas neoliberais de liberalização da economia e de privatizações terem sido implementadas desde o governo Collor e 1990, a reforma do Estado, como preconizava o Consenso de Washington, foi iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso, e retirou do Estado funções básicas dentro da esfera econômica e social. E os processos de privatização se tornaram ainda mais amplos e estruturados em 1997 quando se instituiu o Programa Nacional de Desestatização do governo FHC. A participação do capital estrangeiro, que havia sido de 5% nas privatizações entre 1990 e 1994, passou para 53% nos anos FHC. 80% das empresas privatizadas neste período eram do setor de infraestrutura e serviços.

No começo de seu segundo mandato, FHC firmou acordo com o FMI para um empréstimo tendo como contrapartida a imposição de medidas de estabilização fiscal, já iniciadas no Brasil. Neste contexto foi aprovada no Brasil a lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04-05-2000), que impõe sérios limites aos gastos sociais, mas não estabelece limites para os gastos financeiros do governo. Desde o início do século XXI esta lei tem sido o principal instrumento para assegurar a transferência de valores monetários do Estado para os detentores dos títulos da dívida pública brasileira. E como a política econômica utiliza elevadíssimas taxas de juros como mecanismo de controle inflacionário, a dívida pública interna só aumenta porque também é regulado pelos juros do país. Desse modo os bancos têm elevados lucros no país mesmo nos anos de baixo crescimento do PIB, porque estão entre os principais detentores dos títulos da dívida.

No âmbito político, para conseguir colocar em prática este modelo de política econômica neoliberal, centrado na estabilidade econômica medida pela inflação, Fernando Henrique Cardoso precisou estabelecer o que Lenardão (2008) chamou de ‘pacto conservador’: a coalizão entre o PSDB e partidos de perfil clientelístico e velhas oligarquias políticas. Este pacto seria caracterizado, conforme o autor, como um bloco político- ideológico, porque foi capaz de formar uma “aliança bem-sucedida entre o que se poderia chamar de ‘cosmopolitismo de cócoras’ de uma parte da intelectualidade paulista e carioca atrelada às altas finanças internacionais e o localismo dos donos do sertão e da malandragem urbana brasileira” (FIORI, 2001, apud LENARDÃO, 2008, p.200).

Para muitos, a princípio, seria complicada a compatibilidade desse pacto conservador entre a modernização neoliberal e fisiologismo, clientelismo e as práticas patrimonialistas. Mas Elsie Lenardão (2008) afirma que tal pacto foi uma constante, evidenciada pelo apoio de parlamentares ao governo em suas empreitadas neoliberais, em troca de benefícios. Essas práticas políticas funcio-

naram como recursos de negociação, que se transformaram no principal meio do governo executar suas diretrizes. A democracia limitou-se a ser um regime político de caráter procedimental, funcional à expansão da acumulação do capital estrangeiro no país, por meio das políticas neoliberais.

É neste sentido que se observa como a democracia brasileira se constituiu limitada à esfera eleitoral e quão esta característica foi útil para a implementação de políticas neoliberais. E um dos setores da economia que mais cresceu no país neste contexto neoliberal foi o agronegócio. As políticas liberalizantes facilitaram a instalação de empresas multinacionais, de modo que se intensificaram os processos de concentração e centralização de capital nos setores a montante e a jusante da produção agropecuária e o crescimento econômico da China, que elevou o preço internacional das commodities, incentivou o governo a adotar medidas que estimularam a exportação de produtos primários, de modo que, apesar da retórica liberalizante, a expansão do agronegócio no país vem se intensificando com a «mão visível» do Estado brasileiro em diversos aspectos.

A expansão do agronegócio no Brasil

Ainda que prevaleça no senso comum uma concepção asséptica de agronegócio, associada a uma visão sistêmica das atividades agropecuárias e agroindustriais (RUFINO, 1999; ARAÚJO, 2009), nesta pesquisa adota-se o conceito de Campos (2011, p. 109) para quem o:

[...] agronegócio deve ser compreendido como uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um *locus* privilegiado de acumulação capitalista, produzindo, simultaneamente, riqueza para poucos e pobreza para muitos e, por conseguinte, intensificando as múltiplas desigualdades socioespaciais.

Essa perspectiva crítica de análise também é adotada por Delgado (2012, p. 89) que contesta essa visão descritiva de agronegócio como sendo o simples somatório de atividades realizadas antes, durante e depois do processo de produção agropecuária. De modo que para ambos os autores supracitados no Brasil agronegócio não pode ser entendido como uma tradução literal de *agribusiness*.

[...] agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado (DELGADO, 2012, p. 94).

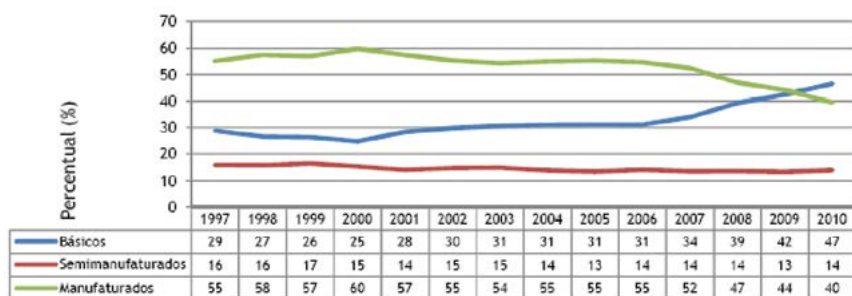
Para este autor, vigora no país neste século XXI um:

[...] novo pacto da economia política do agronegócio”, costurado pela “articulação público privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais perseguindo lucro e renda da terra” (DELGADO, 2012, p. 109).

Os efeitos deste pacto já estariam sendo sentidos por exemplo na elevação do preço da terra, na frouxidão da política fundiária, no aprofundamento da inserção externa das cadeias agroindustriais, entre outros.

Nesta perspectiva de análise o processo de crescimento da economia aliçado na expansão do agronegócio, produz efeitos nefastos para o conjunto do país uma vez que implica em uma reprimarização da economia, que amplia a vulnerabilidade externa do país, girando para traz a roda da história no que tange a industrialização, fenômeno essencial ao processo de desenvolvimento econômico na perspectiva estruturalista desenvolvimentista que caracterizou o Estado brasileiro até a década de 1970. Esse processo de reprimarização pode ser mensurado pela inversão na pauta de exportações brasileiras evidenciada pelo gráfico I.

Gráfico I. Evolução da Participação Percentual dos Níveis de Agregação de Valor nas Exportações Totais, Brasil, 1997-2010

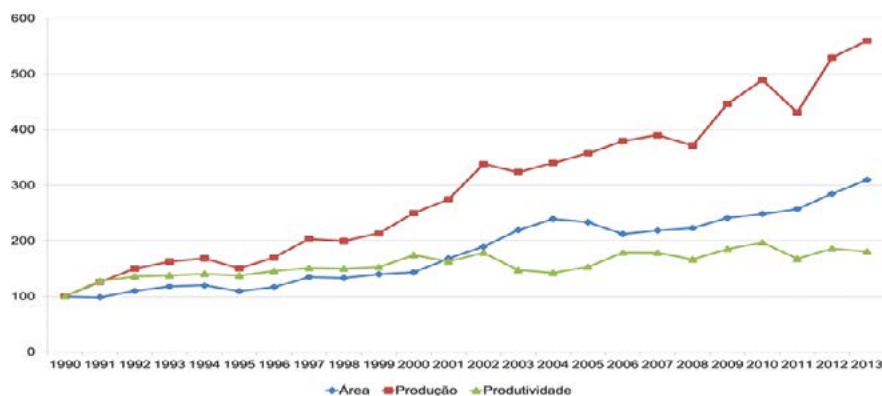


Fonte: Instituto de Economia Agrícola - IEA-USP, apud Gonçalves (2011).

Como se pode observar no gráfico os produtos básicos são os que mais cresceram no início desse século XXI, superando os produtos manufaturados no final da primeira década. No início dos anos 2.000 os produtos básicos, constituídos pelas commodities agrícolas e minerais, representavam 25% das exportações do país e em 2010 respondiam por 47% das exportações do país. E a soja in natura é o principal item exportado entre os produtos básicos.

E ao contrário do discurso das lideranças do agronegócio a expansão da soja não ocorre apenas por meio do aumento da produtividade, mas sobretudo por crescimento da área plantada, o que vem produzindo um aumento da concentração de terras e portanto a intensificação de conflitos agrários no país. O gráfico II evidencia essa característica da expansão da soja no Brasil a partir de 1990.

Gráfico II: Evolução da área plantada, da produção e produtividade da soja no Brasil - 1990-2013



Fonte: Braganholo e Castilhos (2014), a partir de dados da CONAB.

Como se pode observar no gráfico II até o final dos anos 1990 o aumento da produtividade era superior ao crescimento da área plantada, contudo, a partir dos anos 2.000, houve uma enorme expansão da área plantada. Os dados da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB¹ indicam que entre as safras 2002/03 e 2012/13 a produção do país cresceu 62%, passando de 52 milhões de toneladas para 84,4 milhões de toneladas. Neste mesmo período a área plantada cresceu 50%, passou de 18,5 milhões de hectares para 27,8 milhões de hectares. Em média, nestes dez anos, houve um aumento na área plantada de 4,1% ao ano, enquanto o aumento da produtividade foi de apenas 0,8% ao ano.

E essa tendência de crescimento da produção alicerçada na expansão de área deve permanecer ao longo da próxima década. Segundo projeções do Ministério da Agricultura (2016, pg. 39) a produção de soja deve aumentar de 95 para 129 milhões de toneladas na próxima década. E esse crescimento será resultando da expansão da área plantada. “A área de soja deve aumentar 10,0 milhões de hectares nos próximos 10 anos, chegando em 2026 a 43,2 milhões de hectares. É a lavoura que mais deve expandir a área na próxima década, seguida pela cana-de-açúcar com cerca de 1,9 milhão de hectares adicionais”. E nesse mesmo período a produtividade deve permanecer estagnada, em torno de três toneladas por hectare. Esse aumento de área deve ocorrer tanto substituindo outros produtos quanto em novas áreas, o que implica numa tendência de acirramento dos conflitos agrários.

O último censo agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 2006 constatou o aumento do índice de Gini referente à estrutura agrária. No levantamento censitário de 1995, o índice ficou em 0,85 e dez anos depois havia ampliado para 0,87.

Um processo de expansão territorial não se viabiliza sem estratégias políticas bastante eficientes, sobretudo em meio a conflitos socioespaciais tão intensos. No contexto latinoamericano se observa que tanto as organizações de proprietários rurais quanto os conglomerados do agronegócio tem uma grande capacidade de articulação política, em múltiplas escalas, particularmente na escala nacional. Uma das evidências dessa capacidade de articulação é a influência destes segmentos nas decisões dos poderes executivo e legislativo.

No Brasil, a chamada “Bancada Ruralista”, que tem caráter suprapartidário e é composta por parlamentares de todas as regiões brasileiras, já deu várias manifestações de seu poder de articulação política e social para garantir as con-

¹ Estes dados foram divulgados em vários meios de comunicação do país entre os quais a Revista Safra. Disponível em <http://revistasafra.com.br/producao-de-soja-no-brasil-aumenta-62-em-dez-anos/> acesso em 20-07-2013.

dições necessárias para a expansão do agronegócio. No próximo item se analisa mais detalhadamente a composição desta bancada.

Representação política do agronegócio no Congresso Brasileiro

Em todos os países pesquisado a eleição de políticos que representem seus interesses nos parlamentos é uma das estratégias dos segmentos do agronegócio. Tanto que frequentemente os meios de comunicação noticiam que determinados projetos foram aprovados ou reprovados, ou simplesmente ficam emperrados no labirinto burocrático dos parlamentos em função da pressão dos representantes do agronegócio.

No Brasil o Congresso se constitui um território do agronegócio. Ainda no começo do século XIX, o poder legislativo brasileiro constituiu-se sob o domínio absoluto da classe proprietária. Naquele momento, os proprietários de terra. Quase dois séculos depois, o parlamento ainda é espaço de defesa dos interesses de proprietários rurais. Sua organização mais efetiva iniciou-se em um período de transição democrática, pluralismo político e em um cenário de luta pela defesa de direitos básicos: a Assembleia Constituinte de 1988. Nesse contexto, foi criada a Frente Ampla Ruralista, mais conhecida como bancada ruralista, que já mostrou sua força no texto constitucional – assegurando a preservação dos direitos de propriedade rural, mesmo sob a caracterização de latifúndio.

Até 1994 essa bancada ruralista, da qual faziam parte deputados e senadores, era uma organização informal. Em 1995 foi, então, criada a Frente Parlamentar de Agricultura. Em 2002 passou a ser chamada de Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária e, por fim, em 2008, Frente Parlamentar de Agropecuária (FPA). Em seu site, o objetivo da organização é claro: estimular a ampliação de políticas públicas para a defesa do agronegócio nacional. Entre as prioridades estão o que chamam de “...modernização da legislação trabalhista, fundiária, tributária além da regulamentação da questão de terras indígenas e áreas de quilombolas, para garantir a segurança jurídica necessária à competitividade do setor.”²

A FPA é a força política mais expressiva do Congresso Nacional. E seus representantes estão em todas as regiões. Os Gráficos III e IV evidenciam a força da bancada ruralista no parlamento brasileiro, sobretudo na região Centro-Oeste, que concentra a maior produção de soja no país.

²Retirado do site <http://fpagropecuaria.org.br/fpa>

Gráfico III - Representantes da FPA no Senado Brasileiro por Região - 2015

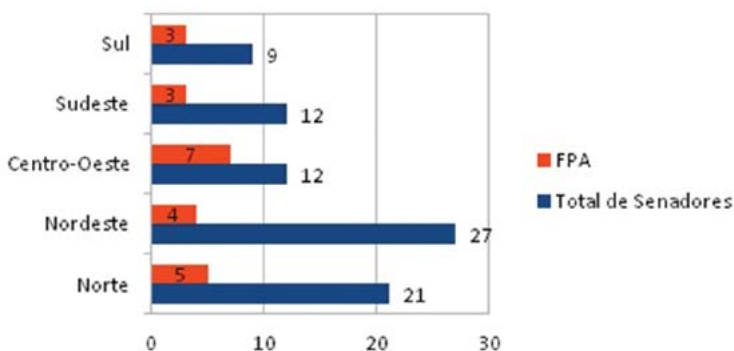
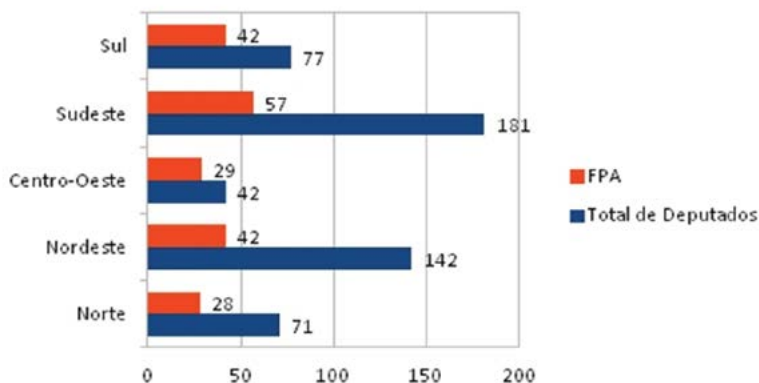


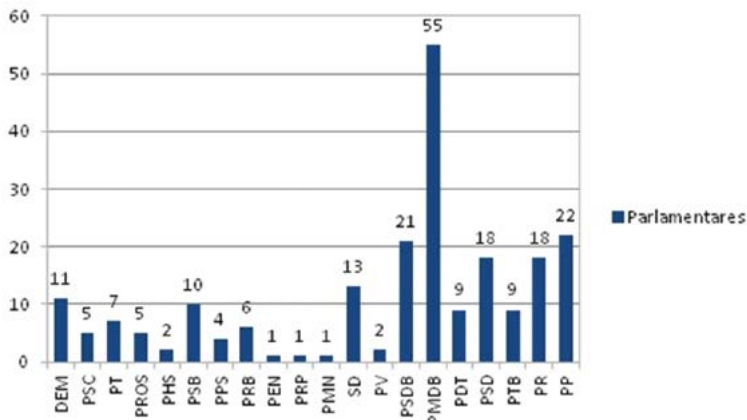
Gráfico IV: Representantes da FPA na Câmara dos Deputados do Brasil por Região – 2015



Como evidenciam os gráficos III e IV a FPA contava com 22 parlamentares, sendo 22 senadores e 198 deputados federais. Ou seja, 27% dos senadores e 38,6% defendem os interesses dos grandes proprietários fundiários e dos segmentos do agronegócio.

No que se refere a composição partidária, como se disse anteriormente essa frente é pluripartidária, reunindo tanto partidos de direita quanto de esquerda, como evidencia o gráfico V.

Gráfico V - Número de Parlamentares na FPA por partido - Brasil - 2015



No que tange ao aspecto territorial, apesar de reunir parlamentares de todos os estados se observa uma concentração maior de representantes na FPA nos estados em que o agronegócio tem elevado peso na economia. Desse modo, em estados como Paraná, Goiás e Tocantins mais de 60% dos parlamentares participam da Frente. E o consenso absoluto ocorre no estado do Mato Grosso, responsável por quase 30% da produção de soja do país. No MT 100% dos parlamentares participam da FPA. Isso evidencia a aliança entre poder econômico e político no Brasil (MEDEIROS, 2005).

Ainda que tenha surgido formalmente no governo Fernando Henrique (1995), a força dessa bancada não se reduziu com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder executivo. Pelo contrário, se manteve o vínculo entre o Ministério da Agricultura (MAPA) e a Frente Parlamentar de defesa da agropecuária (FPA), por meio da nomeação de políticos membros dessa frente parlamentar para executar a política agrícola do país. No governo Lula, uma das grandes lideranças do agronegócio brasileiro, fundador da Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG, Roberto Rodrigues, foi ministro da agricultura. E no governo de Dilma Rousseff, também do PT, a principal liderança da bancada ruralista no Senado, a Senadora do Estado do Tocantins Kátia Abreu foi Ministra da Agricultura. E essa parceria do executivo e legislativo se manteve após o impeachment da presidente Dilma, tanto que no governo de Michel Temer o Senador pelo Mato Grosso, Blairo Maggi, o maior produtor de soja individual do mundo, assumiu o Ministério da Agricultura.

De modo que, independente do partido que governa o Brasil, e mesmo em um contexto de ajuste fiscal, o poder executivo e o poder legislativo fizeram grandes esforços para criar as condições político-institucionais para viabilizar a expansão do agronegócio no Brasil. No âmbito do executivo o apoio incluiu um amplo programa de investimentos em áreas como infraestrutura e logística, instrumentalizando o território para a maior fluidez das mercadorias do agronegócio. Mas, ainda que as obras e os financiamentos de custeio e investimento seja um aporte relevante para a expansão do agronegócio em geral, e da soja em particular, considera-se como fundamental analisar algumas mudanças de legislações que foram fundamentais para a expansão territorial da soja no Brasil, desterritorializando outros produtos, pessoas, culturas, transformando profundamente paisagens, biomas, criando novas articulações entre o campo e a cidade, impondo novos tempos e uma nova dinâmica no processo de produção do espaço.

Legislações que favoreceram diretamente a expansão da soja no Brasil

Nesta sessão se destaca três legislações entre as muitas elaboradas a partir da década de 1990 que favoreceram a expansão do agronegócio, particularmente da produção de soja no Brasil: Lei Kandir, liberalização de transgênicos e código florestal. Cada uma delas favoreceu essa expansão em um aspecto. A primeira criou condições favoráveis do ponto de vista tributário, à exportação de commodities. A segunda viabilizou o domínio tecnológico das multinacionais sobre o processo produtivo nacional. E a terceira tirou barreiras ambientais, possibilitando uma ampliação exponencial da áreas de lavouras.

A Lei Complementar 87, de 13-09-1996, conhecida como lei Kandir, numa referência ao deputado federal Antônio Kandir, de São Paulo que a propôs. Essa lei, sancionada pelo presidente Fernando Henrique, garante isenção no pagamento de impostos para produtos exportados in natura. De modo que tornou-se um importante mecanismo de estímulo ao processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira, conforme se evidenciou no gráfico I.

Analisando dados da participação do Brasil no comércio internacional de soja entre 1986 e 2011, Santos e Abrita (2014), constatam que antes da Lei a média de participação do Brasil na exportação da soja em grão no mundo era de 11%. Entre 1996 e 2011, passou a deter em média 26% do mercado mundial de soja em grão. Segundo os autores esse incremento na exportação da soja em grão após a lei indica que “a Lei Kandir pode ter estimulado a exportação do produto in natura em detrimento da exportação de óleo e farelo, que possuem maior

valor agregado”. Nesse mesmo período a participação brasileira no mercado de farelo cai de uma média de 31% para 25%. E a participação no mercado de óleo apresenta ligeira queda, passa de 22% para 21%. Esse aumento da exportação in natura tem como principal destino a China que prefere comprar os produtos brutos e agregar valor em seu próprio território, tanto que a China é exportadora de derivados de soja.

- Lei 10.688 de 03-06-2003, que autoriza liberação da soja transgênica do Brasil. A lei surge a partir da medida provisória 113/2003, proposta pelo governo Lula, atendendo a pressão de produtores de soja no RS que desde 1997 utilizavam sementes transgênicas importadas ilegalmente da Argentina. A lei resultou de uma negociação entre governo e congresso como reconhecimento de “um fato consumado”, ou seja, as lavouras estavam prontas para serem colhidas e a não autorização da colheita implicaria em grande prejuízo, argumentavam o governo e as entidades representativas do agronegócio. Dois anos depois, por meio da lei 11.105 de março de 2005, conhecida como lei da Biossegurança, o presidente Lula regulamente o cultivo e a fiscalização de organismos geneticamente modificados e cria os mecanismos institucionais para liberação e fiscalização dos transgênicos.

Conforme dados da Conab (2014) mais de 90% da soja produzida no Brasil já era transgênica na safra 2014/2015. O uso dessas sementes asseguraram um enorme mercado para as empresas multinacionais que fornecem as sementes. No final da primeira década do século XXI seis empresas controlavam esse mercado de sementes geneticamente modificadas em escala mundial: Monsanto (EUA); Syngenta (Suíça); DuPont (EUA); Basf (Alemanha); Dow Chemical (EUA); Bayer (Alemanha). Atualmente esse clube conhecido como Gene Giants (Gigantes da Genética) é ainda mais reduzido porque as americanas Dow e DuPont se fundiram no final de 2015 e a Bayer comprou a Monsanto no segundo semestre de 2016. Como destaca Marx (1985) ao analisar a lei geral do capitalismo, a tendência é que o desenvolvimento capitalista resulte não na expansão crescente da concorrência como preconizavam os liberais, mas na concentração e centralização de capital.

Outra legislação bastante relevante para a expansão do agronegócio no Brasil é a lei 12.651/2012, que institui o Novo Código Florestal brasileiro. A aprovação desse código foi uma ampla demonstração de força desta bancada ruralista, uma vez que competentes pesquisadores e instituições científicas renomadas evidenciaram a inadequação da proposta do Novo Código (PAULINO, 2015). Os impactos do novo código rapidamente se fizeram sentir com a ampliação do desmatamento. Um estudo realizado pela ONG The Nature Conservancy (TCT)

aponta que o país “perdeu entre 15% e 40% de áreas previstas para conservação obrigatória dependendo da região (...)”³. De modo que esse código possibilita avançar na estratégia de ampliar a área plantada com soja e outras commodities.

Costa (2012), apud Paulino (2015, p. 12) chama atenção para o fato de que a bancada ruralista “opera por coalização de interesses”. De modo que, “nas decisões que lhes afeta como classe”, chega a acomodar mais de 90% dos parlamentares brasileiros.

Algumas Considerações

Além dessas leis destacadas, a força política da bancada ruralista e o apoio do executivo ao agronegócio também se tornam explícitos na morosidade e na limitação da política de reforma agrária, no impedimento de avanço de legislação de combate ao trabalho escravo, na falta de combate a grilagem de terras, entre outros mecanismos que acirram os conflitos fundiários, aprofundam as desigualdades no acesso a terra e outros meios de produção e ampliam os impactos socioambientais.

E em grande medida a expansão do agronegócio só se viabiliza com o apoio do Estado que cria as condições políticas, jurídicas e de infraestrutura para o crescimento dessa forma de acumulação de capital. Nesse sentido, é que quando se fala em Estado Mínimo, é sempre pertinente questionar: Estado mínimo para que e para quem? O que se constata, analisando a atuação do Estado brasileiro nas últimas três décadas, é que, independente da retórica do partido que comanda o governo, o Estado tem sido mínimo, para atender as demandas da população e estabelecer limites à acumulação de capital.

No entanto, têm se ampliado a capacidade do Estado de impor limites à organização e luta da classe trabalhadora, seja por mecanismos ideológicos, jurídicos e econômicos, seja por meio da repressão policial. Além disso se ampliaram as formas de transferência de riqueza social para as mãos dos capitalistas, através do Estado - as privatizações, as terceirizações, a lei de responsabilidade fiscal, o superávit primário, o novo código florestal, as parcerias público-privadas - são algumas dessas novas formas produzidas e/ou intensificadas a partir da década de 1990 e que se mantêm.

Assim, quando se observa para quem o Estado brasileiro têm sido mínimo

³ Informação divulgada pela Agência de Notícias Reuters, divulgada pelo sitio G1. Disponível em <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2013/05/novo-codigo-florestal-fez-pais-perder-ate-40-de-areas-protegidas-diz-ong.html> Acesso em 08-07-2013.

a resposta é para o trabalho. Ao passo que é cada vez maior sua contribuição para a expansão e aceleração da acumulação capitalista, tanto no campo quanto nas cidades, aprofundando o desenvolvimento desigual do capital (SMITH, 1988). A atuação do Estado via poderes executivo e legislativo, em favor do agronegócio no Brasil é uma das evidências do papel estratégico do Estado na acumulação capitalista.

Bibliografia

- ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócio**. 2ª ed., São Paulo, Atlas, 2009.
- BORÓN, Atílio. **Estado, capitalismo y democracia en América Latina**. Argentina: Clacso, 2004.
- BRAGANHOLLO, Manuela e CASTILHOS, Clarisse. **Consequências preocupantes da expansão acelerada da soja**. Carta Conjuntura - FEE, ano 22, nº 07, Porto Alegre, 2014.
- BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Do Estado Patrimonial ao Gerencial. In: SACHS, Ignacy (org.). **Brasil : um século de transformações**. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 222-259, 2001.
- _____. **Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica**. Estudos Avançados. 23.(66), 2009.
- CAMPOS, Christiane S. S. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio - trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil - o caso de Cruz Alta/RS**. Outras Expressões/Clacso, Buenos Aires, 2011.
- CAMPOS, Christiane S. S.; CAMPOS, Rosana Soares; CASTILHOS, Clarisse Chiappini. **Estado mínimo para quê e para quem? A ampliação da funcionalidade do Estado para a acumulação de capital no contexto neoliberal na América Latina**. Anais do XVII Encontro Nacional de Economia Política, organizado pela Sociedade Brasileira de Economia Política - SEP, Rio de Janeiro, 2012.
- COLLIER, David; LEVITSKY, Steven. **Democracy “with adjectives: Conceptual Innovation in Comparative Research**. Kellogg Institute, Working Paper #230 - August 1996.
- CONAB. **Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos - terceiro levantamento**, Brasília, dez.2014. Disponível em http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_12_10_08_51_33_boletim_graos_dezembro_2014.pdf Acesso em dez 2015.

- DAHL, Robert. **La democracia-una guía para los ciudadanos**. Madri: Taurus, 2001.
- _____. Why free markets are not enough? In: **Journal of Democracy**. 3.3, 1992, p. 82-89.
- DELGADO, Guilherme Costa. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio - mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2012.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Editora Nacional, 1989.
- HARVEY, David (2007). **A brief history of neoliberalism**. New York: Oxford University Press.
- HAYEK, Frederich Von. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- LENARDÃO, Elsie. **A relação entre “modernização” neoliberal e práticas políticas “atrasadas” no Brasil dos anos 1990**. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, 16.31, novembro, 2008, p.197-214.
- MARX, Karl. **O capital** - livro I, vol. II. São Paulo, Coleção Os Economistas, Nova Cultural, 1985.
- MEDEIROS, Marcelo. **O faz os ricos ricos - o outro lado da desigualdade brasileira**. Editora Hucitec, São Paulo, 2005.
- MONEDERO, Juan Carlos. **El Gobierno De Las Palabras. Política Para Tiempos De Confusión**. Fce: México, 2011.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. Brasil - **Projeções do agronegócio** - 2015/2016 a 2025/2026. Brasília, julho, 2016.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In OLIVEIRA, Arioaldo e MARQUES, Marta Inês (org.). **O campo no século XXI - território de vida, de luta e de construção de justiça social**. São Paulo, Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. Questão Agrária: lutas, conflitos territoriais e contradições sociais no mundo do século XXI. In MITIDIERO Jr. et al, **A questão agrária no século XXI - escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. São Paulo, Outras Expressões, 2015.
- PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1998.
- PRZEWORSKI, Adam. The neoliberal fallacy. In.: **Journal of Democracy**.3.3, 1992, p. 45-59.

_____. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

RUFINO, José Luís dos Santos. **Origem e conceito do agronegócio**. Informe Agropecuário, Belo Horizonte, Epamig, nº 199, p. 17-19, jul/ago 1999.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.

SANTOS, Allan; ABRITA, Mateus. **Complexo da soja no Brasil - Consequências da lei Kandir e da Parceria com a China**. Anais do Encontro de Economia Gaúcha, PU-CRS, 2014.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual - Natureza, Capital e a Produção do Espaço**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo – a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.



Estudo sobre os efeitos da titulação em assentamentos rurais

Leandro Feijó Fagundes

Introdução

A realização dos primeiros assentamentos de reforma agrária no planalto médio rio-grandense sobre tudo a partir do final dos anos de 1970 eram uma promessa de reorganização territorial dos camponeses, face ao avanço das monoculturas de grãos, à tecnificação das atividades, os ganhos de escala e à consequente marginalização dos agricultores pouco capitalizados.

Porém, a realidade tem mostrado que a conquista da terra não é garantia de permanência no campo, tampouco a realização de assentamentos estanca, por si só, o processo mercantil capitalista de acumulação e concentração de terras. E vários fatores podem concorrer para isto, sejam eles políticos, econômicos ou sociais, como a falta de políticas de infraestrutura e de crédito, a precariedade dos meios de escoamento da produção, a dificuldade de se integrar à comunidade assentada e de fazer sucessores na família.

Com o “amadurecimento” de muitos assentamentos no Rio Grande do Sul, e a possibilidade vista pelo Estado para a sua emancipação, outro fator de influência sobre a permanência ou não dos assentados em seus lotes, tem sido objeto das discussões entre diferentes sujeitos sociais que participam da reforma agrária: a forma jurídica de concessão das terras.

Neste sentido, o Termo de Concessão de Uso, o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso e a Titulação de Domínio são as três formas utilizadas pelo Estado para transferir aos beneficiários da reforma agrária o direito de uso da terra. Pelos dois primeiros, o assentado não tem direito de propriedade sobre a terra, apenas de uso, portanto não pode transacioná-la no mercado. Apenas o terceiro tipo, a Titulação de Domínio, permite isto.

O MST é contrário à Titulação de Domínio, por entender a terra como um bem público não comercializável, e por entender que este mecanismo retiraria os assentados da condição de beneficiários das políticas de reforma agrária. Por outro lado, representantes governamentais veem neste mecanismo a possibilidade de emancipar os assentamentos, proporcionando aos assentados a condição dos demais agricultores familiares.

Neste debate, um dos argumentos contrários à Titulação de Domínio é de que, ao incorporar potencialmente os assentamentos ao mercado de terras, ela abre a oportunidade para a reconcentração das terras, seja pela aquisição de lotes por parte de assentados mais capitalizados, seja por agricultores ou investidores de fora dos assentamentos.

A história da propriedade privada demonstra ao longo dos períodos um movimento cíclico, que de tempos em tempos os legisladores e os operadores do direito, modificam ou mantem a estrutura agrária, lembrando que estes, são respaldados pela sociedade. Neste sentido, podemos compreender o conceito de propriedade como um movimento que é influenciado diretamente pelos sistemas econômicos e ideias políticas vigentes em cada momento histórico.

Alguns autores relatam exemplos de concepções ao longo da história humana de uso da terra por intermédio da propriedade coletiva, como os índios da América e os povos nórdicos da Europa, entre outros. Também se destaca o princípio coletivo dado a terra pelos orientais e pela Índia, está última com relação às áreas florestais. Este debate não será aprofundado neste artigo, entretanto, é pertinente compreender a concepção individual de propriedade, em uma dimensão que não trate como direito absoluto e sim como algo que deva estar subordinado às necessidades sociais de um povo.

O objetivo do artigo é trazer alguns elementos, com base no estudo de caso¹ do **Assentamento Macalli II**², que levaram à ocupação da terra, a resistência

¹ Trabalho apresentado na Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

² O Assentamento Macalli foi dividido em duas áreas pelas famílias (Macalli I e Macalli II). Esta divisão facilitou a vida comunitária das famílias, possibilitando um convívio social que se materializou na criação de duas sedes comunitárias. A Pesquisa ocorreu no Assentamento Macalli II.

após conquista e, posteriormente, ao processo de titulação das famílias, bem como a implicação deste e de outros fatores sobre a manutenção ou não das famílias assentadas, procurando verificar o processo de reconcentração fundiária no assentamento.

Para a realização deste trabalho e alcance dos objetivos do mesmo, fez-se uma pesquisa que envolveu levantamentos de informações bibliográficas, documentais e por entrevistas. A Pesquisa ocorreu no período correspondente ao segundo semestre de 2014 e o primeiro semestre de 2015, onde primeiramente realizou-se uma visita de reconhecimento do território, para identificar as relações sociais estabelecidas na comunidade.

Além disso, foram feitas entrevistas com os agricultores, levando em consideração a representatividade qualitativa que, como descreve Thiollent (1986), trata-se de um pequeno número de pessoas que são escolhidas intencionalmente em função da relevância que elas apresentam em relação a um determinado assunto. As entrevistas foram realizadas com os agricultores que vivenciaram todas as fases do assentamento, nestas, identificou-se a história da região e da área estudada, bem como as relações comerciais, produtivas, fluxo de entrada e saída de famílias no assentamento, relação com o Estado, entre outros assuntos do cotidiano do Assentamento Macalli II.

Um dos métodos utilizado na saída a campo foi a observação participante, na qual, segundo Becker (1994), o pesquisador coleta os dados participando do grupo ou organização, observando as pessoas e seus comportamentos em situações da sua vida cotidiana. Nas outras visitas procurou-se vivenciar os espaços coletivos construídos pela comunidade, como igreja, salão comunitário, campo de futebol e cancha de bocha, assim como as confraternizações realizadas entre as famílias.

As fontes bibliográficas e documentais de informações foram livros, relatórios, atas, editais, mapas, documentários, entre outros documentos históricos, com o propósito de caracterizar geograficamente os aspectos físicos e sociais do território estudado. Para tanto, contamos com o apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/RS) e da Secretária de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, responsável legal pelo assentamento.

O presente texto está dividido em três partes: a primeira contextualiza o Assentamento Macalli II; a segunda discute o contexto atual do problema da pesquisa, que envolve tanto a situação atual da titulação nas áreas de assentamento, como o debate em torno dos modelos de concessão de terras no âmbito

da reforma agrária; a terceira parte discute os resultados da pesquisa e apresenta as conclusões, em relação às implicações da forma de titulação.

Contexto do Assentamento Macalli

Na formação do planalto médio rio-grandense a força de trabalho utilizada era camponesa, para a acumulação de capital, nos últimos períodos, com o uso da máquina, diminuiu-se consideravelmente a necessidade da utilização dos camponeses para tal finalidade. Esta constatação pode ser observada a partir do estudo de caso, que mostra que o surgimento de mão-de-obra excedente forçou a luta pela terra, seja na busca da ocupação de áreas indígenas nas décadas de 40 e 50, seja mais tarde, com a expulsão dos agricultores destas áreas. Isso possibilitou o surgimento de movimentos organizados na ocupação de áreas, como foi o caso do latifúndio Fazenda Sarandi em 1962, e posteriormente com as glebas Macalli e Brillhante, pertencentes a este latifúndio, em 1979.

As famílias do Assentamento Macalli, são fruto da retomada da luta pela terra no Brasil, que ocorreu em várias partes do país. A partir de 1984, as famílias se inseriram na articulação da luta organizada dos trabalhadores, através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A partir deste período estes agricultores tiveram acesso à política de crédito, entretanto, nos primeiros anos do assentamento as famílias produziram com recursos próprios. Este contexto inicial de criação do assentamento, de dificuldade financeira, aliada a falta de infraestrutura e na sequência pelo endividamento de algumas famílias, contribuiu para um aceleração na diferenciação econômica entre as famílias e conseqüentemente na saída de alguns do processo da reforma agrária.

Desde que o Governador José Augusto Amaral de Souza (período do governo entre 1979 e 1983) entregou o Termo de Concessão de Uso – TCU –, um dos assuntos latentes nos anos 90 entre os agricultores era a Titulação. Com o aprofundamento das diferenciações entre as famílias, este assunto veio com força entre os camponeses, tendo um campo fértil no então Governo de Alceu de Deus Colares (entre 1991 e 1995), do Partido Democrático Trabalhista³ (PDT), mesmo grupo político que três décadas antes, na época de Leonel de Moura Brizola⁴, (que governou o Estado pelo PTB no período de 1959 a 1963) foi condu-

3 Partido político brasileiro de centro-esquerda e de ideologia trabalhista, fundado por políticos e intelectuais brasileiros no final da década de 1970, logo após o início do processo de abertura política da ditadura militar.

4 Leonel de M. Brizola foi eleito Governador do Rio Grande do Sul pelo Partido Democrático Brasileiro – PTB. Porém, considerando que este partido não representava mais os ideais trabalhistas históricos, formou um novo partido, o Partido Democrático Trabalhista. – PDT.

tor de uma política estadual voltada à questão fundiária, que desapropriou parte da Fazenda Sarandi para fins de reforma agrária, incluindo as glebas Macalli e Brillhante, que faziam parte deste grande latifúndio.

A partir da definição do Estado Gaúcho em agilizar o processo de titulação, transcorreu o levantamento da documentação necessária para fornecer às famílias a escritura da terra. Para concluir este procedimento, o agricultor tinha que estar regularizado no lote e realizar até um prazo pré-determinado pelo Estado, o pagamento de CR\$⁵ 1.789,47 por hectare. Se o agricultor não pagasse até o prazo estabelecido, o valor passava para CR\$ 8.294,54 a hectare, fato este que acelerou o processo de acesso à escritura da terra. Estes procedimentos adotados no passado servem como elementos a serem analisados, no processo, que esta em curso, da titulação em áreas da reforma agrária.

O contexto do problema

Contextualizando a Titulação nas áreas de assentamento

Para melhor análise dos processos de Titulação de assentamentos, o INCRA instituiu um Grupo de Trabalho (GT), criado pela Portaria 272/2012, onde se propôs a processar ajustes procedimentais relativos às normas que disciplinam a estruturação e funcionamento dos projetos de assentamentos, bem como reexaminar e reformular conceitos que compreendem suas fases constitutivas, a exemplo do seu desenvolvimento e consolidação, objetivando revesti-los de maior eficácia frente aos objetivos avocados pela reforma agrária.

O Grupo é composto por representantes - titular e suplente - das diretorias de Ordenamento da Estrutura Fundiária; de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento; de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento; de Gestão Administrativa; de Gestão Estratégica; da Procuradoria Federal Especializada, além de representantes de movimentos sociais que atuam na agenda da reforma agrária.

O grupo destacou aspectos relacionados à baixa qualidade dos assentamentos, bem como a pouca eficiência da política pública nas áreas reformadas, chegando a conclusão de que boa parte das famílias tituladas demandavam ainda apoio considerável do INCRA.

⁵ Cruzeiro Real - CR\$ - período de 01.08.1993 a 30.06.1994. A conversão de cruzeiros reais em reais deve ser feita mediante a divisão do valor em CR\$ pelo valor da URV de 2.750,00.

No que se refere à reforma agrária como perspectiva na sociedade brasileira, há vários pontos de vista, desde aqueles que afirmam que esta é uma política completamente equivocada e que vem criando verdadeiras favelas rurais, até aqueles que afirmam que **é uma das principais políticas de combate à exclusão social implantada no país** e vem tirando da pobreza um considerável contingente populacional, aportando condições dignas de vida e reprodução social.

Neste cenário de visões, o INCRA tem a incumbência de conduzir as políticas públicas para o conjunto dos assentamentos rurais, entretanto, ele tem de agir com um volume de recursos financeiros e humanos muito aquém da real demanda da reforma agrária brasileira.

Com esta situação, surgem visões internas no INCRA de que a única maneira de manter a estrutura operacional da instituição funcionando em condições desejáveis, dando conta da pauta dos assentados e acampados, passaria pela consolidação de projetos na mesma proporção em que novas áreas e famílias vão sendo incorporadas às áreas reformadas.

Por outro lado, há visões dentro da instituição que divergem desta proposta, alguns técnicos salientam que o INCRA deveria buscar meios de redução do tempo de chegada dos assentamentos a uma situação considerada minimamente adequada, independente da consolidação do assentamento, efetivando-se todos os compromissos diretamente relacionados ao INCRA no menor tempo possível, o que permitiria a entrada de novas famílias no processo de reforma agrária, em um tempo relativamente mais curto, sem comprometer a capacidade operacional da instituição.

Oliveira (2010), ao tratar dos critérios de avaliação da qualidade dos assentamentos, ou seja, qual o nível de desenvolvimento que estes deveriam atingir para estarem aptos para serem consolidados destaca que:

Não se deve estabelecer um parâmetro mínimo de consolidação como meta a ser alcançada, mas sim enquanto referência (mínima) a ser superada, seguindo em busca de um nível de desenvolvimento e bem estar das famílias cada vez melhor (OLIVEIRA, 2010. p.75).

Ainda destaca que:

A instabilidade das famílias assentadas (e da própria agricultura familiar), fortemente dependente de uma série de

fatores para sua efetiva consolidação, se mostra como ameaça latente ao processo de consolidação, onde uma família poderia alcançar um determinado patamar em um ano, sendo considerada “consolidada”, e no ano seguinte retroceder a condições piores das que se encontrava no ano anterior (OLIVEIRA, 2010. p.81).

No bojo das discussões existem diferentes posições sobre a consolidação dos assentamentos da reforma agrária brasileira, embora por parte do Governo muitas vezes o debate seja evitado, para não criar indisposições políticas. Em contra partida, os órgãos de controle (CGU e TCU) forçam para que o INCRA cumpra com a norma de titulação⁶ (consolidação), criada pela própria instituição. Já o Corpo Técnico do INCRA, na sua grande maioria, aponta para a necessidade de consolidá-los, desde que os assentamentos possuam condições concretas de desenvolvimento social, econômica e ambiental.

O critério de avaliação adotado pelo INCRA para consolidar um assentamento tem como ponto principal a infraestrutura, incluindo a medição topográfica, créditos de apoio e habitação, infraestrutura básica de interesse coletivo (estradas, água e energia elétrica) e, por último, o Título de Domínio para pelo menos 50% das famílias. Já o Governo Brasileiro se respalda na Constituição para titular uma família, tornando-se mais formalista no quesito sustentabilidade da comunidade, prevendo um salário mínimo por família como renda mínima, para atender as necessidades básicas, incluindo alimentação, educação, vestuário, lazer, etc.

O papel do INCRA no processo de consolidação dos assentamentos é exclusivo, porém, prevê um compartilhamento com parceiros, visto que há itens fundamentais para o desenvolvimento das comunidades assentadas que extrapolam a sua alçada; porém, a instituição sempre se coloca na perspectiva de buscar qualidade de vida ao conjunto das famílias.

O processo de titulação tem diferentes visões no âmbito do Estado; os favoráveis à titulação de Domínio querem tirar os assentamentos da responsabilidade do INCRA, e os contrários, evitar a venda dos lotes, que é o pensamento do atual Governo. Há os que defendem um meio termo, mediante o qual se titulariam os assentados que atingissem um determinado padrão de desenvolvimento, porém apenas mediante demanda. Caso não houvesse demanda, o assentado continuaria com Título de Concessão de Uso.

⁶ Instrução Normativa N. 30 – 24/02/2006 - DOU de 06/03/2006 – Titulação – procedimento administrativo para transferência de domínio em caráter provisório ou definitivo de imóveis rurais em projetos de assentamento de reforma agrária em terras públicas de domínio do INCRA ou da União.

Neste contexto, fica uma pergunta no ar: a titulação é pré-requisito para consolidar ou a consolidação do assentamento é pré-requisito para titular? Para responder esta pergunta é necessário distinguir a questão fundiária como processo territorial que aproxime de níveis mais estáveis de distribuição da terra, e a questão do desenvolvimento dos assentamentos como um processo de consolidação das comunidades assentadas. Nesta lógica, a titulação não se constitui em pré-requisito para a consolidação.

O grupo de trabalho constituído para este fim teve três encontros no ano de 2012, porém não chegou a uma proposta definitiva sobre a melhor forma de transferir imóveis rurais em áreas da reforma agrária. Todavia, realizou debates acerca da emissão dos títulos de concessão de uso (TCU e CCU)⁷ e títulos de domínio. Também debateu a Concessão de Direito Real de Uso, para os projetos de assentamento, entretanto, deteve-se em analisar atos administrativos, com finalidade de elaborar uma proposta de regulamentação da Lei nº 13.001/2014⁸.

Os modelos de concessão de terra aos Assentados

Como instrumento legal, que possibilita o destino das áreas de reforma agrária, o INCRA até o momento está respaldado pelo Art. 189 da Constituição Federal/88 que diz que:

Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos. Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei (BRASIL, 1988).

Ainda se soma à Constituição, a Lei nº 8.629/93⁹, com alterações dadas pela MP 2.183-56/2001¹⁰ (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2001):

⁷ Título de concessão de uso, ou termo de concessão de uso, ou ainda contrato de concessão de uso tem o mesmo valor jurídico, o que muda é a adoção por parte da instituição que é responsável pelo assentamento. O Estado do RS usa Termo de Concessão de Uso (TCU) e o INCRA usa Contrato de Concessão de Uso (CCU).

⁸ Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária; concede revisão nos casos em que especifica; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.844, de 19 de julho de 2013, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 12.806, de 7 de maio de 2013, 12.429, de 20 de junho de 2011, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 8.918, de 14 de julho de 1994, 10.696, de 2 de julho de 2003; e dá outras providências. Esta lei tentou colocar alguns pontos sobre a titulação, porém foi retirada por pressões políticas.

⁹ Lei 8.629/93 – 25/02/93 – Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

¹⁰ Medida Provisória N. 2.183-56 – 24/08/2001 – Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nos 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1o de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.

Art. 18. A distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária far-se-á através de títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de 10 (dez) anos. (...)

§ 1o O título de domínio de que trata este artigo conterà cláusulas resolutivas e será outorgado ao beneficiário do programa de reforma agrária, de forma individual ou coletiva, após a realização dos serviços de medição e demarcação topográfica do imóvel a ser alienado. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

§ 2o Na implantação do projeto de assentamento, será celebrado com o beneficiário do programa de reforma agrária contrato de concessão de uso, de forma individual ou coletiva, que conterà cláusulas resolutivas, estipulando-se os direitos e as obrigações da entidade concedente e dos concessionários, assegurando-se a estes o direito de adquirir, em definitivo, o título de domínio, nas condições previstas no § 1º, computado o período da concessão para fins da inegociabilidade de que trata este artigo. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

§ 3o O valor da alienação do imóvel será definido por deliberação do Conselho Diretor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, cujo ato fixará os critérios para a apuração do valor da parcela a ser cobrada do beneficiário do programa de reforma agrária. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

§ 4o O valor do imóvel fixado na forma do § 3º será pago em prestações anuais pelo beneficiário do programa de reforma agrária, amortizadas em até vinte anos, com carência de três anos e corrigidas monetariamente pela variação do IGP-DI. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

§ 5o Será concedida ao beneficiário do programa de reforma agrária a redução de cinquenta por cento da correção monetária incidente sobre a prestação anual, quando efetuado o pagamento até a data do vencimento da respectiva prestação. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

§ 6o Os valores relativos às obras de infra-estrutura de interesse coletivo, aos custos despendidos com o plano de desenvolvimento do assentamento e aos serviços de

medição e demarcação topográficos são considerados não reembolsáveis, sendo que os créditos concedidos aos beneficiários do programa de reforma agrária serão excluídos do valor das prestações e amortizados na forma a ser definida pelo órgão federal executor do programa. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

Pelo que podemos entender, a transferência da terra através da Titulação de Domínio é o documento transferidor da propriedade, forma especial de alienação dos bens públicos dominicais. No que se refere aos beneficiários do Programa de Reforma Agrária, é necessária a compra do título de domínio, o que se faz de forma parcelada, em opção oferecida pelo Governo. Para ser formalizada, deve ser realizada a escritura pública ou termo administrativo, registrado no Cartório de Registro de Imóveis. Esta modalidade é defendida por parte do Governo para os assentamentos antigos, que atualmente tem o Contrato de Concessão de Uso (CCU).

O Contrato de Concessão de Uso (CCU) tem características contratuais, porque se trata de contrato administrativo, bilateral, gratuito no âmbito da reforma agrária, objetivando atribuir a utilização exclusiva de um bem a particular, para que o explore segundo a destinação específica deste bem. É uma das modalidades de utilização de bem público por particulares, sendo seguidas de outras modalidades como a autorização e a permissão. Na concessão, o Estado é o titular do domínio, mantendo-se na posse indireta do bem, e transfere a posse direta do bem de modo a oferecer ao beneficiário a exploração da terra como forma de sustento e moradia. Esta modalidade é adotada quando são criados os assentamentos.

Outra modalidade é o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), espécie de contrato transferível por ato inter-vivos, salvo previsão em contrário. Constitui-se no instrumento mais adequado, na opinião de alguns, para a destinação das áreas dos projetos de assentamento, garantindo a manutenção das áreas reformadas como política pública, evitando-se a reconcentração fundiária. Entretanto, não há legislação expressa que vincule o CCDRU à concessão no meio rural, sendo específico para a concessão em áreas urbanas (previsão legal CCDRU - Art. 7º do Decreto-Lei n. 271/67, alterado pela Lei n. 11.481/07).

É instituída a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares, remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas.

§ 1º A concessão de uso poderá ser contratada, por instrumento público ou particular, ou por simples termo administrativo, e será inscrita e cancelada em livro especial.

§ 2º Desde a inscrição da concessão de uso, o concessionário fruirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos no contrato e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas.

§ 3º Resolve-se a concessão antes de seu termo, desde que o concessionário dê ao imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato ou termo, ou descumpra cláusula resolutória do ajuste, perdendo, neste caso, as benfeitorias de qualquer natureza.

§ 4º A concessão de uso, salvo disposição contratual em contrário, transfere-se por ato inter vivos, ou por sucessão legítima ou testamentária, como os demais direitos reais sobre coisas alheias, registrando-se a transferência (BRASIL, 2007).

Enquanto o CCU estabelece apenas uma relação jurídica de caráter pessoal, meramente obrigacional, tendo forma contratual, na CDRU, o concessionário possui um direito real, não meramente obrigacional.

Apesar disto, mediante construção jurídica específica, o INCRA utiliza-se do CCDRU para algumas situações de projetos ambientalmente diferenciados, tais como os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Agroextrativista (PAE), de Assentamento Florestal (PAF), e áreas de produção mineral (PAM), não sendo testada em projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. Porém, daria uma autonomia de uso real aos assentados, sendo devidamente registrada em cartório.

Análise do território estudado sob a dimensão da titulação

Nas últimas duas décadas, a formação do campesinato brasileiro tem acontecido principalmente pelas ocupações de terras e a implantação de assentamentos rurais. Esta disputa acontece no processo de territorialização e desterritorialização do campesinato, do latifúndio e do agronegócio. Neste sentido, a região pesquisada traz indícios, neste momento histórico, de um processo de desterritorialização do campesinato pela disputa com o agronegócio da soja.

Essa realidade coloca a reforma agrária e a expansão do agronegócio da soja, como um processo de disputa territorial, formada por intensa conflitualidade. Por essa razão, segundo Fernandes (2008), a reforma agrária deixou de ser uma questão setorial e se transformou em uma questão territorial.

Campesinato e agronegócio representam diferentes modelos de desenvolvimento do campo, que se territorializam e são desterritorializados na disputa permanente pelo controle territorial, formando territórios camponeses e territórios do capital, que representam diferentes modelos de organização caracterizados pela biodiversidade e pela monocultura, pela pequena e pela grande escala, e etc. São dois campos em conflito que compõem a atual questão agrária brasileira. Para Fernandes (2008), a predominância do paradigma do capitalismo agrário impede, de certa forma, a resolução da questão agrária brasileira.

Esses modelos de desenvolvimento determinam a organização do espaço geográfico, por meio da produção de territórios, gerando e intensificando conflitualidade que são insolúveis por causa da hegemonia do modo capitalista de produção (FERNANDES, 2008, p. 8).

Neste contexto é que se insere o processo da titulação nas áreas da reforma agrária, em que a disputa por terra é permanente. No primeiro momento o latifúndio foi desterritorializado para a implantação do território dos assentados, e no segundo momento ocorre uma disputa entre assentados e o agronegócio da soja, que pode levar a uma desterritorialização dos assentados.

O Título de Concessão de Uso (TCU) garante que o lote fique vinculado ao Estado, porque não permite que o assentado comercialize legalmente a terra, já que está alienada, mas assegura a posse e o uso da terra à família. Este TCU é um documento de grande valia para uma família Sem Terra, entretanto, uma política que desenvolva um processo de reforma agrária não está centrada somente

no acesso à terra, este é um elemento importante, mas está longe de ser o único na dimensão da vida camponesa.

No estudo de caso, Assentamento Macalli II, observou-se que as famílias passaram por grandes dificuldades, desde incentivos à melhoria da matriz produtiva, acesso ao crédito e à logística de comercialização de seus produtos, a rejeição pela população do município sede (Ronda Alta), entre outros fatores que levaram 29 famílias a abandonarem a terra conquistada entre o início do assentamento (1979) e o processo de Titulação (1994). No lugar destas famílias vieram outras, e este procedimento na maioria das vezes era realizado mediante transação econômica.

Com a entrega em definitivo da terra, através do Título de Domínio, desvincula-se o assentado do Estado e o mesmo torna-se devedor das parcelas anuais referentes ao pagamento da terra. No estudo de caso, o pagamento ocorreu até um prazo estipulado pelo Governo gaúcho da época, sendo que o valor pago foi baixo, segundo os agricultores, se comparado com o preço da terra atualmente. Com o processo da Titulação concluído, 23 famílias comercializaram seus respectivos lotes, pois sem os mecanismos de controle do Estado esta transação econômica fica legalizada, já que a terra entra na lógica da mercadoria. Outro fator a ser considerado foi que três famílias adquiriram mais um lote de terra e outras três adquiriram mais dois lotes, reconfigurando o parcelamento da terra entre alguns agricultores. Este processo acarretou na redução de 40 famílias para 31 famílias com lotes no assentamento Macalli II.

Independente da aquisição por parte de alguns agricultores de mais área de terra, neste caso de mais um ou dois lotes, o que se observou, na leitura da paisagem, é o predomínio do cultivo de monoculturas, principalmente da soja. Este elemento chama a atenção, pois as lavouras são realizadas desde o preparo do solo, semeadura, tratos culturais e colheita, com uso intensivo de máquinas, otimizando a mão de obra nas operações agrícolas da cultura. Das 31 famílias, apenas duas tem trator, implementos e colheitadeira para realizar a lavoura, as demais contratam hora máquina para realizar as operações.

Esta situação, pelo que se pode identificar a campo, levou a uma diminuição significativa no número de famílias que moram no assentamento, sendo que alguns agricultores residem na cidade e exploram a terra através da monocultura da soja (aproximadamente 12 famílias residem fora da área).

Esta reconfiguração da paisagem ocorre pelo distanciamento de algumas famílias da vida comunitária, de certo modo, quando não se vive no território conquistado e este passa a ser apenas local de produção econômica, tendesse a

perder os laços de identidade com a terra, com isto aumenta a probabilidade da não reprodução social da vida do e no campo, podendo vir a ocorrer uma desterritorialização destas famílias.

No que se refere ao controle territorial na disputa travada com o agronegócio, não podemos afirmar, pelo estudo de caso, que até o momento houve uma significativa concentração de terra na mão de poucos agricultores, já que dos 40 lotes¹¹ estudados (famílias) somente nove deixaram de existir, totalizando aproximadamente 22,5% de terra realocada.

No caso estudado, percebesse uma alteração de ocupantes (famílias), em diferentes períodos nos lotes, de mesma condição social, porém, em situações financeiras distintas no momento da transação. Neste sentido, o assentamento não perdeu a condição de área reforma, mantém-se “ainda” esta característica. O que pode ter contribuído para isto é a presença de outros assentamentos e outras comunidades familiares na região.

A falta de uma política de reforma agrária, que contemple as dimensões da vida camponesa, que leve em consideração modelos de organização caracterizados pela biodiversidade e inserção através de políticas públicas que contemple a escala familiar de trabalho, contribuiu com a fragilização da comunidade assentada. No momento em que uma família estava com dificuldades econômicas e viu a possibilidade de comercializar sua terra por valores significativos, esta não vacilou e, por inúmeros motivos, vendeu o Título de Domínio.

Conforme se apurou nas entrevistas, os motivos para abandonar o lote conquistado podem ser desde falta de sucessão nas famílias, endividamentos, desestímulo com as atividades praticadas, idade avançada dos membros da família, doença, dificuldade de acesso ou adaptação a novas tecnologias, retorno ao local de origem, saudade dos familiares que ficaram no município de origem, dentre outros. Passados quase três décadas, muitos dos assentados morreram, as famílias se dispersaram, outras trocaram ou venderam suas terras. De acordo com o levantamento de dados de campo obtidos do Assentamento Macalli II, encontram-se hoje no local oito famílias que participaram de todo o processo de luta pela terra.

O território é condição para que as famílias concebam processos de desenvolvimento, a dimensão deste vai para além dos aspectos da viabilidade econômica, embora seja da estrutura física, neste caso a terra, que as famílias provêm recursos econômicos para seu sustento. O território também trata da dimensão

¹¹ Os lotes de terras concedidos às famílias são de aproximadamente 15 a 18 hectares conforme divisão realizada pelos técnicos do Estado, no período de implantação do Assentamento.

histórico cultural, e das relações sociais estabelecidas em um determinado espaço, que contribuem com o desenvolvimento local.

Para alguns autores o território significa economia, cultura, política e natureza, e neste cenário ocorrem relações entre sujeitos que englobam todos estes aspectos, projetando múltiplas relações que interligam o local com o global, principalmente com a internacionalização da economia e das trocas culturais entre povos.

Na tentativa de aproximar sociedade de território, e dar uma dimensão processual à transformação dos lugares, é que Saquet (2007), utiliza as abordagens de Dematteis (1999) e outros autores, para definir a territorialidade como mediação simbólica, cognitiva e prática, que a materialidade dos lugares exercita sobre o agir social. A luz destes autores:

A territorialidade é um fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interligados entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço. Ao mesmo tempo, a territorialidade não depende somente do sistema territorial local, mas também de relações intersubjetivas; existem redes locais de sujeitos que interligam o local com outros lugares do mundo e estão em relação com a natureza. O agir social é local, territorial e significa territorialidade (SAQUET, 2007, p.115).

Quando tratamos do que seria um processo de “consolidação” de assentamentos, percebemos que a organização social conduz a uma forma de produção do território, na qual a identidade historicamente construída também exerce um papel central para o enraizamento das famílias no território conquistado. Neste sentido, a compreensão do fenômeno da territorialidade como fenômeno social, materializador do local e conectado com o global, se faz necessário para percebermos a dimensão dos fenômenos envolvidos num processo de territorialização de uma comunidade fruto de assentamentos rurais.

Saquet (2007) descreve a identidade como unidade processual, relacional e mediação no desenvolvimento do e no território. Nesta perspectiva, Arnaldo Bagnasco (1999, p. 30) afirma que:

Na sociedade contemporânea, o indivíduo experimenta um modo específico de vida, oposto à condição precedente de integração comunitária. (...) a identidade é trabalhada

a partir da dificuldade de adaptação de um indivíduo em situações novas ou como um modo de ser coletivo. Podem-se destacar processos individuais ou de grupo. Uma pessoa pode se adaptar e se identificar em um novo contexto social ou um grupo social pode construir sua identidade, com relações de afetividade, confiança e reconhecimento. De qualquer forma, a identidade se refere à vida em sociedade, a um campo simbólico e envolve a reciprocidade. Na geografia, significa, simultaneamente, espacialidade e/ou territorialidade.

A sociedade é dinâmica, as pessoas circulam, constroem territórios, se territorializam, se desterritorializam para se territorializarem novamente em outros espaços. Portanto, o importante a ser observado aqui não é o confinamento das famílias em um dado espaço, seja ele qual for, mas sim evidenciar elementos da identidade territorial e a partir daí pensar a consolidação dos assentamentos.

Ainda tratando sobre identidade e território, Saquet (2007, p.152) diz que:

A identidade é territorial e significa, além de pertencimento a um certo lugar, o resultado do processo de territorialização, com elementos de continuidade e estabilidade, unidade e diferencialidade. O território é produto e diferenciação social, influenciando na constituição da identidade local em virtude de ações *coletivas*; tem um conteúdo dinâmico e *ativo*, com componentes objetivos e subjetivos, nos níveis local e extralocal.

A identidade é construída coletivamente pelos sujeitos locais, interligados entre si e com outras partes. Para alguns autores da geografia, significa uma forma política de potencializar ações e recursos para o desenvolvimento local. Neste sentido, pode-se colocar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como um resignificador destas identidades, na perspectiva da territorialização dos Sem Terra.

Os processos participativos que as famílias vivenciaram no acampamento à beira de estradas possibilitaram uma organização que desencadeava a formação de núcleos de debates, de equipes ou setores (da lenha, da saúde, da educação e outras, conforme a necessidade do acampamento), e principalmente nas pautas de reivindicação com o Estado e no confronto com a polícia.

Esta organização serve de base ao convívio social e político, fortalecendo

o conjunto dos assentados, porém, esta identidade de Sem Terra, que se encontra na busca da identidade com o novo território conquistado, leva tempo para consolidar-se. Com o tempo as famílias perdem a simbologia da bandeira, do processo organizativo, muitas vezes até da ferramenta de trabalho.

Compreender a disputa por terra é trazer para o cenário atual a disputa territorial e, neste sentido, não só a dimensão social é importante, também se faz necessário colocar a dimensão natural do território, pois os recursos físicos são disputados na sociedade capitalista, no âmbito do desenvolvimento econômico, principalmente no território da soja.

Território, identidade e territorialidade deve ser compreendidos para além da caracterização e explicação para uma dada situação territorial. Têm um caráter político-operativo muito forte, onde o Estado tem papel fundamental a fim de consolidar uma política de acesso à terra, consolidando uma dinâmica de desconcentração da terra, para que de fato todos tenham oportunidade de acesso.

O MST se coloca categoricamente em defesa da terra como bem público. *“Somos contra a venda da terra e contra a emancipação (privatização) dos assentamentos, pois isto exclui as famílias das políticas públicas da Reforma Agrária.”* Segundo o MST *“Os movimentos sociais e a sociedade brasileira conquistaram na Constituição de 1988 o direito de ter a terra como um bem público a partir do título de Concessão de Direito Real de Uso, passando de pais para filhos, sem a mercantilização e a possibilidade de venda da terra.”* Por esta razão é que o MST entende *“...que o melhor será assumirmos o Título de Concessão de Direito Real de Uso para todas as famílias assentadas. Este título fortalece a capacidade de articulação das políticas públicas para as famílias assentadas e propicia maior espaço para a cooperação agrícola”* (COORDENAÇÃO NACIONAL DO MST, 2014, p. 26-27).

Nesta perspectiva, verifica-se que para o MST a ideia de não desvincular o assentado do Estado tem uma intenção de coibir a comercialização de lotes e forçar o Governo a efetivar, de fato, uma política para a reforma agrária.

O Estado brasileiro entende que a situação fundiária do País ainda apresenta distorções em sua realidade, posto que é concentradora de terra e de renda. Entretanto, o Estado procura seguir o mandamento constitucional, que determina a titulação como benefício das famílias assentadas. O MDA e INCRA (2010, p.7) no Manual de Titulação de Projetos de Assentamento expõem que:

[...] ao longo das décadas pode-se afirmar que tanto a legislação agrária quanto os meios de produção evoluíram no sentido de correção das distorções acima referidas e da pos-

sibilidade de acesso a terra e desenvolvimento sustentável para os trabalhadores rurais sem terra e seus familiares.

Ainda trata que:

Nesse sentido, a titulação das famílias beneficiárias, além de cumprimento de preceito constitucional, é o coroamento do processo reformista, caracterizado preliminarmente pela intervenção do Estado para corrigir uma situação irregular, via desapropriação e posteriormente pela transferência de propriedade de domínio público (Incra) ao domínio privado (famílias assentadas) (MDA; INCRA, 2010, p.07-08).

O Estado não nega que a reforma agrária está no âmbito reformista e que a saída, atualmente, é a concessão de títulos de domínio para os agricultores, que por sua vez serão consolidados nos cartórios de registro de imóveis, e que o papel do Estado é conduzir o gerenciamento da estrutura fundiária, necessitando do georreferenciamento dos imóveis rurais.

Segundo visão do INCRA e MDA expressa no Manual de Titulação de Projetos de Assentamento (2010, p. 12).

[...] uma boa titulação é o resultado de várias ações, principalmente do Incra e de seus servidores. Assim, faz-se necessário e imprescindível uma correta instrução processual, que possibilite uma caracterização precisa do beneficiário e seu conjunto familiar e uma descrição também precisa da parcela objeto da titulação.

Neste cenário, não há campo para executar uma proposta de destino das áreas de reforma agrária, na perspectiva desta permanecerem sobre domínio do Estado, embora o grupo de trabalho levantasse a possibilidade do CCDRU como alternativa.

Para a utilização do CCDRU na reforma agrária, com segurança jurídica, faz-se necessária à alteração da legislação constitucional (Art. 189 da Constituição Federal). Esta seria a modificação mais segura, porém mais difícil de concretizar. Há também a possibilidade de fazê-lo via legislação infraconstitucional (Arts 18 e 19 da Lei 8.629/93), que seria mais viável de ser efetivada, porém com menos segurança jurídica.

Outras possibilidades de alteração na legislação seriam no Decreto Lei 271/67 (incluindo CCDRU para áreas rurais); e nos Título de Domínio (TDs), incluindo cláusulas que assegurem a manutenção das áreas reformadas, mesmo com a alienação das áreas depois de cumpridas as cláusulas resolutivas.

Há necessidade de se promover alteração na legislação agrária, objetivando a transferência das áreas arrecadadas e matriculadas em nome da União Federal, disponibilizadas para a reforma agrária, para o nome do INCRA (para evitar o conflito de competência entre a União e o INCRA).

Se cabe ao Estado brasileiro assegurar o cumprimento da função social da terra, então as áreas incorporadas ao programa de reforma agrária deveriam permanecer como áreas reformadas, sob domínio deste, visando impedir a reconcentração fundiária e promover a qualidade de vida das famílias, a produção de alimentos, segurança e soberania alimentar, um modelo sustentável de produção agroecológica e preservação ambiental.

Considerações finais

Nos anos 90 ocorreu uma pré-disposição do Estado Gaúcho em conceder o Título de Domínio aos assentados, para isto as famílias deveriam estar regularizadas no lote e fazer o pagamento da terra no prazo pré-determinado pelo Estado, se não cumprisse este prazo havia uma alteração significativa no valor. As famílias se encontravam neste momento em diferentes condições econômicas, seja, pela tecnologia aplicada nos processos agrícolas, pela falta de crédito, pelo endividamento, pela falta de sucessão familiar, pela falta de infraestrutura social e produtiva, entre outras situações.

Desde o início, do assentamento estudado, houve alteração no que se refere a ocupação dos lotes, de 1979 a 1994, 29 famílias saíram do assentamento, seja por abandono ou por comercializarem seus lotes. De 1994, ano da titulação, até os dias atuais 23 famílias comercializaram seus respectivos lotes com outras famílias de agricultores da região. Dos 40 lotes de terra com suas respectivas famílias (configuração inicial do assentamento), hoje se têm 31 famílias, sendo que 6 famílias possuem mais que um lote, portanto, atualmente 22,5 % da terra foi transferida de mãos com escritura.

Embora não se possa afirmar que houve uma concentração da terra, no caso estudado, identifica-se uma saída das famílias do meio rural, que pode levar a perda da identidade comunitária (cultural). Isto leva a uma reconfiguração da paisagem com menos presença de famílias no meio rural e uma forte presença dos monocultivos, principalmente da soja.

Mesmo que a área estudada não tenha perdido a sua característica reformada, observe-se que os lotes já estavam sendo comercializados antes mesmo da titulação, indicando que a titulação altera o valor da terra como mercadoria, mas não a sua condição de mercadoria.

A necessidade das monoculturas de grãos por terra fértil causa uma pressão sobre outras formas de uso do solo agrícola, não permitindo a criação de uma logística de produção e comercialização diversificada (produtos necessários a alimentação, vestuário, entre outros), fato este, que contribui com a inserção dos agricultores assentados na cultura da soja, logo, a família que não se viabilizou economicamente, estava mais pré-disposta a arrendar ou a se desfazer do lote através da venda. Neste sentido, a titulação contribuiu com a valorização do preço da terra.

Por outro lado, a titulação de domínio contribuiu com a reconcentração de terra, através da escritura em registro de imóveis, pelos agricultores com mais condições econômicas do próprio assentamento. A realidade tem mostrado que a conquista da terra não é garantia de permanência no campo, tampouco a realização de assentamentos estanca, por si só, o processo mercantil capitalista de acumulação e concentração de terras.

Parto do princípio que as identidades são construídas ao longo dos tempos, os agricultores Sem Terra do Assentamento Macalli, são frutos de processos que excluíram estes agricultores dos meios de produção. Todavia, a identidade camponesa na qual estou referindo-me está alicerçada na integração do homem com os recursos naturais, assim como, das relações sociais na qual estes agricultores são protagonistas em suas comunidades rurais.

A propriedade da terra tem que ser analisada como fruto de um processo das relações sociais, estas relações promove um conjunto de reflexões e ações que modificam o território agrário. Neste sentido, é necessário que o Estado ao conduzir um processo de reforma agrária, deveria compreender a questão fundiária, como territorialidade, juntamente com a questão do desenvolvimento dos assentamentos, visando um processo de consolidação das comunidades assentadas, garantindo assim a não concentração da terra.

A pesquisa deteve-se ao Assentamento Macalli II, buscando analisar os efeitos da titulação nesta comunidade, porém, para ter mais elementos a fim de verificar a possível reconcentração de terra ou não em áreas de assentamentos rurais, teria que se aumentar a escala de análise, com o propósito de identificar estes efeitos em outras regiões do Estado, ou até mesmo do país. Por outro lado, no próprio estudo de caso da Macalli, não foi possível identi-

ficar as razões do abandono dos lotes pelas famílias, já que não se teve acesso a este público.

Outro elemento que poderia ser tema de pesquisa refere-se a um estudo analisando as diferentes formas de titulação, como por exemplo, identificar os efeitos num assentamento fruto do CCDRU e compará-lo com os assentamentos titulados, assim se teria mais propriedade para serem confrontados, como as formas jurídicas de concessão das terras afetariam à reconcentração das mesmas e o processo de territorialização camponesa.

Referências Bibliográficas

BAGNASCO, Arnaldo. **Tracce di comunità**. Bologna: II Mulino, 1999.

BECKER, H.; **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. **Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11481.htm>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001**. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/858007.pdf>>.

COORDENAÇÃO NACIONAL DO MST. Setor de Produção Cooperação e Meio Ambiente. **Caderno de Estudo** – Como construir a Reforma Agrária Popular em nossos assentamentos. – São Paulo, outubro de 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2008.

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Manual de Titulação de Projetos de Assentamento** – Módulo I – Aspectos teóricos da titulação dos assentamentos da reforma agrária.– Brasília 2010.

OLIVEIRA, Augusto de Andrade. Critérios de avaliação de qualidade e a consolidação de assentamentos de reforma agrária no Brasil: a experiência do “Programa de Consolidação e Emancipação (auto-suficiência) de assentamentos resultantes de reforma agrária – PAC” – Porto Alegre, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções sobre território. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa** - ação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.



O trabalho infantil na agricultura familiar. Um outro olhar é possível?¹

Raphael Vieira Medeiros

Introdução

Na legislação brasileira há formas de “trabalho infantil” que podem ser utilizadas como permissivos legais, entre uma delas está o trabalho educativo e as tarefas domésticas atribuídas pelos pais ou responsáveis. Ora, sabe-se que tais atribuições são importantes para o desenvolvimento social da criança. O problema encontra-se quando o meio em que vive o menor não é mais a cidade e sim o campo, ou seja, há uma troca entre o urbano e o rural.

O reflexo das atividades domésticas desenvolvidas no âmbito do rural pelos jovens na agricultura familiar desencadeiam inúmeras processos de criação da identidade do indivíduo.

Entretanto para chegar a este ponto, foi necessário uma evolução legislativa constante de proteção e combate ao trabalho infantil no Brasil, bem como uma compreensão do que representa e o que é agricultura familiar.

O levantamento histórico da legislação junto a análises de dados estatísticos de órgãos nacionais e uma definição adequada do que é a agricultura familiar, serviram de alicerce para construção de uma análise mais empírica do desenvolvimento das atividades dos menores no meio rural e da criação de um processo de identidade.

¹ Artigo elaborado a partir do trabalho de especialização **O trabalho infantil e a agricultura familiar.**, UniRitter, Porto Alegre, dez, 2011

O contexto histórico legislativo protetivo

Inicialmente, o regime da escravidão era adotado no país, ou seja, os proprietários de escravos tinham o direito de vida e morte sobre os seus escravos, inclusive de seus filhos.

A primeira forma de proteção aos filhos das escravas foi apresentada na Constituinte de 1823, na qual José Bonifácio apresentou um projeto que visava a proteção do menor escravo, tanto na condição de nascituro quanto até seu primeiro ano de idade. O dispositivo mencionava que a escrava durante a gestação passando seu terceiro mês não seria ocupada em casa e que após o parto teria um mês de convalescência e que durante um ano não poderia trabalhar longe do seu filho².

No ano de 1871, no dia 28 de setembro, a lei nº 2.040 (Lei do Ventre Livre) foi aprovada. A lei em questão concedia a liberdade às crianças nascidas das mães escravas, podendo ser considerada um marco inicial no combate ao trabalho infantil.

Dispõe o artigo 1º da lei 2.040³:

Art. 1.º - Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre.

§ 1.º - Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei.

No entanto, ao analisar a referida lei percebe-se uma *pseudo liberdade*, pois em vias de fato, não houve uma mudança na vida dos filhos das escravas.

A lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888, declarou extinta a escravidão no país, conseqüentemente houve uma mudança no modelo econômico de produção. O

² STEPHAN, Cláudia Coutinho. **Trabalhador adolescente: em face das alterações da Emenda Constitucional nº 20/98**. Colaboração de Júlio César Vieira Costa. São Paulo. LTr. 2002. p.18

³ BRASIL **Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM2040-1871.htm. Acesso em 30/01/2017

novo modelo de mão de obra assalariada acarretou um processo de urbanização e também o desencadeamento do debate do trabalho infantil⁴.

Após a Constituição de Federal de 1891, foi expedido o decreto 1.313 em 17/01/1891. Pode-se dizer que este foi o primeiro marco legislativo de proteção, propriamente dita, ao menor trabalhador, pois limitou a idade mínima do trabalhador aos doze anos, ressaltando o que estava na condição de aprendiz nas indústrias de têxteis, que nesse caso, possuíam autorização ao labor a partir dos oito anos de idade. Outra proteção, foi a limitação da jornada de trabalho, as condições de higiene e a proibição em algumas forma de trabalho.

Disponha do decreto lei nº1.313⁵

Art.2º Não serão admittidas ao trabalho effectivo nas fabricas crianças de um e outro sexo menores de 12 annos, salvo, a titulo de aprendizado, nas fabricas de tecidos as que se acharem comprehendidas entre aquella idade e a de oito annos completos.

Art.4º Os menores do sexo feminino de 12 a 15 annos e os do sexo masculino de 12 a 14 só poderão trabalhar no maximo sete horas por dia, não consecutivas, de modo que nunca exceda de quatro horas o trabalho continuo, e os do sexo masculino de 14 a 15 annos até nove horas, nas mesmas condições.

Dos admittidos ao aprendizado nas fabricas de tecidos só poderão occupar-se durante tres horas os de 8 a 10 annos de idade, e durante quatro horas os de 10 a 12 annos, devendo para ambas as classes ser o tempo de trabalho interrompido por meia hora no primeiro caso e por uma hora no segundo.

Art.10. Aos menores não poderá ser commettida qualquer operação que, dada sua inexperiencia, os exponha a risco de vida, taes como: a limpeza e direcção de machinas em movimento, o trabalho ao lado de volantes, rodas, engrenagens, correias em acção, em summa, qualquer trabalho que exija da parte delles esforço excessivo.

4 STEPHAN, Cláudia Coutinho. **Trabalhador adolescente: em face das alterações da Emenda Constitucional nº20/98**. Colaboração de Júlio César Vieira Costa. São Paulo. LTr. 2002. p.19

5 Brasil. **Decreto n. 1313 de janeiro de 1891**. Disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1313&tipo_norma=DEC&data=18910117&link=s. Acesso em 30/01/2017

Art.11. Não poderão os menores ser empregados em depósito de carvão vegetal ou animal, em quaesquer manipulações directas sobre fumo, petroleo, benzina, acidos corrosivos, preparados de chumbo, sulphureto de carbono, phosphoros, nitro-glycerina, algodão-polvora, fulminatos, polvora e outros misteres prejudiciaes, a juizo do inspector.

Em 1927 foi instituído o Código de proteção e Assistência a Menores (Decreto nº 17.943-A de 1927) que limitou em doze anos de idade para admissão e para o trabalho noturno aos menores de dezoito anos, bem como limitou algumas formas de trabalho. Ressalva-se que este instrumento legal vigorou até 1979. Dispunha os artigos 101, 103 e 109 do referido código⁶.

Art. 101. é prohibido em todo o territorio da Republica o trabalho nos menores de 12 annos.

Art. 103. Os menores não podem ser admittidos nas usinas, manufacturas, estaleiros, minas ou qualquer trabalho subterraneo, pedreiras, officinas e suas dependencias. de qualquer natureza que sejam, publicas ou privadas, ainda quando esses estabelecimentos tenham caracter profissional ou de beneficencia, antes da idade de 11 annos.

Art. 109. Não podem ser empregados em trabalhos nocturnos os operarios ou aprendizes menores de 18 annos.

A necessidade de uma maior regulamentação crescia simultaneamente com o processo de industrialização que o país estava vivenciando, até que em 03/11/1932 foi expedido no Governo de Getúlio Vargas, o Código de Menores (Decreto nº22.042 de 1932), que estabeleceu as condições das crianças e adolescentes na indústria, proibindo o trabalho dos menores de quatorze anos e que a admissão fosse vinculada a uma série de requisitos. Já nas minas a limitação era até os dezesseis anos. Dispunha os artigos do Decreto lei referente as condições de admissão⁷.

⁶ BRASIL. Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943Aimpressao.htm. Acesso em 30/01/2017

⁷BRASIL. Decreto nº 22.042 de 3 de novembro de 1932. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22042-3-novembro-1932-499365-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 30/01/2017

Art. 1º E' vedado na indústria, em geral, o trabalho de menores que não hajam completado a idade de 14 anos.

Art. 2º Os proprietários, diretores, administradores ou gerentes de fábricas, oficinas ou quaisquer estabelecimentos industriais não poderão admitir ao trabalho menores de 14 a 18 anos, sem que estejam êstes munidos dos seguintes documentos:

- a) Certidão de idade ou documento legal que a substitua;
- b) autorização do pae, mãe, responsável legal ou autoridade judiciaria;
- c) atestado médico de capacidade física e mental e de vacinação;
- d) prova de saber ler, escrever e contar;

Em 1934 foi promulgada a primeira Constituição Federal que diretamente estabeleceu uma garantia constitucional à proteção dos direitos das crianças, ao estabelecer no seu artigo 121, § 1º, d, a proibição ao trabalho aos menores de quatorze anos; ao trabalho noturno aos menores de dezesseis; e nas indústrias com atividades insalubres, o limite a proibição era até aos dezoito anos.

A Constituição de 1937 não apresentou grandes mudanças no que diz respeito as garantias constitucionais ao menor trabalhador, tanto que no seu artigo 137, K, dispôs a proibição a qualquer trabalho aos menores de quatorze anos, vetando o trabalho noturno aos menores de dezesseis e ao trabalho nas indústrias insalubres os menores de dezoito anos⁸.

A Constituição, em 1946, que rompeu com o concentracionalismo estatal, e inspirada nos ideais liberais, não alterou a proteção ao menor trabalhador em relação a Constituição anterior. Porém instituiu melhorias como a equiparação salarial, dada a partir do artigo 157, II, que proibia a discriminação salarial em razão da idade e a obrigatoriedade do ensino primário e gratuito. Começava uma preocupação com a aprendizagem, tanto que o Decreto-lei 8.622 de 10 de janeiro estabeleceu deveres dos empregados e dos trabalhadores em relação à aprendizagem⁹.

A Constituição de 1967 trouxe uma significativa mudança no que diz respeito a proteção ao trabalho infantil. Pois no artigo 158, X da referida Constituição foi instituída a proibição ao trabalho aos menores de doze anos.

⁸ STEPHAN, Cláudia Coutinho. **Trabalhador adolescente: em face das alterações da Emenda Constitucional nº20/98**. Colaboração de Júlio César Vieira Costa. São Paulo. LTr. 2002. p.20

⁹ Ibidem p.20

A Emenda Constitucional nº 1 de 1969 manteve o impedimento ao exercício ao trabalho anteriormente citado, mas passou a considerar o trabalho do adolescente como sendo de aprendizagem, conseqüentemente, a equiparação salarial em razão idade deixou de existir.

A volta da democracia e a nova Constituição da República de 1988 trouxeram garantias constitucionais que foram elevadas. Direitos à formação profissional, à educação e à proteção foram inseridos; o limite de idade mínima passou a ser de quatorze anos, proibindo qualquer forma de trabalho no limite estabelecido, ressalvando a condição de aprendiz; e também eliminou o trabalho noturno, perigoso e insalubre aos menores de dezoito anos. Salienta-se que com a Emenda Constitucional nº 20, a idade mínima para o ingresso ao trabalho passou a ser aos dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos.

A proteção constitucional da criança e do adolescente pode ser encontrada numa visão mais generalista no Título I, Dos Princípios Fundamentais no seu artigo 1º, Inciso III, da Constituição Federal de 1988 (CF), quando menciona que nosso Estado é democrático de direito e tem como fundamento a dignidade *da pessoa humana*.

Esse princípio deve ser o alicerce, base de todo e qualquer proteção dos menores trabalhadores. No que diz respeito à proteção da saúde e do bem-estar do adolescente o artigo 7º, XXXIII menciona:

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Já o artigo 227 da Constituição Federal está inserido no Capítulo referente à família, à criança, ao adolescente e ao idoso e fixa como prioridade a ação conjunta entre a sociedade e o Estado para garantir às crianças e aos adolescentes garantias plenas de cidadania.

O paragrafo 3º do artigo 227 também disciplina que a proteção especial ao adolescente abrange aspectos como garantias de direitos previdenciários e trabalhistas e mais importante, o acesso do trabalhador adolescente à escola.

A expressiva proteção constitucional desencadeou a Lei nº 8.060 de 13 de julho de 1990 que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo até então o diploma mais completo em matéria de proteção à criança e ao adolescente.

Os principais artigos mencionados na lei 8.069 de 1990, que dispõe sobre a proteção do menor trabalhador, estão compreendidos no Capítulo V intitulado “Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho”

Dentre os artigos inseridos no capítulo mencionado destacamos os seguintes¹⁰:

Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz;

Art. 65. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários;

Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho; I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte; II - perigoso, insalubre ou penoso; III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; IV - realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

Art. 68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada. § 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo. § 2º A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.

Os artigos 60, 65 e 67 do ECA reforçam os dispositivos da Constituição Federal. A inovação é a menção do trabalho em regime familiar disposto no artigo 67 e a do trabalho educativo mencionado no artigo 68 do Estatuto.

¹⁰ BRASIL LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente . Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm . Acesso em 30/01/2017

Diante de tais pressupostos, pode-se concluir que para o trabalho educativo ter efetividade, as tarefas realizadas pelo adolescente devem contribuir para seu desenvolvimento pessoal e social, e que as exigências pedagógicas devem prevalecer sobre o aspecto da produção e mesmo que tal tarefa seja remunerada não descaracterizará o efeito educativo do trabalho.

Outro marco protetivo na legislação está presente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A mesma também possui dispositivos normativos relacionados ao menor trabalhador, expressos no capítulo IV intitulado como “Da proteção ao menor trabalhador”.

Há expressa proibição de realização de trabalho do menor em locais que possam afetar sua formação, seus desenvolvimentos físico, psíquico, moral e social; e em locais onde os horários não permitam a frequência escolar.

No artigo 405 da CLT é que se reforça a idade da proteção constitucional referente à proibição em serviços perigosos, insalubres e que preservem a moralidade do menor. O parágrafo terceiro do referido artigo dispõe de exemplos prejudiciais a moralidade:

§ 3º Considera-se prejudicial à moralidade do menor o trabalho: a) prestado de qualquer modo, em teatros de revista, cinemas, buates, cassinos, cabarés, dancings e estabelecimentos análogos; b) em empresas circenses, em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes; c) de produção, composição, entrega ou venda de escritos, impressos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos que possam, a juízo da autoridade competente, prejudicar sua formação moral; d) consistente na venda, a varejo, de bebidas alcoólicas.

As proibições elencadas nesse parágrafo terceiro do artigo 405 da CLT, item “a” e “b”, podem ser relativizadas, ou seja, mediante a autorização judicial podem ser liberadas, desde que apresentação tenha fins educativos e não prejudiquem a formação moral do menor e a ocupação profissional seja indispensável a sua própria subsistência e de sua família, conforme artigo 406, I, II da CLT.

Outra forma de proteção ao menor trabalhador veio através do Ministério do Trabalho, que a partir da Portaria nº365 de 12 setembro de 2002 instituiu a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) que por sua vez, através da Portaria nº 952 de 08 de julho de 2003 elaborou o Plano Na-

cional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente. (PNPETIPTA)¹¹

Um dos maiores marcos na erradicação do trabalho infantil foi a regulamentação da Convenção nº 182 da OIT, que através do Decreto nº 6.481 de 12 de junho de 2003 aprovou a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil. A Lista TIP é dividida em dois tópicos centrais, o primeiro relaciona trabalhos prejudiciais à saúde e à segurança, já o segundo relaciona os trabalhos prejudiciais a moralidade. São inúmeras atividades descritas e subdividas em noventa e três itens, elencando prováveis riscos ocupacionais e as possíveis repercussões à saúde. No que diz respeito às atividades ligadas à agricultura, entre elas o plantio de fumo, algodão, sisal, cana-de-açúcar e abacaxi, essas são proibidas assim como o manuseio de agrotóxicos e de colheitas de pimentas e semelhantes¹².

O trabalho infantil no Brasil

Conforme o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, a problemática do trabalho infantil no Brasil está presente ao longo de sua história.

Inicialmente, o país se desenvolveu com um processo de produção extrativista, agrário e uma distribuição de renda fundada na desigualdade social. E mesmo com o processo de industrialização e a incorporação de um regime capitalista manteve-se intactas as estruturas, aumentando o número de crianças no sistema produtivo ao longo do século XX. Essa estrutura econômica desenvolvida no Brasil tornou-o conhecido mundialmente como um dos países de maiores índices de desigualdade social. Na década de 80, 62% da renda nacional pertencia aos 20% mais ricos da população e apenas 8% da renda era dividida entre os 40% mais pobres¹³.

Outro fator histórico que contribuiu para o desenvolvimento do trabalho infantil foi a explosão demográfica que começou a partir da década de 60, na qual a população brasileira que era 70 milhões, dez anos depois passou a 93 milhões; em 1980 eram 119 milhões; em 1990 passou a 147 milhões e em 2000 chegou a 170 milhões de habitantes. A explosão demográfica contribuiu consequentemente para aumentar a porcentagem da população entre 5 e 17 anos. Em 1980

¹¹ BRASIL. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**. 2004. p.09

¹² BRASIL. **DECRETO Nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm. Acesso em 30/01/2017

¹³ BRASIL. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**. 2004. p.09

essa parcela da população era 18,8% da população total configurando 37,5 milhões de pessoas; já em 1990 as crianças e os adolescentes somavam 44 milhões, ou seja, 29,93% da população. Somente a partir da década seguinte é que houve um recuo nessa parcela da população que passou a ser 42,8 milhões de pessoas, correspondendo a 25%,5 da população brasileira¹⁴.

A desigualdade social com a má distribuição de renda e a explosão demográfica na parcela infanto juvenil acarretaram um aumento considerável de trabalhadores menores de dezoito anos no Brasil.

O trabalho infantil pode apresentar variáveis tais como critérios de gênero, etnia, localização, escolaridade, rendimentos econômicos e “raça”.

Desde de 1992 o PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE vem monitorando a questão da exploração do trabalho de crianças e adolescentes¹⁵.

O quadro a seguir mostra a classificação por gênero do trabalho infantil.

Quadro 1 - Classificação por gênero¹⁶

Faixa Etária	Sexo	
População de 5 -17 anos	Masculino	14,5%
	Feminino	8,3%

Fonte: PNAD 2006

Nota-se que a maior parte dos trabalhadores infantis são do sexo masculino.

Quadro 2 - Classificação por cor¹⁷

Faixa Etária	Branca	Preta/Pardo
5 – 13 anos	35,3 %	64,2%
14 -17 anos	41,5%	57,8%

Fonte: PNAD 2006

O reflexo da desigualdade demonstra que na faixa etária mais jovem a predominância de trabalhadores infantis está ligada a cor das crianças.

¹⁴ ibidem

¹⁵ BRASIL. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil**. Segunda edição.(2010-2015),2009 p13.

¹⁶ PNAD 2006 Apud in BRASIL. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil**. Segunda edição.(2010-2015),2009

¹⁷ ibidem

O quadro 3 apresenta a porcentagem por atividades dos trabalhadores infantis e adolescentes e reflete que a atividade agrícola está inversamente proporcional à idade, pois quanto menor a idade, maior é a concentração de crianças nessa atividade.

Quadro 3 - Atividades desenvolvidas¹⁸

Faixa Etária	Atividades agrícolas	Atividades não-agrícolas
5-13 anos	62,6%	37,4%
14-15 anos	43,6%	56,4%
16-17 anos	27,8%	71,2%

Fonte: PNAD 2006

O Quadro nº4 apresenta as atividades e a remuneração dos trabalhadores infantis e adolescentes e demonstra que o fator remuneração também está associado aos fatores da idade e atividade agrícola, pois quanto menor é a idade na atividade agrícola, menor é o percentual de remunerados na referida atividade.

Quadro 4 - Atividade e remuneração¹⁹

	Agrícola remunerada	Agrícola não-remunerada	Não-agrícola remunerada	Não-agrícola não-remunerada
5-13 anos	4,90%	95,10%	50,40%	49,60%
14 - 15 anos	16,80%	83,20%	73,10%	26,90%
16 - 17 anos	30,50%	69,50%	89,90%	10,10%

Fonte: PNAD 2006

Na faixa etária até 13 anos, o percentual de 95,10 demonstra que efetivamente as crianças não recebem remuneração ao desempenharem atividades agrícolas. Por outro lado, quando a atividade não é agrícola cerca de 50% dessas crianças recebem algum tipo de remuneração. Percebe-se também que a remuneração tanto agrícola como não agrícola se dá na medida em que avançam na

¹⁸ ibidem

¹⁹ ibidem

faixa etária, mas, mesmo assim, a atividade agrícola não chega a ser suficientemente representativa em se considerando o fator remuneração.

O quadro 5 é apresentada a relação do trabalho com a não frequência escolar

Quadro 5 - Relação do Trabalho e a Não-frequência escolar²⁰.

5-17 anos	19%
5-13 anos	4,5%
14-15 anos	15,8%
16-17 anos	29,2%

Fonte: PNAD 2006

Esse quadro mostra que o aumento da idade do jovem é proporcional a não-frequência escolar, ou seja, quanto mais idade tem o jovem maior é percentagem de sua não-frequência à escola. Até os 13 anos de idade apenas 4,5 % dos trabalhadores infantis não frequentam a escola, ou seja, frequentam os primeiros anos do ensino fundamental. Aumenta em cerca de 25% o percentual dos jovens trabalhadores entre 16 e 17 que não frequentam a escola. Este número representa a quarta parte dos jovens que trabalham e que se ausentaram das salas de aula.

Em 2008 houve uma nova Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, que em comparação a de 2006 apresentou mudanças em relação ao trabalho infantil e que são apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 6 - Atividades dos trabalhadores infantis e adolescentes²¹

	2006	2008
Atividades agrícolas	41,4%	35,5%
Atividade não-agrícola	58,6%	64,5%

Fonte: PNAD 2006

O quadro nº6 possibilita visualizar a redução de cerca de 6% do trabalho infantil nas atividades agrícolas entre os anos 2006 e 2008. Em compensação nas atividades não agrícolas houve um aumento de cerca de 6% para este mesmo período.

²⁰ ibidem

²¹ ibidem

Por outro lado no quadro 7 percebe-se que a relação entre o trabalho das crianças e adolescentes e a *não frequência* escolar sofreu redução de 1% entre 2006 e 2008. Cabe ressaltar, no entanto que este dado em números absolutos apresenta valores expressivos, ou seja, 4,1 milhões em 2006 e 3,6 milhões para 2008, o que representa uma redução de meio milhão nesta relação.

Quadro 7 - Trabalho das crianças e adolescentes e a não-frequência escolar²².

	2006	2008
Trabalho e não-frequência	19,0%	18,1%
Escolar		

Fonte: PNAD 2006

Os dados coletados (PNAD 2006) mostram também que o trabalho infantil tem características geográficas, pois a região Nordeste tem o maior índice de trabalhadores infantis com 14,4%; a região Sul com 13,6%; região Norte com 12,4%, região Centro-Oeste com 12,4%; e a região Sudeste com 8,4%.

Através desses dados percebe-se que o combate ao trabalho infantil vem obtendo resultados. Segundo Martins Filho (2008), o que tem que se combater é a atividade permanente realizada pela criança para garantir seu próprio sustento e de sua família, e que não pode se considerar como trabalho infantil aquele realizado esporadicamente pelo menor no âmbito familiar, pois nesse caso é considerado como mera cooperação doméstica dos filhos aos pais.²³

Agricultura familiar no Brasil

A agricultura tem sua importância pois é considerada como umas das primeiras atividades profissionais do ser humano. Inicialmente a alimentação do homem era feita através da coleta. Os coletores eram nômades e quando os alimentos de um determinado lugar acabavam, partiam para uma outra localidade. Posteriormente, a atividade passou a ser a caça e a pesca. A atividade da coleta continuou sendo exercida pelas mulheres e que, ao longo do tempo, perceberam que as sementes dos frutos ao serem jogadas na terra se desenvolviam e acabavam originando frutos idênticos aos originalmente coletados. O descobrimento

²² ibidem

²³ MARTINS Filho, Ives Gandra da Silva. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho**. 17 ed. Rev e atual. São Paulo. Saraiva.2008 p.156

da agricultura é um grande feito das mulheres²⁴, e acabou fixando os grupos em uma determinada localidade, que sempre reservavam espaços para os cultivos de alimentos. Esta atividade é um embrião da agricultura familiar

Conforme Medeiros (2007), a *produção familiar* distingui-se da empresa capitalista, pois tem como objetivo a reprodução socioeconômica interagindo com o meio físico e a utilização de mão de obra é familiar; outra característica importante é que sua produção é imediata²⁵.

Segundo Wanderley (2007), *agricultura familiar* é quando o trabalho no estabelecimento produtivo é assumido pela família e que a mesma é a proprietária dos meios de produção²⁶. Já a definição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a *Food and Agriculture Organization* (FAO) ressalva que a administração da propriedade rural deve ser feita pela família, que o trabalho seja desenvolvido em sua maioria pelos membros da família e que os fatores de produção sejam de propriedade familiar.

O Estatuto da Terra traz a definição de *propriedade familiar*, conceituada no artigo 4º, II²⁷ :

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se: "... II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;

Acredita-se que a dificuldade em conceituar e definir o tema da agricultura familiar está na sua dinâmica de produção. Entenda-se por dinâmica de produção aquela que não é a produção massificada de um determinado produto e sim a variabilidade de produtos, conforme a necessidade pessoal, que está atrelada a fatores econômicos e sociais e que também estão ligados a fatores regionais e climáticos.

²⁴ Apostila da Agricultura Camponesa. **Movimento de Mulheres Camponesas no Rio Grande do Sul** p.5

²⁵ MEDEIROS. Rosa Maria Vieira in MARAFON, Glaucio José; RUA João; RIBEIRO, Miguel Angelo. **Abordagens teóricas-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro. EdUERJ. 2007 . p169

²⁶ WANDERLEY. Maria Nazareth B. **O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil Moderno**. Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Natal 2007 p.25

²⁷ BRASIL. LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. **Estatuto da Terra**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm. Acesso em 18/11/2011

Em que pese os problemas que possam dificultar a definir o tema, os mesmos podem, de uma certa forma, ajudar no conceito. Primeiramente deve-se entender que produção familiar tem o seu sentido *Lato sensu*, onde a propriedade familiar é o meio utilizado e a agricultura familiar é a atividade (*sentido stricto sensu*) que se utiliza do meio.

Desta forma, entende-se por agricultura familiar àquela que os meios de produção pertencem a uma família, que a mão de obra, seja na grande maioria, de membros dessa família. Não há a necessidade de propriedade familiar, mas sim do desenvolvimento produtivo familiar, onde a variabilidade de produtos é destinada em sua maioria para o consumo próprio e que a produção, em maior escala, é destinada ao comércio. Esta produção está diretamente ligada a fatores geográficos, sejam eles sociais ou físicos.

Outro aspecto relevante no que diz respeito a agricultura familiar é a criação da identidade do agricultor, construída através de um processo histórico que tem por objetivo a busca da plenitude. A identidade do agricultor familiar foi constituída com própria formação do território brasileiro.

Essa formação teve seu início ainda no período colonial, quando a coroa portuguesa decidiu trazer agricultores para o Brasil. Durante o período colonial vieram os açorianos para o sul, seguidos pelos suíços. Já no governo Imperial com o objetivo de ocupação do espaço, vieram os alemães e após os italianos. Fato relevante é que todos estes imigrantes que vieram para o sul, vieram na condição de proprietários. Os espaços destinados para agricultura eram distantes das metrópoles da época. Esse distanciamento acabou por isolar esses agricultores, conseqüentemente esse isolamento acabou reforçando a manutenção de seus costumes, hábitos e da própria língua. O isolamento desses agricultores acarretou ainda a criação de comunidades fechadas, que permaneceram desta forma durante vários anos. Outro fato interessante é que essas comunidades gerenciavam suas escolas e até podiam trazer professores dos países de origem. Todos esses elementos favoreceram a não integração com as demais comunidades e conseqüentemente a não absorção de novos elementos culturais. Essa manutenção cultural intensificou a construção da identidade do agricultor com a terra²⁸.

Essa construção da identidade ligou o agricultor à sua terra. A questão não é tão singela como se pensa, pois esse elo foi constituído de fatores ligados aos sentimentos de esperança e de oportunidade. A esperança é o combustível da vida, através dela, pode-se sonhar e almejar. Já a terra é o espaço onde a vida pode

²⁸ MEDEIROS. Rosa Maria Vieira. **Componesses, Cultura e Inovações**. Revista de Geografía Agrária, Uberlândia. V.1, n.1 p.41-59. 2006

fruir. A disponibilização de terras para esses agricultores foi a oportunidade de reconstrução de suas próprias vidas.

A construção da identidade do agricultor familiar foi constituída a partir das comunidades fechadas da época, era o coletivo que predominava. Essa identidade, hoje, vem perdendo sua força, pois o agricultor familiar está sozinho, perdendo sua força para o agronegócio. Outro fator responsável é que os filhos desses agricultores perdem pouco a pouco o contato com a terra, indo trabalhar na cidade, provocando num futuro próximo, a venda da terra herdada.

O desenvolver de uma criança é a construção social, uma interação com o seu meio seja ele físico ou social. A concepção moderna de infância como uma fase específica da vida, dedicada aos estudos e preparando a vida adulta que se tem hoje, foi constituída inicialmente com a ascensão da burguesia europeia. Essa construção intensificou-se na idade moderna, onde havia a preocupação com formação escolar, moral e espiritual da criança. Essa ideia de educar e cuidar acabou transformando também a concepção de constituição de família, que também intensificou uma certa dependência das crianças em relação aos adultos. Essa preocupação, inicialmente das classes de maior poder aquisitivo, também passou a ser do Estado, que foram intensificadas e concretizadas no pós segunda guerra mundial.

A preocupação de educar e passar os conhecimentos pelo trabalho, sobretudo na agricultura familiar faz parte da formação profissional do jovem. As crianças assumem as tarefas desde cedo, a ajuda aos familiares vai de acordo com a idade e a força física e o aprendizado do jovem. Os processos de aprendizagem são tidos como rituais para a vida adulta. O jovem deve aprender os ofícios da terra com seu pai para, quando herdá-la, manter a tradição da família na agricultura²⁹.

Além da manutenção das terras e do desenvolvimento da agricultura, esse processo de aprendizagem também intensifica as relações familiares, fato esse primordial na formação de um jovem, pois a família é um pilar fundamental para o desenvolvimento de uma criança.

Muito embora tenha-se essa preocupação familiar no desenvolvimento profissional do jovem, esses afazeres não podem dificultar o acesso da criança e do adolescente a sua formação escolar, que por vezes deixa de ocorrer não somente pelas tarefas domésticas atribuídas, mas também por motivos “políticos”, tais como a localização das escolas nos centros urbanos, o transporte escolar fa-

29 VENDRUSCOLO Rafaela, MARIN Joel Orlando Bevilaqua. **Infância e Trabalho nas Unidades de produção familiar.**

vorecendo o deslocamento até a cidade e a conseqüente perda do interesse dos jovens rurais pelo conteúdo disciplinado nas escolas, que são destinados a estudantes urbanos.

A questão da proibição do trabalho infantil na agricultura familiar deve ser analisada com cuidado, pois algumas tarefas atribuídas às crianças e aos adolescentes podem ser consideradas como simples afazeres domésticos, que ao serem desenvolvidos acabam acarretando no desenvolvimento social e pessoal do jovem, criando-lhe uma identidade.

Conclusão

A luta pela erradicação do trabalho infantil no Brasil têm resultados significativos, pois os números de crianças e adolescentes trabalhando diminuíram. O fortalecimento veio ao longo da histórica através de legislações que visavam regularizar e proteger os menores trabalhadores.

As legislações trouxeram acima de tudo formas de regulamentação e proteção as crianças e os adolescentes

Todo esse aparato legal trouxe também formais aceitáveis de atividades em que a criança e o menor podem se desenvolver. Quase a totalidade dessas atividades estão ligados a fatores de ensino e desenvolvimento educacional. Entre elas, a que mais se destacou foi a do trabalho educativo, e apesar de ser tipificada no Estatuto da Criança e do Adolescente, lhe falta critérios mais específicos, ou uma legislação própria que a regule, pois sendo genérica pode abarcar atividades laborais que podem provocar prejuízos aos menores. Pois bem, sabe-se que o trabalho educativo está ligado a uma entidade governamental ou não, considerando a família uma entidade, as atividades desenvolvidas (afazeres domésticos) no âmbito familiar também podem ser consideradas como uma forma de trabalho educativo.

Mas a questão não está apenas em uma legislação proibitiva mas também em dar consciência às pessoas sobre os aspectos do trabalho infantil. A conscientização é muito importante pois está enraizada na mentalidade das pessoas de que o trabalho enobrece o jovem, que é melhor o jovem trabalhar ou ajudar em casa do que estar na rua.

O pensamento visto de um ponto de vista mais racional não deixa de estar errado tendo em vista os problemas de violências em que as crianças e os jovens estão submetidos nos dias de hoje. Pois sabe-se que o meio social influencia diretamente no desenvolvimento social e educacional das crianças e dos adolescentes.

Os dados estudados mostram que as atividades laborais dos menores estão ligados a vários aspectos, de gênero, etnia, localização, escolaridade, rendimentos econômicos e “raça”.

A pesquisa mostrou sobretudo disparidade no que diz respeito à questão racial, pois o número de crianças negras e pardas é bem mais significativo do que o de crianças brancas.

O abandono escolar dos jovens que trabalham está ligado a idade. Fato que mostra significativo problema, pois quanto mais idade tem o jovem, maior é porcentagem de evasão escolar. Esses dados devem ser analisados associados ao fator remuneração, pois o aumento da idade também está relacionado às atividades laborais remuneradas. Isso quer dizer que os ganhos financeiros estimulam o abandono escolar.

Outro dado levantado é que as atividades no meio rural são desenvolvidas pelos mais jovens, e também envolvem maior parte das atividades não remuneradas.

As análises desses dados devem observar critérios que vão além de fatos quantitativos, e devem ser observadas tanto circunstâncias sociais quanto do meio no qual a criança está inserida.

Ora, pode se considerar que os mais novos não desenvolvem atividades remuneradas, pois a forma do seu trabalho desenvolvido é em forma de ajuda, ou simplesmente de afazeres domésticos.

Esses afazeres não devem ser consideradas formas de trabalho infantil mesmo que a produção desenvolvida na agricultura familiar seja destinada ao comércio, porém deve ter ressalvas importantes nesses afazeres, pois os mesmos não podem ser desenvolvidos no horário escolar e devem cumprir a proibição do trabalho noturno. Critérios sobre insalubridade e periculosidade devem ser respeitados como a lei os institui, ou seja, nas piores formas de trabalho infantil.

O “trabalho”, ou melhor, a atividade desenvolvida pelo menor na agricultura familiar respeitando esses critérios é fundamental para o desenvolvimento da criança e do adolescente. A transmissão de saberes e a ligação com a terra é fundamental para o desenvolvimento educacional e social da criança e do adolescente no meio rural. Porém o problema volta-se à questão da fiscalização dessas atividades, que nem sempre é realizada, ou quando acontece, é de forma sucinta e precária. Uma boa solução para todo esse problema seria uma política pública voltada para a implantação de escolas em períodos integrais, onde o processo de ensino aprendizagem ocorresse voltado às especificidades, às características do meio, do lugar, do território onde vivem as crianças e os adolescentes.

A possibilidade de desenvolvimento de atividades laborais por meio de pequenas tarefas domésticas no meio rural por adolescentes e crianças é concreta e deve acontecer, pois tais atribuições, respeitando a legislação, fortalecem o vínculo e desenvolvem a relação dos indivíduos com a terra e com suas raízes.

Referências

ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. 10 de dezembro de 1948. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf>. Acesso em: jan. 2017.

ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. 20 de novembro de 1989. **Convenção dos Direitos da Criança**. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10127.htm>. Acesso em: jan. 2017

BABILÔNIA. **Código de Hámurabi**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/hamurabi.htm>>. Acesso em: jan. 2017

BRASIL LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: jan. 2017.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: jan. 2017.

Brasil. **Decreto n. 1313 de janeiro de 1891**. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1313&tipo_norma=DEC&data=18910117&link=s>. Acesso em: jan. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943Aimpressao.htm>. Acesso em: set. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 22.042 de 3 de novembro de 1932**. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22042-3-novembro-1932-499365-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: set. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm>. Acesso em: jan. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº5.452, de 1º de maio de 1943**. Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: jan. 2017.

BRASIL. **Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM2040-1871.htm>. Acesso em: jan. 2017.

BRASIL. **LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964**. Estatuto da Terra. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: jan. 2017.

BRASIL. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**. 2004.

MARTINS Filho, Ives Gandra da Silva. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho**. 17 ed. Rev e atual. São Paulo: Saraiva.2008.

MARTINS, Adalberto. **A proteção constitucional ao trabalho de crianças e adolescentes**. São Paulo: Ltr. 2002.

MEDEIROS, Raphael Vieira. **O trabalho infantil e agricultura familiar**. Trabalho de conclusão de curso (Especialização) Centro Universitário Ritter dos Reis, Curso de Pós-Graduação em Direito do Trabalho e Previdenciário, Porto Alegre, 2011.

MEDEIROS. Rosa Maria Vieira in MARAFON, Glaucio José; RUA João; RIBEIRO, Miguel Angelo. **Abordagens teóricas-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2007 .

MEDEIROS. Rosa Maria Vieira. Composturas, Cultura e Inovações. **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia. V.1, n.1 p.41-59. 2006.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO RIO GRANDE DO SUL. **Apostila da agricultura camponesa**. Passo Fundo: MMC Brasil, 2005. 27 p

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do Trabalho**: história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho. 24.ed. rev., e ampl. São Paulo: Saraiva. 2009.

NASCIMENTO, Grasielle Augusta Ferreira. **A educação e o trabalho do adolescente**. Curitiba: Juruá. 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenções ratificadas pelo Brasil**. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/convention>>. Acesso em 30/01/2017

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação**. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/node/518>>. Acesso em: jan. 2017.

PIRES, Rosemary de Oliveira p.46 Apud NASCIMENTO, Grasielle Augusta Ferreira. **A educação e o trabalho do adolescente**. Curitiba: Juruá. 2004

PNAD 2006 Apud in BRASIL. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil**. Segunda edição.(2010-2015), 2009.

STEPHAN, Cláudia Coutinho. **Trabalhador adolescente**: em face das alterações da Emenda Constitucional nº20/98. Colaboração de Júlio César Vieira Costa. São Paulo: LTr. 2002.

SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas. **Instituições de direito do trabalho**. 22 edição. São Paulo: Ltr. 2005.

VENDRUSCOLO, Rafaela; MARIN Joel Orlando Bevilaqua. **Infância e Trabalho nas Unidades de produção familiar**. In: IV Encontro da Rede de Estudos Rurais,, 2010, Curitiba - PR. IV Encontro da Rede de Estudos Rurais.. Curitiba - PR: UFPR, 2010. v. 1. p. 1-11.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil Moderno. **Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Natal 2007.



Parte IV

Educação: memória e raízes



Raízes rurais campesinas e o lugar: dimensões que não podem ser ignoradas na educação no campo

Cristiane Vieira Medeiros

Introdução

O campesinato teve sua origem ainda no período da colonização e do império. Segundo Speyer (1993), era uma classe que orbitava em torno da classe senhorial e se sobrepunha aos escravos.

Eram os homens livres, não assalariados, nem escravos e muito menos senhores de grandes propriedades; se estabeleciam pela posse em terras devolutas ou em pequenos lotes de terras próprias que visavam à subsistência e o abastecimento das povoações dos arredores. Ou, ainda sobreviviam do trabalho rural que exerciam nas propriedades dos grandes senhores, cedidas em troca da prestação de serviços, ou seja, o camponês produzia na terra os alimentos para sua subsistência e para o consumo da casa grande.

Esses camponeses eram agricultores que com o auxílio da mão-de-obra familiar produziam seus próprios alimentos e desenvolviam a policultura, a criação de pequenos animais e até atividades artesanais. Tudo isso sem o apoio do governo, apenas com suas próprias forças e seus próprios meios, que eram tecnologias extremamente simples, baseadas no trabalho braçal, na rotação de culturas, no descanso da terra.

Eram agricultores que sofriam um descaso completo por parte do governo e da sociedade, pois não possuíam escolas, nem dispunham de qualquer infraestrutura básica e os problemas de saúde eram solucionados com chás caseiros,

fitoterapia, medicina popular baseada nos saberes construídos ao longo das gerações passadas.

Mas, ainda assim esses bravos camponeses resistiam desbravando terras e tornando-as “boa” para a agricultura. As características principais que os diferenciam dos grandes latifundiários da época eram: a produção de subsistência em pequenas áreas de terra, uma produção diversificada, o trabalho familiar, a produção do excedente para o mercado interno, o conhecimento histórico sobre ciclos agrícolas, seleção e controle de sementes, controle de pragas, tecnologias caseiras adquiridas através do saber historicamente construído por seus antepassados. E, além destas, a maior das diferenças: o uso da terra e não somente sua posse. Daí a relevância que tem a terra na vida do camponês.

Segundo Medeiros (2006), a importância do campesinato no Rio Grande do Sul cresceu com a criação das colônias para pequenos proprietários alemães, trazidos pelo governo português para colonizar o país, mesmo aqueles colonos/imigrantes que vinham na condição de mão-de-obra, em substituição ao escravo, contribuíram para a formação dessa nova classe social.

A criação dessas colônias, pelo governo imperial, é marcante na construção da identidade camponesa no estado. É importante ressaltar que para essas colônias foram trazidos agricultores, principalmente alemães, na condição de proprietários de terra, o que fechava muito bem com o objetivo do governo, que era a ocupação do espaço.

Esses espaços, considerados vazios pelo Governo, eram cobertos por mata nativa e bastante distantes dos centros citadinos da época. Essa distância causava isolamento entre as colônias e reforçava o fechamento dessas comunidades além de compactuar para que seus hábitos culturais se fortalecessem principalmente através do uso quase que exclusivo da língua materna.

Por esta razão os projetos de colonização posteriores tinham como objetivo serem mistos para assim impossibilitar a criação de “quistos étnicos”¹.

O fechamento destas comunidades permaneceu por um período bem significativo que inclusive foi acentuado pelo direito que esses camponeses tinham de criar suas próprias escolas com educadores vindos da Alemanha. A cultura e a identidade germânica, conseqüentemente, se fortaleceram e criaram uma barreira impeditiva de absorção dos elementos culturais locais.

A identidade dos colonos/camponeses foi sendo construída tendo por base essa transposição de culturas entre a terra natal e o novo espaço, que exigia dos

¹ WEIBEL, Leo. A colonização no Rio Grande do Sul. In Apud MEDEIROS, Rosa Maria Vieira Camponeses Cultura e Inovações – 2006.

colonos um grande esforço.

Erros e acertos auxiliavam na construção de uma nova territorialidade. As marcas da história de cada camponês iam se fixando nesse novo território e iniciavam um processo de construção da identidade.

O território foi sendo construído com os símbolos e identidades próprios dos colonos/camponeses, com isso a cultura de cada indivíduo foi contribuindo para a formação de uma nova territorialidade.

Para Claval (1999), a cultura exerce grande influência na construção do espaço e as relações que se estabelecem neste espaço acabam por demarcar o lugar e a cultura. O território passa a ser a ocupação do lugar, do espaço.

Quando falo em território preciso levar em conta o que ele significa, e nesta pesquisa compactuo com o que Santos (1996) diz sobre território, que é um espaço vivido, usado por uma dada população. É uma questão de identidade, de sentimento por pertencer a um determinado lugar.

E em relação à cultura que se estabelece no lugar é importante trazer o conceito utilizado por Claval (1999) quando diz que:

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas[...] é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestam” (CLAVAL, 1999, p.63).

Embasado nesses sentimentos e representações o território foi sendo construído pelos colonos/camponeses.

A cultura desses camponeses serviu de base para a construção de uma nova identidade, no novo espaço, mesmo que novas experiências de vida o fizessem avaliar antigos saberes e acrescentar outros devido às diferenças ambientais, aos inúmeros obstáculos que precisavam ser transpostos a fim de estabelecer vínculos com essa terra nova. Mesmo passando por estas transformações o camponês não negava seus saberes historicamente acumulados, pois eles seriam o alicerce para a nova vida.

Ainda hoje é possível observar essa forma de agricultura familiar, referendada no campesinato, integrada ao mundo moderno, tanto na forma de produção quanto em sua vida social, que não se resume apenas no modo de produzir no

campo, mas principalmente no modo de viver, de relacionar-se com a natureza, de viver em comunidade. É o meio rural que se integra à sociedade global conservando sua autonomia e originalidade.

Desde o início do século, esse meio rural vem sofrendo algumas mudanças ligadas principalmente às relações complexas que se estabelecem neste cenário. Entre elas se encontram as territorialidades, a nova relação campo-cidade, a construção de identidades, mas também as transformações econômicas, políticas e, principalmente, a questão cultural, ocorridas em todos os níveis na sociedade contemporânea que se totalizam sobre o meio rural influenciando e interferindo no cotidiano vivido.

À medida que o rural brasileiro se transforma, que a agricultura familiar se firma como uma possibilidade de valorização desse espaço, novas concepções são formuladas e novos significados vão sendo construídos e atribuídos ao campo, ao novo rural.

Essas novas concepções nada têm a ver com a associação que é feita ao meio físico, onde o meio rural é visto como um espaço mais próximo da natureza que serve de suporte para a produção alimentar, ou ainda um lugar em atraso que está à espera da urbanização para se modernizar.

Segundo Queiroz (1972), essa ideia de urbanização do espaço rural se fundamenta ainda no Brasil onde à medida que as cidades iam crescendo e, portanto, exigindo um outro tipo de abastecimento, os colonos/camponeses acabavam se isolando e aos poucos sendo eliminados do comércio local.

Esses camponeses vendiam suas terras aos citadinos e se tornavam assalariados destes, mas ainda permaneciam no seu local de origem que aos poucos ia decaindo até se tornarem subúrbios das cidades, já que as atividades exercidas no local passaram da agricultura para a prestação de serviços.

O modo de vida urbana se difunde e a visão estereotipada do rural também, a partir de um gênero cultural europeu burguês que incutia na população a ideia de que os moradores das cidades possuíam boas maneiras, uma visão ampliada, um certo nível cultural enquanto os habitantes dos meios rurais eram rudes e embrutecidos devido ao seu trabalho direto com a terra. Essa afirmação, baseada ainda em Queiroz (1972), se deu em diferentes épocas das cidades brasileiras, conforme suas características específicas e principalmente conforme sua ligação ao meio rural.

A expansão das áreas urbanas e principalmente do modo de vida urbano se faz presente e com muita força em função do mundo globalizado, especialmente nas últimas décadas.

E realmente, o modo de vida urbano influenciou as relações no meio rural, principalmente no que se refere à cultura onde o modelo de homem “faber” foi incorporado às áreas de produção do meio rural. Isso acabou por transformar as relações de trabalho e a própria relação do homem com a natureza, com ele mesmo.

O uso de tecnologias avançadas, da informação e de estatísticas é uma realidade nas áreas rurais, mas, todavia dizer que o espaço rural está perdendo espaço para o espaço urbano é insuficiente, pois está crescendo uma nova concepção e uma valorização do rural.

Exatamente neste momento de revalorização e de construção de novas concepções surge um novo personagem distinto do ancestral camponês, gestado a partir dos interesses e iniciativas do Estado. Mas mesmo esses “novos” agricultores familiares modernos enfrentam os novos desafios com as armas que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo (saberes tradicionais passados por seus pais, avós, etc.).

Outras formas de agricultura familiar se multiplicaram nas sociedades modernas conforme a importância da cidade e da cultura urbana; da centralidade do mercado; da globalização da economia. Os camponeses, agora chamados de agricultores familiares, acabaram incorporando essas transformações.

As grandes propriedades ofereciam empregos temporários aos camponeses cujo tempo de não-trabalho coincidia com as safras das grandes culturas. Esse trabalho externo mostrava a necessidade que tem o camponês em tornar-se um trabalhador assalariado, a fim de obter uma fonte de renda que suplementasse o rendimento da sua produção (precariedade e instabilidade que sofre o estabelecimento camponês).

Mas a agricultura familiar resiste, se adapta às exigências da agricultura moderna guardando traços camponeses, enfrentando “velhos” problemas contando com suas próprias forças.

O início da década de 70 foi marcado pela “evolução da agricultura”, através da Revolução Verde. Esta “evolução” se baseou na industrialização do campo, na modificação da tecnologia empregada na produção e também na modificação gradual na forma de tratar o ambiente. Esta evolução trouxe profundas transformações na forma de produzir no campo e isto seria positivo se não fossem seguidas por aquelas que dizem respeito à aceleração das migrações do campo para a cidade e à diminuição do trabalho humano no campo.

É importante ressaltar que a modernização do campo não se deu somente com o aumento da utilização de máquinas, junto vieram sementes melhoradas,

insumos químicos e biológicos modernos, uma política de crédito rural (que beneficiou os grandes proprietários de terra) e ainda as exportações de diferentes culturas.

Conforme Martine (1987) essa tecnificação da agricultura produziu efeitos positivos na industrialização do país, mas não trouxe ao agricultor familiar o progresso prometido. Aparentemente o número de postos de trabalho no campo aumentou, mas a remuneração e a estabilidade eram ínfimas. Com a industrialização e a eletrificação do campo inicia o processo de urbanização e concomitantemente se multiplica o êxodo rural, o que acaba provocando um inchaço populacional nas cidades.

Era uma promessa de modernizar rapidamente o país, mas que trouxe como resultados custos sociais bastante sérios como o difícil acesso à terra e a sua especulação; a migração para as cidades na busca de outra fonte de renda familiar; os efeitos nocivos do uso indiscriminado dos agrotóxicos.

A Revolução Verde adotou algumas estratégias para forçar o uso das novas tecnologias pelos agricultores camponeses. Uma delas foi associar a produção camponesa ao atraso, o que repercutiu não somente na questão da produção, mas principalmente na vida social destes indivíduos que passaram a assimilar sua cultura, suas tradições e seus costumes como ultrapassados. Passaram a negar seu passado e foram forçados a ingressar num “mundo moderno”.

Após esse pacote de modernização que marcou e transformou a vida dos camponeses, uma nova etapa vai colocá-los num circuito mais mundializado. Esses camponeses/agricultores familiares deparam-se com a globalização. Os avanços tecnológicos são rápidos e para se manterem no mercado ou se integrem ao mesmo buscam informações e correm atrás de um aprendizado que lhes permitam fazer parte desse mundo globalizado.

As relações se complexificam, pois, a globalização inclui o mundo rural numa nova lógica onde competitividade, produtividade e rentabilidade são agora fatores que devem ser previstos. Essa gama de inovações traz como consequência um calendário agrícola baseado nas novas técnicas, nos novos conhecimentos adquiridos através da ciência. O saber tradicional sobre as leis naturais cede lugar ao consumo, à produção, ao tempo do mercado mundial. Na maioria das vezes, as condições naturais não precisam mais ser respeitadas em decorrência do uso de novas tecnologias que chegaram e contagiaram o mundo rural/local.

As técnicas, antes passadas através das gerações, são agora referendadas num modelo mundial, com objetivos extremamente pragmáticos. Neste momento os vínculos com o lugar, a identidade de colono/camponês são sufocados e os cam-

poneses se tornam estranhos ao local em função de uma inovação tecnológica e de um conhecimento científico adotado de forma rápida e impensada.

O Camponês

Novos usos, novas técnicas, novos costumes invadem o meio rural. No lugar que antes era de vida, de trabalho, que guardava a memória das gerações passadas e que reproduzia a identidade da família, agora se concretizam eventos mundiais.

Aquele território que foi construído pelos colonos/camponeses para suprir suas necessidades, garantir a sobrevivência da sua família ao se transformar trouxe consigo necessidades que não são mais locais e sim, globais.

O camponês sente necessidade de se inserir no mercado. O desenvolvimento de tecnologias, em especial da comunicação, traz informações até ele sobre diferentes produtos comercializados na zona urbana e isto o leva ao desejo de diversificar seu consumo. Para a aquisição destes novos produtos é necessário que o camponês expanda sua produção destinando-a à comercialização e não apenas ao autoconsumo.

As novas necessidades de consumo e de integração ao mercado, acarretam também a procura de trabalho nas entressafras, seja nas cidades mais próximas ou em outras propriedades. Quando sua mão-de-obra é utilizada numa outra propriedade rural, ele ainda está fazendo uso de sua herança campesina, pois utiliza seus saberes historicamente construídos para este trabalho e mantém suas crenças e costumes. Contudo, quando vai trabalhar na cidade deixa “adormecidos” seus saberes e ainda, por influência deste novo lugar de trabalho, modifica alguns valores mantendo apenas resquícios destas influências. Por outro lado, a incorporação de novos valores urbanos por parte desses camponeses acaba provocando uma aproximação crescente entre o rural e o urbano, pelo menos em termos de hábitos e costumes.

Outra possibilidade é quando o camponês migra para a cidade para buscar trabalho. Ocorre aqui sua desruralização, quando seus valores tradicionais vão sendo abandonados ao mesmo tempo em que ele não consegue incorporar os hábitos do trabalhador urbano e acaba por se transformar em um trabalhador marginalizado que sobrevive de trabalhos esporádicos.

Segundo Andrade (1995) o camponês brasileiro vivencia um processo de empobrecimento, de desruralização e de desaculturação e somente com uma reformulação séria nas políticas públicas agrárias será possível encaminhar o cam-

pesinato, em condições de competitividade, para o mercado e, o camponês, para participar desta vida, dita, moderna, mas com sua cultura sendo respeitada e por que não valorizada.

Mesmo com todas essas dificuldades a agricultura camponesa resistiu e cresceu, integrando-se à população pobre do país, exatamente por ser um símbolo de resistência e força participante das transformações que estão ocorrendo na sociedade, não como mero objeto e sim como sujeito, agente transformador e consciente do seu valor. É ainda a agricultura camponesa, o trabalho braçal e familiar do agricultor que produz os alimentos básicos que vão a mesa do brasileiro.

O lugar: uma dimensão que não pode ser ignorada pela educação

A real dimensão do significado do lugar na vida desses camponeses não pode ser simplesmente ignorada quando eles entram para a escola, pois o lugar acaba sendo o intermediário entre o mundo e o sujeito. A lógica trazida pelos primeiros camponeses ainda se faz presente no modo de vida de cada sujeito que habita aquela comunidade e por isso é fundamental entender a bagagem cultural que esse novo lugar traz de um velho lugar, de uma cultura que sofreu influências nacionais, mas que ainda é extremamente arraigada dentro de cada sujeito, dentro das famílias, das relações sociais e políticas que são o reflexo de uma cultura que teima em manter-se viva.

O lugar é o local da esperança, da cooperação, do fazer solidário, da possibilidade de novas alternativas, da união de forças que possibilitam impor a verdade e contrariar as influências que teimam em modificar a cultura, a identidade construída, o espaço vivido, etc.

Atualmente vivemos o fenômeno da globalização onde o todo se reflete nas partes e as partes também influenciam este todo, por isso a função do lugar se torna primordial. Ele passa a unir a partir da cultura, da identidade, do equilíbrio, da solidariedade entre os sujeitos que o construíram e estes sentimentos e ações vêm contrapor a intensidade da globalização, que quer o domínio, a competição sem limites.

É através do lugar que podemos ver o mundo e interpretá-lo conforme nossa percepção “pois, nele, o recôndito, o permanente, o real triunfam, afinal sobre o movimento, o passageiro, o imposto de fora” (SANTOS, 1994). As redes mundiais, que chegam ao lugar, com uma força mais ou menos intensa, tentam

condicionar o lugar, mas exatamente por causa da força do lugar, ele absorve o que lhe é mais significativo as suas peculiaridades. Por isso a necessidade de trabalhar tendo como referência o lugar, sua cultura, a identidade que se construiu ali com o passar dos tempos e que se consolida à medida que o fazer solidário se intensifica no mesmo.

Os lugares são um reflexo do mundo em função das influências e interferências determinadas pelas relações globais, mas ao mesmo tempo em que isso o torna semelhante aos demais também o diferencia exatamente por que o lugar tem a qualidade de recolher dessas relações globais somente o que lhe permite fortificar sua existência.

A inserção do sujeito no mundo acontece através do lugar desde que estabelecemos relações locais com fatos mundiais. Desta forma, possibilita a compreensão do por que esses fatores globais interferem tão diretamente no local. Esta contextualização permite o entendimento de que o lugar não é apenas aquilo que podemos enxergar, tem por trás toda uma gama de relações sociais, de trabalho, de poder que são estabelecidas em âmbito global e postas em prática a partir de uma adaptação às peculiaridades locais.

O que acontece no lugar está articulado a complexas relações que acontecem em outros lugares. A explicação para esses fenômenos que se concretizam no lugar, não pode ser retirada somente do próprio lugar. Levar em conta o mundo e as relações que ele constitui com o local é fundamental, por isso é tão importante que se estabeleçam essas ligações/relações em outros níveis (regional, nacional e internacional) e que estas sejam trabalhadas nas escolas.

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 1996, p.211).

No lugar convivem ao mesmo tempo duas razões, àquela que vem do mundo e àquela que se cria no local e através delas podemos refletir sobre a nossa relação com o mundo. Por isso é importante que o educando possa construir hipóteses, representar, observar através desse todo articulado que é o lugar. Na verdade o espaço mundo se concretiza no lugar e no momento que o educador percebe isso e leva para a sala de aula a coexistência dos fatos globais e locais, ele trabalha com a vida do aluno, com seu cotidiano, com sua realidade sem se

prender a conteúdos limitantes como casa, rua, bairro, escola, município, etc. Ao mesmo tempo em que a geografia mais próxima é trabalhada e valorizada também os acontecimentos externos ao lugar são compreendidos; outros lugares são contatados e isso permite trabalhar o mundo de forma contextualizada e construtiva.

A identidade cultural que se constrói neste lugar também precisa ser valorizada e trazida para a escola, afinal são valores que perpassam muitas histórias de vida e que firmam a identidade das famílias nos lugares.

Essa identidade que lhes permite diferentes formas de se relacionar com o meio, com o tempo e o espaço e que inclusive caracteriza as relações familiares, comunitárias e sociais não pode ser esquecida quando o educando entra na escola, afinal é sobre a sua existência que estamos falando, sobre seu modo de pensar e agir, sobre sua história e de sua família.

A mediatização do mundo, do lugar, do saber histórico de cada educando dentro do espaço sala de aula - uma proposta para tornar possível essa ação

A mediatização do mundo e do lugar, com o educando do campo, traz significação para a aprendizagem além de tornar mais concreta a percepção de como o lugar está sendo construído, quais as influências que ele está recebendo e como é possível utilizar essas influências globais de forma positiva no cotidiano.

Essa proposta de trabalho, de valorização do lugar e compreensão do mundo vivido, pode ser realizada através de temas geradores, que são formulados sempre tendo como referência o cotidiano, mas nunca deixando de relacionar o local com o global.

A identidade com o lugar, o sentimento de pertencimento ao lugar e essa responsabilidade de agir no local são fatores fundamentais para que o educando torne-se um ser social, atuante, crítico e transformador.

A compreensão de que o lugar faz diferença no mundo, que o mundo interfere no local e que o local também influencia no global são questões que devem ser trabalhadas, pois assim constrói-se a ideia da força que o lugar tem no mundo. A partir do momento que são problematizadas as questões locais e estas são relacionadas às questões globais, o mundo, que tanto influencia no local, não fica mais tão distante e inacessível e o educando se redescobre sujeito instaurador do processo de construção do lugar que vive e onde está inserida a escola.

Não existe uma pedagogia que se fundamente num trabalho isolado ou no

individualismo, mas sim na contextualização, na solidariedade dos existires e na comunhão de uma crença de que educador, educando e comunidade devem ser sujeitos do processo de educação, buscando sempre a superação do alienante e principalmente construindo a consciência de mundo.

É no lugar que se concretizam todas as relações, sejam elas locais, nacionais, mundiais, econômicas ou informacionais, através do lugar adquirimos a consciência do mundo, por isso estudar o local, o lugar, o particular é tão importante.

Partindo da concepção de educação baseada na conscientização e na transformação do meio em que vivemos, ensinar o educando do meio rural respeitando sua identidade, sua cultura, seu lugar passa a ser um desafio a qualquer educador comprometido e engajado numa luta por uma educação não massificadora.

O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade, se não é auxiliado a tomar consciência da realidade e de sua própria capacidade para transformá-la, pois ninguém luta contra as forças que não compreende. A realidade não pode ser modificada, senão quando o homem descobre que é modificável e que ele pode fazê-lo. É preciso, portanto, fazer desta conscientização o primeiro objetivo de toda educação: antes de tudo provocar uma atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação (FREIRE, 1980 p. 40).

A geografia e a pedagogia freireana integradas construindo uma perspectiva de valorização do lugar e do mundo vivido

Através da geografia é possível entender as condições de vida da humanidade nos outros lugares e tempo, o indivíduo consegue entender-se no seu tempo e lugar como sujeito das suas ações. Interpretar a realidade a partir de sua dimensão socioespacial, propiciar a leitura do real pela mediação de conceitos como espaço, lugar, paisagem, território é uma das finalidades desta área do conhecimento.

Essa leitura a que se propõe a geografia traz para o indivíduo a compreensão do seu lugar no mundo, que nos dias de hoje está altamente globalizado pelas técnicas e pelas comunicações.

O lugar, referendando essa prática pedagógica, permite ao educando do

campo compreender porque os acontecimentos distantes exercem tanta influência no local. A geografia do lugar não é apenas o que se enxerga, é na verdade uma gama de objetos, relações sociais, ações que acontecem e determinam outras, é uma análise que possibilita a contextualização do indivíduo com o lugar onde vive e com o mundo que influencia muitas questões locais.

Segundo Helena Callai (2000), a contextualização do indivíduo com seu meio traz indagações pertinentes ao passado e ao futuro, ampliando assim a noção de que o cotidiano do espaço vivido é fundamental para o entendimento do mundo.

A concepção de lugar não se restringe a limites, paisagem, relevo, mas sim tem a ver com os reflexos que o mundo produz neste lugar. As manifestações globais totalizam-se no local com maior ou menor intensidade e são essas manifestações que influenciam e interferem no cotidiano vivido.

O lugar é o ponto de encontro de questões locais e globais, é o resultado de histórias de vida, é uma combinação de fatores econômicos, sociais, culturais.

Para estudar o lugar é preciso desenvolver capacidades de observação, análise, interpretação e compreensão, ou seja, um olhar espacial que estude a realidade social e as marcas inscritas neste espaço. A partir dessas capacidades se compreende as relações coexistentes e configurativas do lugar.

Ao estudar uma determinada realidade, a geografia considera o espaço construído a partir dos fenômenos sociais e da relação que a sociedade estabelece com a natureza (CALLAI, 1998).

Segundo a mesma autora, a sociedade deixa suas marcas no espaço, estas marcas caracterizam os lugares criando paisagens, resultantes da reação das forças internas face a ação das externas (CALLAI, 1988).

A geografia estuda a realidade e lê o mundo através da paisagem, portanto, é necessário ultrapassar a simples visualização da paisagem para que se possa encontrar o seu real significado, as histórias que estão inscritas nela, pois na paisagem é possível ver o resultado da vida dos homens e os processos de produção que ali se estabeleceram. A percepção que temos do lugar está carregada de histórias de vida, certas modificações não são naturais ou espontâneas, as pessoas que viveram ali, os saberes que reinaram ali, as identidades que ali se construíram e se fortaleceram devem ser consideradas.

Não há acaso nos lugares, há uma história, há um processo de territorialização, existem razões, próximas ou distantes, que influenciaram essas materializações, e estes são fatores fundamentais que merecem ser considerados a fim de que exista uma real compreensão do significado do lugar.

Uma das coisas que deve ser levada em conta no ensino da geografia é a importância e o sentido que a realidade tem, e que ela deve ser estudada de forma contextualizada para que haja uma real significação.

A Geografia tem como uma das suas especificidades proporcionar ao aluno uma forma mais consciente de entender o mundo, a sociedade na qual vive, através da relação mundo-sua cidade-sociedade.

A contribuição da Geografia é mostrar ao aluno, através de análises, e não somente descrevendo fatos e coisas, que o espaço onde ele vive é uma construção que as pessoas, as sociedades fazem/deixam ao longo das suas vidas.

A questão da identidade cultural, de que fazem parte à dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado (FREIRE, 2000 p. 46).

O educador que não propicia ao seu aluno uma experiência para pensar seu próprio espaço, assumir seu papel de sujeito transformador na comunidade em que vive, apenas treina esse aluno e torna muito pragmático o processo educativo enquanto poderia promover discussões, análises, críticas sobre as relações que se estabelecem.

Trabalhar conteúdos que não sejam alheios à vida cotidiana do aluno, possibilitar o estudo da realidade onde está inserido, não de uma forma linear, mas de um modo em que questões do mundo interliguem-se às questões locais permite um maior entendimento sobre as transformações que ocorrem ao seu redor.

Construir essa noção de que os acontecimentos locais têm relação com os acontecimentos mundiais é uma questão complexa, contudo, se o educador tiver clareza e conhecimento sobre a vida do educando, sobre o local com o qual irá interagir fará crescer nele uma curiosidade e motivação para aprender, para entender.

Esta é a forma com a qual o educador permitirá ao educando não ser um mero espectador dentro da sua comunidade e como educador “devo saber que sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino” (FREIRE, 2000, p.95).

Perceber que o lugar:

[...] não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido,

isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo (SANTOS, 2001, p.114).

Isto possibilitará ao educador dar um sentido ao trabalho desenvolvido com o educando do meio rural.

Há que se ter muita clareza de que o lugar não é apenas aquilo que todos os dias enxergamos, seja do ponto de vista físico ou do complexo de relações, ações e ligações que ali se estabelecem, e sim a concretização das ações do mundo é que configuram o lugar. Segundo Milton Santos (2000), Os lugares reproduzem o mundo, de modos específicos, individuais e diversos. Eles são singulares, mas ao mesmo tempo são globais e refletem as manifestações da totalidade-mundo.

Estudar o espaço é olhar o entorno, perceber o que existe, analisar o que acontece. Esta é uma forma de ler a vida concretamente e que propicia a construção de novos conceitos do espaço que vivemos e que aprendemos a pensar.

O espaço é construído a partir da história de vida de cada um que vive nele, Segundo Santos (1988), os lugares combinam variáveis de tempos diferentes. Não há um lugar onde tudo seja novo ou tudo seja velho, pois a situação é uma combinação de elementos com idades diferentes.

O lugar aproxima interesses locais e globais, na verdade é o ponto de convergência destes, por isso o educador do campo tem como desafio fazer com que o educando compreenda o mundo tendo por referência o seu lugar, pois como já vimos, o lugar é um reflexo do mundo, é o mundo vivido.

É na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos, educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação (FREIRE, 1987).

A prática de um “método pedagógico que procura dar ao homem a oportunidade de redescobrir-se através da retomada reflexiva do próprio processo em que vai ele descobrindo, manifestando e configurando” (FREIRE, 1987 p.15) é o que entendemos por conscientização.

Entretanto essa conscientização precisa fundamentar-se em transformações muito coerentes com a proposta que se quer assumir, como base para essa transformação saliento a importância do que foi proposto na obra *Por uma educação básica do campo*, em 1999, e compactuo com ela para realizar as necessárias transformações nos currículos, nas escolas, em nós educadores engajados e

comprometidos com uma proposta contextualizadora, indagativa, conscientizadora, progressista e transformadora.

É fundamental que o papel da escola seja re-pensado e re-significado, portanto assumindo-se compromissos ético/moral com os educandos que a frequentam, levando em conta que são pessoas singulares merecem respeito, disponibilidade e seriedade por parte dos educadores (KOLLING; MOLINA; CASTAGNA, 1999).

A escola também tem que assumir o compromisso de resgatar, conservar e valorizar a cultura que ali se apresenta, no sentido de que cada educando sinta-se parte de um processo com raízes no passado e perspectivas para o futuro.

A gestão da escola deve ampliar seu acesso para a comunidade, permitir maior participação da comunidade escolar nas decisões e propostas, seja de cunho pedagógico ou administrativo.

A escola precisa refletir sobre o modo como os educandos construirão seu conhecimento, quais aprendizados mais significativos devem ser oportunizados, voltando-se para a conscientização e transformação da realidade.

O currículo dessa nova escola também deve ser repensado, pois ele processará os conteúdos da realidade que serão desenvolvidos, trabalhados, questionados. Não há como imaginar aulas engessadas como principais meios pedagógicos, é necessário pensar um ambiente que realmente propicie a real formação do educando (KOLLING; MOLINA; CASTAGNA, 1999).

Também é importante salientar que o currículo a ser desenvolvido na escola, fundamentalmente, deve embasar-se na valorização do trabalho e na identidade com a terra/lugar, mas não se pode deixar para segundo plano o trabalho com a cultura, onde a valorização, o reconhecimento e a produção local serão aproveitados e apresentados.

A qualificação e a formação continuada do educador que trabalha com educandos do meio rural deve ser incluída num programa articulador que fortaleça a comunicação e o pedagógico entre escolas e educadores com realidades semelhantes.

Quando falo no educador como agente principal destas transformações estou me referindo ao papel que ele tem em assumir-se como um ser comprometido com uma educação transformadora e conscientizadora, reflexivo e pesquisador das diferentes alternativas pedagógicas que vem sendo discutidas e apresentadas no Brasil e no mundo. Principalmente me refiro ao fato de que é preciso ter consciência de que “*ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção*” (FREIRE, 2000 p.25).

Esse comprometimento do educador a que tanto me ateno nada tem a ver com uma ideia missionária, nem tampouco com uma perspectiva ingênua de propor um manual do tipo *como ser um bom educador*². Chamo a atenção para esta questão por ela se tratar de um comprometimento político, de assumir uma postura mais crítica, mais reflexiva, com envolvimento, entregas, paixões e brigas (FREIRE, 2000).

“A educação é uma forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 2000 p.110), portanto é através do educador comprometido com uma educação progressista que o educando aprende a pensar e reconhecer o espaço no qual vive.

A compreensão e o reconhecimento da força que a cultura e a identidade do lugar exercem no educando do campo permitirão uma prática educativa realmente construtiva, pois este educando aprenderá a apropriar-se do seu mundo para poder transformá-lo, assumindo-se com sujeito do lugar, agente na construção do espaço que vive.

Compreendendo o lugar em que está, é uma maneira de ampliar significativamente o conhecimento de outros lugares, que estão distantes da cotidianidade, mas que interferem na dinâmica da sua vida, do seu grupo, da sua comunidade.

Para transformar profundamente a escola, o ensino, a aprendizagem no meio rural é necessário um

[...] conhecimento que vai se ampliando de maneira articulada a partir daquela perspectiva acontecimental decorrente da perspectiva local, relativa tanto ao espaço quanto ao encadeamento de acontecimentos que, naquele momento, se apresentavam como portadores de necessidades de compreensão e de ação por parte dos educadores e educandos envolvidos naquele lugar (REGO, 2003 p.286).

A “base geográfica dessa construção será o lugar, considerado como espaço de exercício da existência plena” (SANTOS, 2001 p.114).

Reflexões Finais

Valorizar a educação rural dentro de um município não impede que as crianças e jovens deixem de sonhar e buscar novas possibilidades de vida até mesmo na cidade. Entretanto, esses educandos que participaram de uma educa-

² Grifos da autora.

ção progressista e de valorização do mundo rural, certamente serão os adultos que terão respeito por essa identidade, pela cultura, pelo lugar que guarda tão carinhosamente suas raízes.

Mas essencialmente, trabalhar nas escolas das zonas rurais, sob uma perspectiva de valorização do lugar quer mostrar e conscientizar educandos, educadores e comunidade sobre a importância que a cultura, construída no lugar pelos antepassados e a identidade camponesa tem para a sociedade.

Nessa perspectiva de trazer para sala de aula o lugar, a identidade e a cultura, surgem as possibilidades de trabalhar com uma educação progressista de valorização e significação do conhecimento e saberes rurais.

Desenvolver uma pedagogia voltada para os valores, cultura e identidade dos educandos do meio rural corre alguns riscos de enraizamento somente na realidade, por isso uma proposta pedagógica de valorização do lugar como referência na aprendizagem só será séria e efetiva se a realidade rural e do lugar forem integradas ao meio global, se os educadores conseguirem planejar aulas que relacionem o global e o local na tentativa de realizar uma educação libertadora, construtiva e sobretudo que insira e valorize o educando dentro de um contexto social local que também é global.

Referências

ANDRADE, Manoel Correia de. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1995.

CALLAI, Helena Copetti O Ensino da Geografia e A Nova Realidade. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 24, p. 67-72, 1998.

_____. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: *Ensino da Geografia – práticas e textualizações no cotidiano*, Porto Alegre: Mediação, 2000.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: Editora UFSC, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes, 1980.

KOLLING, Edgar, Nery, MOLINA, CASTAGNA Mônica (Orgs). **Por uma educação básica do campo**. V.1. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação no Campo

1999.

MARTINE, George. & GARCIA, R. *Os impactos Sociais da Modernização Agrícola*. São Paulo, Hucitec, 1987.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira Camponeses Cultura e Inovações. *Campo e Território*, Uberlândia, vol. 1, n. 1, p.41-59, fev. 2006. Acesso em: março 2006.

_____. *Que “novo” rural é este no Brasil?* In: **I Simpósio Urbano Rural** – USP, SP, dez, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In QUEDA, Oriowaldo & Tamás Szmrecsányi (orgs). *Vida Rural e Mudança Social: leituras básicas de sociologia rural*. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

REGO, Nelson *et al.* *Um pouco do mundo cabe nas mãos: Geografizando em Educação o local e o global*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2003.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *A natureza do Espaço – técnica e tempo/ razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SPEYER, Anna Marie. *Educação e campesinato: uma educação para o homem do meio rural*. São Paulo: Ed. Loyola, 1983.



Memorias en territorios de Rio Grande do Sul. Períodos de intercambio universitario

Maria Rosa Wetzel

Introducción

A lo largo de esta narrativa he intentado recuperar las memorias del intercambio universitario en parte del territorio de Rio Grande do Sul; la travesía de pasantía delineada entre la Universidad Nacional de Entre Ríos (UNER) en la República Argentina y la Universidad Federal de Río Grande del Sur (UFRGS) en Brasil, parte de un proyecto colectivo que he denominado “*La enseñanza: Construcción social del conocimiento en las secciones múltiples de la escuela en contexto rural*”, propuesta generada dentro del Posgrado Maestría en Educación y Desarrollo Rural, con sede en la Facultad de Ciencias de la Educación de la Ciudad de Paraná, dependiente de la Universidad Nacional de Entre Ríos (UNER), en convenio con el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA).

El aludido proyecto de pos-graduación posiciona la mirada en diferentes territorios escolares; en nuestro país, el estudio territorial se ha situado en Escuelas de Modalidad Rural de la Provincia de Entre Ríos y en el hermano país brasilero, se seleccionaron escuelas de la misma modalidad emplazadas en municipios aledaños a Porto Alegre, Nova Santa Rita y Viâmao y otras instituciones ubicadas a aproximadamente 200 km. de la Capital Portoalegrense, concretamente en el Municipio de Arvorezinha.

La permanencia dentro de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS) se produjo en algunos meses del segundo semestre del año 2014 y en un periodo relativamente breve del año 2015, esta segunda etapa, si bien, estuvo programada dentro de las líneas de extensión universitaria, la detención en el espacio físico de la universidad fue fugaz, pues el retorno al campo empírico brasilero se focalizó en la elaboración de registros de clase en las escuelas anteriormente indagadas y concreción de entrevistas pendientes, los dos periodos citados han formado parte del Proyecto PFGG 004/11 de consolidación de Carreras de Posgrado en el marco del MERCOSUR, ambos han sido cuidadosamente planificados por la Secretaría de Políticas Universitarias¹ y la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior (CAPES) del Ministerio de Educación en Brasil, en articulación con la Universidad Nacional de Entre Ríos (UNER).

El objeto de estudio de la indicada investigación se ha estacionado en la enseñanza, sustancialmente en las secciones múltiples de las escuelas situadas en contextos rurales, pretendiendo advertir allí como construyen el conocimiento las instituciones seleccionadas en medio de las transformaciones culturales, económicas e históricas.

La metodología utilizada en el itinerario indagatorio ha sido el Estudio de Casos, abordados desde una perspectiva etnográfica, entendida como una práctica de conocimiento que interpela los diferentes procesos que se enhebran en la escuela rural o escola do campo; en palabras de Susana Mayer *“La escuela constituye una institución donde se establecen relaciones entre actores que aportan distintos recursos y participan en un espacio y momentos determinados... En la escuela convergen la pluridimensionalidad del espacio social rural”* (2014, p.51); la escuela en esta perspectiva relacional se constituye como sitio de articulación de los saberes y la cultura de las poblaciones campesinas, en este sentido estudiantes, docentes o profesores, personal escolar, familias e investigadores de estos territorios son protagonistas esenciales del devenir educativo.

Las memorias acá compartidas construyen historicidad, en tanto se reivindica la identidad cultural de las poblaciones que han aportado sus voces y experiencias acerca del territorio escolar, asimismo se profundizan y se amplían los conocimientos sobre las prácticas en secciones múltiples de la escuela rural, atendiendo al pensamiento que vaticinan Truffer y Berger (2013, p.16) *“Es nece-*

¹ En este aspecto debo mencionar la gestión, coordinación y orientación constante de la Dra. Isabel Truffer, Coordinadora del Proyecto PFGG 004/11, dentro de la Facultad de Agronomía dependiente de la Universidad Nacional de Entre Ríos (UNER), como también el asesoramiento de la Mg. Susana Berger, Directora del Posgrado Especialización y Maestría en Educación y Desarrollo Rural; ambas profesionales ampararon el trayecto de intercambio universitario, generando un continuo proceso de comunicación en la etapa previa al viaje.

sario profundizar las experiencias y la discusión acerca de los valores y principios que pueden favorecer el desarrollo de los saberes, actitudes y prácticas requeridas para crear, transformar y utilizar el conocimiento en el marco de proyectos democráticos de país y de ruralidad”, esta apuesta configurada entre dos países latinoamericanos pretende fortalecer el vínculo interterritorial, colocando a la educación rural como eje de la discusión y de construcción de nuevos significados.

Los sentidos emergentes de la práctica empírica han sido materializados entre la heterogeneidad de pensamientos que ofrecen los textos y elementos recogidos en los disímiles seminarios universitarios, poniendo en debate cuantiosos conceptos que vigorizan el trayecto de investigación y otros que empiezan a resquebrarse a la luz de nuevas configuraciones de pensamiento plural.

Desarrollo:

...] es importante tener claro que todas esas transformaciones territoriales son movidas por algo mayor para las individualidades de cada uno de los sujetos involucrados, pues representan las transformaciones de sus vidas y la de sus familias... Esa territorialización se da por la recreación de los espacios de vida, los cuales se forman a partir de una conjunción de elementos y vivencias, del bagaje cultural de prácticas y modos de vida que conjugan experiencias traídas de antiguos territorios y nuevas experiencias, englobadas para la construcción de nuevos territorios. (LINDNER; MEDEIROS, 2015, p.28).

En el mes de agosto del año 2014, en un vuelo de Aerolíneas Argentinas, proveniente de Buenos Aires en la República Argentina aconteció el arribo al Aeropuerto Internacional Salgado Filho de la Ciudad de Porto Alegre², en el Estado de Rio Grande do Sul en Brasil y desde allí el ingreso a la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS), situada en Avenida Bento Gonçalves 9.500, Campus do Vale de la ciudad antes mencionada.

La cita recientemente compartida inaugura un recorrido memorial, dando cuenta de la territorialización que ha sobrevenido en el campo y en los propios sujetos que lo habitan; de aquí en más cada paso transcurrido por los disímiles territorios escolares fue dejando algunos rastros en mi subjetividad; en medio de cuantiosos acontecimientos colectivos me invadió cierta sensación de ex-

² A lo largo del presente trabajo he utilizado el Idioma Portugués en la nominación de ciudades, instituciones, sitios históricos, movimientos sociales, entre otros.

trañamiento, exaltación vital que en lo particular no pasó inadvertida, pues las múltiples situaciones vitales transmutaron mi identidad personal y profesional al articular conocimientos de la Educación Rural de Argentina con los saberes, la cultura y la idiosincrasia de la Educação *do Campo*³ en Brasil.

El siguiente relato abre paso a reminiscencias o memorias, en palabras de Bogó (2000) *La memoria es la existencia en todas sus dimensiones [...] memoria es la experiencia hecha por determinado grupo social*⁴, por ende son varios sujetos que abonan este derrotero, donando sus voces, sus gestos, su tiempo, sus historias de vida, en suma toda sus existencia.

Ya en la ruta de la pasantía universitaria...

Corría la segunda quincena del mes de agosto en UFRGS, allí dentro del Dpto. de Sensoramiento Remoto, bajo la Dirección y Coordinación del Doctor Laurindo Guasselli⁵, se generó un vasto estudio sobre referenciamiento de mapas e imágenes cartográficas.

A escasos diez días de iniciar el trayecto de pasantía se realizó la apertura del Seminario de Pos-Graduación "*Identidade e Território*"⁶, coordinado y desarrollado por la Dra. Rosa María Vieira Medeiros⁷, este espacio de actualización comprendió un vasto recorrido teórico-práctico, culminando a finales de octubre; la propuesta académica estuvo dirigida a estudiantes de UFRGS de la Maestría y Doctorado en Geografía y a becarios incluidos en las propuestas de pos-graduación internacional que posee la mencionada casa de estudios.

El citado seminario en su desarrollo teórico interpeló diferentes categorías conceptuales, entre ellas Territorio, Identidad y Paisaje, conjuntamente se realizó un Trabajo de Campo colectivo en Caminhos de Pedra en el Municipio de Bento Gonçalves de Rio Grande do Sul; en este recorrido fue posible advertir que la población italiana ampara al territorio rural como baluarte de su identidad cultural.

³ La Educação do Campo hace referencia a una construcción colectiva que incorpora la educación y el trabajo a la lucha por la tierra. (Ver Triffer I. y Berger S. 2013: 216).

⁴ Cita de Antonio Carlos Moreira; 2015: 54.

⁵ En la elaboración de trabajos cartográficos dentro el Dpto. de Sensoramiento Remoto, destaco el asesoramiento permanente de los Doctorandos Carlos Renato Siqueira Gomes, Leticia Celise, Ballejo de Oliveira y João Paulo Baubacher. Posteriormente en el año 2015 debí regresar a las escuelas que constan en este trabajo, con el propósito de fortalecer los registros de campo; en esta ocasión mi acercamiento a UFRGS fue efímero, contando con la colaboración del Ingeniero Rodrigo Penco de la Ciudad de Paraná en la labor cartográfica.

⁶ El uso de cursiva es mío.

⁷ Acentuó la labor de la Orientadora y Vice-Coordinadora del Proyecto CAPES, Dra. Rosa María Vieira Medeiros en lo concerniente a la gestión de articulación entre la universidad y la Escuela Nova Sociedade, como también asesoramiento en trámites de matriculación universitaria y filiación en la Policía Federal. Octubre de 2014.

Otras de las acciones definidas junto a la Dra. Medeiros fue la salida de campo al Assentamento Integração Gaúcha, en el Municipio El Dorado do Sul, allí concurren Estudiantes de la Carrera de Posgrado de Maestría y Doctorado en Geografía de UFRGS.

Pude conocer allí que el asentamiento nombrado participa activamente en la Feria Agroecológica que se realiza en el Barrio Menino Deus de Porto Alegre, los días martes y sábados; así mismo en la Plaza de la Redención se efectúa la popular feria el día sábado; también existen otros puntos urbanos de Porto Alegre donde se desarrolla este modo de comercialización colectiva.

En este itinerario se pudo conocer el modo de labranza del arroz orgánico y múltiples actividades económicas resistentes al uso de agroquímicos o pesticidas químicos, entre ellas las plantaciones hortícolas.

Días más tarde opté por acercarme a la Secretaría de Educación en Porto Alegre, con la intención de obtener información estadística sobre coordinaciones escolares, ubicación y cantidad de escuelas situadas en contexto rural, matrícula, conformación de la planta estructural docente, organización y desarrollo curricular, etc. contando acá con el asesoramiento de la Coordinadora de Educación Rural Prof. Jonia Fank, quien delegó mi demanda __ingreso a algunas escuelas en contexto rural__ ante las autoridades pertinentes.

Seguidamente pude realizar una entrevista a la Dra. Marlene Ribeiro, Investigadora de *educação do campo y de los movimientos camponés* este espacio de diálogo fue coordinado por el Dr. Laurindo Guasselli⁸.

La Dra. Ribeiro ha formado parte del Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, acompañando procesos de lucha colectiva con notable compromiso y protagonismo, sus numerosas obras educativas revelan su intervención histórica en distintos periodos revolucionarios, pregonando fervientemente por la justicia social de la población campesina, en tanto ha pretendido aprehender los conflictos y contradicciones que generan los procesos de construcción de la autonomía popular.

En ese encuentro expresó la investigadora *“La educación del campo adquiere máxima importancia cuando la persona pregunta y se reúne con otros”* (2014), dejando por sentado que la participación colectiva conduce a la emancipación subjetiva y por ende a la construcción de sujetos políticos.

⁸ Resalto la labor del Dr. Laurindo Guasselli en la coordinación y asesoramiento del itinerario de intercambio universitario, durante los 90 días del año 2014 y los 13 días del año 2015, trayecto en el cual realizó gestiones vinculadas al alojamiento, inicio de la matriculación universitaria, programación de actividades cartográficas y vinculación con la Investigadora Dra. Marlene Ribeiro.

En otra oportunidad y estando en su hogar pude dialogar también con su esposo, el Dr. Alceu Ravanello Ferraro; por su especialización en Ciencias Sociales se ha abocado a indagar la lucha indígena en contextos de gran vulnerabilidad social, problematizado preferentemente las causas del analfabetismo en Brasil; sus aportes cuantitativos y cualitativos se han convertido en una contribución muy importante, para analizar los procesos educativos de nuestro país.

Continuando con el eje de las entrevistas realizadas a investigadores de Educación del Campo se suman los valiosos aportes de la pedagoga, Lic. Cristiane Vieira Medeiros; el diálogo genuino permitió resquebrajar el carácter semi-estructurado de la entrevista y mantener una conversación distendida *“Acredito que los profesores que tuvieron una formación, una Educación del Campo pueden trabajar la construcción de la identidad política, yo hayo que sólo quien estudia a Paula Freire, quien trae de casa esa cuestión democrática consigue hablar de modo político”*, (2014), interpelando allí los sentidos que envuelve la enseñanza en algunas escuelas aledañas a Porto Alegre.

Otra de las entrevistas planificadas, estuvo dirigida a la Dra. Rosa María Vieira Medeiros, en este caso adoptó la modalidad de cuestionario, siendo respondida a través del correo electrónico; en parte del informe expresó *“Educación del campo es pensar, es construir, es integrar, es valorizar, es ser ciudadano del y en campo”* (2014), innegablemente la construcción de ciudadanía es uno de los principios de la educación campesina; así mismo, sus valiosos aportes digitalizados abonaron al conocimiento tributado por la investigadora, durante algunos viajes realizados en su automóvil desde zona sur de la nombrada ciudad con destino a UFRGS.

Volviendo sobre otros aspectos que involucró el intercambio universitario, corresponde mencionar los hechos culturales trascendentes que ofrece la Ciudad de Porto Alegre, destacándose la Fiesta de Farroupilha, acontecimiento colectivo, muñido de transformaciones sociales, donde se reivindica anualmente los derechos conquistados por los Assentamentos Gaúchos.

Esta conmemoración mantiene viva la lucha de los antepasados campesinos brasileros, homenajeando los principios de justicia y emancipación de gauchos, negros e indios, poblaciones históricamente oprimidas por el gobierno imperial.

Los numerosos festejos se extienden durante dos semanas consecutivas, culminando el último día domingo con un desfile multitudinario, en el cual participan las distintas colectividades.

Volviendo la mirada hacia el ámbito universitario, corresponde mencionar que en el transcurso de los meses de septiembre y octubre presencié algunas

propuestas de actualización profesional; entre ellas el Seminario de *Cartografia Geográfica con Philcarto*; disciplina que permitió conocer aspectos de la geografía humana y la incidencia de variables físicas, biológicas y sociales en la vida de los grupos.

El Seminario *Desenvolvimento Rural y Agricultura Familiar en América Central* a cargo del Dr. Eduardo Baumeister, Investigador del INCEDES en Nicaragua admitió el recorrido por las diferentes economías centroamericanas permitiendo resignificar y revalorizar la producción económica de América.

Único del trayecto empírico en las escuelas de Ensino Fundamental /Enseñanza Primaria...

En la segunda quincena de septiembre se programó el acceso a la Escuela Estatal de Ensino Medio “*Nova Sociedade*”⁹ del Assentamento Itapuú, en el Municipio de Nova Santa Rita, situado a unos 40 km. de Porto Alegre, realizando allí una serie de observaciones, entrevistas y registros de campo¹⁰.

Imagem 1



Esta institución educativa surgió hace 25 años, por gestión de la lucha del Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra; en la actualidad cuenta con 420

⁹ En la designación de las escuelas se ha conservado el nombre en Idioma Portugués.

¹⁰ El ingreso a la institución educativa fue coordinado por la Dra. Rosa María Vieira Medeiros; quien estableció el contacto con la Directora Elizabet; días posteriores Laura, Profesora de 1° Año de Enseñanza Fundamental, con sede en la Ciudad de Porto Alegre me acercó en su vehículo particular hasta la escuela “*Nova Sociedade*”.

alumnos, solo un 30 % son hijos de asentados, pues también concurren estudiantes de la zona, cuyas familias poseen sus propiedades muy cerca de la escuela.

La Directora y tres profesores forman parte del Assentamento Itapuí, imprimiendo en sus relatos y acciones una profunda identidad con el MST¹¹ en el proceso curricular.

Desde hace muy pocos años la Escuela “*Nova Sociedade*” posee los tres niveles de enseñanza obligatorios, aunque sólo la Enseñanza Primaria¹², Enseñanza Media y Enseñanza Media para Jóvenes y Adultos (EJA) es ofrecida por el Estado, la Educación Inicial o Infantil está a cargo de la prefectura o municipalidad local, organismo responsable de abonar el salario de profesores en este nivel.

Pude observar en gran parte de los profesores y particularmente en la directora de la institución una profunda identidad ligada a los Movimientos Sociales; dejando entrever en gran parte de las acciones curriculares que la escuela es un sitio de lucha por una sociedad más justa y menos alienada; también las acciones colectivas que inauguran las instituciones construyen nuevos territorios “*La comprensión y la profundización de la noción de territorio y territorialidades, por los grupos sociales actualmente en el Brasil, implican nuevas cuestiones para la comprensión del espacio rural en este inicio del siglo, con el fortalecimiento de categorías e identidades colectivas, las cuales también han participado de las reivindicaciones por tierras*” (CLEPS JUNIOR; 2013, p. 104), precisamente las luchas sociales son las acciones que han permitido obtener un área de tierra considerable, configurándose en esos espacios los asentamientos sociales, en torno a un trabajo cooperativo; puede observarse acá que los mismos han configurado su espacio de poder, es decir que nos encontramos con un territorio construido socialmente, siendo percibido por los actores sociales de acuerdo a su posibilidad de intervención allí y de su sentido de pertenencia (TRUFFER; BERGER, 2013, p. 15), de esta forma el protagonismo de los asentados se va cimentando desde la infancia y en las diferentes etapas de la vida humana.

Los argumentos expuestos alcanzaron a materializarse en el mes de octubre del año 2014, en las jornadas interinstitucionales del 17° Encontro Estadual dos Sem Terrinha, realizado en el Parque de Exposições Assis de Esteio en Rio Grande do Sul, bajo el lema “*Somos filhas e filhos de uma história de luta*”, que ha alcanzado la conquista de sus derechos dentro del movimiento.

La escuela a través de estos sitios refleja que es garante en la construcción

¹¹ La sigla MST hace referencia al Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra; este movimiento social estuvo inspirado en el Movimento dos agricultores Sem Terra, durante la década de 1950. Ver Marlene Ribeiro (2010, p. 31).

¹² La Enseñanza Primaria es conocida como Ensino Fundamental, así mismo la Enseñanza Media se nomina Ensino Medio.

de la autonomía de los pueblos; son los pobladores campesinos, quienes han manifestado sus genuinos reclamos, iniciando un proceso revolucionario que ha devenido en la conquista de la tierra, *“Tierra y escuela están indisolublemente imbricadas en la constitución de que los movimientos sociales populares identifican, con el sentido de la unidad política y de la historicidad como campesino”* (RIBEIRO, 2010, p. 195), al constituirse como pueblo han configurado históricamente el Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra, pero por sobre todo han respaldado la lucha por la igualdad y la justicia social.

El Encontro Estadual dos Sem Terrinha se constituyó en un espacio de conocimiento e intercambio con profesionales de diferentes instituciones educativas del MST; allí pude conocer a la Profesora Cilone, Docente en la Escuela Nuestra Señora de Fátima, situada muy cerca del Asentamiento Filhos de Sepé y Profesora en la Escuela Indígena *“Karai Nhé e Katú”*, emplazada en la Aldea Tekoa Naundy, de la Localidad de Estiva en el Municipio de Viamão.

En el poblado indígena viven 40 familias, dentro de un predio de 750 mts cuadrados; un espacio muy reducido para desarrollar actividades productivas.

La institución contaba en aquel entonces con 71 estudiantes indígenas de Educación Infantil (Nivel Inicial), Esino Fundamental (Enseñanza Primaria) y Ensino Medio.



En el periodo de visitas observé que la escuela indígena poseía un amplio margen de autonomía, en lo que concierne a la organización de la planta funcional, matrícula y asistencia de los estudiantes, relaciones institucionales, entre otros aspectos.

La gestión institucional emprendida por la Prof. Marlise Dos Santos, Directora de la nombrada institución era compartida por el Cacique Gildo Gómez, quien intervenía en las decisiones escolares como líder social y político, por ende el proceso de investigación generado allí debió ser autorizado por el mencionado jefe de la comunidad Guaraní.

Los habitantes de la aldea, aún hoy en día protegen su cultura celosamente, conservando ciertos rituales desarrollados por el Karaí persona más anciana, y quien inviste facultades curativas y religiosas.

La construcción del conocimiento es bilingüe, partiendo del aprendizaje de la Lengua Portuguesa y fortalecimiento del lenguaje ancestral Guaraní, donde se intensifica mayormente el cuidado de la Madre Tierra, la protección de los árboles y de la naturaleza; ese territorio aprensivamente resguardado, es su espacio vital, por tanto al atentar contra la naturaleza están infringiendo los derechos de la población indígena; remitiéndome a palabras de Lindner y Medeiros *“Un territorio puede representar para el individuo que en el habita su “espacio de vida”, espacio ese donde ocurren las relaciones entre los individuos”* (2014, p. 93); la Aldea Tekoa Naundy conserva una idiosincrasia singular, defensora de tradiciones de la cultura Guaraní; como ha podido observarse nos encontramos frete a territorios que *“... despliegan su multidiversidad y se erigen como espacios singulares donde los pobladores construyen cotidianamente la vida... los sujetos otorgan sentido al lugar y a su propia existencia mediante relaciones conflictivas y atravesadas por el poder. Ese lugar en el mundo les pertenece”* (ROUGIER, 2015, p. 306), así mismo también la escuela se asume como un territorio transmisor de la herencia cultural, legado reconstruido por los profesores indígenas y no indígenas, personal de la escuela y familias.

En las trayectorias escolares de los estudiantes la enseñanza del Idioma Guaraní es inherente al currículum escolar, los profesores indígenas son los encargados de llevar adelante este proceso de transmisión cultural e inter-generacional, vigorizado por la sabiduría de los ancianos; en tanto el espacio de Lengua Portuguesa es desplegado por profesores de la región que moran en otros sitios aledaños a la aldea.

En marcha por la carretera de Santa María...

En los primeros días del mes de octubre participé en el Congreso *II SIFE-DOC o seminario internacional de la educación del campo y del foro regional del centro y del sur del RS: educación, memoria y resistencia popular en la formación social de América latina* realizado por la Universidad Federal de Santa María (UFMS), situada en la ciudad con nominación homónima, en el Estado de Rio Grande do Sul.

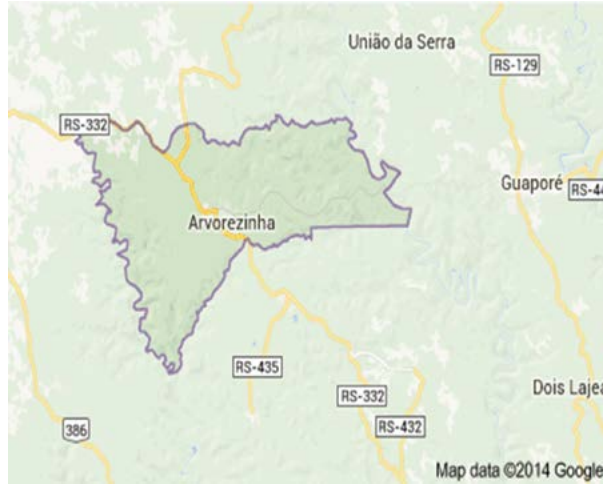
La intervención en el Congreso de Santa María, no sólo admitió compartir un trabajo de investigación concretado en nuestro país *La construcción del vínculo pedagógico en las nuevas ruralidades. Un estudio de carácter antropológico realizado en escuelas primarias de Entre Ríos en la República Argentina*, sino que también fue una posibilidad para establecer vínculos profesionales con diferentes dirigentes sociales, entre ellos Hugo Blanco Galdós, proveniente de Perú, Oscar Oliveira de Bolivia, Ana Domínguez de Uruguay, entre otros; generándose allí un vínculo particular con el líder campesino peruano; expresando en medio de sus relatos su participación y protagonismo en diferentes procesos de lucha en nuestro país, durante su juventud y en la conformación del Ejército Zapatista en México.

En la actualidad escolta a las Comunidades Originarias de Perú, participando vivamente en diversas manifestaciones sociales y a través de medios gráficos. La dirección y coordinación del Periódico *Lucha Indígena* es un testimonio pleno de diferentes acciones colectivas que se desarrollan en ese país, imprimiendo allí la voz y el sentimiento de las poblaciones campesinas alienadas.

La participación en el Seminario II SIFEDOC también fue una puerta de acceso a algunas Escuelas de Campo de Enseñanza Fundamental, aledañas al Municipio de Arvorezinha en Rio Grande do Sul.

El grupo de escuelas abajo citadas desarrollan un trabajo en red; programan encuentros inter-escolares donde los estudiantes socializan sus conocimientos, además proyectan excursiones con propósitos formativos y periódicamente asisten a espacios de actualización docente o participan de congresos internacionales como el nombrado seminario.

Imagem 3



La Ciudad de Arvorezinha se encuentra poblada por inmigrantes italianos, quienes profesan el catolicismo supremamente; una obra publicada por dos habitantes arvorizhences Rodrigo de Andrade e Ironi Gozzi de Andrade (2006, cap. 14) expresa “*Fue así que los italianos y sus hijos hicieron de la actividad religiosa el foco de su vida comunitaria. Iglesias y capillas eran el centro político, cultural, económico y social de una comunidad*”. Actualmente el municipio aludido es distinguido por la industria yerbatera¹³, alrededor de 18 plantas fabriles procesan la yerba mate, por tanto la Ciudad de Arvorezinha es considerada como el mayor sitio productor de yerba mate de Rio Grande do Sul.

El trabajo empírico se desarrolló en instituciones escolares correspondientes al Municipio de Arvorezinha, que a continuación se exponen:

- Escola Estatal de Ensino Fundamental *João Gozzi*
- Escola Estatal de Ensino Fundamental *Ricardo Eichler*
- Escola Estatal de Ensino Fundamental *Guerino Fronza*
- Escola Estatal de Ensino Fundamental *São Paulo*
- Escola Estatal de Ensino Fundamental *Davide Filippi Tomé*
- Escola Estatal de Ensino Fundamental *Mathilde Gelhen*

¹³ De acuerdo a comentarios de pobladores locales, el mayor porcentaje de yerba mate, que se consume en el Estado de Rio Grande del Sur proviene de esta ciudad.

Cinco de ellas desarrollan clases en Secciones Múltiples o turmas multi-seriadas, comúnmente denominadas Escuelas de 4° Categoría en nuestro país ___a excepción de esta última que posee secciones simples o uniseriadas___; la gran mayoría de las instituciones recorridas están emplazadas en Colonias pobladas por inmigrantes Italianos; preferentemente la Educación del Campo que las profesoras construyen fortalece los procesos culturales que las generaciones precedentes han heredado desde el país mediterráneo.

Pude observar que predomina el desarrollo de saberes articulados con la labranza de la tierra, el resguardo de la naturaleza y afianzamiento de principios relacionados con la transmisión de la cultura local, regional, nacional y mundial; se destaca permanentemente la importancia de la formación profesional en los estudiantes, como una posibilidad de regresar al territorio y transformarlo. El concepto territorio hace alusión a la construcción de un nuevo sujeto participativo y autónomo, nos encontramos frente a nuevas identidades, en este sentido *“... el territorio es concebido en su esencia, en cuanto lugar de desenvolvimiento donde la tierra y el trabajo son los agentes de construcción de nuevas identidades, de nuevas territorializaciones. Ese campesino que se reconstruyó en esta relación, se reconoce en cuanto sujeto y agente de construcción del mismo* (MEDEIROS; ROBL, 2013, p. 172), el territorio además remite a dinamismo, transformación *“[...] espacio construido por los grupos sociales a través de sus trayectorias (identidad) y de las interacciones que vinculan entre sí. El territorio no es un escenario estático, sino un campo de relaciones cambiantes, de manera tal que, cuando las relaciones cambian, se transforma el territorio y sus posibilidades de representación* (ZÁTTERA; SERAFINI, 2012, p. 12). En medio de estos significados territoriales la escuela ha sido el foco de transformaciones sociales, agitadas por el protagonismo permanente de profesoras/es y pobladores rurales, quienes en defensa de la permanencia de la escuela del campo han proclamado por sus derechos como trabajadores, pero ante todo por el derecho de niñas y niños a estudiar en un ámbito vital, en el cual las tradiciones de sus ancestros son instauradas y reconstruidas en un marco de pleno desarrollo cultural e histórico.

Finalmente en los últimos días de permanencia en UFRGS (2014) se inició un proceso de sistematización y referenciamiento de la información recogida en las diferentes instituciones educativas; el caudal de datos cualitativos y cuantitativos se incorporó al estudio empírico realizado en las escuelas de Nivel Primario del Dpto. La Paz, en la Provincia de Entre Ríos Escuela Estatal de Enseñanza Primaria N° 32 *Confederación Argentina* y Escuela Estatal de Enseñanza Primaria N° 43 *Gregoria Pérez* así mismo este itinerario en su instancia terminal incluyó lectura de materiales y elaboración de gran parte de los trabajos finales,

concernientes a los seminarios desarrollados; igualmente en 2015 devino el procesamiento y des-grabación de relevante información acopiada en el campo de investigación propiamente dicho.

Conclusiones

Tras el intento de relatar las memorias del trayecto de intercambio en el territorio de Rio Grande do Sul, un sin fin de experiencias parecen precipitarse, con la intención de quedar registradas en estas páginas; la narración de los hechos muestra una faceta descriptiva y subjetiva, en el afán de testificar cada momento de aquel itinerario desarrollado en el año 2014 o del reencuentro fugaz acontecido en apenas dos semanas del año 2015.

Las etapas de Pasantía Universitaria han aportado hallazgos sustanciosos a través de los numerosos registros de campo, cuantiosas entrevistas o el encuentro cara a cara con profesores y diferentes actores territoriales, permitiendo de este modo realizar un estudio meticuloso de disímiles aspectos de la cultura institucional de las escuelas visitadas, al mismo tiempo ha viabilizado la construcción de un vínculo pedagógico genuino con profesionales de las instituciones educativas o del ámbito universitario.

El acceso a otros territorios trajo consigo la aprehensión de otras culturas, implicando así mismo un acto de filiación, en tanto fui consolidando significaciones y percepciones que abonan a la educación en contexto rural en suelo argentino.

Al rememorar tiempos y espacios frecuentados puedo considerar que los múltiples senderos franqueados delinearon una trayectoria política e histórica, en la que los sujetos educativos han compartido sus manifestaciones y experiencias escolares, reivindicando el derecho de los pueblos a través de la lucha inquebrantable.

Queda la convicción que “[...] *el campo está vivo, que es uno de los territorios sociales, políticos, económicos y culturales de mayor tensión, y que los pueblos del campo en su rica diversidad, se afirman como sujetos políticos en múltiples acciones colectivas*” (ARROYO, 2010, p.11), en el espacio social multidimensional la escuela rural o escuela del campo continua siendo un estribo tangible en el proceso de construcción del conocimiento, al forjar condiciones legítimas de pensamiento colectivo.

Bibliografía

ANDRADE, Rodrigo de; ANDRADE, Ironi Gozzi de. **Arvorezinha, mi tierra. Un rescate histórico interesante.** Arvorezinha, R. S. Brasil, 2006.

ARROYO, Miguel G. **Escuela: Tierra de derecho.** Bello Horizonte, Brasil. Edit. Auténtica, 2010.

CLEPS JUNIOR, João. Expresiones de re-territorialización de la reforma agraria en el Brasil del Siglo XXI: nuevas territorialidades y nuevos agentes sociales. In: VIEIRA MEDEIROS R. M.; FALCADE I. **Expresiones de la Re-Territorialización en el campo brasileiro.** (Orgs.). Porto Alegre. Brasil. Imprenta Libre, 2013.

LINDNER, Michele; MEDEIROS, Rosa María Vieira. Transformaciones territoriales vía reforma agraria en Rio Grande do sul, Brasil: La territorialización de asentados en la campaña aucha. In: MEDEIROS Rosa M. Vieira; LINDNER, Michele. **Expresiones de la Cultura en el Territorio.** Porto Alegre, (Orgs.) Brasil. Evangraf, 2015.

LINDNER, Michele; MEDEIROS, Rosa María Vieira. El significado del territorio en el contexto de la lucha por la tierra: Rio Grande do Sul, Brasil. In: MEDEIROS, Rosa M. Vieira; LINDNER, Michele. **Asentamientos Rurales, territorio, producción.** Nuevas alternativas en Rio Grande do Sul. (Orgs.) Porto Alegre, Brasil. Evangraf, 2014.

MAYER, Susana. **“Las relaciones sociales en las escuelas rurales. Estudio de dos procesos de colonización agrícola”.** Buenos Aires, Argentina. Edit. La Colmena, 2014.

MOREIRA, Antonio Carlos. Territorialidades y cultura: prácticas de economía solidaria en el espacio rural de Frederico Westphalen – RS para el desarrollo territorial. In: MEDEIROS, Rosa M. Vieira; LINDNER, Michele. **Expresiones de la Cultura en el Territorio** (Orgs.) Porto Alegre, Brasil. Evangraf, 2015.

RIBEIRO Marlene.) **Movimiento campesino.** Trabajo y Educación. Libertad, autonomía y emancipación: Principios/fines de la condición humana. San Pablo, Brasil. Editora Expresión Popular, 2010.

ROUGIER, María Elena. **Los territorios de los Paraje la virgen, la jaula y colonia ensayo en Entre Ríos, Argentina.** Sentidos que se anudan. In: MEDEIROS, Rosa M. Vieira; LINDNER, Michele. **Expresiones de la Cultura en el Territorio.** Porto Alegre, Brasil, Evangraf, 2015.

TRUFFER Isabel y BERGER Susana (Compiladoras); (2013) **Territorios, Desarrollos y Educación Rural en América Latina.** Paraná, Entre Ríos. Fundación La Hazienda.

VIEIRA MEDEIROS Rosa María y ROBL MACHADO Douglas (2013) Educación Rural, saberes y desarrollo local. En VIEIRA MEDEIROS R. M. y FALCADE I. **Expresiones de la Re-Territorialización en el campo brasileiro.** (Org.). Porto Alegre. Brasil. Comipaso. Imprenta Livre.

ZÁTTERA, Olga; SERAFINI, Claudia. **La educación en contextos rurales,** Ministerio de Educación de la Nación, Buenos Aires. Argentina, 2012.



Autores

Bernardo Mançano Fernandes é bacharel e licenciado em Geografia, doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Professor do Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais - IPPRI/UNESP, campus de São Paulo.

Christiane Senhorinha Soares Campos é graduada em Ciências Econômicas e Comunicação Social – Jornalismo, doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação de Economia da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora do NEAG/UFRGS e líder do grupo de estudos e pesquisas sobre economia e transformações do espaço - ECOE/UFS.

Cícero Castello Branco Filho é geógrafo e licenciado em Geografia, doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Geógrafo da Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do estado do Rio Grande do Sul. Pesquisador do NEAG/UFRGS.

Clarisse Chiappini Castilhos é economista, doutora em em Dynamique Des Systèmes Productifs Et Economie Mond - Université de Paris X, Nanterre. Pesquisadora da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

Cláudia Dreier é bacharel e licenciada em Geografia e bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Jornalista do Recado da Terra e professora do Colégio Estadual Florinda Tubino Sampaio

Cristiane Vieira Medeiros é pedagoga, mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora da rede municipal de ensino do município de Porto Alegre.

Elmer Agostinho Carlos de Matos é graduado em Geografia, doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor do curso de

Geografia da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique. Pesquisador do NEAG/UFRGS.

Elvis Albert Robe Wandscheer é licenciado em Geografia e bacharel em Economia, doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador do NEAG/UFRGS.

Estevan Leopoldo de Freitas Coca é graduado em Geografia, doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus Presidente Prudente. Professor Colaborador do Departamento de Geociências, da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Professor Visitante do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais - IPPRI/UNESP, campus de São Paulo.

Éverton de Moraes Kozenieski é bacharel em Geografia, doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professor do Curso de Geografia-Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim. Pesquisador do NEAG/UFRGS.

Frederic Fortunel é professor e pesquisador da Université du Maine - Le Mans, France. Possui doutorado em *geographie rurale, sociale et économique* - Université de Toulouse II - Le Mirail.

Jaime Fogaça é licenciado em Geografia, mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador do NEAG/UFRGS.

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha é graduada em Geografia, doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus Presidente Prudente, professora do curso de Geografia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

João Cleps Júnior é graduado em Geografia, doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), professor do curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

José Carlos Dantas é graduado em Geografia, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba.

José Sobreiro Filho é graduado em Geografia, doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus Presidente Prudente.

Leandro Feijó Fagundes é bacharel e licenciado em Geografia, especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo pela Universidade Federal de Santa Maria.

Lucimar de Fátima Vieira dos Santos é graduada em Geografia e em Ciências Biológicas, doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pos-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Maria Rosa Wetzel es Profesora Normal Rural para la Enseñanza Primaria, Profesora de Plástica Manual y su Didáctica, Licenciada en Gestión Educativa del Primer y Segundo Ciclo de la Educación General Básica, Pos-titulación en Gestión Directiva, Docente Universitaria, Especialista en Educación y Desarrollo Rural, Maestranda en Educación y Desarrollo Rural y Doctoranda en Educación en los Programas de Pos-Graduación de la Facultad de Ciencias la Educación en la Universidad Nacional de Entre Ríos.

Supervisora Escolar de Educación Primaria del Dpto. La Paz, Provincia de Entre Ríos en la República Argentina.

Michele Lindner é bacharel em Geografia, doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus Rio Claro, Pesquisadora CAPES/PNPD no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vice-Líder do NEAG/UFRGS.

Raphael Vieira Medeiros é bacharel em Direito, especialista em Direito do trabalho e previdenciário.

Roberto Verdum é bacharel e licenciado em Geografia, doutor em Geografia pela Université de Toulouse Le Mirail, França, professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Rosa Maria Vieira Medeiros é bacharel e licenciada em Geografia, doutora em Geografia pela Université de Poitiers – França, professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Líder do NEAG/UFRGS.

Rosana Soares Campos é graduada em Comunicação Social – Jornalismo, doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Coordenadora do núcleo de estudos sobre democracia e desigualdade - NEDD.

Suelen de Leal Rodrigues é licenciada em Geografia, doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus Rio Claro, professora do Instituto Federal Farroupilha - Câmpus Alegrete.



